

JOSÉ CLÁUDIO RAMOS RODRIGUES

**AÇÕES MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO RURAL
SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO,
ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS NO MEIO
BIOLÓGICO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientadora: Prof^ª. Sandra Sulamita Nahas Baasch, Dra



03290381

Florianópolis
2000

(BU)

**AÇÕES MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE UM TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL NO
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO
DOS IMPACTOS NO MEIO BIOLÓGICO.**

JOSÉ CLÁUDIO RAMOS RODRIGUES

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO na área de concentração em Gestão Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.



Ricardo Miranda Barcia – PhD
Coordenador do Curso de Pós-Graduação

Banca Examinadora:



Professora Sandra Sulamita Nahas Baasch – Dra



Professor Eduardo Juan Soriano Sierra – Dr



Professora Edis Mafra Lapolli – Dra

“ O ser humano pode transformar-se no anjo exterminador da Terra. Se não mudarmos nossas atitudes para com a Terra, protegendo-a ao invés de depredá-la; se continuarmos a acumular mais poder-dominância que sabedoria; se persistirmos em fomentar mais egoísmo que cooperação; se alimentarmos a arrogância em vez de humildade e veneração pelo mistério do universo, seguramente conheceremos o caminho dos dinossauros. Provavelmente devastaremos o planeta e nos autodestruiremos como espécie “.

(Leonardo Boff, O Despertar da Águia, 1998)

DEDICATÓRIA

Aos Proprietários Rurais de Jacinto Machado, que com confiança, empenham-se para que o Turismo Rural se torne uma realidade, construindo um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Sandra Sulamita Nahas Baash pela orientação, dedicação e incentivo no desenvolvimento deste trabalho.

À Professora Coordenadora do Curso Eunice Passaglia e a todos os funcionários do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC pela dedicação e atenção dispensadas a todos os alunos no decorrer do curso.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC, que compartilharam conosco conhecimentos e experiências, contribuindo para o nosso crescimento.

Aos professores, que gentilmente aceitaram ser membros da banca examinadora, pela valiosa participação e contribuição dispensadas a este trabalho.

Ao professor Coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção Oscar Ciro Lopez da UNISUL e a todos os funcionários pelo empenho e a dedicação dispensados a todos os alunos no decorrer do curso.

Aos colegas de curso pela convivência harmoniosa, pelo companheirismo e solidariedade.

Aos professores colegas da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, Elizete Maria Possamai Ribeiro e José Wilson Cavalcanti Lima, que foram companheiros nesta jornada, pela compreensão e pelo companheirismo.

À Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, especialmente ao Prefeito Municipal senhor Alcides Ângelo Saretto, à Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Promoção Social, senhora Ilma Generoso Matias Bernardo, ao Secretário Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, senhor José Luiz Peruchi e ao Monitor Municipal de Turismo, senhor Everaldo Ronconi pelas informações prestadas, dedicação e interesse no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Coordenadora do Projeto de Turismo Rural da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, senhora Ana Lúcia Lopes de Lima pelas informações e bibliografias oferecidas e pelo incentivo dispensado.

À todos os funcionários e alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio pela solidariedade e compreensão nas minhas ausências.

Aos meus pais, Manoel Borba Rodrigues e Diamantina Ramos Rodrigues pela vida, pelo amor e por tudo o que fizeram por mim para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu irmão, João Batista Ramos Rodrigues e minhas irmãs, Avelina Claudete Rodrigues Claudino e Neuza Maria Rodrigues Tavares pelo apoio e incentivo à conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas pela presença constante e pelo carinho dispensado.

À Deus, pois sem a sua graça não seria possível vencer mais esta etapa da minha vida.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES.....	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
1. INTRODUÇÃO	1
2. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL	6
2.1. INTRODUÇÃO	6
2.2 . A AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO BRASIL.....	7
2.3. A EVOLUÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	8
2.4. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	10
2.5. DEFINIÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL	10
2.5.1. <i>Características dos Impactos Ambientais</i>	11
2.6. DEFINIÇÕES DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL	13
2.6.1. <i>Principais Atividades de Uma AIA</i>	15
2.6.2. <i>Componentes do AIA</i>	18
2.6.3. <i>Principais Instrumentos Legais na Avaliação de Impactos Ambientais</i>	18
2.7. RESOLUÇÃO CONAMA 001/86	20
3. MEIO BIÓTICO E BIODIVERSIDADE.....	24
3.1. MEIO BIÓTICO	24
3.2. A DIVISÃO EM REINOS.....	25
3.3. FAUNA E FLORA.....	26
3.3.1. <i>Fauna</i>	27

3.3.2. <i>Flora</i>	27
3.4. BIODIVERSIDADE.....	28
3.4.1. <i>Introdução</i>	28
3.4.2. <i>Conceito</i>	29
3.4.3. <i>A Biodiversidade no Brasil</i>	30
3.4.4. <i>A Perda da Biodiversidade</i>	31
3.4.5. <i>Por que Conservar a Biodiversidade?</i>	33
4. TURISMO.....	35
4.1. ORIGEM DA PALAVRA TURISMO.....	35
4.2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	35
4.3. ASPECTOS CONCEITUAIS.....	44
4.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DO TURISMO NO BRASIL.....	48
4.5. TIPOS DE TURISMO.....	50
4.5.1. <i>Turismo de Lazer</i>	50
4.5.2. <i>Turismo de Eventos</i>	50
4.5.3. <i>Turismo de Águas Termais</i>	53
4.5.4. <i>Turismo Desportivo</i>	53
4.5.5. <i>Turismo Religioso</i>	53
4.5.6. <i>Turismo de Juventude</i>	54
4.5.7. <i>Turismo Social</i>	54
4.5.8. <i>Turismo Cultural</i>	54
4.5.9. <i>Turismo Ecológico</i>	54
4.5.10. <i>Turismo de Compras</i>	55
4.5.11. <i>Turismo de Aventura</i>	55
4.5.12. <i>Turismo Gastronômico</i>	55
4.5.13. <i>Turismo de Incentivo</i>	55
4.5.14. <i>Turismo da Terceira Idade</i>	56
4.5.15. <i>Turismo Rural</i>	56
4.5.16. <i>Turismo de Intercâmbio</i>	56
4.5.17. <i>Turismo de Cruzeiros Marítimos</i>	56
4.5.18. <i>Turismo de Negócios</i>	57
4.5.19. <i>Turismo Técnico</i>	57

4.5.20. Turismo Gay (GLS)	57
4.5.21. Turismo de Saúde	57
4.6. TURISMO RURAL.....	58
4.6.1. Aspectos Históricos	58
4.6.2. Turismo Rural no Brasil	59
4.6.3. Conceituação	60
4.6.4. Características e Princípios do Turismo Rural	64
4.6.5. Princípios Fundamentais do Turismo Rural.....	64
4.6.6. Modalidades do Turismo Rural.....	68
4.6.6.1. Agroturismo	69
4.6.6.2. Ecoturismo	69
4.6.6.3. Turismo Cultural	69
4.6.6.4. Turismo Esportivo	69
4.6.6.5. Turismo de Aventura	69
5. ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO	71
5.1. HISTÓRICO	71
5.2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ÁREA	72
5.2.1. Localização do Município de Jacinto	73
5.3. ASPECTOS SOCIAIS.....	75
5.3.1. População	75
5.3.2. Educação	77
5.3.3. Saúde	80
5.3.4. Infra-estrutura Básica	82
5.3.5. Recreação e Lazer	87
5.3.6. Aspectos Culturais	88
5.3.7 Vias de Acesso e Meios de Transportes	90
5.4 ASPECTOS ECONÔMICOS	91
5.4.1. Indústria Comércio e Serviços.....	92
5.4.2. Estrutura Fundiária	93
5.4.3. Setor Agropecuário	95
5.4.4. Distribuição da Renda	100
5.3. ASPECTOS FÍSICOS.....	102

5.5.1. <i>Geologia</i>	103
5.5.2. <i>Relevo</i>	105
5.5.3. <i>Clima</i>	106
5.5.4. <i>Hidrografia</i>	106
5.6. ASPECTOS BIOLÓGICOS	110
5.6.1. <i>Flora</i>	110
5.6.2. <i>Fauna</i>	131
5.7. O TURISMO RURAL EM JACINTO MACHADO	138
5.7.1. <i>Ecoturismo</i>	142
5.7.2. <i>Agroturismo</i>	145
6. REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	147
6.1. INTRODUÇÃO	147
6.2. DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA ADOTADA	147
6.2.1. <i>Nível de Pesquisa</i>	147
6.2.2. <i>Delineamento da Pesquisa</i>	148
6.2.3. <i>Tipo de Amostragem</i>	148
6.2.4. <i>Técnicas de Coleta de Dados</i>	149
6.3. COLETA DE DADOS	149
6.3.1. <i>Elaboração dos Formulários e Pautas para Pesquisa Estruturada e Semi-estruturada</i>	149
6.3.2. <i>Realização das Entrevistas</i>	150
6.3.3. <i>Análise Estatística dos Dados</i>	151
7. RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	153
7.1. PODER PÚBLICO MUNICIPAL	153
7.2. ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	170
7.3. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS.....	181
7.4. EMPRESÁRIOS E COMERCIANTES	189
7.5. PROPRIETÁRIOS RURAIS E SITIANTES.....	200
8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	214
8.1. PERCEPÇÃO E EXPECTATIVAS PARA O FUTURO.....	214
8.1.1. <i>O Panorama Atual e as Expectativas Para o Futuro</i>	214

8.1.2. Os Impactos Negativos e Positivos a Nível de Município, Comunidades e Proprietários Rurais.....	217
8.1.3. A Conscientização e o Preparo das Comunidades e dos Proprietários Rurais.....	218
8.1.4. A Preparação para a Promoção e o Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo Rural.....	219
8.1.5. As Propostas Executadas	221
8.2. Os IMPACTOS NEGATIVOS E POSITIVOS À FAUNA E À FLORA DO MUNICÍPIO.....	222
8.2.1. Introdução	222
8.2.2. A Percepção da Comunidade.....	226
8.2.3. Os Impactos Negativos	227
8.2.4. Os Impactos Positivos.....	231
8.2.5. As Ações para Minimizar os Impactos Negativos.....	233
9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	245
ANEXO 01 - FOMULARIOS DE PESQUISA E PAUTAS PARA ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	252
ANEXO 02 - FOTOS DE ALGUNS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE JACINTO MACHADO.....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Serviços Considerados Ruins Pelos Turistas no Ano de 1995	49
Gráfico 02. Evolução da População Urbana e Rural de Jacinto Machado (%) 1970/1996	76
Gráfico 03. Consumo de Água em m ³ por Classe de Consumidores - 1997	82
Gráfico 04. Consumo de Águas Industriais – Município de Jacinto Machado	83
Gráfico 05. Disponibilidade de Águas Subterrâneas no Município de Jacinto Machado	85
Gráfico 06. Usuários de Água Subterrânea no Município de Jacinto Machado	85
Gráfico 07. Consumidores de Energia Elétrica por Classe – 1997	86
Gráfico 08. Participação em % do Setor Primário, Indústria, Comércio e Serviços na economia do município de Jacinto Machado – 1996 *	91
Gráfico 09. Utilização da Terra em Jacinto Machado – 1996	96
Gráfico 10. Produção Agrícola por Tonelada dos Principais Produtos Agrícolas – Cultura Temporária - de Jacinto Machado – 1996	97
Gráfico 11. Produção Agrícola por Tonelada dos Principais Produtos Agrícolas – Cultura Permanente - de Jacinto Machado – 1996	98
Gráfico 12. Principais animais criados em Jacinto Machado 1985 – 1996	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. As Fases no Processo de Avaliação.....	16
Figura 02. Características do Turismo Rural.....	66
Figura 03. Mapa de Santa Catarina.....	73
Figura 04. Mapa da AMESC.....	73
Figura 05. Mapa de Jacinto Machado.....	74
Figura 06. Impactos Ambientais Interrelacionados.....	224
Figura 07. Costão da Pedra – Canyon da Pedra.....	263
Figura 08. Pedra do Segredo – Canyon Fortaleza.....	264
Figura 09. Cachoeira do Burim - Engenho Velho.....	264
Figura 10. Cachoeira do Salto – Canyon Fortaleza.....	265

LISTA DE ABREVIações

ABRES	Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
CDL	Câmara de Dirigentes Logistas
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPERJA	Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado
COOPERJAMA	Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EAFS	Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGLTA	International Gay and Lesbian Travel Association
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada
ISO	International Standardization Organization
MICT	Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo
MERCOSUL	Mercado Comum dos Países da América do Sul
NAES	Núcleo Avançado de Ensino Supletivo
ONGS	Organizações Não Governamentais
OMT	Organização Mundial de Turismo
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
PRESTO	Programa Regional Serviço Turístico Organizado
PIB	Produto Interno Bruto
REPRODER	Programa de Emprego e Renda
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAMAE	Sistema de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto
SEBRAE	Serviço de Apoio as Médias e Pequenas Empresas
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
WWF	World Wildlife Found

LISTA DE TABELAS

Tabela 01.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o local da pesquisa.....	190
Tabela 02.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a cidade de residência permanente.....	190
Tabela 03.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o grau de escolaridade.....	191
Tabela 04.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o sexo.....	191
Tabela 05.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a idade.....	191
Tabela 06.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o tipo de atividade.....	192
Tabela 07.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a percepção da relação da empresa e do comércio com o turismo.....	192
Tabela 08.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a representatividade do turismo para a empresa e o comércio.....	193
Tabela 09.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o tempo de existência da empresa e do comércio.....	193
Tabela 10.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o principal motivo do estabelecimento da empresa e do comércio no município.....	194
Tabela 11.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a empresa ser ou não familiar.....	194
Tabela 12.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos Empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo possuem funcionários permanentes e/ou temporários.....	195
Tabela 13.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo os funcionários serem ou não moradores locais.....	195
Tabela 14.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o funcionamento da empresa e do comércio ser de forma permanente ou temporário.....	196
Tabela 15.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a época de maior movimento da empresa e do comércio...	196

Quadro 29. Lista das Espécies Nanofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	124
Quadro 30. Lista das Palmeiras Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)..	125
Quadro 31. Lista das Espécies Constrictoras, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	125
Quadro 32. Lista das Samambaias Arbórescentes Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	126
Quadro 33. Lista das Geófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)..	126
Quadro 34. Lista das Espécies Macrofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1963), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	128
Quadro 35. Lista das Espécies Mesofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1963), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	129
Quadro 36. Lista das Palmeiras Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1963), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%).....	130
Quadro 37. Lista das Espécies Nanofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1963), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	130
Quadro 38. Lista das Geófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1963), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%).....	131
Quadro 39. Relação das Espécies da Avifauna Encontradas no Extremo Sul Catarin.*...	133
Quadro 40. Relação das Principais Espécies da Mastofauna Encontradas na Região do Extremo Sul Catarinense*	138
Quadro 41. Impactos Negativos da Atividade Turística Sobre o Meio Biológico e Ações para Minimizar Estes Impactos.	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 01.	Evolução da Gestão Ambiental	9
Quadro 02.	Instrumentos da Política Ambiental	22
Quadro 03.	A divisão dos Seres Vivos em Reinos	26
Quadro 04.	Cidades Mais Visitadas do Brasil no Período de 1990 à 1995.....	49
Quadro 05.	População Residente Projetada 1997 – 2000.....	77
Quadro 06.	Relação da População por Alunos Matriculados, Ano 1994.....	78
Quadro 07.	Taxa de Analfabetismo da População por Faixa Etária	78
Quadro 08.	Abastecimento de Água em Jacinto Machado – 1994	82
Quadro 09.	Consumo de Água Tratada (SAMAE) Para Fins Industriais em m ³ /hora e Descarga de Afluentes em m ³ /hora Para o Município de Jacinto Machado.....	83
Quadro 10.	Consumo de Água Subterrânea Para Fins Industriais em m ³ /hora e Descarga em m ³ /hora Para o Município de Jacinto Machado	84
Quadro 11.	Consumo de Água dos Rios Para Fins Industriais em m ³ /hora e Descarga em m ³ /hora Para o Município de Jacinto Machado	84
Quadro 12.	Número de Telefones em Jacinto Machado – 1997.....	86
Quadro 13.	Frota de Veículos Cadastrados por Classe em Jacinto Machado – 1998	90
Quadro 14.	Meios de Transportes no Setor Agropecuário.....	91
Quadro 15.	Participação em % das Empresas no Valor Adicionado por Setor e Gênero no Município de Jacinto Machado – 1996	92
Quadro 16.	Distribuição do Número e Área dos Estabelecimentos Rurais por Categorias dimensionais (%), no Município de Jacinto Machado, 1970-85	93
Quadro 17.	Estabelecimentos Agrícolas no Município de Jacinto Machado, 95-96.....	94
Quadro 18.	Condições do Produtor Segundo a Propriedade da Terra (%) – Jacinto Machado, 1970–1985.....	94
Quadro 19.	Condições do Produtor no Município de Jacinto Machado, 1995–96.....	95
Quadro 20.	Valor Bruto da Produção	96
Quadro 21.	Máquinas e Instrumentos Agrícolas.....	100
Quadro 22.	Domicílios e Pessoas Moradoras por Classe de Rendimento Mensal do Chefe do Domicílio – 1991.....	101
Quadro 23.	Domicílios e Pessoas Moradoras por Classe de Rendimento Mensal do Chefe do Domicílio – 1991.....	101
Quadro 24.	Domicílios e Pessoas Moradoras por Classe de Rendimento Mensal do Chefe do Domicílio – 1991.....	101
Quadro 25.	Estimativa das Famílias Indigentes – 1990.....	102
Quadro 26.	Fontes Poluidoras Mais Comuns e Tipos de Poluição por Região Hidrográf.	109
Quadro 27.	Lista das Espécies Macrofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	120
Quadro 28.	Lista das Espécies Mesofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos/100m ² ; F* = Frequência (I = 0 a 20%; II = 21 a 40%; III = 41 a 60%; IV = 61 a 80%; V = 81 a 100%)	122

Tabela 16.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o conhecimento ou não da implementação da atividade turística no município.....196
Tabela 17.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a expectativa do turismo para o município.....197
Tabela 18.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo as consequências da atividade turística para a fauna e a flora do município.....199
Tabela 19.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a disposição em participar no desenvolvimento do turismo no município.....199
Tabela 20.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a forma de participar no desenvolvimento do turismo no município.....200
Tabela 21.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a localidade da 2ª residência.....201
Tabela 22.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a cidade de residência permanente.....201
Tabela 23.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o grau de escolaridade.....202
Tabela 24.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a situação em que costumam frequentar o município.....202
Tabela 25.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o sexo.....202
Tabela 26.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a idade.....203
Tabela 27.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a área da propriedade.....203
Tabela 28.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo possuam ou não funcionários em sua propriedade.....204
Tabela 29.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo serem ou não auxiliados pela família.....204
Tabela 30.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo possuam funcionários permanentes e/ou temporários.....204
Tabela 31.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a frequência de visitas ao município.....205

Tabela 32.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o tempo de permanência no município.....	205
Tabela 33.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade.....	205
Tabela 34.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo as atividades pecuárias desenvolvidas na propriedade.....	206
Tabela 35.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o principal motivo que o levou a ser sítiante no município.....	206
Tabela 36.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o aproveitamento do tempo no município.....	207
Tabela 37.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a participação ou não de sua propriedade no projeto de turismo do município.....	208
Tabela 38.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a forma de participação no projeto de turismo.....	208
Tabela 39.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o conhecimento ou não da implementação do projeto de turismo no município.....	208
Tabela 40.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo as expectativas em relação ao projeto de turismo no município.....	210
Tabela 41.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo as consequências da atividade turística na fauna e na flora do município.....	212
Tabela 42.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a disposição em participar no desenvolvimento do turismo no município.....	212
Tabela 43.	Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a forma de participar no desenvolvimento do turismo no município.....	213

RESUMO

O presente estudo de caso caracteriza-se como um estudo exploratório e tem por objetivo geral propor ações mitigadoras e compensatórias para o desenvolvimento de um turismo rural sustentável no município de Jacinto Machado - Santa Catarina, através da identificação dos impactos no meio biológico.

O município de Jacinto Machado em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – Santa Catarina, vem implementando, desde 1997, o Projeto de Turismo Rural onde tem se desenvolvido, especialmente as modalidades de ecoturismo e agroturismo devido às características naturais e culturais da região.

A metodologia adotada foi baseada na aplicação de entrevistas estruturadas, semi-estruturadas e da observação simples, pesquisando-se diferentes segmentos sociais envolvidos direta ou indiretamente com o Projeto de Turismo Rural no município, sendo eles, o poder público municipal, os órgãos públicos, as organizações não governamentais, os empresários, os comerciantes, os proprietários rurais e os sítiantes.

A partir dos resultados obtidos foi possível perceber o panorama atual e as tendências da atividade turística no município e principalmente verificar a percepção dos segmentos sociais em relação aos impactos sobre o meio biológico.

A discussão trata da percepção e expectativas da atividade turística no município e dos impactos negativos e positivos que poderão ocorrer no meio biológico, contendo propostas de ações para minimizar e/ou compensar os impactos negativos, demonstrando a possibilidade de criar soluções para o desenvolvimento de uma atividade turística comprometida com os princípios da sustentabilidade.

ABSTRACT

The present case study is characterized as an exploratory study and has for general objective to propose actions mitigatory and compensatory for the development of a maintainable rural tourism in the municipal district of Jacinto Machado – Santa Catarina State, through the identifications of the impacts in the biological way.

The municipal district of Jacinto Machado in partnership with the agrothechnical Federal School of Sombrio – Santa Catarina State, comes implementing, since 1997, the Rural Tourism Project where it has been developing, especially the ecotourism modalities and agrotourism due the natural and cultural characteristics of the area.

The adopted methodology was based on the application of semi-structured structured interviews and of the simple observation, being researched direct different involved social segments or indirectly with the Project of Rural Tourism in the municipal district, being them, the municipal public power, the public organs, the non government organizations, the managers, the merchants, the rural proprietors and the besieger.

Starting from the obtained results it was possible to notice the current panorama and the tendencies of the tourist activity in the municipal district and mainly to verify the perception of the social segments in relation to the impacts on the biological way.

The discussion is about the perception and expectations of the tourist activity in the municipal district and of the negative and positive impacts that they can happen in the biological way, contends proposed of actions to minimize and/or to compensate the negative impacts, demonstrating the possibility to create solutions for the development of a tourist activity committed with the beginnings of the sustentability.

1. INTRODUÇÃO

A humanidade vive uma crise social, política e econômica sem precedentes na sua história. Se por um lado pode-se orgulhar de façanhas como as conquistas espaciais e os avanços surpreendentes na área das comunicações, por outro, percebe-se com perplexidade que a maior parte dos povos não conseguiu resolver seus problemas básicos capaz de lhes assegurar o direito de viver com o mínimo de qualidade.

O fenômeno da globalização da economia que em tese deveria dar a oportunidade aos países mais pobres de se integrarem ao grande mercado internacional tem se transformado numa competição perversa entre desiguais, aprofundando as desigualdades sociais e condenando a maioria das nações à exclusão e à miséria. A fome, as doenças e a pobreza contrastam com um mundo fictício de modernidade, deixando a humanidade atônita ao contemplar seu próprio rastro deixado ao longo do caminho.

Na verdade, sabe-se que toda esta realidade é conseqüência de um modelo de desenvolvimento que entrou em colapso, já há algumas décadas. O velho modelo de produção e consumo no qual se acreditava que os recursos naturais seriam infinitos e que a natureza seria capaz de absorver todo o lixo produzido agonizam seus últimos dias. É preciso criar e reinventar novas relações entre os homens, e destes, com o mundo. Sabe-se que o desenvolvimento é imprescindível para que os países pobres consigam prosperar e resolver seus problemas básicos, porém, o caminho a seguir não pode ser o mesmo dos países industrializados, até porque, isso seria impossível.

Surge então a definição de desenvolvimento sustentável em 1987, no Relatório de Brundtland denominado Nosso Futuro Comum. Deste então, o mundo tem se debruçado sobre este tema. O desafio consiste em conciliar desenvolvimento com qualidade de vida para os povos, utilizando os recursos naturais de modo a assegurar a sua disponibilidade às gerações futuras.

A depredação do planeta Terra e a problemática ambiental tem despertado o interesse de gerações, principalmente nestas últimas três décadas. Se por um lado a civilização industrial é responsável pelo extermínio de grande parte de nossos

recursos naturais também é verdade que em nenhuma outra época o homem tem se revelado tão coletivamente preocupado em cuidar do que ainda resta do planeta.

O turismo tem se destacado como uma atividade econômica capaz de conciliar desenvolvimento com qualidade de vida e conservação dos recursos ambientais. O tempo livre proporcionou ao homem a oportunidade de perceber o ambiente a sua volta e se encantar com as belezas naturais e àquelas construídas por suas próprias mãos.

O turismo é a chamada indústria “sem chaminés” e “sem poluição” que mais cresce no mundo inteiro com a Espanha e a França na vanguarda deste processo, situando-se entre os três maiores produtos geradores de riqueza, ficando atrás apenas da indústria de armamentos e de petróleo. Porém, a exemplo das demais atividades de produção e consumo, o turismo tem sido conduzido de forma irresponsável, sem o compromisso necessário com os princípios básicos da sustentabilidade.

Finalmente surge, em meados deste século, o turismo chamado alternativo, que foi adquirindo definições e características de acordo com as diferentes regiões, em diferentes épocas, utilizando-se termos como: turismo verde, turismo ecológico, turismo brando, ecoturismo, turismo rural, etc.

O turismo rural, termo que será adotado neste trabalho, é uma atividade em expansão no mundo inteiro e seu surgimento no Brasil deu-se no início da década de 80, no município de Lages, em Santa Catarina. O turismo rural vem sendo considerado uma atividade de baixo impacto ambiental e uma alternativa importante de crescimento econômico e social para as áreas rurais, onde as atividades tradicionais apresentam nítidos sinais de esgotamento e se revelam inviáveis economicamente.

A exemplo dos demais municípios de pequeno porte do país, cuja economia é baseada principalmente na produção agropecuária, Jacinto Machado pertencente à região do extremo sul de Santa Catarina sofre as conseqüências da globalização econômica e da falta de uma política agrícola para os pequenos produtores rurais, capaz de lhes assegurar a possibilidade de permanecer em suas propriedades e delas retirar o sustento para as suas famílias.

- **capítulo inicial** : apresenta uma introdução geral à pesquisa realizada e contempla o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho, bem como a sua estruturação;
- **segundo capítulo**: descreve sobre a Avaliação de Impacto Ambiental e sua realidade no Brasil e a evolução da Gestão Ambiental. Aborda os objetivos e definições da Avaliação de Impacto Ambiental, as definições e as características dos Impactos Ambientais, bem como informações sobre a elaboração do AIA e seus aspectos legais;
- **terceiro capítulo**: informa sobre o Meio Biótico, a sua divisão em reinos, abordando aspectos da fauna e da flora. Descreve ainda, sobre a biodiversidade, abordando aspectos como conceito, a biodiversidade no Brasil e a importância de sua conservação;
- **quarto capítulo**: trata sobre o Turismo; sua origem, aspectos históricos e conceituais, bem como alguns dados sócio-econômicos do Turismo no Brasil. Apresenta os tipos de turismo e uma análise sobre o Turismo Rural e seus aspectos históricos. Aborda ainda, a situação do Turismo Rural no Brasil, aspectos de conceituação, princípios e modalidades, e por fim, alguns dados sobre a experiência de Turismo Rural no município de Jacinto Machado;
- **quinto capítulo**: traz um estudo de caso, no qual se realizou um diagnóstico da área estudada. Este diagnóstico foi realizado através de pesquisa bibliográfica, cujas bibliografias obteve-se principalmente junto a órgãos públicos e instituições como: EPAGRI, IBGE, SEBRAE, Prefeitura Municipal de Jacinto Machado e UNESCO, descrevendo aspectos históricos, sociais e econômicos, do meio físico e do meio biológico, trazendo ainda, informações importantes sobre a fauna e a flora da área em estudo;
- **sexto capítulo**: apresenta informações sobre a Metodologia Científica adotada no presente trabalho, os tipos de pesquisa e de amostragem, bem como

Frente a esta realidade o município de Jacinto Machado tem buscado novas alternativas que permitam um desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade. Dentre as iniciativas realizadas até o momento, podemos afirmar que o projeto de turismo rural que está sendo implementado em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio é a mais importante delas.

O projeto teve início no ano de 97 e desde então, diversos trabalhos foram realizados: diagnóstico ambiental, sensibilização da comunidade, sendo que, já há algum tempo, os proprietários vêm recebendo turistas em suas propriedades. Atualmente, os proprietários rurais com o aumento do número de turistas têm sentido a necessidade de construir pousadas e equipamentos turísticos para atender o aumento da demanda e se preparar para a profissionalização da atividade.

Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo geral propor ações mitigadoras e compensatórias para o desenvolvimento de um turismo rural sustentável no município de Jacinto Machado, através da identificação dos impactos no meio biológico.

Os objetivos específicos visam:

- a) conhecer a realidade do município, descrevendo aspectos da sua colonização e cultura, biodiversidade, meio físico e perfil sócio-econômico;
- b) ampliar os conhecimentos sobre o turismo, em especial o turismo rural, contribuindo para a divulgação e o desenvolvimento da atividade no Brasil;
- c) verificar o panorama atual do turismo em Jacinto Machado e a capacidade de percepção da comunidade em relação aos seus impactos sobre o meio biológico (flora e fauna);
- d) subsidiar as ações para o desenvolvimento de um turismo sustentável, no sentido de minimizar e compensar os seus impactos negativos sobre o meio biológico;
- e) contribuir para o aumento da consciência ambiental e a conservação da biodiversidade.

Será apresentado a seguir, a estrutura adotada na realização do presente trabalho, a fim de facilitar ao leitor melhor compreensão, pela seqüência lógica das informações, discussões e idéias trabalhadas:

informações sobre a coleta de dados realizada. Trata ainda, da elaboração dos formulários de pesquisa, da realização das entrevistas e da análise estatística dos dados;

- **sétimo capítulo:** explana os resultados obtidos em cada segmento social pesquisado, bem como, traz a interpretação dos dados, utilizando para tanto, citações e tabelas, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações obtidas;
- **oitavo capítulo:** discute os resultados obtidos e apresentados no capítulo anterior, por segmento e também geral, enfocando os aspectos mais relevantes em relação à atividade turística no município. A questão dos impactos sobre a fauna e a flora da área em estudo, bem como, as ações para minimizar estes impactos, é discutida separadamente e com maiores detalhes, pela importância que apresenta neste trabalho;
- **nono capítulo:** apresenta as conclusões finais e algumas recomendações para a realização de trabalhos futuros.

2. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

2.1. Introdução

A busca de meios que promovessem a incorporação de fatores ambientais à tomada de decisões resultou na formulação de políticas específicas e fez surgir uma série de instrumentos para execução dessas políticas. Fizeram-se reorganizações administrativas e reformas institucionais, criaram-se incentivos econômicos para o controle da poluição, implantaram-se sistemas de gestão ambiental, abriram-se canais para que os cidadãos pudessem participar dessas decisões. Dos instrumentos gerados, o processo de avaliação de impactos ambientais foi aquele que maiores atenções atraiu, tendo sido amplamente discutido e adotado por sua aplicabilidade a diferentes esquemas institucionais e por suas possibilidades de atender ao mesmo tempo a requisitos técnicos e políticos (BAASCH, 1998).

Segundo BAASCH (1998), a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) foi concebida na Escócia, através de um grupo de especialistas em planejamento ambiental da Universidade de Aberdeen.

Porém, tem origem, como atividade sistematizada e institucionalizada, com o *National Environmental Policy Act – Nepa*, promulgado em 1969 nos Estados Unidos. Foi a partir da conferência de Estocolmo em 1972, entretanto, que passou a ser gradativamente incorporada pelo processo decisório em outros países (MAGRINI apud MARGULIS, 1990).

Segundo MAGRINI apud MARGULIS (1990), embora a análise de impactos ambientais provocados por determinadas ações humanas já existisse, com graus diferenciados de exigência e abrangência, em alguns países, estes dois marcos introduzem uma nova dimensão no tratamento da questão. Se, por um lado, torna-se parte integrante e efetiva das políticas ambientais das diferentes nações, por outro, adquire nova concepção, incorporando não só a análise dos aspectos físicos e biológicos, mas também dos impactos sociais.

Nos últimos vinte anos, desde a sua concepção, a avaliação de impactos ambientais – AIA tornou-se um instrumento amplamente aceito no manejo ambiental.

2.3. A Evolução da Gestão Ambiental

Segundo BAASCH (1998), é interessante entender o contexto mundial referente às questões ambientais, no qual a AIA se inseriu nas décadas de setenta e oitenta e está inserido nesta década de noventa.

Antes da década de setenta, a movimentação mundial em termos de meio ambiente, tinha como foco principal o ar e a água. Havia pouco conhecimento sobre resíduos perigosos e a legislação ambiental era mínima. O ano de 1968 tornou-se o marco para o primeiro movimento mundial de consciência ecológica.

A década de setenta e oitenta já tinha como foco a correção dos danos ambientais, uma forma de gestão passiva, controle pontual da poluição, custo para remediação. Os mecanismos de controle eram, principalmente, as multas. O ano de 1979, com a crise do petróleo, torna-se então, um segundo marco para a consciência ecológica mundial. Nos anos oitenta, as atitudes foram em direção à Avaliação de impactos ambientais, gerenciamento de resíduos sólidos, controle de poluição do solo e minimização de resíduos. Os principais eventos foram na década de setenta, a Conferência de Estocolmo e O Clube de Roma. Na década de oitenta, alguns acidentes catastróficos como os vazamentos de substâncias químicas em Bhopal, na Índia; na usina nuclear de Chernobyl e o acidente com o navio *Exxon Valdez*, no Alasca. Nesta década, paralelo a estes acidentes a Comissão *Brundtland* elaborava o relatório *Nosso Futuro Comum*.

Na década atual, de 1990, o foco da movimentação ambiental passa a ser uma forma de gestão pró-ativa. É introduzida a filosofia dos 3 R's – redução, reutilização e reciclagem –; o meio ambiente passa a ser visto como uma vantagem competitiva e começa-se a falar em meio ambiente + saúde + segurança. Esta década é marcada por um novo sistema de conceitos : atuação responsável, auditoria ambiental, avaliação do ciclo de vida do produto, sistema de gerenciamento ambiental, filosofia ZERI efluentes e ecologia profunda (*deep ecology*). Os eventos principais foram a Conferência do Rio de Janeiro (1992) e a regulamentação da série de normas técnicas ISO 14.000.

Tem sido adotada em vários países com diferentes graus de entusiasmo, evoluindo para diversos níveis de sofisticação (BAASCH, 1998).

Segundo MOREIRA e ROHDE (1992), o emprego da AIA disseminou-se rapidamente, de início entre os países desenvolvidos, ainda uma vez em resposta a pressões sociais para a solução das questões ambientais. Pouco mais tarde, começaram a adotá-la alguns países em desenvolvimento e, mesmo alguns organismos regionais ou multinacionais de cooperação econômica.

Nos Estados Unidos, a AIA solicitada tem fornecido uma dimensão federal para o planejamento territorial e criou uma situação, na qual decisões referentes a significativas atividades federais somente podem ser tomadas com um conhecimento prévio de suas prováveis conseqüências ambientais. Canadá, Austrália, Holanda, e Japão adotaram legislações sobre impactos ambientais em 1973, 1974, 1981 e 1984 respectivamente. Colômbia tornou-se o primeiro país latino a instituir o sistema de AIA com os procedimentos adotados em 1974 (BAASCH, 1998).

Na maior parte dos países industrializados, a AIA se limita essencialmente aos projetos dos setores público e privado, suscetíveis de produzir impactos ambientais significativos. Uma das razões desta limitação é que o uso da avaliação de impactos ambientais no sistema de autorização de políticas, planos e programas tende a ser administrativa e tecnicamente mais difícil; por conseguinte, nos diversos sistemas implantados optou-se, numa primeira instância, por restringir a aplicação a projetos normalmente definidos e, lista de exclusão ou de sujeição, em função de limites técnicos e/ou financeiros (BURSZTYN apud BAASCH, 1998).

2.2 . A Avaliação de Impacto Ambiental no Brasil

Segundo BAASCH (1998), no Brasil, a AIA ficou instituída através da lei de Política Nacional número 6938 de 31 de agosto de 1981. Através da Resolução número 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de 21 de janeiro de 1986, onde os elementos básicos do AIA são tratados.

Quadro 01. Evolução da Gestão Ambiental

ÉPOCA	ESTÁGIO	ATITUDES	EVENTOS
Antes dos anos 70	Reconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Saneamento básico - Pouco reconhecimento relativo à resíduos perigosos - Existência limitada de requisitos e padrões ambientais 	
Anos 70	Controle	<ul style="list-style-type: none"> - Controle da poluição industrial (água, ar, ruído) - Gestão relativa - Filosofia de controle Pontual (end-of-pipe) 	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência de Estocolmo - Clube de Roma
Anos 80	Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Impactos Ambientais - Gerenciamento de resíduos sólidos - Controle da poluição do solo - Minimização dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> - Bhopal - Chernobyl - Exxon Valdez - Comissão Brundtland
Anos 90	Sistema de Conceito	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação responsável - Gerenciamento Integrado (meio ambiente + segurança+ saúde) - Auditoria Ambiental - Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos - Sistema de gerenciamento Ambiental - Filosofia ZERI - Ecologia Profunda 	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência do Rio de Janeiro - ISO 14.000

Fonte : Coelho apud BAASCH, 1998.

2.4. Objetivos da Avaliação de Impacto Ambiental

Segundo QUEIROZ apud JUCHEM (1993), a avaliação de impacto ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, cuja implementação, sem dúvida, implicará livre acesso às informações sobre o empreendimento quanto ao envolvimento e à participação da comunidade nas decisões governamentais.

A avaliação de impacto ambiental, de caráter eminentemente preventivo, tem como objetivo principal subsidiar a decisão do órgão público como instrumento de gestão ambiental.

Outro objetivo é ainda decorrente do fato de ser decisório, isto equivale a afirmar que tem a função de subsidiar as autoridades a decidir pela melhor alternativa, quer seja locacional, quer de processo, confrontando com a alternativa zero da não execução da obra.

Ultrapassada a fase de tomada de decisão, e sendo esta, conclusiva à execução da obra, a avaliação de impacto ambiental tem objetivos de acompanhamento e monitoramento destes impactos, decorrentes da construção e/ou operação da obra sempre obedecendo aos preceitos apontados no EIA e no RIMA.

2.5. Definição de Impacto Ambiental

Conceitos são referenciais importantes para uma melhor compreensão desse assunto. Serão apresentados a seguir dois conceitos de impacto ambiental, embora existam vários (BAASCH,1998):

- impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução n. 001 do CONAMA,1986).

- impacto ambiental é a alteração na qualidade ambiental como resultado da modificação de processos naturais ou sociais provocada por uma ação humana. Devendo a qualidade ambiental ser descrita com a ajuda de indicadores “objetivos” e apreendida ao nível de sua percepção pelos diferentes atores sociais (SACHS apud BAASCH, 1998).

Tais conceitos nos levam a buscar entender outros, como é o caso de impactos sociais. De acordo com BISSET apud BAASCH (1998), impactos sociais são mudanças nas relações sociais entre membros de uma instituição, comunidade ou sociedade que resultam de uma mudança externa. São de difícil identificação e previsão e não há nenhuma técnica padrão para prevê-los, o que contrasta com nossa capacidade de prever certos efeitos ambientais sobre o meio físico.

Segundo MAGRINI apud MARGULIS (1990), na realidade existem diversas definições, quase todas calcadas numa lógica do tipo ação-reação que dificilmente espelham a complexidade da dinâmica ambiental. Podemos distinguir, neste tipo de conceituação, duas dificuldades básicas. A primeira, consiste na própria identificação das fronteiras do impacto, já que o mesmo se propaga espacialmente e temporalmente através de uma complexa rede de inter-relações. A Segunda, reside nas deficiências instrumentais e metodológicas para predizer as respostas dos ecossistemas às ações humanas.

De forma diversa, para outros autores, impacto ambiental pode ser visto como parte de uma relação de causa e efeito. Do ponto de vista analítico, o impacto ambiental pode ser considerado como a diferença entre as condições ambientais que existiam com a implantação de um projeto proposto e as condições ambientais que existiriam sem essa ação (QUEIROZ apud JUCHEM, 1993).

2.5.1. Características dos Impactos Ambientais

Segundo BAASCH (1998), antes de serem analisadas as diversas etapas na avaliação de impactos ambientais é importante considerar as várias características destes impactos :

Características de valor :

- impacto positivo, ou benéfico, quando uma ação resulta na melhoria da qualidade de um fator ou parâmetro ambiental;
- impacto negativo, ou adverso, quando uma ação resulta em um dano à qualidade de um fator ou parâmetro ambiental.

Características de ordem :

- impacto direto, quando resulta de uma simples relação de causa e efeito; também chamado de impacto primário ou de primeira ordem;
- impacto indireto, quando é uma reação secundária em relação à ação, ou quando é parte de uma cadeia de reações; também chamado de impacto secundário, ou de enésima ordem, de acordo com sua situação na cadeia de reações.

Características espaciais :

- impacto local, quando a ação afeta apenas o próprio sítio e suas imediações;
- impacto regional, quando um efeito se propaga por uma área além das imediações do sítio onde se dá a ação;
- impacto estratégico , quando é afetado um componente ambiental de importância coletiva ou nacional.

Uma outra forma de caracterizar espacialmente os impactos em relação à área de abrangência, é :

- impacto extensivo, caracterizado pela impossibilidade ou grande dificuldade de delimitar sua área de abrangência, bem como seus possíveis efeitos cumulativos, progressivos e crônicos.
- Impacto intensivo, aquele que abrange uma área bem delimitável, qualquer que seja a sua extensão.

Características temporais ou dinâmicas :

- Impacto imediato, quando o efeito surge no instante em que se dá a ação;
- Impacto médio ou longo prazo, quando o efeito se manifesta depois de decorrido um certo tempo após a ação;
- Impacto temporário, quando o efeito permanece por um tempo determinado, após a execução da ação;
- Impacto permanente, quando os efeitos não cessam de se manifestar num horizonte temporal conhecido, uma vez executada a ação.

Os impactos podem ainda ser caracterizados por sua reversibilidade, seus efeitos cumulativos e sinérgicos e, também, pela sua distribuição social, uma vez que os impactos benéficos e adversos nunca são igualmente sentidos pelos diversos grupos sociais (VEROCAI apud BAASCH, 1998).

Além das características, os impactos ambientais têm dois tipos de atributos; a magnitude (grandeza em termos absolutos) e a importância (ponderação do grau de significância do impacto) (BAASCH, 1998).

2.6. Definições de Avaliação de Impacto Ambiental

Na literatura de língua inglesa adotam-se termos como *Environmental Impact Assessment* para designar estudos que analisam aspectos sociais e ecológicos e *Ecological Impact Assessment* e *Social Impact Assessment* para os que tratam de aspectos ecológicos e sociais respectivamente. Uma expressão recentemente introduzida por ROSSINI e PORTER (1983) – *Integrated Impact Assessment* – refere-se ao estudo do conjunto de conseqüências sociais e ecológicas, segundo um enfoque holístico que evidencia os efeitos cumulativos resultantes de sua interações, requerendo para sua elaboração, um conjunto de disciplinas distintas, embora integradas (MAGRINI apud MARGULIS, 1990).

WESTMAN in MAGRINI apud MARGULIS (1990), define *assessment* como "análise e avaliação de impactos". A análise consiste numa tarefa objetiva de identificação de ações, medição das condições de base e predição das prováveis mudanças nestas condições, resultantes daquelas ações. A avaliação constitui uma

atividade subjetiva ou normativa, que depende da aplicação de valores humanos, vez que envolve a determinação da significância dos efeitos.

Segundo BOLEA in MAGRINI apud MARGULIS (1990), "as avaliações de impacto ambiental são estudos realizados para identificar, prever e interpretar, assim como prevenir as conseqüências ou efeitos ambientais que determinadas ações, planos, programas ou projetos podem causar à saúde, ao bem-estar humano e ao entorno". A autora acrescenta ainda, que tais estudos incluem alternativas à ação ou projeto e pressupõem a participação do público, representando não um instrumento de decisão em si, mas um instrumento de conhecimento a serviço da decisão.

Esta definição, embora seja apenas uma entre as muitas existentes, traduz algumas tendências recentemente incorporadas à avaliação. Destaca-se, de um lado, a extensão do processo, que evolui de um enfoque historicamente voltado para um projeto específico no sentido de uma concepção mais ampla em termos de programa e plano; de outro, explicita-se a necessidade de análise de alternativas e de participação do público (MAGRINI apud MARGULIS, 1990).

De acordo com MUNN apud BAASCH (1998), a avaliação de impactos ambientais é uma atividade que visa identificar, prever, interpretar e informar sobre os impactos de uma ação sobre a saúde e o bem estar humano (inclusive a saúde dos ecossistemas dos quais depende a sobrevivência do homem).

HORBERRY apud BAASCH (1998), define como um procedimento que visa encorajar os empresários, políticos, etc., a levar em conta os efeitos possíveis dos investimentos econômicos sobre a qualidade do meio ambiente e a produtividade dos recursos naturais. É um instrumento para organizar a coleta de dados, que serão necessários aos planejadores, para conceber projetos em harmonia com o meio ambiente e que levam a um desenvolvimento sustentável.

Em tese, a AIA é um instrumento de política ambiental formado por um conjunto de procedimentos capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta (projeto, programa, plano ou política) e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão e por eles considerados. Além disso, os procedimentos devem garantir adoção das medidas de proteção do meio ambiente determinadas, no caso de

decisão sobre a implantação do projeto (MOREIRA in QUEIROZ apud JUCHEM, 1993).

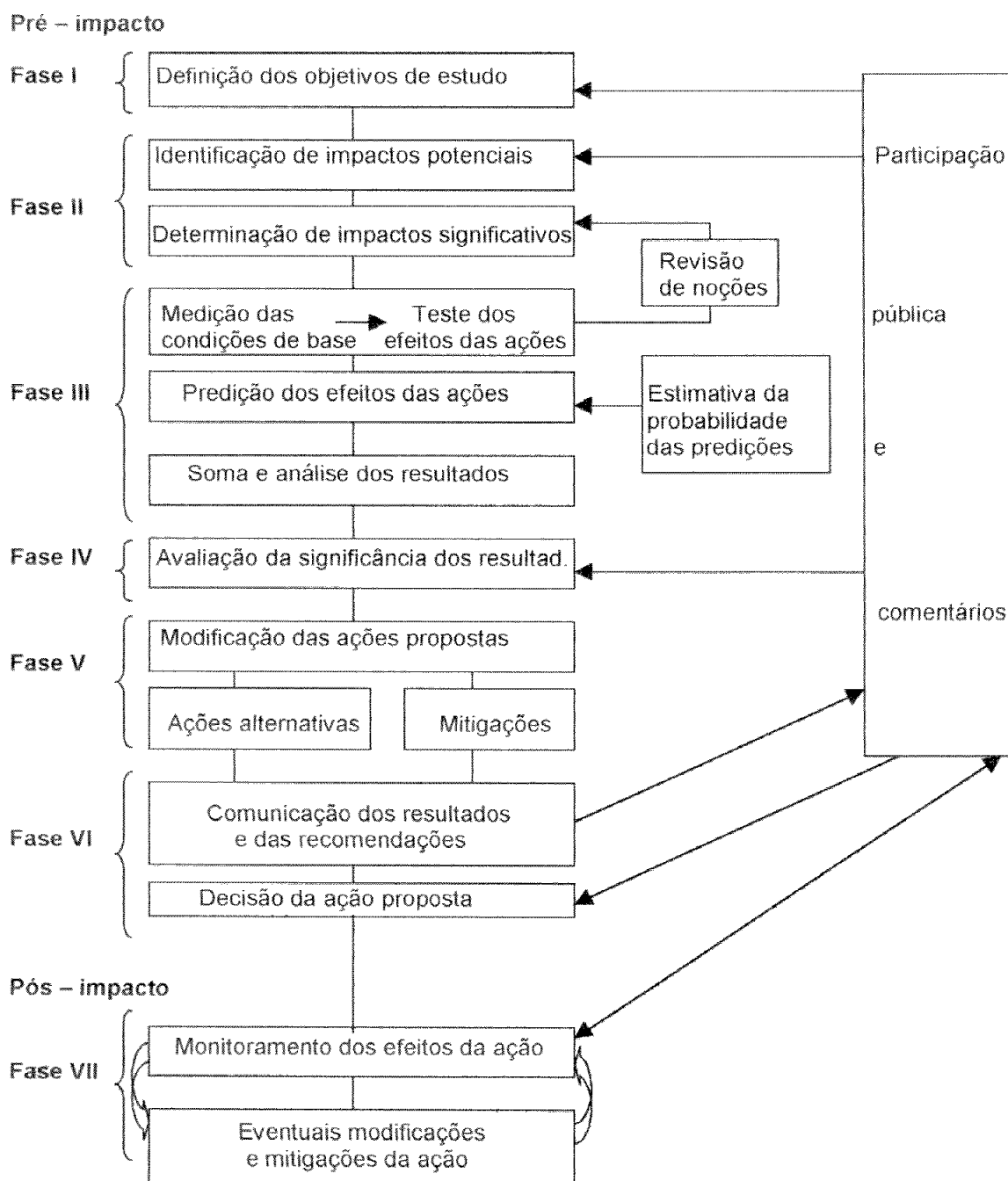
A avaliação de impactos ambientais fornece subsídios a uma tomada de decisão que leve em consideração as vantagens e desvantagens de uma determinada proposta de intervenção em suas dimensões econômica, social e ecológica. A elaboração de procedimentos efetivos de AIA pode ser vista como a busca por mecanismos para lidar com assuntos gerados pela necessidade de justapor o planejamento e a autorização de propostas. Alguns assuntos trabalham a parte técnica como a identificação e a previsão dos impactos. Muitos, entretanto, referem-se ao manejo da informação dentro e entre os processos, AIA como arte (BAASCH, 1998).

2.6.1. Principais Atividades de Uma AIA

De acordo com BAASCH (1998), as principais atividades ou etapas básicas na avaliação de impactos ambientais de maneira geral, são: identificação dos impactos, identificação das questões principais, estudos de base, previsão dos impactos, avaliação dos impactos e plano de monitoramento.

WESTMAN in MAGRINI apud MARGULIS (1990), considera sete fases no processo de avaliação, distribuídas em duas etapas: pré-impacto e pós-impacto (figura 01).

Figura 01. As fases no Processo de Avaliação



Fonte : Westman, W.E. op. cit., p. 11.

Observa-se que nesta proposta a participação do público se dá nas diversas fases, num grande movimento de interação, e não somente no momento da audiência pública, quando a proposta já está praticamente aceita (BAASCH, 1998).

De acordo com BAASCH (1998), a avaliação de impactos ambientais tem sido operada normalmente em três fases: identificação dos impactos, predição e avaliação.

Fase de Identificação

A identificação dos impactos ambientais é, via de regra, uma atividade objetiva; entretanto, como já foi mencionado, apresenta dificuldades inerentes à delimitação espaço-temporal dos impactos, exigindo uma ampla análise de toda a possível gama de interações. Outro problema reside na natureza diferenciada desses efeitos, que dificulta o estabelecimento de um padrão de mensuração comum.

Fase de Predição

A fase de predição dos impactos ambientais também envolve limitações instrumentais, já apontadas, relativas à previsão do comportamento de sistemas tão complexos quanto os ecossistemas. São normalmente utilizados cinco métodos para efetuar a predição (WESTMAN apud BAASCH, 1998) :

- a) estudos de casos que permitam extrapolar os efeitos de uma ação similar sobre o mesmo ecossistema ou outro ecossistema semelhante;
- b) modelos conceituais ou quantitativos que efetuem previsões das interações do ecossistema;
- c) bioensaios de estudos de microcosmo que simulem os efeitos das perturbações sobre os componentes dos ecossistemas sob condições controladas;
- d) estudo de perturbações no campo que evidenciem respostas de parcela da área proposta para o projeto às perturbações experimentais;
- e) considerações teóricas que propiciem a predição dos efeitos a partir da teoria ecológica vigente.

Fase de Avaliação

Finalmente, na fase de avaliação propriamente dita, atribuem-se aos efeitos parâmetros de importância ou significância, que envolvem uma valoração subjetiva ou normativa, tornando esta fase do processo um dos pontos mais críticos.

2.6.2. Componentes do AIA

Dentre os componentes da AIA há de se destacar o EIA, instrumento de decisão técnica, que no Brasil visa subsidiar o licenciamento ambiental. Está incluído no EIA que este deve discriminar todos os aspectos técnicos da atividade que se quer licenciar; é, portanto, onde deve estar inserida a análise de risco.

O segundo componente neste processo, que também tem amparo legal e formal, é o RIMA. Este, tem objetivo claro e explícito; é o documento escrito ao qual a população tem acesso para entender a razão da atividade a ser implantada.

Além de documentos escritos há de se considerar os aspectos também formais, mas não em forma escrita: a Audiência Pública e o acesso da população na fase de comentários. Este último tem recebido pouca atenção, pois entende o órgão público estadual não ser uma exigência para todos os EIA e RIMA apresentados. Há, assim, uma grande lacuna no processo de AIA, fato que sendo constatado a tempo poderá reverter em benefício, desde que se determinem a curto prazo novos componentes legalmente amparados, para terem sustentação.

2.6.3. Principais Instrumentos Legais na Avaliação de Impactos Ambientais

Segundo QUEIROZ apud JUCHEM (1993), no Brasil, a opção para aplicação da Política Ambiental encontra-se essencialmente baseada em dispositivos legais. A avaliação de impactos ambientais poderia ser executada através de mecanismos da administração pública, no entanto, em nível nacional, verifica-se que a AIA é parte integrante dos instrumentos de política ambiental, respaldada em diversos textos legais.

Serão descritos a seguir, as principais leis, **resoluções** e decretos que dispõem sobre a atividade da avaliação de impactos ambientais, segundo BAASCH, 1998.

Lei 6938/81

Artigo 9. a avaliação de impacto ambiental como um instrumento da PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente).

Artigo 10. a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Decreto 88351/83 – regulamenta a PNMA (última atualização: Decreto 99274 de 06/06/1990) art. 15, Parag.1. – Caberá ao CONAMA fixar critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento.

Parag. 2. – as despesas correrão por conta do proponente do projeto

Parag. 3. – o RIMA será acessível ao público

Lei 7347/85 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

Resolução CONAMA 005/85 – obrigatoriedade de EIA para as ações ou empreendimentos em áreas de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou de potencial espeleológico.

Resolução CONAMA 001/86 – lista algumas atividades modificadoras do meio ambiente sujeitas a EIA/RIMA; estabelece diretrizes para a elaboração do EIA – RIMA; determina atividades técnicas a serem desenvolvidas no EIA e determina dentre outros aspectos, o conteúdo mínimo do RIMA.

Resolução CONAMA 009/87 – disciplina a audiência pública relacionada ao processo da avaliação de impactos ambientais.

Resolução CONAMA 010/87 – o licenciamento de obras de grande porte terá, como pré-requisito, a implantação de uma Estação Ecológica. O RIMA apresentará uma proposta para a Estação Ecológica.

Constituição Federal 1988 – art. 225, IV : exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Decreto 97632/89 – deverão ser incorporados aos EIAs/RIMAs de mineração um plano de recuperação de áreas degradadas.

Resolução CONAMA 237/97 – revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental “de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela política nacional de meio ambiente”.

Art. 1. IV – “ impacto ambiental regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Lei 9605/98 – lei de crimes ambientais.

2.7. Resolução Conama 001/86

A Resolução número 001 de 23 de janeiro de 1986 do CONAMA, trata de questões pertinentes ao processo de avaliação dos impactos ambientais. Ela tem sido referência para alguns estados brasileiros no encaminhamento do processo. Outros estados, a partir dela, criaram diretrizes básicas.

O artigo sexto, estabelece as atividades técnicas que os estudos devem abordar e será utilizado como referência para a execução dessa dissertação.

Artigo 6

O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I – Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, e modo a

caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

- a) o meio físico – o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;
- b) o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção, e as áreas de preservação permanente;
- c) o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II – Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas através da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III – Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV – Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Segundo QUEIROZ apud JUCHEM (1993), existem, no entanto, outros instrumentos da política ambiental que não são de base legal. São os procedimentos gerenciais e administrativos, calcados em mecanismos de pressão moral, controle

diretos e através do mercado e também mediante investimentos do governo, conforme mostra o quadro 02.

Quadro 02. Instrumentos da Política Ambiental

1. Pressão moral (publicidade, pressão social etc.)
2. Controles diretos <ul style="list-style-type: none"> a) Regulamentos limitando os níveis de emissão b) Obrigação de instalar determinado equipamento ou processo de tratamento
3. Controle através do mercado <ul style="list-style-type: none"> a) Taxação dos danos ambientais <ul style="list-style-type: none"> . alíquotas determinadas com objetivo de alcançar padrões de qualidade ambiental previamente estabelecidos b) Subsídios <ul style="list-style-type: none"> . pagamento por unidade de redução da emissão de poluentes . pagamento do equipamento de controle da poluição c) Venda de quantidade limitadas de " licenças " para poluir <ul style="list-style-type: none"> . venda das licenças a quem pagar mais . distribuição igualitária das licenças com permissão para revenda d) Depósitos prévios restituíveis contra danos ambientais <ul style="list-style-type: none"> . Criação de direitos de propriedade sobre o meio ambiente para estimular o interesse nas melhorias na qualidade ambiental
4. Investimento do Governo <ul style="list-style-type: none"> a) Sistemas de prevenção do dano ambiental. (Exemplo: estações de tratamento de esgotos b) Atividades de restauração. (Exemplo: reflorestamento, remoção de favelas) c) disseminação de informação. (Exemplo: de técnicas de controle da poluição, oportunidades lucrativas para reciclagem de dejetos) d) pesquisas e) educação <ul style="list-style-type: none"> . do público em geral . de profissionais especialistas. (Exemplo: ecólogos, planejadores urbanos etc.)

Fonte : CARVALHO in QUEIROZ apud JUCHEM, 1993.

Segundo QUEIROZ apud JUCHEM (1993), a experiência brasileira na aplicação da AIA é recente, aproximadamente cinco anos. Os problemas vão desde as necessidades de capacitação técnica dos funcionários dos órgãos ambientais aos quadro de técnicos que elaboram o EIA e o RIMA nas empresas de consultoria. Ainda há necessidade de se implementar treinamentos que sejam acompanhados pelos técnicos do IBAMA, das Universidades e das Entidades Estaduais de Meio

3. MEIO BIÓTICO E BIODIVERSIDADE

3.1. Meio Biótico

De acordo com ODUM (1983), o ecossistema é a unidade funcional básica na ecologia, sendo composto por dois fatores: o biótico e o abiótico, ou ainda, pelo meio biótico e pelo meio abiótico que interagem e são responsáveis pela manutenção da vida na terra.

Como sabemos, o termo **bios** vem do grego e significa “vida”, logo, o meio biótico refere-se à comunidade biótica, ou seja, ao conjunto de seres vivos de uma determinada área, região, ecossistema ou, até mesmo, do planeta (biosfera).

Como resultado do processo evolutivo, mais de 10 milhões de tipos diferentes de organismos habitam hoje nosso planeta. Para facilitar o estudo dessa enorme diversidade é preciso organizar os seres vivos em grupos, isto é, classificá-los de acordo com determinados critérios (LINHARES e GEWANDSZNAJDER, 1992).

Segundo FONSECA (1997), Taxonomia (taxi= arranjo; nomo = lei) é a área da biologia que se dedica ao estudo dos métodos e teorias que organizam os seres vivos em grupos, promovendo a classificação, a identificação e a nomenclatura desses seres.

O primeiro sistema natural, baseado em caracteres de semelhanças físicas entre os seres vivos, foi organizado pelo médico e naturalista Carlos Lineu (FONSECA, 1997).

Lineu classificou os seres vivos em grupos ou categorias hierarquizadas, partindo da espécie até reino, chegando a um total de sete grupos ou categorias taxonômicas:

- espécie
- gênero
- família
- ordem
- classe

Ambiente. Entretanto, o que parece mais premente para o desenvolvimento do processo de AIA é a mudança de comportamento político dos Órgãos e Instituições Governamentais responsáveis pela execução de grandes programas e obras, nem sempre dispostos a discutir e reverter suas posições.

A experiência desse tempo de vigência da Resolução CONAMA nº 001/86 ainda não foi profundamente avaliada. Da perplexidade inicial das entidades de meio ambiente, das empresas estatais e dos órgãos do serviço público, tanto os federais quanto os estaduais, à atitude mais compromissada de todos que se pode observar no presente momento, vale a assertiva de que o processo de AIA avança à medida que a sociedade, consciente da importância da gestão ambiental democrática, passa a defender o direito do cidadão de receber informações sobre a qualidade do meio ambiente e de participar das decisões que lhe afetam (MOREIRA in QUEIROZ apud JUCHEM, 1993).

- filo
- reino

Os sete grupos básicos da Taxionomia foram resultado do acúmulo de muitos anos de contribuição de vários naturalistas. Em 1758, esses grupos foram reunidos numa publicação que mudou os destinos da Taxionomia. Trata-se de **Systema Naturae**, do naturalista sueco Karl von Linné (1707-1778), conhecido como Lineu critérios (LINHARES e GEWANDSZNAJDER, 1992).

3.2. A Divisão em Reinos

Segundo LINHARES e GEWANDSZNAJDER (1992), inicialmente os seres vivos foram divididos em dois reinos: plantas (autótrofos, fixos, com parede celular) e animais (heterótrofos, móveis, na maioria sem parede celular). Entretanto, era difícil enquadrar alguns seres vivos, principalmente os unicelulares, em qualquer uma dessas categorias.

Com a evolução das pesquisas científicas e o avanço da tecnologia aplicada à taxionomia, chegou-se à classificação dos seres vivos em cinco reinos, cujas características básicas serão citadas no quadro 03.

Quadro 03. A divisão dos Seres Vivos em Reinos

REINOS	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTANTES
Monera	seres unicelulares, procariontes, isolados ou coloniais, autótrofos (por fotossíntese ou quimiossíntese) ou heterótrofos.	Bactérias e cianofíceas.
Protista	seres unicelulares, eucariontes, isolados ou coloniais, autótrofos fotossintetizantes ou heterótrofos.	Protozoários e algas.
Fungi	seres uni ou pluricelulares, eucariontes, heterótrofos por absorção.	Fungos.
Plantae	Organismos pluricelulares, eucariontes, autótrofos fotossintetizantes.	Plantas terrestres e algas pluricelulares.
Animalia	Organismos pluricelulares, eucariontes, heterótrofos geralmente por ingestão.	Compreende os animais desde os mais simples (poríferos) até os mais complexos(mamíferos).

Fonte : FONSECA. *Biologia*, 1997.

3.3. Fauna e Flora

Há alguns milhares de anos, havia tantos animais e plantas na face da Terra que a interferência humana não representava uma ameaça significativa para a sobrevivência das espécies. Mas, atualmente a realidade é bem diferente. Somos mais de cinco bilhões de pessoas, cujas necessidades e práticas estão comprometendo a população de inúmeras espécies de animais, plantas e outros organismos vivos do planeta.

O tráfico ilegal de espécies e a destruição dos ecossistemas naturais são duas das maiores ameaças à vida silvestre. No Brasil, existem mais de 200 espécies de animais e mais de 100 espécies de plantas condenadas ao desaparecimento, se nada for feito para protegê-las. Entre as espécies ameaçadas estão o mogno, o mico-leão-dourado e arara-azul (*Word Wildlife Found*, 2000).

3.3.1. Fauna

Segundo IBAMA (2000), A exploração desordenada tem levado a fauna brasileira a um processo de extinção de espécies intenso, seja pelo avanço da fronteira agrícola, seja pela caça esportiva, de subsistência ou com fins econômicos, como a venda de peles e animais vivos. Este processo vem crescendo nas últimas duas décadas, à medida que a população cresce e os índices de pobreza aumentam.

O IBAMA é responsável pela publicação da Lista Oficial de animais ameaçados de extinção, que é elaborada em conjunto com os comitês e grupos de trabalho de cientistas especializados em cada grupo animal.

O Brasil possui 208 espécies na Lista Oficial de animais ameaçados de extinção e dez novas espécies serão adicionadas em breve. O IBAMA tem apoiado ações de proteção e manejo de espécies ameaçadas de extinção.

A Lei da Fauna, Lei 5.197/67 proporcionou medidas de proteção e, com o advento da Constituição Brasileira de 1988, o protecionismo à fauna ficou bastante fortalecido, tendo em vista o teor do seu Art. 225, assim descrito: " Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade".

Esta Lei elimina a caça profissional e o comércio deliberado de espécies da fauna brasileira. Por outro lado, faculta a prática da caça amadorista, considerada como uma estratégia de manejo e, sobretudo, estimula a construção de criadouros destinados à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.

3.3.2. Flora

Estima-se que 10% das espécies do planeta vivam em nossas paisagens. Infelizmente essas paisagens vêm sendo consumidas por desmatamento, queimadas e poluição, provocados pela expansão irracional da agricultura, especulação imobiliária, assentamento de populações, exploração de madeiras tropicais e garimpo.

O Brasil não possui recursos naturais inesgotáveis. A Mata Atlântica, que já perdeu 93% de sua área original, é o maior exemplo disso. Cobria mais de 1 milhão km² e hoje está reduzida a menos de 100 mil km². Essa ocupação predatória, que quase destruiu a Mata Atlântica, agora avança sobre o Cerrado e a Amazônia (*Word Wildlife Found*, 2000).

De acordo com a Portaria nº 122-P de 19/03/1985, a coleta, transporte, comercialização e industrialização de plantas ornamentais, medicinais, aromáticas e tóxicas, oriundas de floresta nativa dependem de autorização do IBAMA. As espécies mais comumente comercializadas são aquelas pertencentes principalmente às famílias Orquidaceae, Bromeliaceae, Cactaceae, Euforbiaceae, Dicksoniaceae e Araceae.

A Portaria nº 37-N, de 3 de abril de 1992, relaciona a lista de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção. O IBAMA, através da Divisão de Flora, tem a competência de preparar e atualizar a lista de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção, propor e executar medidas e programas especiais necessários à sua conservação. Atualmente, 107 espécies de plantas são reconhecidas oficialmente como ameaçadas de extinção. O IBAMA pretende atualizar a lista oficial através de consulta a especialistas e sociedades científicas e através da utilização das informações disponíveis nas listas elaboradas pelos estados.

Está sendo implantado no IBAMA o Programa Flora que tem como objetivo promover a conservação de espécies nativas e garantir o seu uso racional (IBAMA, 2000).

3.4. Biodiversidade

3.4.1. Introdução

De acordo com a Agenda 21 – capítulo 15 (1997), a Conservação da Diversidade Biológica, os bens e serviços essenciais de nosso planeta dependem da variedade e variabilidade dos genes, espécies, populações e ecossistemas. Os recursos biológicos nos alimentam e nos vestem, nos proporcionam moradia, remédios e alimento espiritual. Os ecossistemas naturais de florestas, savanas,

pradarias e pastagens, desertos, tundras, rios, lagos e mares contêm a maior parte da diversidade biológica da Terra. Os campos agrícolas e os jardins também têm grande importância como repositórios, enquanto os bancos de genes, os jardins botânicos, os jardins zoológicos e outros repositórios de germoplasma fazem uma contribuição pequena, mas significativa. O atual declínio da diversidade biológica resulta em grande parte da atividade humana e representa uma séria ameaça ao desenvolvimento humano.

Segundo *World Wildlife Fund* (2000), a diversidade biológica está presente em todo o lugar, no meio dos desertos, nas tundras congeladas ou nas fontes de águas sulfurosas. A diversidade genética possibilitou a adaptação da vida nos mais diversos pontos da Terra. As plantas, por exemplo, estão na base dos ecossistemas. Como elas florescem com mais intensidade nas áreas úmidas e quentes, a maior diversidade é detectada nos trópicos, como é o caso da Amazônia e sua excepcional vegetação. Dois terços da vasta bacia amazônica estão no Brasil, que também abriga o maior sistema fluvial do planeta.

A despeito da diversidade biológica disponível, mais de 50% da base alimentar do homem concentra-se somente no trigo, no arroz e no milho. As plantações que formam essa limitada fonte de alimentos são geralmente monoculturas e, por isso, suscetíveis a pestes. Na década de 70 uma praga atacou os campos de arroz asiáticos, ameaçando milhões de pessoas com a fome. Tempos depois os cientistas descobriram que cruzando uma espécie não cultivada os agricultores chegariam a um arroz resistente à doença. Este fato mostrou que à medida que um número crescente de espécies forem extintas será mais difícil proteger as culturas existentes das pragas.

3.4.2. Conceito

Trata-se da variedade de formas de vida no planeta. Essa variedade pode ser analisada em vários níveis, incluindo: a diversidade genética dentro de populações e espécies, a variedade de espécies da fauna, da flora e de microorganismos; a variedade de funções ecológicas desempenhada pelos organismos nos

ecossistemas e a diversidade de habitats, comunidades e ecossistemas formados pelos organismos.

A Biodiversidade refere-se tanto ao número de espécies de organismos (riqueza) quanto à sua abundância relativa (equitabilidade). Inclui a variabilidade a nível local, (alfa diversidade), complementariedade biológica entre habitats (beta diversidade) e variabilidade entre paisagens (gama diversidade). A Biodiversidade inclui assim, a totalidade dos recursos vivos ou biológicos, bem como os recursos genéticos e seus componentes. Além de promover o equilíbrio e a estabilidade dos ecossistemas, a Biodiversidade tem também imenso potencial econômico, sendo a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais, além de ser fonte estratégica para a indústria da biotecnologia.

3.4.3. A Biodiversidade no Brasil

Entre os cientistas, o Brasil é considerado o país da “megadiversidade”. Aproximadamente 20% das espécies conhecidas no mundo estão aqui. É bastante conhecido, por exemplo, o potencial terapêutico das plantas encontradas na Amazônia. Além do uso medicinal de algumas plantas, elas também são importantes na alimentação humana.

Segundo WIEDMANN apud RODRIGUES (1997), do ponto de vista da biodiversidade, desaparecendo o Brasil, desapareceriam 30% das florestas tropicais; entre elas, a Floresta Amazônica que cobre quase 40% do território brasileiro. Também a floresta de Araucária do sul do país, a Mata Atlântica e outros ecossistemas pouco estudados como o pantanal, o cerrado e a caatinga também estariam perdidos.

No que se refere à fauna silvestre, perder-se-ia um-quarto de todos os primatas do planeta, equivalente a 55 espécies diferentes, dos quais 35% totalmente endêmicos, 70 espécies de psitacídeos, 487 anfíbios, 2896 espécies de vertebrados terrestres, dos quais mais de trezentos já ameaçados de extinção.

O Brasil tem três vezes mais peixes de água doce que qualquer outro país e tem mais de 3.000 espécies ou 22% da fauna ictiológica do total mundial conhecido.

Os répteis brasileiros alcançam 467 espécies. São 1.567 espécies de aves e 405 mamíferos.

De acordo com *World Wildlife Found* (2000), em junho de 1992, o Brasil organizou e sediou uma Conferência das Nações Unidas para conciliar os esforços mundiais de proteção do meio ambiente com o desenvolvimento sócio-econômico. Essa Conferência, conhecida como Rio-92, constituiu-se num marco histórico que produziu importantes acordos, com destaque para a Convenção sobre a Diversidade Biológica, estabelecendo que devemos agir já, e de forma preventiva, ao invés de continuarmos acomodados, aguardando a confirmação das previsões, para então tomarmos medidas corretivas, em geral ineficazes.

Esta Convenção é o primeiro instrumento legal para assegurar a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Mais de 160 países assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993. Contudo, desde a sua criação, ainda não está claro como a convenção deverá ser implementada. A destruição de florestas, por exemplo, continua crescendo em níveis preocupantes. Os países que assinaram o acordo não mostram disposição política para adotar o programa de trabalho estabelecido pela Convenção, cuja meta é assegurar o uso adequado e proteção dos recursos naturais existentes nas florestas, na zona costeira e nos rios e lagos.

3.4.4. A Perda da Biodiversidade

Tanto a comunidade científica internacional, quanto governos e entidades não governamentais ambientalistas, vêm alertando para a perda da Biodiversidade em todo o mundo, e particularmente, nas regiões tropicais. Essa degradação biológica que assola o planeta tem como responsável a ação antrópica contemporânea, agravada pelo crescimento explosivo da população humana, e pela distribuição desigual de riqueza.

Os principais processos responsáveis pela perda da Biodiversidade são:

- Perda e fragmentação dos habitats;
- Introdução de espécies e doenças exóticas;
- Exploração excessiva de espécies de plantas e animais;
- Contaminação do solo, água, e atmosfera por poluentes;
- Mudanças climáticas.

Sobre o problema da extinção das espécies, o jornal O Globo, em artigo publicado no dia 11/05/92, intitulado " Extinção em massa ameaça a Terra " escreve:

O número de espécies extintas desde o início da era industrial, no século XVIII, supera as perdas ocorridas há 65 milhões de anos, quando os dinossauros e várias outras formas de vida foram varridas da face da Terra. Hoje, os especialistas estimam que de 45 a 270 espécies desaparecem todos os dias. A poluição e o crescimento da poluição mundial são apontados como os principais responsáveis por essa nova extinção em massa.

De acordo com *Word Wildlife Found* (2000), não se sabe quantas espécies vegetais e animais existem no mundo. As estimativas variam entre 10 e 50 milhões, mas até agora os cientistas classificaram e deram nome a somente 1,5 milhão de espécies.

Se a taxa de desmatamento manter o ritmo atual, entre 5% e 10% das espécies que habitam as florestas tropicais poderão estar extintas dentro dos próximos 30 anos. A poluição é uma grave ameaça à biodiversidade do planeta. Na Suécia, a poluição e a acidez das águas impede a sobrevivência de peixes e plantas em quatro mil lagos do país.

A introdução de espécies animais e vegetais em diferentes ecossistemas acaba por colocar em risco a biodiversidade de toda a área, região ou país. Um caso bem conhecido é o da importação de sapo cururu pelo governo da Austrália com o objetivo de controlar uma peste nas plantações de cana-de-açúcar no nordeste do país. O animal revelou-se um predador voraz dos répteis e anfíbios da região, tornando-se um problema a mais para os produtores, e não uma solução.

A sociedade moderna – particularmente os países ricos – desperdiça grande quantidade de recursos naturais. A elevada produção e uso de papel, por exemplo, é uma ameaça constante às florestas. Um exemplo de como os recursos naturais

sofrem com a poluição vem das Filipinas, onde 460.000 hectares de mangue foram destruídos (*World Wildlife Found*, 2000).

3.4.5. Por que Conservar a Biodiversidade?

A extinção das espécies vivas presentes sobre o nosso planeta é um fenômeno natural que se inscreve no quadro do processo da evolução. Contudo, devido às atividades humanas, as espécies e os ecossistemas são hoje objeto de ameaças mais graves do que em qualquer outra época histórica. As perdas tocam particularmente as florestas tropicais onde vivem 50 a 60% das espécies identificadas, assim como os rios e os lagos, os desertos e as florestas temperadas, as montanhas e as ilhas.

De acordo com as estimativas mais recentes, tendo em conta as taxas atuais de desflorestação, assistiremos ao desaparecimento de oito por cento das espécies vivas do nosso planeta nos próximos 25 anos.

Este fenômeno constitui, por um lado, uma tragédia ecológica, mas tem por outro lado, repercussões graves sobre o desenvolvimento econômico e social. Pelo menos 40% da economia mundial e 80% das necessidades dos pobres estão ligadas aos recursos biológicos. Por outro lado, quanto maior for a diversidade biológica, maiores são as possibilidades de descobertas no domínio médico, do desenvolvimento econômico e das possibilidades de formular soluções que nos permitam adaptar aos novos desafios tais como as mudanças climáticas.

A Biodiversidade é de uma importância vital para nós na medida em que a nossa vida e os nossos meios estão dependentes dela.

Três razões principais justificam a preocupação com a conservação da diversidade biológica: primeiro, porque se acredita que a diversidade biológica seja uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas; segundo, porque se acredita que diversidade biológica apresenta um imenso potencial econômico ainda pouquíssimo explorado, em especial, pela biotecnologia. Terceiro, porque a diversidade biológica está se deteriorando, antes mesmo de ser conhecida pela ciência, devido aos impactos das atividades antrópicas.

Sobre esse aspecto, o jornal O Globo, no artigo acima citado, escreve:

Existem hoje entre cinco e 30 milhões de seres vivos no planeta, dos quais apenas 1,4 milhão foram descritos pela ciência. Embora boa parte dos organismos desconhecidos seja constituída de insetos, a descoberta de uma quarta espécie brasileira de mico-leão, em 1990, no Sul do Paraná, deixou claro que até mesmo alguns primatas ainda não são conhecidos. Além disso, a cada dia descobrem-se novas aves. A cada espécie descoberta surgem novos compostos, que podem virar matéria-prima para medicamentos. Daí o grande interesse internacional em preservar e conhecer os ecossistemas dos países tropicais, onde a biodiversidade é grande.

As funções ecológicas desempenhadas pela Biodiversidade são ainda pouco conhecidas, entretanto considera-se que ela seja responsável pelos processos naturais e pelos produtos fornecidos pelos ecossistemas que sustentam outras formas de vida e modificam a biosfera, tornando-a apropriada e segura para a vida. A diversidade biológica possui, além de seu valor intrínseco, valores ecológicos, genético, social, econômico, científico, cultural, recreativo e estético.

Até aqui, vimos alguns conhecimentos importantes sobre a Avaliação de Impacto Ambiental, Meio Biótico e Biodiversidade. No capítulo seguinte, trataremos da questão do Turismo, constituindo assim, o tripé necessário para dar suporte teórico ao presente trabalho que se propõe a discutir os impactos da atividade turística no meio biológico.

4. TURISMO

4.1. Origem da Palavra Turismo

A palavra *tour* quer dizer volta e tem o seu equivalente *turn*, no inglês, do latim *tornare*. As palavras *tourism* e *tourist*, de origem inglesa, já aparecem documentadas em 1760, na Inglaterra. Mas, os estudiosos do setor como o suíço Arthur Haulot, na busca de suas origens, apresentam a possibilidade de origem hebreia, da palavra *tur*, quando a Bíblia cita que "Moisés enviou um grupo de representantes ao país de Canahã para visitá-los e informar-se a respeito da suas condições topográficas, demográficas e agrícolas". *Tur* é hebreu antigo e corresponde ao conceito de "viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento" (OLIVEIRA, 1998).

4.2. Aspectos Históricos

Na Idade Antiga que compreende o período que vai desde o surgimento da escrita (aproximadamente 4.000 anos a.c.) até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.c.), verifica-se um momento de transição da sociedade, caracterizada por uma maior organização política e social. (PEDRO apud SOLDATELI, 1999).

Durante este período foram encontrados alguns registros das viagens realizadas pelos povos gregos, entre esses, os manuscritos de Heródoto que foi considerado o "Padre de los Escritores de Turismo", por seus escritos que continham descrições e relatos de sua viagens. (ACERENZA, 1985).

Já na antiga Babilônia registram-se evidências de viagens de caráter religioso onde realizavam-se também competições atléticas, entretanto, é apenas durante o Império Romano que identificam-se atividades semelhantes ao que hoje é conhecido por turismo (ACERENZA, 1985).

Como antecedentes remotos do turismo também podemos citar os romanos. Durante o Império Romano (século II a.C. a século II d.C.) foram construídas muitas estradas, o que permitiu que se viajasse mais intensamente. Os romanos viajavam

por lazer, comércio e para conquistar outras regiões. Ao longo das estradas instalaram hospedarias e centros de tratamento termal. Os grandiosos espetáculos circenses e as lutas nas arenas romanas constituíam-se em grandes atrações de entretenimento e recreação, por isso os romanos teriam sido os primeiros a viajar por prazer (OLIVEIRA, 1998).

O Império Romano é considerado um dos maiores impérios já existentes em termos territoriais que obteve sua expansão com as expedições organizadas realizadas por meio das viagens. Este Império deixou um significativo acervo que caracteriza os hábitos das viagens realizadas pelo seu povo, como por exemplo: as termas romanas, sítios de veraneio e também templos e santuários (DANTAS, 1999).

Em função das invasões bárbaras e conseqüente queda do Império Romano, houve um período até a Idade Média, no qual não foram registradas viagens de forma significativa, principalmente em função da falta de segurança e perigo de assaltos (BARRETO, 1996).

Em fins da Idade Média, novamente começam o registro de viagens, agora principalmente de caráter religioso: as peregrinações para visitaçãõ de locais sagrados. Além disso, em função das cruzadas, havia também muitos soldados e mercadores viajando pela Europa (BARRETO, 1996).

As peregrinações religiosas dos cristãos (chamados romeiros) para Roma e Jerusalém e dos maometanos para Meca predominaram a partir do século VI. Os interesses religiosos continuaram sendo, durante a Idade Média, a mola propulsora das longas viagens (OLIVEIRA, 1998).

Ainda sobre esse período PEDRO apud SOLDATELI (1999) e ACERENZA (1985), escrevem:

A igreja exerce seu poder de dominação no campo cultural e ideológico e estimula as viagens por meio das peregrinações, que representaram o acontecimento da época, quando milhões de pessoas passam a deslocar-se com uma motivação religiosa. Os peregrinos passam a viajar em grupos organizados, percorrem grandes trechos para visitar lugares com Canterbury (Inglaterra), Santiago de Compostela (Espanha) e principalmente a Terra Santa (Israel).

Segundo OLIVEIRA (1998), a sociedade na Idade Média (período compreendido entre os anos 400, queda do Império Romano e 1492, tomada de

Constantinopla pelos Turcos) estava composta, de um lado, pelos proprietários de terras (a nobreza que fazia a guerra e o clero que a justificava em nome do deus dos cristãos) e de outro, pelos servos (que cultivavam as terras dos proprietários, dando-lhes metade da produção obtida com seu trabalho). Esta sociedade feudal, baseada na fixação do homem na terra, era essencialmente agrícola e cada feudo era auto-suficiente. Assim, não era preciso realizar deslocamentos para fora dos feudos, pois não havia comércio a praticar. Como as estradas dos romanos estavam abandonadas e perigosas, só viajavam aqueles que tinham extrema necessidade. Em razão destes problemas, as peregrinações a Santiago de Compostela aumentaram cada vez mais.

O peregrino francês, *Aymeric Picaud*, escreveu, em 1140, cinco volumes contendo as histórias do Apóstolo Santiago e um roteiro de viagem orientando como chegar a Santiago a partir da França. Este, é hoje considerado o primeiro guia turístico impresso (OLIVEIRA, 1998).

A partir do século XII surgem as Cruzadas, as quais representaram uma síntese das contradições religiosas, sociais, políticas e econômicas deste período, e têm como característica o renascimento do comércio e renascimento urbano. Essas transformações trazem ao feudalismo um vigoroso processo de transformação que culminou com a sua própria destruição.

O início das cruzadas foi marcado pela tomada da Palestina pelos turcos, impedindo as peregrinações religiosas aos lugares sagrados de Jerusalém (Terra Santa – Israel). Em represália a essa atitude foram organizadas expedições militares com o objetivo de resgatar a Terra Santa das mãos dos infiéis. Essas expedições receberam o nome de cruzadas, que para os cristãos representava a luta contra os inimigos de Deus. Após a batalha o guerreiro era recompensado com a indulgência (perdão dos pecados) (PEDRO apud SOLDATELI, 1999).

Grande parte das viagens ocorridas durante este período estavam relacionadas às expedições militares e ao comércio, representando desta forma um excelente negócio, principalmente para os italianos que detinham a hegemonia do comércio entre Oriente e Ocidente. No fim da Idade Média, Veneza destaca-se por sua beleza e riqueza, como também pelos atrativos que oferece aos viajantes. Com um significativo aumento das viagens surge então o guia del viajero del siglo XIV, que

oferecia aos peregrinos informações detalhadas sobre as regiões e locais onde poderiam cruzar com segurança como também hospedarias existentes no percurso (ACERENZA, 1985).

Mais tarde, as grandes expedições marítimas do século XV marcaram a história das viagens. Com o Renascimento, despertou-se também a curiosidade por conhecer outros povos e lugares. As pessoas começaram a viajar em grande número por prazer, educação e conhecimento (ACERENZA, 1985).

A partir do século XVI surgem novas motivações de viagens distintas dos fatores que anteriormente incentivavam os peregrinos e os mercadores da Idade Média. Jovens pertencentes à nobreza realizavam viagens impulsionados principalmente por motivos educacionais. No século seguinte, os médicos reconhecem as propriedades curativas das águas termais, sendo organizadas dessa maneira viagens a esses centros. Os meios de comunicação e transportes exercem importante contribuição no surgimento das novas motivações de viagens (ACERENZA, 1985).

Tais viagens tinham a duração média de três anos e originaram no século XVII a denominação de *Gran Tour* (ACERENZA, 1985).

Sobre esse período OLIVEIRA (1998), escreve:

*Assim, as grandes navegações (séculos XVI ao XVIII) deram impulso às viagens de longo curso, antecedendo o período denominado de "turismo moderno". Na falta de meios de comunicação mais eficazes, a melhor maneira de conhecer novos lugares era viajar até eles. As escolas organizavam viagens para os estudantes acompanhadas por professores com o objetivo de aumentar os conhecimentos dos seus alunos. Estes denominados tutores, tinham a obrigação de conhecer e de falar o idioma do local a ser visitado, para poder explicar melhor seus usos e costumes. Os tutores foram os antecessores dos atuais guias de turismo. Um deles, Richard Lassels, escreveu um livro chamado *Na Italian Voyage* (1679).*

O comércio entre a Europa e o extremo oriente, no século XVI, tomou novo impulso e os mercadores reiniciaram as suas viagens. Por isso, muitas novidades começaram a surgir. No Cairo, foi construído o primeiro hotel do mundo, o *Wekalet-Al-Ghury*. Na Itália, aparecem as primeiras carruagens. Muito luxo, mas pouco conforto. Na Europa, foram instalados cerca de doze SPAS para pobres e doentes, com programas de entretenimento. Como os turistas se misturavam aos doentes

para usufruir da recreação organizada, pouco a pouco, aparecem spas somente para ricos e nobres (OLIVEIRA, 1998).

Segundo OLIVEIRA (1998), ainda no século XVI, teve início, na França, a realização de dois tipos de viagens de lazer que caracterizaram os primeiros tempos do turismo: o *Petit Tour* e o *Grand Tour*. O primeiro consistia numa visita ao Vale do Loire, retornando a Paris. O segundo estendia-se por Bordeaux, Provença, Lyon e voltava a Paris.

No século XVII ocorre um avanço nos meios de transporte. As diligências tornavam-se cada vez mais sofisticadas, porém, ainda continuavam muito lentas.

Em fins do século XVIII começa a aumentar também a popularidade dos banhos de mar, a qual, perdura até hoje (ACERENZA, 1985).

Com as Revoluções Industrial que teve início na Inglaterra no final do século XVIII e Francesa em 1789, marcando o início da Idade Contemporânea, o turismo adquire nova conotação e começa a se estruturar como atividade independente, lançando as bases do que seria mais tarde o turismo moderno.

Em relação à esse aspecto PAIVA apud DANTAS (1999), comenta:

Com a Revolução Industrial, o desencadeamento de inovações em nível tecnológico e em nível do processo de trabalho configurariam o fenômeno do turismo de forma organizada e comercial. Para tal, foram fundamentais os avanços nos transportes e nas comunicações, bem como as técnicas mercadológicas que permitiram o aperfeiçoamento da atividade turística.

Na nova sociedade (que surgia a partir da revolução industrial), a grande arma passou a ser a diplomacia. Uma preocupação mais humanista começou a partir daí. As viagens a turismo passaram a ter outra conotação, foram encaradas como educativas e de interesse cultural. Viajar, era um aprendizado, fator indispensável para uma boa educação (OLIVEIRA, 1998).

O historiador Gibbon, em 1785, relatou que mais de 40 mil ingleses visitaram o continente europeu naquele ano. Os ingleses entendiam que todo homem, não incluindo as mulheres, deveria conhecer a cultura greco-romana da região do Mar Mediterrâneo (OLIVEIRA, 1998).

Segundo OLIVEIRA (1998), a Europa no final do século XVIII pacificou-se, tornou-se segura e as mulheres começaram a viajar acompanhando seus maridos.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento dos transportes e das viagens a turismo, foi a necessidade de agilizar o transporte das correspondências. John Palmer, em 1784, introduziu a diligência para transporte de cartas e também de alguns passageiros. Até essa época, quando tinham que pernoitar, os turistas permaneciam, gratuitamente, em residências particulares. Foi David Low quem inaugurou, em 1784, o primeiro hotel familiar da Inglaterra, em Covent Garden.

Durante o final do século XVIII e todo o século XIX as viagens estiveram caracterizadas por uma nova motivação, o prazer do descanso e da contemplação das paisagens e montanhas. Esta nova motivação teve cada vez mais adeptos, conseqüência da diminuição da qualidade de vida nos grandes centros urbanos industrializados (ACERENZA, 1985).

Sobre esse período OLIVEIRA (1998), escreve:

Assim, o final do século XVIII e todo o século XIX foi marcado por uma nova motivação para o turismo: a contemplação da natureza, a apreciação das paisagens naturais e a necessidade do descanso. O novo comportamento humano foi decorrente da deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos e industriais, que desgastavam psicologicamente e fisicamente. Os habitantes passaram a necessitar de períodos de descanso para recuperar as forças perdidas.

Em 1841 surge o primeiro agente de viagem profissional Thomas Cook, que organizou viagem com 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes, configurando assim a primeira viagem agenciada. Em 1846, organizou viagem similar a Londres, utilizando de guias turísticos, caracterizando como o início do turismo coletivo (BARRETO, 1996).

Durante a Segunda metade do século XIX verificou-se um vertiginoso avanço das atividades industriais e financeiras, na Europa e Estados Unidos. A expansão da produção aumentou ainda mais a sede de lucros, provocando um intenso movimento de conquista dos novos mercados, encontrados na Ásia e África, que seriam fornecedores de matérias-primas e também compradores dos produtos saídos das fábricas européias. Iniciava-se então a era do Imperialismo, que culminou com a I Guerra Mundial (1914 – 1918) (DANTAS, 1999).

De acordo com OLIVEIRA (1998), uma série de outros fatores contribuíram para que o turismo continuasse a se desenvolver durante o século XIX: o aumento da segurança nos países visitados; foram criadas as polícias de fronteira, as cidades

passaram a ter água e esgotos tratados. O risco de cólera e de tifo diminuiu. A elevação do índice de alfabetização teve enorme importância, pois as pessoas liam mais jornais. A informação contida nos mesmos estimulava o desejo de viajar. Os trabalhadores reivindicavam mais tempo de lazer e adquiriram o direito a férias remuneradas. Assim, a melhoria nos meios de transporte e na vida das cidades, o trabalho nas fábricas, substituindo o trabalho doméstico, foram os fatores que transformaram o turismo num fenômeno mundial de massas.

No período anterior a Primeira Guerra o transporte utilizado foi as ferrovias, após a guerra, os veículos excedentes foram adaptados para o transporte de passageiros. Entre 1919 e 1920 os ingleses realizaram excursões de ônibus a Leningrado e Moscou, por volta de 1938 surge também a aviação civil, criando mais opções aos viajantes (ACERENZA, 1985).

Após a I guerra mundial verifica-se um novo progresso do turismo, desta vez devido ao desenvolvimento da indústria automobilística, bem como da aviação civil, proporcionando, respectivamente, maior independência e agilidade no deslocamento terrestre e realização de vôos regulares, inclusive intercontinentais (ACERENZA, 1985).

Ainda sobre esse período, segundo OLIVEIRA (1998), Após a Primeira Guerra Mundial, o automóvel passou a ser utilizado como o meio de transporte terrestre mais popular. As famílias viajavam para longas distâncias de forma segura e econômica.

Outro avanço, surgido no período entre guerras, foram as férias remuneradas nos países europeus, permitindo que as classes sociais menos favorecidas economicamente também pudessem viajar. Aliado a este fato, surge o turismo social, que garante à classe operária férias totalmente financiadas pelo Estado (BARRETO, 1996).

Este período caracterizou-se também pelo fato de que muitas nações passaram a obter divisas com o turismo, superiores às suas exportações, garantindo o reconhecimento da importância da atividade (ACERENZA, 1985).

Em meados do século XIX encontram-se no auge os centros turísticos Norte Americanos como *Atlantic City* e os situados na península da Florida, como também

a fundação de *Mar del Plata*, na Argentina e *Viña del Mar*, no Chile, ambos no final do século (ACERENZA, 1985).

Todos os acordos firmados após a Primeira Guerra deixaram claro que nenhum país estava satisfeito. A luta desesperada por fontes de matéria-prima, mercados e facilidades de investimentos lucrativos levaria inevitavelmente a uma nova guerra, que teve seu início em 1939 e seu término em 1945 com a rendição da Alemanha (PEDRO apud SOLDATELI, 1999).

Sobre esse período, durante a após a Segunda Guerra Mundial, OLIVEIRA (1998), escreve:

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939 / 1945) o turismo sofreu uma parada brusca. A situação econômica mundial não permitia gastos com supérfluos. Porém, quando a guerra terminou, surgiu uma grande novidade que revigorou a prática do turismo: a utilização do avião. As companhias aéreas comerciais, então existentes, criaram em 1945 a sua primeira associação, denominada IATA (International Air of Transport Association), para regulamentar a atividade. ... A partir de 1957, o avião já começou a fazer forte concorrência aos navios, pois exigia menos tempo de deslocamento e oferecia preços mais acessíveis.

No Brasil, em 1922, surgem os primeiros grandes hotéis no Rio de Janeiro e, no ano seguinte, a Sociedade Brasileira de Turismo, que mais tarde tem o nome de *Touring Club* do Brasil. Alguns anos depois inicia-se o turismo de águas termais no estado de São Paulo, e o turismo cultural no estado do Rio Grande do Sul (DANTAS, 1999).

De acordo com SARTOR (1981), no Brasil, a palavra turismo foi usada pela primeira vez em documento oficial, em 1932, no Decreto que fixava a Temporada de Turismo no Distrito Federal.

Durante a década de 1920 surgem vários centros turísticos na América Latina como, Punta del Este no Uruguai e Acapulco no México (ACERENZA, 1985).

No caso do Turismo, houve após a guerra, o desenvolvimento massivo da aviação comercial que até então era realizada em pequena escala (ACERENZA, 1985).

Com a internacionalização da economia no mundo ocidental, assim como a generalização do fordismo como sistema de produção, inicia-se a formação de mercados de consumo globais, incrementando uma série de atividades

internacionais, dentre elas o sistema bancário e o turismo (HARVEY apud BARRETO, 1996).

Na década de 1960 surgem as primeiras operadoras de turismo e os primeiros pacotes turísticos, assim como houve também alterações na atividade hoteleira, através da profissionalização e surgimento das grandes cadeias de hotéis padronizados e impessoais (BARRETO, 1996).

Ainda nesta década, o turismo já era reconhecido como uma panacéia para o desenvolvimento, uma "indústria sem chaminés" que poderia incrementar as divisas, o Produto Interno Bruto (PIB), a arrecadação de impostos e aumentar a oferta de empregos (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Na produção e comercialização dos serviços turísticos, a supremacia da visão mercadológica chegou a segmentar o turismo em diversos tipos, estabelecendo esforços mercadológicos específicos a cada clientela a ser atingida (DANTAS, 1999).

Assim, o turismo surgiu e ampliou-se como consequência de um fenômeno social, cujo ponto de partida foi a existência do tempo livre e do desenvolvimento dos sistemas de transporte (BOULLÓN, 1990).

Em 1970, o mundo já contava com um extraordinário número de Agências de Viagens, de Companhias Aéreas e de grandes cadeias hoteleiras. A grande concorrência estabelecida entre os meios de transporte, navios, trens, ônibus e aviões, entre as cadeias hoteleiras e principalmente entre diferentes países, cada qual querendo atrair para as suas empresas e seus territórios cada vez mais visitantes, fez com que as atrações turísticas fossem divulgadas mundialmente (OLIVEIRA, 1998).

A partir de 1980 segundo OLIVEIRA (1998), o desenvolvimento tecnológico (dado em grande parte pela informática) permitiu que os serviços turísticos, englobando todas as áreas da atividade, passassem a ser mais rápidos, mais eficientes e com preços mais baixos.

Contudo, em fins da década de 1960, dois fatores marcantes passam a ter grande influência sobre o turismo: a crise ambiental e o consequente aumento da conscientização sobre esta questão e o ordenamento da atividade turística através

do surgimento de órgãos governamentais, de uma legislação regulamentadora e de políticas de turismo (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Se por um lado o turismo firmava-se como fenômeno social e econômico através do deslocamento de massas organizadas, por outro começava-se a perceber que o turismo não gerava apenas benefícios (econômicos) para as comunidades receptoras, mas também implicava em prejuízos no que diz respeito à perturbação e alteração e valores sócio-culturais destas comunidades e, distribuição desigual de renda e benefícios oriundos da atividade, além de danos ao ambiente natural (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Com o crescimento da consciência ambiental, a atividade turística passou a ser questionada, principalmente em relação aos seus impactos negativos sobre o ambiente.

A partir daí, mais precisamente nas duas últimas décadas, têm-se insistido na necessidade de se repensar as bases do turismo e o seu planejamento com o objetivo de garantir uma atividade turística que leve em conta as questões sócio-ambientais, atualmente chamado de turismo sustentável.

4.3. Aspectos Conceituais

No final do século XIX e início do século XX surgiu um número expressivo de conceitos visando o fenômeno turístico. Quase todos perderam a validade, por fraqueza de fundamentação ou por falta de atribuição de autoria respeitável (OLIVEIRA, 1998).

Segundo OLIVEIRA (1998), a mais antiga das conceituações ainda utilizadas pertence ao economista austríaco Herman von Schullard que, em 1910, conceituou turismo como sendo:

A soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.

Não existe uma única definição sobre o significado da palavra turismo. Ao contrário, encontram-se tantas definições quantos forem os autores. Parece não

existir um conceito que seja aceito amplamente pelos diversos autores e expresse toda a complexidade e a abrangência que este tema encerra.

Para BENI, 1981:

Há tantas definições de turismo quantos autores que tratam do assunto. Mas, quanto maior o número de pesquisadores que se preocupam em estudá-lo, tanto mais evidentes se apresentarão a amplitude e a extensão do fenômeno do turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes. A dificuldade em encontrar-se uma definição precisa e abrangente de turismo faz com que torne-se preferível observar invariavelmente seus aspectos parciais ou, pelo menos, algumas de suas realidades isoladas.

Em razão da diversidade de conceitos e definições, o presente trabalho optou por não adotar uma definição em particular, mas apresentar algumas definições para que o leitor possa ter uma visão geral do tema:

Turismo, no sentido moderno da palavra, é um fenômeno dos tempos atuais, baseado na crescente necessidade de recuperação e mudança de ambiente, no conhecimento e na apreciação da beleza cênica, no prazer do contato com a natureza e é, em particular, produto da crescente fusão das nações, dos países e da sociedade humana, como resultado do desenvolvimento do comércio, da indústria, do mercado e do aperfeiçoamento dos meios de transporte (Guyer, 1905 citado por Acerenza, 1984).

Turismo é o conjunto das relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu lugar de domicílio, de forma que tal deslocamento e permanência, não estão motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporal (HUNZIKER e KRAPP apud ACERENZA, 1985).

A OMT conceitua o turismo como qualquer deslocamento voluntário e temporário do homem para fora de sua residência habitual por uma razão diferente que a de exercer uma atividade remunerada. Esse período, fora do domicílio habitual, deverá ser superior a vinte e quatro horas (PAIVA apud SOLDATELI, 1999).

A *Ansett Airlines of Austrália* (1977) citada por BENI (1981), dá uma definição econômica de turismo: "Turismo refere-se à provisão e transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços relacionados para viajantes domésticos e do exterior. Compreende a viagem, para todos os propósitos, desde recreação até negócios".

Observamos que esta última definição se contrapõe às anteriores, uma vez que também considera as atividades remuneradas como turismo.

A mesma questão está implícita na definição de turista, segundo a Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em Roma pelas Nações Unidas em 1963 citada por BENI (1981):

Para propósitos estatísticos, o termo "visitante" descreve a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência, por qualquer motivo, e que nele não venha a exercer ocupação remunerada.

Esta definição inclui:

Turistas: visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências;

Excursionistas: visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viagens de cruzeiros marítimos).

Essa definição foi adotada pela OMT a partir de 1968.

A noção do que seja turismo para PAIVA apud SOLDATELI (1999), relaciona-se em princípio pela distinção entre esse fenômeno e o que representa o lazer antes e depois do advento da sociedade industrial. O tempo livre ou o lazer é representado pelo tempo disponível para fazer qualquer coisa agradável, até mesmo não fazer nada. Já, nos moldes do modelo de produção industrial diz respeito ao tempo de não-trabalho.

O Instituto para Juventude da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define tempo livre da seguinte forma: "O tempo livre é aquele do qual dispõe o indivíduo, fora de suas necessidades inevitáveis e obrigações profissionais, familiares e sociais" (ACERENZA, 1985).

Segundo DUMAZEDIER in PAIVA apud SOLDATELI (1999):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e enterter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desimbaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Como a recreação (tanto quanto o lazer) é um conceito representativo no âmbito do turismo, faz-se necessário sua definição, sendo que, entende-se por recreação, em sentido amplo, qualquer tipo de uso que o homem faça de seu tempo livre, sempre que este uso se realize com uma atitude prazerosa, considerando que não é em realidade a atividade a que define o sentido de recreação, mas sim a atitude adotada pelo indivíduo durante o uso que faz de seu tempo livre (ACERENZA, 1985).

De acordo com o exposto acima, o turismo caracteriza-se como uma forma particular de uso do tempo livre e como uma forma particular de recreação. O turismo é uma atividade relacionada com o prazer, o descanso e a recreação, contudo, não cobre, todas as formas de uso do tempo livre nem todas as formas de recreação (ACERENZA, 1985).

A questão é que, com o tempo foram incorporadas ao que se chamou de sistema turístico, não apenas as viagens motivadas por lazer, mas por outras causas, como negócios, intercâmbio de conhecimentos científicos, peregrinações religiosas, entre outras, de maneira que os serviços que dão suporte às viagens acabam por ser identificados como serviços turísticos (PAIVA paud SOLDATELI, 1999).

O anterior deve-se fundamentalmente ao fato de que os que viajam por motivo de negócios, ou por qualquer outro motivo diferente do puramente turístico, têm um comportamento de consumo bastante similar, ou seja, fazem uso dos mesmos meios de alojamento e alimentação e, inclusive, compartilham das mesmas amenidades no ponto de destino (ACERENZA, 1985).

Mesmo considerando as diferentes conceituações sobre turismo e turista, algumas características, entretanto, são comuns à todas elas (BENI, 1981):

- viagem ou deslocamento;
- permanência fora do domicílio;
- temporalidade;
- sujeito do turismo (ser humano);
- objeto do turismo (destino).

4.4. Dados Socioeconômicos do Turismo no Brasil

Os dados e informações apresentados a seguir, foram obtidos através de publicação da ABRESI – Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo, 1996.

A atividade turística no Brasil, abrangendo todos os segmentos do setor, gera US\$ 40,395 bilhões, o que equivale a 8% do PIB brasileiro.

A contribuição do turismo para o PIB (Produto Interno Bruto) no Brasil, tem-se mantido estável, entre os 7,7% e 8%, nos últimos sete anos.

Em relação à América Latina, com índice de 5,1%, o Brasil apresenta situação satisfatória, embora seja inferior à média mundial, que é de 10,9%.

No âmbito internacional, em 1994, os investimentos governamentais no setor, segundo estimativas, representaram 6,9% dos orçamentos fiscais. No caso da América Latina esta média não ultrapassa os 4% e, no Brasil, os valores estimados para 1994 alcançaram o índice de apenas 3,3% do orçamento fiscal, valores muito abaixo das necessidades da atividade.

Hoje, a atividade turística no Brasil emprega 10 milhões de trabalhadores, sendo que deste universo, 1,8 milhão são empregados temporários.

Para 1994 estimou-se que a indústria do turismo utilizaria um de cada onze trabalhadores, de forma direta ou indireta.

Em termos salariais, estes estão 6,1% acima do salário médio brasileiro. Cada US\$ 15 mil gastos em turismo geram um novo emprego. Mantida essa relação pode-se estimar a geração de 100 mil novos empregos/ano.

Dentre os turistas que visitaram o Brasil, no ano de 1995, 76,5% vieram motivados pelos atrativos turísticos e 22,0% por negócios. 57,1% organizaram suas viagens sem o auxílio de agências de viagens.

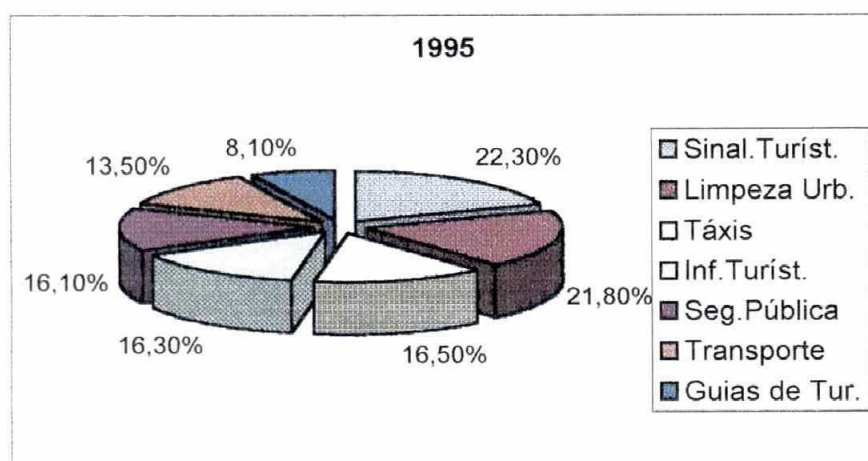
O quadro 04 apresenta as cidades mais visitadas do país de 1990 a 1995.

Quadro 04. Cidades Mais Visitadas do Brasil no Período de 1990 à 1995

Cidade	1990 %	1991 %	1992 %	1993 %	1994 %	1995 %
Rio de Janeiro	51,1	50,3	40,9	45,4	39,5	41,8
São Paulo	29,3	29,7	27,0	19,2	21,3	19,9
Foz do Iguaçu	14,0	17,3	19,8	13,5	12,7	16,0
Florianópolis	9,7	11,6	12,2	12,4	15,3	11,4
Salvador	7,8	9,3	8,1	9,8	9,3	8,8
Porto Alegre	8,8	9,9	9,3	8,5	7,8	9,7
Camboriú	9,0	7,0	6,4	6,4	6,6	6,2
Recife	5,4	7,1	5,5	6,1	4,8	5,7

Fonte: ABRESI – Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo, 1996.

Como demonstração de que há muito a se fazer pela satisfação do turista no Brasil, segue informações no gráfico 01, sobre os assuntos que mereceriam melhor atenção das autoridades públicas no ano de 1995.

Gráfico 01. Serviços Considerados Ruins Pelos Turistas no Ano de 1995

Fonte: ABRESI – Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo, 1996.

4.5. Tipos de Turismo

Segundo TULIK apud RODRIGUES (1997), o Turismo contemporâneo vem sendo marcado pela profusão de formas alternativas que são oferecidas em oposição ao chamado turismo convencional.

É importante conhecer, mesmo que superficialmente, os diferentes tipos de turismo praticados atualmente. Essa breve descrição irá contribuir na identificação do tipo ou dos tipos de turismo em implantação no município de Jacinto Machado.

A seguir, será feita uma descrição sucinta dos diferentes tipos de turismo, segundo OLIVEIRA (1998).

4.5.1. Turismo de Lazer

É o turismo praticado por pessoas que viajam por prazer, sem muitas pretensões. Desejam apenas conhecer novos locais, mudar de ambiente, descansar, rever amigos, visitar parentes, curtir a paisagem, sair em férias com a família.

Os clientes viajam de carro com a família ou participam de excursão organizada por agência de viagem. Exigem boa infraestrutura, estradas confortáveis e seguras, divertimentos, bons hotéis, restaurantes, serviços turísticos e possibilidade de fazer compras. É o turismo convencional.

4.5.2. Turismo de Eventos

É aquele praticado por quem deseja participar de acontecimentos promovidos com o objetivo de discutir assuntos de interesses comuns (profissionais, entidades associativas, culturais, desportivas) ou para expor ou lançar novos artigos no mercado.

Cerca de 40 % do movimento turístico internacional acontece em função da realização de eventos. O de eventos é o tipo de turismo mais disputado pelos países, porque nestas ocasiões os produtos turísticos são vendidos por atacado.

Os eventos podem ser muito variados e classificados da seguinte forma

a) Congressos

São reuniões ou assembléias solenes, promovidas por entidades que agregam outras da mesma área, com caráter de discutir assuntos pertinentes à classe, contando-se com a presença de autoridades constituídas e de especialistas nos assuntos que serão discutidos.

b) Convenções

São reuniões de entidades políticas, empresariais e sociais que envolvem assuntos ligados diretamente aos interesses de cada entidade. Possuem abrangência local, regional ou nacional.

c) Seminários

São reuniões de estudos, caracterizadas pelos debates sobre a matéria específica: obra literária, trabalho científico, avaliação dos resultados obtidos em determinada atividade e onde ocorre “uma explanação verbal de alguém previamente preparado para o assunto. Abrange as etapas de exposição, discussão e conclusão, e com elas elabora-se um documento”.

d) Mesas redondas

São reuniões com o objetivo de permitir que várias pessoas exponham as suas idéias e propostas sobre um determinado assunto, dentro de um determinado tempo, e após debatem entre si e com o plenário.

e) Simpósios

Caracterizam-se como reuniões onde são debatidos assuntos ligados a algum tema específico. São discussões técnicas, científicas, literárias feitas por especialistas.

f) Painel

Os expositores realizam debates entre si, sem a participação do plenário.

g) Conferências

São apresentações de duas ou mais pessoas que discursam, expõem assuntos políticos, técnicos, científicos ou literários para uma platéia selecionada, seguida ou não de debate.

h) Fórum

Trata-se de uma reunião onde não ocorre uma exposição, mas sim um debate direto entre a mesa e o plenário.

i) Colóquio

Trata-se de uma reunião fechada, com participantes escolhidos especificamente para discutir um assunto bem definido.

j) Palestra

É um evento onde uma pessoa realiza uma dissertação sobre um assunto, com debate ou não entre o palestrante e o plenário.

l) Exposições e feiras

São exibições públicas de arte, produtos, materiais ou serviços.

m) Mostras

A mesma coisa que exposições e feiras, caracterizando-se, no entanto, por serem exibições realizadas por uma só pessoa, empresa ou entidade pública ou privada.

n) Encontros e bolsas

O mesmo que exposições e feiras, onde profissionais se encontram para, além de exporem os seus produtos e serviços, assistirem a seminários e debates sobre questões de interesse da classe.

o) Festas, festivais e shows

São os eventos que tem por objetivo atrair grande massa de público. Podem ser de caráter regional, nacional e internacional, com duração variável.

4.5.3. Turismo de Águas Termais

É praticado por pessoas que buscam as estâncias hidro-minerais para tratamento de saúde ou simples recreação. Como é natural, está restrito aos locais onde existem as águas termais.

É um tipo de turismo sofisticado e localizado. Exige grandes investimentos financeiros e muita organização.

4.5.4. Turismo Desportivo

Praticado por pessoas que vão praticar ou assistir a eventos desportivos. É o tipo de turismo que movimenta a economia local, não só com a presença dos atletas e da assistência, mas também com as obras dos estádios. Exige sofisticados equipamentos (estádios, alojamentos para os atletas, segurança, hotéis, restaurantes, serviços, mão de obra, comunicação). Não pode ser praticado em qualquer lugar.

4.5.5. Turismo Religioso

Praticado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados. A Gruta de Fátima em Portugal, a cidade de Lourdes na França, Medjugorre na Jugoslávia, as cidades santas, como Jerusalém, em Israel, e Meca, na Arábia Saudita, Nossa Senhora Aparecida, no Brasil, são locais religiosos que recebem milhares de peregrinos durante o ano todo.

4.5.6. Turismo de Juventude

Praticado por jovens e estudantes que viajam, em geral, para comemorar o término de cursos escolares. Trata-se de um público alegre, pouco exigente e com capacidade média de consumo, em geral atraído por locais que oferecem divertimentos noturnos.

4.5.7. Turismo Social

Praticado por pessoas de baixa renda, normalmente operários, que não podendo arcar com as despesas do seu próprio bolso, contam com a ajuda das fábricas onde trabalham. As mesmas organizam a viagem e cobram as despesas dos empregados a longo prazo, em descontos mensais nas folhas de pagamento.

4.5.8. Turismo Cultural

Praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas, estudantes em busca de novos conhecimentos. São as viagens organizadas exclusivamente com este fim.

Este tipo de turismo tem um público muito específico. A atração cultural passa a ser a única motivação para visitar um país.

4.5.9. Turismo Ecológico

Praticado por pessoas que apreciam a natureza, entre as quais destacam-se os residentes em países desenvolvidos, industrializados. Interessadas em manter contato com os elementos da natureza que já desapareceram das grandes cidades, estas pessoas buscam locais nos quais a natureza ainda permanece intacta, como as regiões do Pantanal e Amazônia. O objetivo destes visitantes é respirar o ar puro, apreciar a beleza do ambiente e registrar em fotos e filmes os elementos da fauna e da flora.

4.5.10. Turismo de Compras

Poucos viajantes conseguem voltar para casa sem trazer uma lembrança, por menor que ela seja. Sempre algo novo vem na bagagem. Criar este tipo de turismo pode levar a localidade a obter estupendos lucros financeiros, que promovem o seu próprio desenvolvimento sustentado. São exemplos desse tipo de turismo as cidades de New York e Miami, que oferecem qualidade, variedade e preços convidativos nos produtos do comércio local.

4.5.11. Turismo de Aventura

Praticado por pessoas que buscam emoções radicais. São atividades realizadas em locais inóspitos que, por este fato, tornam-se mais atraentes e emocionantes.

4.5.12. Turismo Gastronômico

Muitas cidades tornaram-se conhecidas e atraentes pelos produtos que oferecem à mesa. Pratos típicos, vinhos, queijos, patês, doces, chocolates, receitas exóticas. Na Europa, particularmente na Alemanha, são organizados grupos de gastrônomos que viajam para conhecer os métodos de fabricação e os sabores das comidas e bebidas de diferentes locais. No Brasil, começam a aparecer os clubes de *gourmets*.

4.5.13. Turismo de Incentivo

Este tipo de turismo é resultante da política de empresas que querem aumentar as vendas das suas mercadorias. Em vez de oferecerem aos seus empregados um prêmio tradicional (dinheiro, carro, casa) como premiação pelos resultados obtidos, elas oferecem viagens com direito a levar acompanhante e com tudo pago.

As grandes empresas americanas fretam navios para cruzeiros marítimos pelo Caribe e levam os empregados que se destacaram.

4.5.14. Turismo da Terceira Idade

Em virtude da melhoria da qualidade de vida nos países desenvolvidos, as pessoas estão alcançando idades cada vez mais avançadas. Os idosos, agora com mais vigor físico, estão viajando com mais frequência. Em geral, este tipo de turista é atraído por locais seguros, com belas paisagens e que não exigem muito esforço físico.

4.5.15. Turismo Rural

É o turismo praticado em áreas rurais (fazendas, sítios ou chácaras) para proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural como: andar a cavalo, ordenhar vacas, passear de carroça, tomar banho de rio ou cachoeira, caminhar pelos campos, comer churrasco, tomar chimarrão, etc. É intensamente procurado por pessoas que residem em grandes centros urbanos e que precisam de um descanso físico e mental.

4.5.16. Turismo de Intercâmbio

É o turismo praticado por jovens estudantes com o objetivo de realizar cursos ou aprender idiomas em outros países. Os estudantes ficam acomodados em casas de famílias e freqüentam cursos em escolas regulares.

4.5.17. Turismo de Cruzeiros Marítimos

Esta modalidade de turismo está crescendo num ritmo impressionante. O que, há algumas décadas, era privilégio de pessoas muito ricas, hoje tornou-se acessível a todos que viajam. Surgiram navios com maior capacidade de passageiros, mais confortáveis, estáveis e com preços bastante reduzidos.

4.5.18. Turismo de Negócios

É o turismo praticado por executivos que viajam para participar de reuniões com seus pares, para visitar os fornecedores dos produtos que comercializam e fechar negócios. Trata-se de um público exigente, que requer muitas atenções. Hospedam-se em hotéis de luxo e que disponham de serviços especializados (guias bilíngües, tradutores, intérpretes, salas de reuniões, secretarias, motoristas e veículos especiais).

4.5.19. Turismo Técnico

É o turismo praticado por pessoas que trabalham em áreas técnicas, que viajam para conhecer as instalações dos seus fornecedores ou novas formas de resolver determinados problemas. Em sua maioria, são viagens realizadas em grupos constituídos por diretores, gerentes e funcionários de empresas públicas ou privadas, que visitam fábricas, instalações agrícolas, estações de tratamento de água, lixo, esgoto, entre outras. Saem em busca de novidades do mercado para aplicá-las em seus países, cidades ou empresas.

4.5.20. Turismo Gay (GLS)

Tipo de turismo que vem crescendo rapidamente no mundo inteiro, identificado como mercado GLS – gays, lésbicas e simpatizantes. Foi criada uma associação internacional denominada IGLTA – *International Gay and Lesbian Travel Association*. Esta associação tem dois escritórios: a sede mundial em Fort Lauderdale, na Flórida, e Sydney, na Austrália, onde acontecerá a Olimpíada Gay no ano 2002. O Brasil foi o país escolhido pela IGLTA como sede na América Latina.

4.5.21. Turismo de Saúde

Praticado por pessoas que necessitam realizar tratamentos de saúde e por isso procuram locais onde existam clínicas e serviços médicos especializados. Como exemplo deste tipo de turismo, Cuba é um destino de saúde por excelência, graças

aos seus avanços científicos e suas novas técnicas em todas as especialidades da medicina.

4.6. Turismo Rural

O município de Jacinto Machado, por suas características e peculiaridades, optou pela implementação do Turismo Rural. O fato do município ser essencialmente agrícola, constituído de pequenas propriedades rurais e possuir recursos naturais de beleza ímpar, como rios, cascatas, canyons e significativa área de remanescentes da mata atlântica nas encostas da exuberante Serra Geral, favorece enormemente o desenvolvimento dessa modalidade de turismo.

É importante portanto, conhecer um pouco melhor essa modalidade de turismo que foi implementada no município.

4.6.1. Aspectos Históricos

Segundo SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998), na forma como é hoje conhecido e praticado, o Turismo Rural teve origem nos Estados Unidos: os fazendeiros hospedavam em seus ranchos, situados em lugares distantes, sem infra-estrutura, mas com caça e pesca abundante e de qualidade, os caçadores e pescadores que chegavam à região durante a temporada desses esportes. Na medida em que crescia a demanda por esse tipo de hospedagem os "rancheiros" descobriram que havia aí um filão de negócios. Passaram, então, a oferecer a seus hóspedes uma gama de serviços, tanto no aspecto hoteleiro como em atividades "resort" como cavalgadas, serviços de guia e aluguel de veículos, barcos e equipamentos.

A prática de acomodação de turistas urbanos em estabelecimentos rurais também é bastante difundida na Austrália, Nova Zelândia e diversos países da Europa. Na França e na Itália propriedades rurais dedicadas à produção de queijos e/ou vinhos oferecem alojamentos e permitem ao turista participar de fases do processo produtivo; na Escócia, muitas destilarias de uísque possuem estrutura de

hospedagem. Em Portugal, a hospedagem se dá no meio familiar, as casas são licenciadas por um órgão governamental, a Direção Geral de Turismo, e classificadas em: “Turismo de Habitação” (solares, casas apalaçadas, ou residências de reconhecido valor arquitetônico); “Turismo Rural” (casas rústicas com características próprias do meio rural em que se inserem); e, “Agroturismo” (casas integradas numa exploração agrícola, caracterizando-se pela participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em forma de animação complementar) (SILVA et al apud ALMEIDA et al, 1998).

Segundo SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998), na Argentina, o turismo rural iniciou-se em fins da década de sessenta, quando grandes “estanceiros” descobriram que a abertura destas magníficas propriedades e sítios de alojamento poderia representar um rendimento adicional à atividade pecuária, que passava por um período de baixa rentabilidade. As primeiras experiências tiveram lugar na Patagônia e teve como primeiros demandantes guias de caça e pesca, ávidos por encontrar acomodações confortáveis para seus clientes. A partir de 1987 verificou-se naquele país um vertiginoso crescimento de turismo em “hotelaria de estâncias”.

É importante ressaltar que as atividades de turismo rural em outros países, como na Espanha, Portugal, França, Itália, e mesmo na Argentina possuem características próprias devido a aspectos geomorfológicos e culturais que são diferentes em cada país, e por isso mesmo, não podem ser comparados ao turismo rural existente no Brasil.

4.6.2. Turismo Rural no Brasil

Segundo SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998), a bibliografia sobre a importância econômica do turismo em áreas rurais é ainda muito restrita e a maior parte dela dedicada a exaltar o “potencial” do ecoturismo na região amazônica – primeira região a receber um amplo processo participativo de planejamento (através do GTC – Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo da Amazônia Legal).

No Brasil, a experiência mais antiga citada de turismo em áreas rurais é a do município de Lages, em Santa Catarina, que nasceu como uma alternativa ao aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado

de corte e leiteiro, predominantes na região. A partir de 1983 o Turismo Rural passou a ser uma atração nas "Fazendas-Pousadas" de Lavras do Sul, nos "Pampas Gaúchos", fronteira com o Uruguai. As "Fazendas-Pousadas" recebem os hóspedes no Centro de Cultura e os levam até suas propriedades, onde são acomodados como amigos ou gente da família e participam das "lidas campeiras" (EMBRATUR in SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998).

Lages, SC, chamada hoje de Capital Nacional do Turismo Rural, começou a desenvolver seu potencial com a criação de uma entidade para cuidar do assunto (Hotéis-Fazenda) em 1983. Cientes de que a natureza não havia presenteado a região com pontos turísticos tradicionais, buscou-se o potencial existente nas centenárias fazendas locais que deram abrigo aos tropeiros gaúchos que se dirigiam às feiras de gado de São Paulo no século passado, através da famosa estrada do Viamão (SILVA et al apud ALMEIDA et al, 1998).

4.6.3. Conceituação

Segundo TULIK apud RODRIGUES (1997), a avaliação da literatura existente sobre Turismo Rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural e os programas e ações empreendidos nessa área.

Sobre essa dificuldade de conceituação, OXINALDE in SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998), alerta:

O primeiro problema que encontramos ao estudar e descrever o turismo rural é o das definições. Esta dificuldade com as definições estende-se (inclusive) às palavras turismo e rural, bastante ambíguas... O turismo rural engloba as modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo e turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura.

Observamos o uso indiscriminado de termos novos que surgem de todos os lados, dificultando ainda mais o uso de uma linguagem comum. Sobre esse aspecto, TULIK apud RODRIGUES (1997), escreve:

Confusões terminológicas se sucedem como, por exemplo, Turismo Verde que vem sendo aplicado indistintamente, tanto ao Turismo Rural como o Ecoturismo. Multiplicam-se denominações genéricas ou específicas aplicadas ao Turismo Rural, decorrentes de diferenciações geográficas, econômicas, sociais e culturais dos países e que também variam ao sabor das campanhas de marketing.

Segundo ZIMMERMANN apud ALMEIDA et al (1998), em função de uma idéia ambientalista muito em moda atualmente e da inexistência dos conceitos e definições oficiais, as atividades turísticas no espaço rural, têm recebido uma proliferação de termos que fazem referências ao turismo rural, entre outros: turismo de interior, turismo verde, turismo diferente, turismo alternativo, turismo rural e ecológico e por aí a fora.

Segundo TULIK apud RODRIGUES (1997), a confusão terminológica e a profusão de conceitos registrada por alguns autores encontram paralelo na diversidade de classificações existentes que, de modo geral, variam conforme os países. As expressões mais usuais incluem:

Turismo Verde – aquele desenvolvido em áreas naturais pouco alteradas que possibilitam ao turista o desfrute dos bens naturais, culturais e socioprodutivos. Em alguns países esse rótulo foi utilizado para criar as chamadas “estações verdes” e oferecer incentivos aos que preservassem a natureza.

Turismo Campestre (França) – desenvolveu-se no campo, com os valores da cultura camponesa por meio da exploração de pequenas unidades familiares ou da hotelaria de pequeno porte.

Turismo de Habitação (Portugal) – prima pelo aproveitamento de solares e edificações de reconhecido valor arquitetônico, sendo caracterizado pelo acolhimento familiar e pelo contato direto com a natureza e com os usos e costumes da população.

Turismo de Retorno – praticado pelas pessoas que emigram da área rural para a cidade, em virtude da industrialização, e que retornam para o espaço rural a fim de descansar, visitar parentes e amigos nas férias e nos fins de semana. O Termo

surgiu na Espanha com o incremento da industrialização que provocou o êxodo rural e, atualmente, é utilizado também na Argentina.

Turismo de Estância (Argentina) – caracterizado pelo alojamento em construções senhoriais, tem concorrido para o desenvolvimento da hotelaria de estâncias devido ao número reduzido de hóspedes, que não deve exceder a doze, e pela exploração de grandes estabelecimentos agropecuários onde o turista participa das atividades rotineiras.

Turismo de Granja – forma de férias ativas na qual o turista convive com a família proprietária do estabelecimento e participa das tarefas cotidianas. Ocorre, principalmente, na Europa, nos Estados Unidos, na Nova Zelândia, na África do Sul e no Uruguai.

Turismo Naturalista – apoiado na idéia de um turismo ligado à natureza, em seu sentido mais amplo, em que se inclui o Turismo Rural.

Agroturismo – praticado no espaço rural, embora aproveite elementos da natureza, o Agroturismo surgiu na Itália, na década de 60, espalhando-se pelo mundo inteiro. É, talvez, a modalidade mais difundida de Turismo Rural.

Para resolver o problema conceitual, alguns autores sugerem termos e expressões mais abrangentes, enquanto outros mostram-se despreocupados com o assunto adotando a expressão Turismo Rural ou Turismo no Espaço Rural, indistintamente (TULIK apud RODRIGUES, 1997).

Muitos autores preferem usar os termos Turismo no Espaço Rural, Turismo no meio Rural, ou ainda, Turismo no Ambiente Rural, pois os mesmos são mais abrangentes, e incluem qualquer atividade turística realizada no espaço rural, inclusive aquelas externas às propriedades rurais produtivas. Sobre as atividades turísticas realizadas no meio rural, que não estão vinculadas as atividades produtivas e ao cotidiano dessas propriedades, SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998), acrescenta:

... são atividades não agrícolas localizadas do ponto de vista estritamente geográfico em zonas rurais, mas externas às propriedades agropecuárias da região onde se instalam, que nada tem a ver com suas rotinas cotidianas, constituindo-se num mundo à parte e às vezes, um verdadeiro enclave.

No Manual da EMBRATUR in SILVA et al apud ALMEIDA et al (1998), temos as seguintes considerações: “ o Brasil adotou para o Turismo Rural um conceito múltiplo – um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, alternativo, agroturismo, turismo verde. O Turismo Rural inclui todas essas variedades. É o turismo do País, um turismo concebido por e com os habitantes desse País, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo de zona rural em todas as suas formas”.

Atualmente a EMBRATUR e os agentes que trabalham no setor têm dado, de maneira informal, ao Turismo Rural a seguinte definição: “atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias”. De acordo com essa definição, o Turismo Rural envolveria, entre outras, as seguintes atividades/produtos: caminhadas; visitas a parentes/amigos; visitas a museus, galerias e sítios históricos; festivais, rodeios e shows regionais; esportes na natureza; visitas a paisagens cênicas/fauna e flora; gastronomia regional; artesanato e produtos agro-industriais; campings, hotéis-fazenda, albergues, “SPAs”, etc (SILVA et al apud ALMEIDA et al ,1998).

Na ausência de uma conceituação mais precisa do conjunto de atividades turísticas e recreativas que acontecem no meio rural, muitos consideram que a terminologia “turismo rural” deve ser usada apenas quando o turista efetivamente se hospeda no meio rural e participa (de forma lúdica, em geral) dos trabalhos realizados na fazenda ou sítio. Outros, que deve ser entendido como uma situação em que o turista visita fazendas e sítios onde passa o dia se entretendo, fazendo cursos em unidades agrícolas ou compras de alimentos e artesanato típicos (SILVA et al apud ALMEIDA et al, 1998).

De acordo com ZIMMERMANN apud ALMEIDA et al (1998), o Turismo Rural pode ser definido como:

Um produto que atende a demanda de uma clientela Turística, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural produtivo.

No presente trabalho adotaremos o termo “Turismo Rural”, partindo do mesmo pressuposto contido nas duas últimas definições acima citadas; ou seja, como uma atividade onde o turista visita as propriedades rurais e passa o dia desfrutando dos produtos turísticos disponíveis, como: passeios, atividades recreativas e de lazer, atividades produtivas, alimentação, compra de produtos e artesanatos, etc.

4.6.4. Características e Princípios do Turismo Rural

Segundo ZIMMERMANN (1996), o Turismo Rural tem, em seu alicerce, duas condições básicas:

- 1) A fixação de objetivos claros quanto a razão da implantação deste produto:
 - promover a interiorização do turismo;
 - viabilizar nova fonte de renda ao produtor rural;
 - resgatar e valorizar a cultura local e regional;
 - entre outros.
- 2) A aplicação de novas metodologias, nas quais a participação da comunidade e o respeito à realidade local devem ser amplamente considerados.

Além das premissas acima mencionadas, o Turismo Rural tem alguns princípios fundamentais que devem ser respeitados para que se possa atender a expectativa de seus clientes/consumidores (ZIMMERMANN, 1996).

4.6.5. Princípios Fundamentais do Turismo Rural

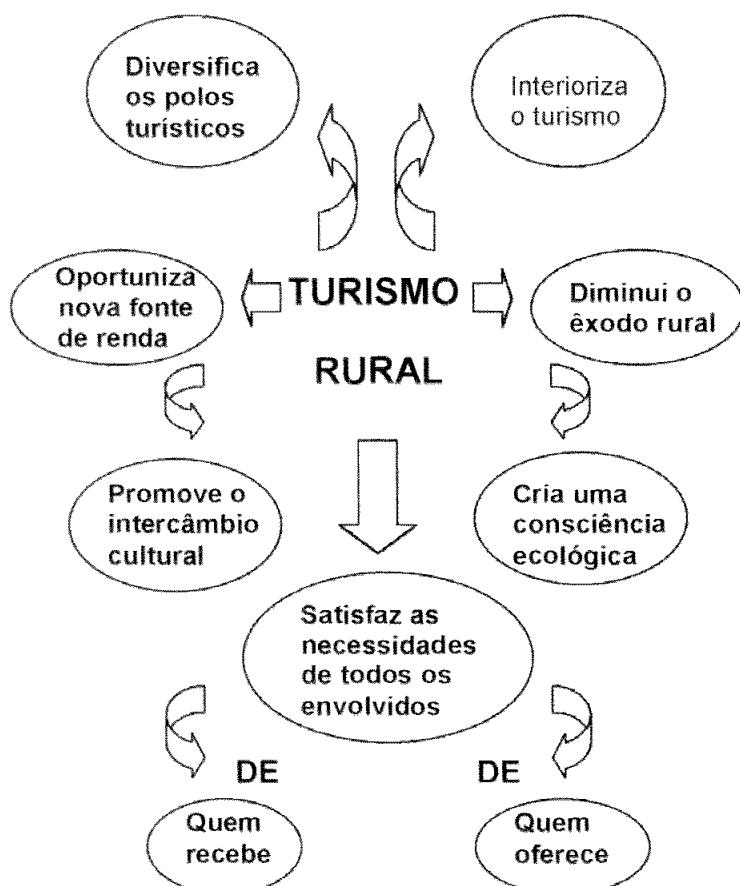
De acordo com ZIMMERMANN (1996), o Turismo Rural apresenta seis princípios fundamentais.

- Identidade Própria: Significa o respeito pelas características do ambiente como um todo. A preservação da paisagem, o tipo de atividades produtivas, a cultura étnica do proprietário e do local, a arquitetura das edificações da propriedade são os fatores que darão identidade própria ao local a ser trabalhado.
- Autenticidade: Diretamente ligada à identidade, deve ser espontânea. É preciso assumir o “clima” local.
- Harmonia Ambiental: Significa preservar e restaurar o ambiente como um todo. Aproveitar ao máximo a estrutura disponível e todas as ampliações e alterações que se fizerem necessárias; devem obedecer o perfil arquitetônico existente, buscando um equilíbrio harmônico.
- Preservação das Raízes: A cultura, em toda sua plenitude, deve estar presente no contexto. Na maioria das vezes hábitos e costumes estão esquecidos pelo tempo. É necessário que se regate e viabilize ao turista vivenciar todas as formas culturais locais, tais como: gastronomia, uso de objetos, artesanato, móveis, arquitetura, etc.
- Divulgação dos Costumes: Forma prática de mostrar as raízes e a cultura local das mais variadas formas. Serve também como lazer aos turistas a apresentação de grupos folclóricos, músicos, dançarinos, etc.
- Atendimento Familiar: Este é o grande diferencial dos sistemas tradicionais de hospedagem: o atendimento familiar, que promove um forte relacionamento humano de amizade.

De acordo com ZIMMERMANN apud ALMEIDA et al (1998), o envolvimento da comunidade local, também é um dos princípios que devem ser considerados no turismo rural.

Segundo ZIMMERMANN (1996), o Turismo Rural tem ainda a característica de satisfazer a necessidade de todos os envolvidos, de quem oferece e de quem recebe, conforme pode se observar na figura 03.

Figura 02. Características do Turismo Rural



Fonte: Zimmermann, Adonis. Turismo Rural um modelo Brasileiro, 1996.

Diversificação dos Pólos Turísticos

Em função das características próprias do Turismo Rural (que acontece no interior), a diversificação dos pólos turísticos tem a função de promover a interiorização do turismo, desconcentrando os fluxos dos já consagrados pólos turísticos.

Oportunidade de Novas Fontes de Renda

Para o produtor rural que tem sua renda baseada exclusivamente nas atividades produtivas que desenvolve, a partir do turismo rural passa, além de agregar valores aos seus produtos (por venda direta ao consumidor), a obter uma representativa receita, valores estes que, na maioria dos casos, passam a ser bem mais representativos do que as receitas da produção rural normal.

Diminuição do Êxodo Rural

As estatísticas têm nos mostrado que a partir da exploração da atividade turística no meio rural, as propriedades rurais têm gerado novos empregos a pessoas da área rural, passando de uma média de três a até quinze empregados.

Outro aspecto importante a ser considerado, é a questão da melhoria da renda familiar do empregado rural, pois de modo geral são contratados os familiares (esposa e filhos), o que chega a triplicar a renda familiar.

Intercâmbio Cultural

O turista que é atraído pelo turismo rural é, de forma geral (pesquisa), eminentemente urbano e de classe média e alta, oriundo de grandes centros urbanos. Por esta razão este turista tem como característica ser bem informado.

Por outro lado, o receptor (produtor rural) tem como característica marcante preservar os hábitos, costumes e valores étnicos, o que naturalmente acaba passando aos seus visitantes (turistas). Da mesma forma o turista passa muitas informações e novidades ao produtor rural.

Conscientização Ecológica

As características do visitante (homem urbano), que traz em si todos os problemas vivenciados nos grandes centros urbanos (stress, poluição, insegurança, etc.), oportunizam no turismo rural vivenciar o outro lado do seu cotidiano. A partir desta experiência passa a ter um referencial comparativo positivo, o qual tenta buscar. Impulsionado pela necessidade de bem estar, passa a defender a preservação e a melhoria do meio em que vive.

Além destas características, o turismo rural proporciona ainda a satisfação de todos os envolvidos, sejam eles:

A comunidade: tem a oportunidade de divulgar o município e a região criando, a partir de uma mudança cultural e de comportamento, uma nova consciência voltada para o turismo. Resgata a cultura local e regional, dando importância aos seus valores como fator de diferenciação e atrativo ao turista. O poder público acaba ampliando os investimentos na infra-estrutura, muitas vezes em parceria com a iniciativa privada. Finalmente fomenta o surgimento de novas oportunidades de negócios, que gera abertura de novas empresas, novos empregos e aumento na arrecadação de impostos.

Quem oferece (proprietário rural): passa a ter uma nova e significativa fonte de renda, sem ter que deixar sua atividade produtiva rural, ao contrário, com valor agregado a ela. Isto gera redução da rotatividade de pessoal, utilização de mão-de-obra de áreas ociosas, melhorando sua produtividade, incentivando o reinvestimento na atividade produtiva. Supre o isolamento do conforto urbano através do contato com novos clientes, que podem gerar novos negócios.

Quem recebe (o turista): tem a oportunidade de viver o desconhecido, oposto à sua vivência de centro urbano, que provoca um afastamento dos movimentos da natureza. A nova experiência também promove uma mudança cultural e de comportamento, criando novos conceitos e valores. Pode, inclusive, aproveitar a oferta de novos produtos turísticos que representam melhoria na qualidade de vida.

4.6.6. Modalidades do Turismo Rural

De acordo com a concepção adotada nesse trabalho sobre Turismo Rural, vamos considerar o desenvolvimento do mesmo em cinco modalidades básicas, segundo LIMA, (1998):

4.6.6.1. Agroturismo

Desenvolvido em propriedades rurais produtivas, onde o turista tem a oportunidade não só de conhecer, mas também de participar de todas as atividades produtivas que fazem parte do cotidiano das mesmas; além de poder usufruir dos demais produtos turísticos existentes nessas propriedades.

4.6.6.2. Ecoturismo

É o encontro do turista com a natureza na sua forma mais autêntica, para conhecer a flora e a fauna da região, bem como, os aspectos geográficos através, principalmente de trilhas ecológicas.

4.6.6.3. Turismo Cultural

É a busca do conhecimento da cultura predominante de uma determinada região representada pela dança, música, história, formação étnica e geográfica, arquitetura, aspectos econômicos e artísticos-culturais em todas as suas expressões.

4.6.6.4. Turismo Esportivo

Desenvolvido em áreas onde a natureza proporciona locais adequados para a prática de atividades esportivas como, motocross, mountainbike, torneios hípicas, torneios de laço, torneios de bocha, canoagem, etc.

4.6.6.5. Turismo de Aventura

Desenvolvido em locais onde a natureza oferece ambientes adequados, capazes de proporcionar atividades esportivas e de lazer radicais, para turistas que buscam fortes emoções, como vôo livre, alpinismo, rafting, jeep aventura, trilhas pelos rios, canyons, etc.

É importante salientar que, outras modalidades, ou atividades turísticas podem ser incluídas, ou acrescentadas neste contexto, pois, dividem o mesmo espaço; desde que, satisfaçam a promessa a básica de envolvimento do turista com o cotidiano da vida rural e/ou o consumo dos bens e serviços disponíveis.

Outro aspecto importante a considerar é que, as atividades ou modalidades acima descritas, não podem ser encaradas como estanques, pois geralmente, não ocorrem isoladamente, e sim em conjunto ou de forma agregada. É comum encontrarmos propriedades rurais que oferecem ao turista, atividades diversificadas, contemplando duas ou mais dessas modalidades.

5. ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

5.1. Histórico

A região inicialmente era habitada por índios botocudos que sobreviviam da pesca e da caça. A colonização do extremo sul catarinense começou por Laguna. A linha do tratado de Tordesilhas seguia de Laguna até Tramandaí no Rio Grande do Sul. O local começou a receber os “primeiros” moradores a partir de 1727, através da estrada “Conventos-Curitiba”; uma nova rota que cortava o vale do Araranguá, passando pela serra geral, chegando nos campos de Curitiba (Atlas Escolar de Santa Catarina, 1991).

Com esse desvio, os tropeiros cruzaram por mais de um século as terras da região. Nesse período, os lagunenses luso-brasileiros vieram fixar-se no extremo sul.

Até 1921, toda a área do município era habitada por luso-brasileiros, que sofriam ataques constantes, dificultando suas vidas e o desenvolvimento da região. Até essa data não aconteceu no município praticamente nenhum desenvolvimento. Não havia no município escola, igreja ou estrada. Os poucos que fixavam moradia não regularizavam suas terras. As sesmarias concedidas pela coroa não forneciam exatidão dos limites de suas terras, abrindo caminho para os posseiros. Os poucos latifundiários ou herdeiros legais que foram beneficiados nem sabiam onde eram suas terras. Os posseiros só produziam o necessário para sobreviver e a estagnação da região durou até a década de 20, do ano de 1900 (Atlas Escolar de Santa Catarina, 1991).

Toda a área do município pertenceu, primeiramente, a quatro latifundiários: Maria Monteiro de Guimarães e Cunha, João da Silva Córdova, Antônio Manoel Bandeira e Martinho Guizzo. Nenhum desses latifundiários aqui residiram. Desde o século passado, alguns como proprietários e outros como posseiros, residiram aqui. Não foram muitos, mas foram os legítimos fundadores ou pioneiros do município. Entre eles : Honório de Mello, Pedro Fernandes, Abedeno Gomes, Ireno Cardoso, Francisco Galdino de Araújo, José Santana, José Agrimpho, Manoel da Silva Pinto, Manoel Constante Ribeiro, João da Silva, Manoel José, Ireno Borges, Ramilo Borges, João Teixeira, Antônio Honorato, Joaquim Britto, Bento Pinto, João

Hemerim, Manoel Hemerim, José Duarte, Manoel Borges, Manoel Serafim Gomes, Manoel Constante e Heitor Mulatão, entre outros que aqui moraram (FONTANELLA, 1995).

Pelos idos de 1913 a situação começou a melhorar com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, a convite de seus patrícios da região de Urussanga, já imigrados. De 1920 a 1930, a região recebeu sua maior leva de migrantes e imigrantes italianos. Também houve em escala menor, um fluxo migratório de imigrantes poloneses e germânicos. Porém, a colonização predominante foi de descendentes de italianos (Atlas Escolar de Santa Catarina, 1991).

Inicialmente, toda a região pertencia a Laguna. O tempo passou e Araranguá desmembra-se de Laguna que passa a ter jurisdição sobre todas as terras do extremo sul catarinense, inclusive Criciúma. Com o passar do tempo houve novos desmembramentos, até chegar ao município de Turvo, que passa a ter jurisdição sobre as terras de Jacinto Machado. Em 11 de setembro de 1930, foi elevado a categoria de Distrito, pela Lei nº 1709. Foi instalado a 22 de abril de 1931 e elevado a Vila em 31 de março de 1938.

Foi elevado a município pela Lei nº 348 de 21 de junho de 1958, com instalação em 23 de julho de 1958.

Até 1943 era conhecido como “Volta Grande”. O lugar recebeu esse nome porque a estrada que vinha do norte acompanhava o rio, fazendo todas as voltas, tornando grande o percurso.

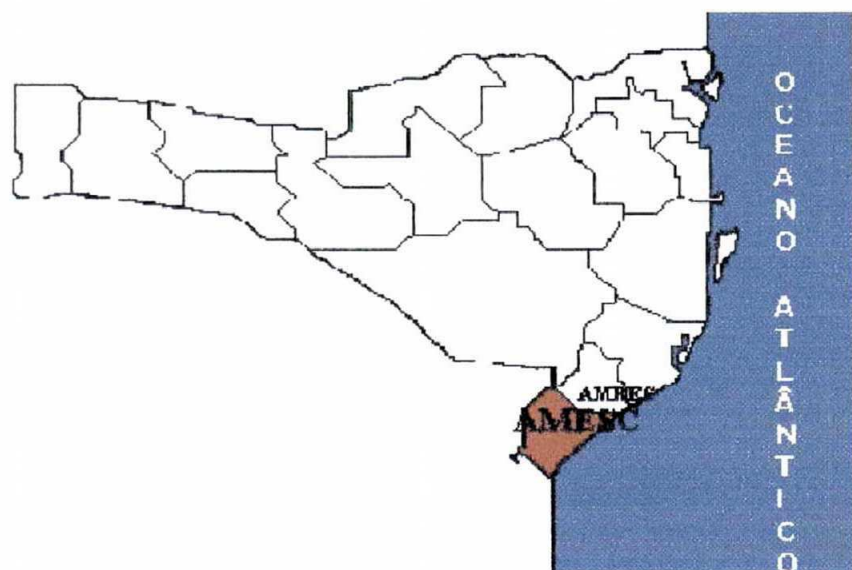
Por um Decreto de 1943, Volta Grande passa a se chamar Jacinto Machado, em homenagem ao brigadeiro Jacinto Machado Bitencourt, catarinense que defendeu o Brasil na guerra do Paraguai, nascido em Desterro, atual Florianópolis moraram (FONTANELLA, 1995).

5.2. Localização Geográfica e Área

O município de Jacinto Machado está situado na região litoral do extremo sul catarinense e, pertence à Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC, que é composta por quinze municípios.

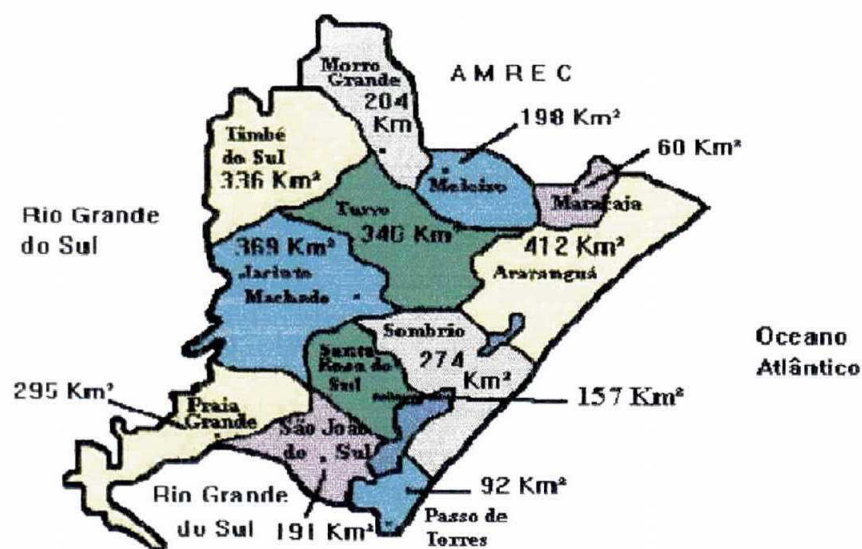
5.2.1. Localização do Município de Jacinto

Figura 03. Mapa de Santa Catarina



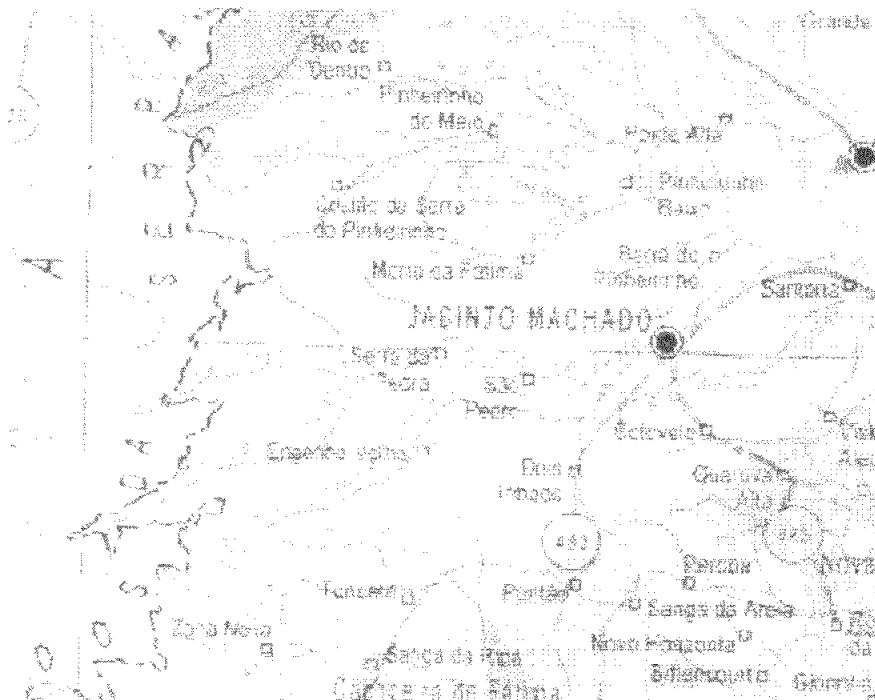
Fonte: Amesc 1998

Figura 04. Mapa da AMESC.



Fonte: Amesc 1998

Figura 05 . Mapa de Jacinto Machado



Fonte: Amesc 1998

O município dista 260 KM da capital Florianópolis e limita-se:

- ao norte com os municípios de Timbé do Sul e Turvo
- ao sul com Praia Grande e São João do Sul
- ao oeste com o Estado do Rio Grande do Sul
- ao nordeste com Ermo
- ao leste com Sombrio
- ao sudeste com Santa Rosa do Sul

As coordenadas geográficas do município de Jacinto Machado são as seguintes:

Latitude: 28.59'51" S

Longitude: 49.45'49" S de Greenwich

Altitude Média: 50 metros.

O município de Jacinto Machado possui uma área de 369 Km² (AMESC <http://www.amesc.com.br>).

5.3. Aspectos Sociais

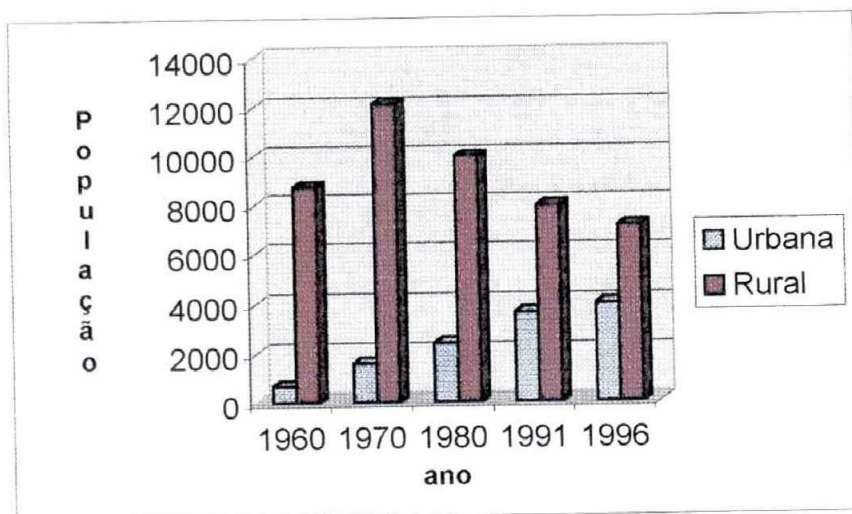
Entre os aspectos sociais, serão apresentadas algumas informações e dados sobre a população, a educação, a saúde, a infra-estrutura básica, a recreação e lazer, os aspectos culturais e as vias de acesso e meios de transportes.

5.3.1. População

Segundo último censo do IBGE realizado em 1996, Jacinto Machado possui uma população de 11.039 habitantes, sendo que 5.596 são do sexo masculino e 5.443 são do sexo feminino. Desse total, 7.082 habitantes, ou seja 64,20% da população, reside na área rural e 3.957 habitantes, 35,80% da população, reside em área urbana.

A maior parte da população de Jacinto Machado reside no meio rural, conforme mostra o gráfico 02.

Gráfico 02. Evolução da População Urbana e Rural de Jacinto Machado (%)
1970/1996



Fonte: Censo Demográfico e Anuário Estatístico de SC – IBGE/ 1960, 1970, 1980, 1991, 1996.

Observa-se no gráfico 02 que a partir de 1980 a população rural de Jacinto Machado começa a diminuir. A população rural que em 1970 representava 88,4%, decaiu para 64,2% em 1996. Observamos que os dados referentes à população urbana apresentam uma constante ascendência.

Segundo dados do IBGE, nos anos de 97 e 98, o município de Jacinto machado, perdeu aproximadamente 2 500 habitantes, muitos dos quais migraram para outros centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida.

O êxodo rural pode ter prejudicado a economia do município. Os fatores que explicam o êxodo rural de Jacinto Machado podem estar associados às dificuldades dos produtores rurais em aderir à “onda modernizante” da agricultura que se difundiu no Brasil após os anos 70. Marginalizados do processo, os agricultores remanescentes aspiram pela definição de uma política agrícola, para que possam assegurar sua sobrevivência enquanto pequenos produtores.

O quadro 05, nos mostra uma previsão da população residente do município de Jacinto Machado de 97 até o ano 2000.

Quadro 05. População Residente Projetada 1997 – 2000

MUNICÍPIO	1997	1998	1999	2000
JACINTO MACHADO	11.001	10.909	10.815	10.719

Fonte: Fundação IBGE; in Anuário Estatístico de Santa Catarina – 1995.

5.3.2. Educação

No Brasil, a situação da educação é precária. Apenas 34% dos que ingressam na escola concluem o primeiro grau, e no geral, permanecem um tempo 50% maior do que o tempo previsto. Em relação ao segundo grau, somente 30% da população entre 15 e 19 anos de idade têm acesso a ele. Em relação ao ensino superior, a situação é ainda mais grave, pois apenas 1% da população chega às universidades (SCHMIDT, 1998).

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Promoção Social (1998), O município de Jacinto Machado possui uma rede de ensino fundamental, composta de 40 estabelecimentos de ensino. Existem 37 escolas Isoladas e Reunidas, sendo que 20 pertencem a rede estadual e 17 a rede municipal de ensino. Há duas Escolas Básicas e um Colégio Estadual com ensino de primeiro e segundo graus.

O município possui ainda, uma rede voltada para a educação infantil, com seis Prés-escolares, sendo que um é particular, duas creches, a APAE que atende os alunos que necessitam de atendimento especial e um Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES.

A exemplo do que ocorre no restante do país, Jacinto Machado enfrenta sérios problemas na educação, sendo que o maior desafio é o baixíssimo atendimento na pré-escola e no segundo grau, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 06. Relação da População por Alunos Matriculados, Ano 1994

Mun.	PRÉ-ESCOLA			PRIMEIRO GRAU			SEGUNDO GRAU		
	Popul. 0 a 5 Anos (1)	Alun. Matric.	Nível de atend. %	Popul. 6 a 14 anos (1)	Alunos matricul.	Nível de atend. %	Popul. 15 a 19 anos (1)	Alunos Matricul.	Nível de atend. %
J.M.	1.494	243	16,26	2.277	1.385	60,83	1.100	215	19,55

Fonte: Prefeitura Municipal - 1994
SEC/GEINF - 1993
CRE - 1994
(1) Estimativa

O analfabetismo, é igualmente um problema sério em Jacinto Machado. Segundo dados do IBGE, o município está entre os que apresentam maiores índices de analfabetismo.

A taxa de analfabetismo entre 7 e 14 anos em 1991 era de 14%. Como podemos ver no quadro 07 a seguir, essa taxa tem aumentado ainda mais.

Quadro 07. Taxa de Analfabetismo da População por Faixa Etária

	7 A 10		11 a 14		Acima de 15 anos	
	Popul.	Taxa %	Popul.	Taxa %	População	Taxa %
Jacinto Machado	1.081	23,2	990	4,2	7.648	16,4
AMESC	12.878	18,2	11.770	3,4	91.977	13,5

Fonte: Prefeituras - 1994 / SEC / GEINF - 1993 / CRE / 1994

Em relação às políticas educacionais, há uma proposta do governo federal de fazer uma reestruturação tendo como pontos básicos a aglutinação das escolas municipais e a nucleação das escolas estaduais. Através dessa reestruturação, pretende-se diminuir o número de escolas e concentrar alunos e professores em escolas centrais.

Algumas escolas estaduais serão nucleadas em três localidades: Escola Básica Imaculada Conceição, na comunidade de Serra da Pedra, Escola Básica Francisco Molgero, na comunidade de Pinheirinho do Meio e o terceiro núcleo será realizado no bairro Figueira, que está próximo do perímetro urbano.

Quanto às escolas municipais, algumas serão localizadas em comunidades centrais.

A rede municipal de ensino está implementando a sua proposta pedagógica, cuja prática visa atender às novas exigências do mercado, adequando as escolas para um princípio da não exclusão. A proposta pedagógica visa ainda fazer com que os educandos prossigam seus estudos, proporcionando-lhes uma leitura consciente da realidade em que estão inseridos e tenham condições de retomar às comunidades, inclusive do interior, com uma mentalidade mais participativa que traga novas perspectivas no sentido de contribuir para o seu desenvolvimento.

De acordo com a proposta pedagógica, o conhecimento científico se voltará para uma visão sócio-histórica, com uma filosofia de reabordagem mais crítica do saber sistemático, que garanta clareza do contexto social em que este educando esteja situado.

A Secretaria Municipal da Educação mantém alguns programas e projetos:

- a) **projeto: relato de experiência** – Durante as reuniões pedagógicas os professores apresentam aos colegas algum trabalho desenvolvido em sala de aula, que tenha dado resultado positivo;
- b) **projeto de complementação curricular** – inclui oficinas desenvolvidas nas escolas de trabalhos manuais (bordado, tricô, croché, bainhas, tapeçaria), artesanato, pintura, dança, teatro, coral infanto-juvenil e instrumentos musicais;
- c) **língua estrangeira na escola**: inglês e espanhol – instituição dos idiomas espanhol e inglês de 1ª à 4ª séries;
- d) **educação física** – aulas de educação física também nas escolas isoladas;
- e) **projeto: conhecendo meu município** – realização de visita e estudo de campo com os alunos das terceiras séries do ensino primário pelas comunidades e repartições públicas do município;
- f) **projeto: TV e vídeo na escola** – TVs, vídeos e fitas fazem rodízio pelas escolas do município para auxiliar no trabalho pedagógico;

- g) **projeto: área de estudo** – desenvolvido nas segundas, terceiras e quartas séries do ensino primário, onde um professor em cada área de estudo, faz rodízio ou troca de aulas, com cinco aulas diárias;
- h) **projeto: literatura** – aquisição de livros de literatura infantil e infanto-juvenil para auxiliar no trabalho pedagógico;
- i) **projeto: fantoche** – em parceria com o projeto literatura, adota-se o sistema de rodízio de fantoches nas escolas para a realização de dramatizações.

Os projetos “complementação curricular” e “conhecendo meu município”, são importantes para incentivar a criança e o adolescente a conhecer e aprender a cultura local em todas as formas de sua expressão, para que esses valores culturais sejam preservados; bem como, conhecer as riquezas naturais do município no sentido de valorizar e preservar esses recursos. Tais projetos tem importância estratégica no incentivo e no desenvolvimento da atividade turística no município.

5.3.3. Saúde

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde (1998), o município de Jacinto Machado possui uma unidade hospitalar, o Hospital São Roque, uma entidade privada sem fins lucrativos. O hospital possui quarenta e cinco leitos, sendo que trinta e cinco destinam-se ao SUS – Sistema Único de Saúde – e os demais são particulares:

- clínica médica – 20 leitos
- clínica cirúrgica – 2 leitos
- clínica pediátrica – 6 leitos
- clínica obstétrica – 6 leitos
- fora de possibilidades terapêuticas – 1 leito

O hospital está equipado com uma sala de cirurgia, um laboratório de análises clínicas, um centro de fisioterapia, um aparelho de eletrocardiografia. Os aparelhos de endoscopia e ultra-sonografia são particulares e estão fora do hospital.

No atendimento hospitalar, quatro médicos cobrem as necessidades de clínica geral, obstetrícia e cirurgias. O hospital possui ainda um bioquímico, um fisioterapeuta e dois enfermeiros.

A Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde presta ainda atendimento à população, em uma rede composta por cinco postos de saúde distribuídos em diversas comunidades no município. Existe uma unidade sanitária central, localizada na sede no município, que atende a população urbana e rural nas consultas médicas, odontológicas, fisioterápicas e nos diversos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Todos os postos, exceto os desativados, fazem atendimentos básicos de saúde e primeiros socorros. É importante salientar, no entanto, que o serviço de saúde prestado nessas unidades se limita apenas ao atendimento da demanda, sem a busca ativa de pacientes de riscos, como, por exemplo: recém-nascidos, gestantes, diabéticos, hipertensos, etc.

No município também estão instalados um ambulatório no Sindicato Rural que oferece atendimento odontológico pelo SUS e atendimento médico através do sindicato, consultórios médicos e odontológicos particulares.

O município de Jacinto Machado, juntamente com mais cinco municípios da AMESC, criaram o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC para atendimento especializado de saúde à população oferecendo especialistas nas mais diversas áreas. Os profissionais contratados prestam atendimento em todos os municípios conveniados. Este consórcio tem também por finalidade promover ações e projetos, visando a melhoria das condições de saúde nos municípios conveniados.

5.3.4. Infra-estrutura Básica

5.3.4.1. Abastecimento e Consumo de Água

O abastecimento de água na área urbana é realizado pela SAMAE com 94,50% das residências atendidas. A SAMAE abastece quase toda a área central urbana e alguns bairros, entre eles os bairros: Arizona, Encruzo, Jardim Nicolau, Figueira, Paraguai, Último Rio. Também são atendidas as comunidades rurais de Pinheirinho Alto e Pinheirinho do Meio.

Nas demais localidades da área rural, não existe tratamento de água. O abastecimento é realizado pela comunidade que capta água das nascentes.

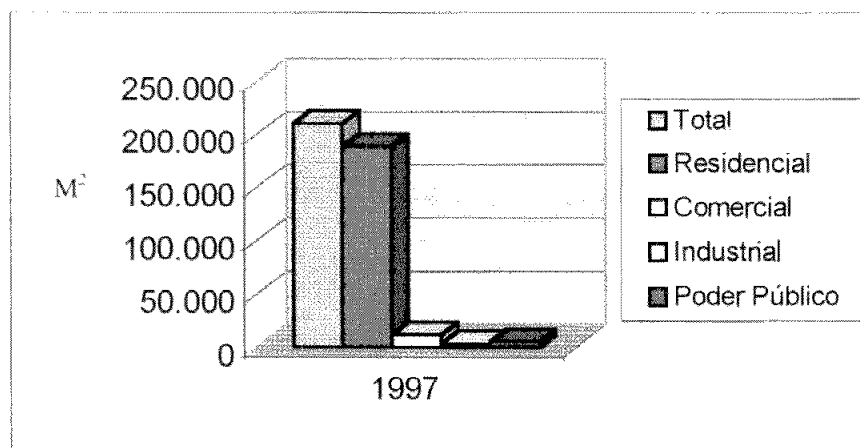
O quadro 08 e o gráfico 03, mostram dados referente ao abastecimento e ao consumo de água no município.

Quadro 08. Abastecimento de Água em Jacinto Machado – 1994

	Pop. Urb.	Pop.	Nível	Nº de Econ. Abast.				
	Proj. 94	Abastec.	Abastec.	Residência	Comércio	Indústria	Público	Total
Jacinto Machado	3.532	3.336	94.50	1.112	50	06	15	1.183

Fonte: AMESC - 1995

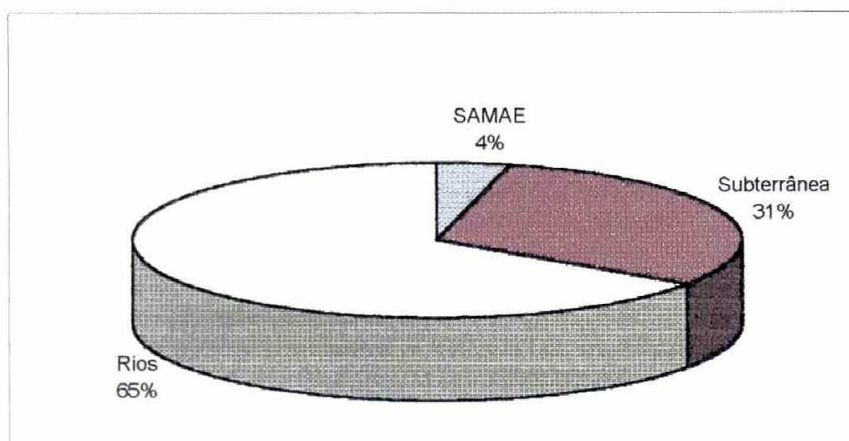
Gráfico 03. Consumo de Água em m³ por Classe de Consumidores - 1997



Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

O consumo de água no município de Jacinto Machado é considerado no gráfico 04 e nas quadros 08 a 11. Estes dados apontam a realidade do município com relação à disponibilidade de água (superficial ou subterrânea), tanto qualitativa como quantitativamente.

Gráfico 04. Consumo de Águas Industriais – Município de Jacinto Machado



Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

Quadro 09. Consumo de Água Tratada (SAMAE) Para Fins Industriais em m³/hora e Descarga de Efluentes em m³/hora Para o Município de Jacinto Machado.

Código da atividade	Consumo	Descarga	Tratamento de efluentes	Corpo Receptor
130	1	0,8	B	Rio da Pedra

Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

As letras A, B e C significam que não trata, trata parcialmente e totalmente os efluentes industriais gerados pelas atividades, respectivamente.

Quadro 10. Consumo de Água Subterrânea Para Fins Industriais em m³/hora e Descarga de em m³/hora Para o Município de Jacinto Machado.

Código da atividade	Consumo	Tratamento de Água	Vazão de Efluentes	Tratamento de efluentes	Corpo Receptor
129	8	0	4	B	Rio da Pedra

Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

As letras A, B e C significam que não trata, trata parcialmente e totalmente os efluentes industriais gerados pelas atividades, respectivamente; e 1, 2, 3 e 4 significam que a água não necessita de tratamento, necessita de tratamento convencional, necessita de desinfecção ou necessita de tratamento especial, respectivamente.

Quadro 11. Consumo de Água dos Rios Para Fins Industriais em m³/hora e Descarga de Efluentes em m³/hora para o município de Jacinto Machado.

Código da Atividade	Consumo	Tratam. de Água	Rio que abastece	Descarga	Tratam. De efluen.	Corpo Receptor
131	10	1	R. da Pedra	8	B	R. da Pedra
132	7	1	R. da Pedra	5	A	R. da Pedra

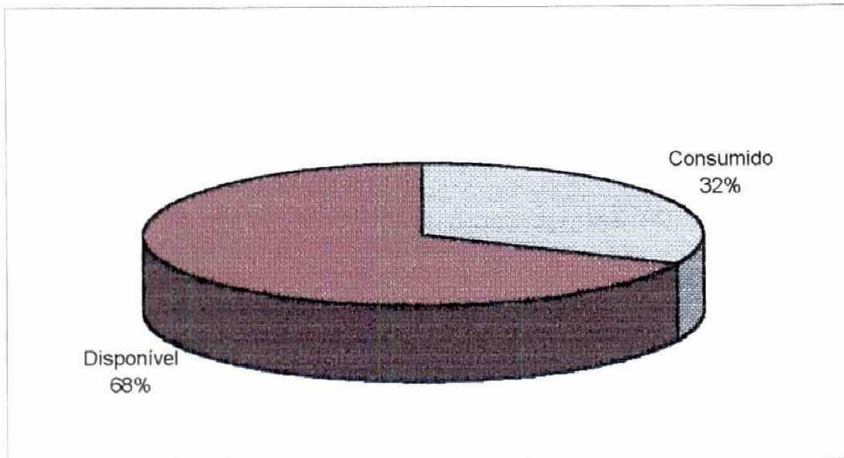
Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

As letras A, B e C significam que não trata, trata parcialmente e totalmente os efluentes industriais gerados pelas atividades, respectivamente; e 1, 2, 3 e 4 significam que a água não necessita de tratamento, necessita de tratamento convencional, necessita de desinfecção ou necessita tratamento especial, respectivamente.

A agricultura na região apresentou grande desenvolvimento, principalmente na lavoura de arroz irrigado. A propósito, deve-se atribuir ao grande uso de água nas atividades de irrigação, abastecimento urbano e industrial, entre outros, a situação de escassez deste recurso identificada no estudo efetuado. É grande o risco da ocorrência de conflitos pelo uso da água na região. Em Jacinto Machado, no entanto, não se verificou ocorrência de conflitos devido à abundância de cursos d'água.

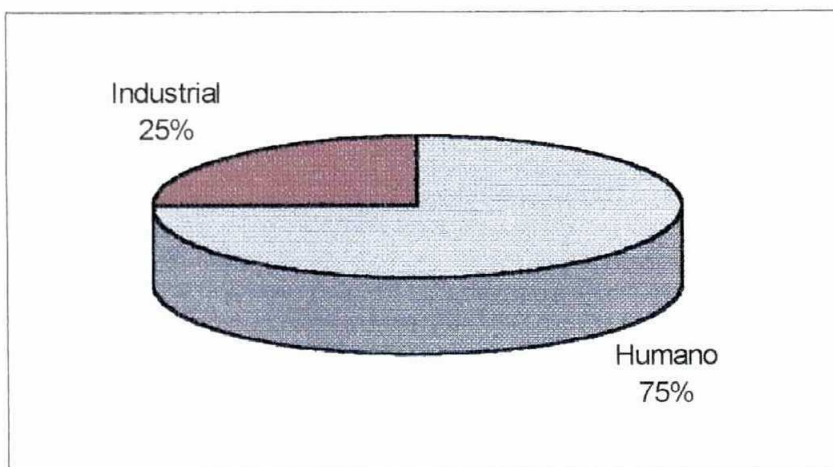
Além da abundância dos rios, riachos e córregos, cujas águas são utilizadas na agricultura, na indústria e no consumo doméstico, também ocorre o consumo considerável de águas subterrâneas, conforme podemos constatar nos gráficos 05 e 06.

Gráfico 05. Disponibilidade de Águas Subterrâneas no Município de Jacinto Machado



Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

Gráfico 06. Usuários de Água Subterrânea no Município de Jacinto Machado



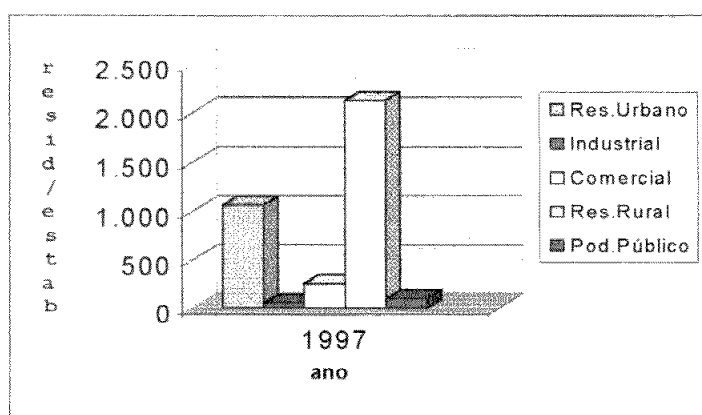
Fonte: Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica – Florianópolis, 1997.

5.3.4.2. Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica no município é feito através da Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado – COOPERJAMA, que foi fundada em 20/09/1961.

O fornecimento de energia elétrica cobre 100% da população do município, tanto nas áreas rural como urbana. O gráfico 07 nos mostra alguns dados sobre o consumo de energia elétrica no município.

Gráfico 07. Consumidores de Energia Elétrica por Classe – 1997



Fonte: COOPERJAMA – Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado

5.3.4.3. Telefonia

Os dados referentes aos serviços de telefonia, são de 1997 e, portanto, apresentam defasagem nas informações.

O quadro 12 apresenta alguns dados em relação ao número de telefones no município.

Quadro 12. Número de Telefones em Jacinto Machado - 1997

Modelo	Especificação	Número de Unidades
Convencional	Residencial	145
Convencional	não-residencial	488
Celular		
Total		633

Fonte: Telesc / Araranguá - SC

5.3.4.4. Sistema de Esgoto e Drenagem

Em relação ao esgoto sanitário, o município adota o sistema de fossa séptica, sumidouro ou utilização clandestina do sistema de drenagem para coleta de seus afluentes, onde o lançamento é feito sem qualquer tratamento prévio nos cursos d'água, poluindo os mesmos.

O município não possui rede de coleta para águas pluviais, permitindo o acúmulo de água nas ruas, propiciando a proliferação de insetos e o escoamento para riachos e rios, que trazem como consequência, a erosão.

5.3.4.5. Coleta de Lixo

A coleta de lixo é realizada regularmente no centro, três vezes por semana, e nos bairros do perímetro urbano, uma vez por semana.

O lixo urbano não é tratado e nem disposto corretamente. O depósito de lixo localiza-se na Vila Araçá, numa área que foi doada para a Prefeitura pelo BESC.

O lixo é depositado a céu aberto, não possuindo o devido controle. Muitas vezes são realizadas queimadas para diminuir o odor, a quantidade de lixo e a proliferação de animais.

Alguns problemas ambientais causados pela inadequação do depósito de lixo precisam ser contornados, a curto e a médio prazo para evitar danos maiores ao meio ambiente, prejudicando a população local e regional. Entre eles podemos citar, a erosão em alguns pontos do aterro, deixando o lixo a céu aberto, permitindo o seu deslocando para outros pontos e a poluição das águas dos córregos que passam pelo local e recebem toda a poluição gerada.

Na área rural, a coleta de lixo não é realizada.

5.3.5. Recreação e Lazer

Os locais com infra-estrutura adequada para recreação e lazer no município, são poucos. Os mais importantes são:

- os salões comunitários

- o ginásio de esportes
- o parque de CTG "Recanto da Gávea"
- a gruta Nossa Senhora de Lourdes
- o Gávea Tênis Clube

O município dispõe de um grande potencial turístico por suas belezas naturais, que oferecem rios de águas cristalinas, canyon, cascatas, encosta da Serra Geral, desfiladeiros, montanhas, dentre outras. Os recursos naturais de rara beleza têm despertado a vocação turística do município, que está integrando um Projeto de Turismo Rural na região. O Projeto será descrito em detalhes ao longo do trabalho.

5.3.6. Aspectos Culturais

A cultura italiana trazida pelos colonizadores é a mais importante no município e, de certa forma, ainda se mantém viva nas mais diferentes manifestações culturais.

O jogo de "bocha", trazido pelos imigrantes italianos, é praticado com frequência no município, principalmente pelos homens mais idosos. O jogo de "mora", tipicamente italiano, é conhecido por poucos moradores com idade mais avançada, não sendo mais praticado com frequência.

O artesanato é bem desenvolvido. Os trabalhos são realizados pelos 10 Clubes de Mães existentes no município.

As principais atividades realizadas, principalmente por senhoras, são as seguintes:

- peças decorativas e utensílios a partir de materiais naturais como a palha do milho, a folha da bananeira, do piri, da taboa, da tiririca e também utilizando jornal velho;
- croché, tricô e tapeçaria;

Entre as artesãs que participam dos Clubes de Mães e demais pessoas interessadas, será criada a Associação dos Artesãos de Jacinto Machado, já em fase de fundação.

Um grupo de 20 pessoas se reúnem para trabalhos de pintura à óleo. Os trabalhos são expostos por ocasião das festas e eventos importantes no município, bem como são vendidos em alguns comércios da região.

A culinária italiana é comum no dia-a-dia dos moradores do município. Entre os pratos mais importantes, podemos citar:

- polenta com galinha, macarrão, queijo e radiche;
- fortaia: um prato à base de ovo e queijo;
- salame seco e torresmo.

Os pratos são servidos, geralmente acompanhados de vinho, conforme a tradição.

Nas construções mais antigas do município, predomina o estilo barroco. Existe também, uma construção do século passado em estilo francês.

As poucas construções existentes estão mal conservadas. O município já dispõe de Lei de proteção e conservação do patrimônio público, que prevê o tombamento de construções de interesse histórico; porém, até a presente data, nenhuma construção foi tombada.

O município possui um Coral Municipal, formado por 40 pessoas de diferentes idades, que cantam músicas de diversos estilos nos eventos e festas importantes do município. Está sendo formada também uma Banda Municipal.

O município não possui nenhuma festa típica que procure vivenciar e resgatar os valores da cultura italiana. Porém, em alguns eventos, como "A Gincana da Emancipação" que acontece todos os anos e o desfile da semana da pátria procura-se promover o resgate desses valores.

O município não tem Conselho de Cultura e todas as atividades culturais são coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação.

5.3.7 Vias de Acesso e Meios de Transportes

O acesso principal ao município de Jacinto Machado é através da BR 101, no trevo de acesso da comunidade de Sanga da Toca, Município de Araranguá, no Km 427. Do trevo de acesso na BR 101 até Jacinto Machado, são 18 quilômetros de estrada totalmente asfaltada, em bom estado de conservação.

Outra estrada de pavimentação asfáltica também está sendo concluída com acesso no trevo principal de Sombrio, reduzindo consideravelmente a distância da BR 101 até o município.

No perímetro urbano do município as estradas são, na sua maioria, asfaltadas. Algumas delas são calçadas e, algumas ainda, são de chão batido. Nas comunidades mais expressivas do interior, como Linha São Pedro existe asfalto na rua principal, e Serra da Pedra, onde existe calçamento. Nas demais comunidades as estradas são de chão batido, em condições satisfatórias de conservação.

Os meios de transportes mais utilizados no município são os veículos particulares: automóveis e caminhões e o transporte coletivo: ônibus que fazem linha diariamente para os municípios vizinhos.

O quadro 13 apresenta o número de veículos por classe, existentes no município.

Quadro 13. Frota de Veículos Cadastrados por Classe em Jacinto Machado – 1998

VEÍCULOS	NÚMERO DE UNIDADES
Automóvel	1.416
Caminhão	238
Caminhão trator	51
Caminhonete	218
Ciclomotor	260
Microônibus	2
Motocicleta	747
Motoneta	1
Ônibus	11
Reboque	16
Semi-reboque	58
Trator de rodas	16
Total de Veículos	3.034

Fonte: Secretaria da Segurança Pública – Departamento Estadual de Trânsito

Os dados a seguir, informam os Meios de Transporte utilizados pelo município no setor agropecuário:

Quadro 14. Meios de Transporte no Setor Agropecuário

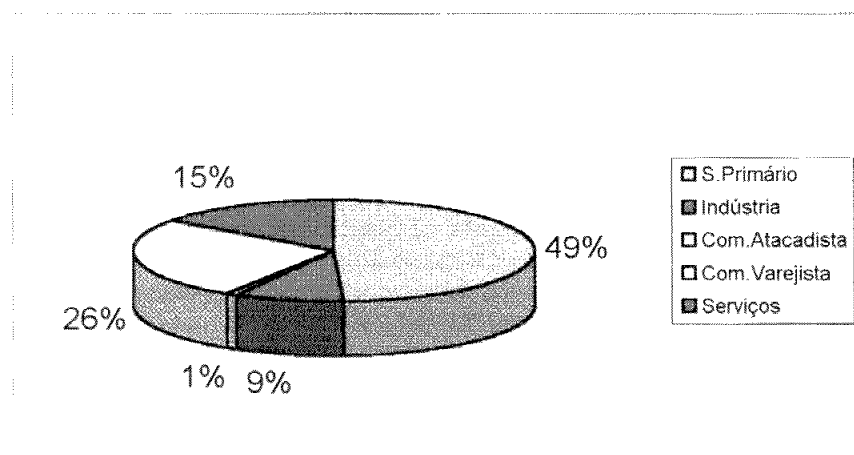
Veículos									Embarcações	
De tração mecânica							De tração animal			
Infor – mantes	Caminhões		Utilitários		Reboques		Infor- mantes		Infor- mantes	Número
	Infor- mantes	Número	Infor- mantes	Número	Infor- mantes	Número				
141	27	34	95	99	38	46	657	799	3	3

Fonte: Censo Agropecuário 1995 – 1996 / Santa Catarina.

5.4 Aspectos Econômicos

A economia do município concentra-se no setor primário, incluindo as atividades agrícola, pecuária e de pesca, que contribuem com praticamente 50% do total da economia do município. Os outros 50% estão divididos entre os setores da indústria, comércio e serviços, conforme podemos observar no gráfico 08.

Gráfico 08. Participação em % do Setor Primário, Indústria, Comércio e Serviços na economia do município de Jacinto Machado – 1996 *



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda de SC/ Elaboração : SEBRAE/SC.

* Números arredondados

5.4.1. Indústria Comércio e Serviços

O setor industrial no município é pouco desenvolvido. Destacam-se as indústrias de beneficiamento de arroz e as fábricas de balas e doces, devido ao elevado cultivo de arroz irrigado e banana.

O comércio varejista é importante na economia do município, destacam-se a venda de produtos agropecuários e de combustíveis e lubrificantes, bem como a venda de gêneros alimentícios. No setor de serviços, destaca-se o transporte rodoviário de cargas, pelo elevado número de caminhões no município, que incrementam essa atividade.

O Quadro 15 apresenta informações referentes ao setor primário, indústria, comércio e serviços no município.

Quadro 15. Participação em % das Empresas no Valor Adicionado por Setor e Gênero no Município de Jacinto Machado - 1996

SEOTOR/INDÚSTRIA/COMÉRCIO/SERVIÇOS	(%)
Setor Primário	
Agricultura, pecuária e pesca	49,762
Total do Setor Primário	49,762
Indústria	
Fabricação de telhas e tijolos	0,355
Fabricação de carrocerias, esquadrias e móveis de madeira	0,202
Fabricação de sabões e detergentes	0,039
Indústria do vestuário	0,320
Abatedouros de bovinos	0,004
Beneficiamento de arroz	5,946
Fabricação de balas e doces	1,673
Indústria gráfica e editorial	0,050
Total da Indústria	8,589
Comércio Atacadista	
Comércio atacadista de bebidas	1,041
Total do Comércio Atacadista	1,041
Comércio Varejista	
Supermercados, mercados, mercearias e padarias	2,043
Farmácias e drogarias	0,289
Cine foto e artigos de joalheria	0,039
Artigos agropecuários e produtos veterinários	0,142
Artigos esportivos, caça e pesca	0,010
Materiais de construção, materiais elétricos e ferragens	0,282
Eletrodomésticos	0,296
Peças e acessórios para veículos	0,186
Confecções em geral e tecidos	0,299
Combustíveis e lubrificantes	2,872
Produtos agropecuários	19,258
Outros	0,143
Total do Comércio Varejista	25,859

Fornecimento de Alimentação	
Bares, lanchonetes, restaurantes e cantinas	0,047
Total do Fornecimento de Alimentação	0,047
Serviços	
Transporte rodoviário de cargas	5,600
Transporte rodoviário de passageiros	0,258
Serviços Públicos	
Correio	0,001
Geração e fornecimento de energia	7,135
Telefonia e telecomunicações	1,671
Total dos Serviços	14,702
TOTAL GERAL	100,000

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda de SC/ elaboração: SEBRAE/SC.

5.4.2. Estrutura Fundiária

A presença da pequena propriedade em Santa Catarina não impediu a expansão do capitalismo no meio rural catarinense, porém contribuiu para amenizar o ritmo de concentração das terras nas grandes unidades fundiárias e, por isso o Estado de Santa Catarina, apresenta a melhor distribuição de terras do país. Neste contexto está inserido o município de Jacinto Machado. Conforme mostra o quadro 16, os estratos com menos de 5 há ampliaram tanto a área como o número de estabelecimentos a partir de 1970.

Quadro 16. Distribuição do Número e Área dos Estabelecimentos Rurais por Categorias Dimensionais (%), no Município de Jacinto Machado, 1970-85

Ano	- de 5		5 - 20		20 - 50		50 - 200		200 e mais	
	Área	Estab.	Área	estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.
1970	2,4	15,1	26,4	48,8	40,9	27,9	21,1	6,6	9,0	1,4
1975	3,4	21,7	23,2	46,1	33,7	22,4	35,1	9,5	4,5	0,3
1980	3,7	21,6	27,2	49,1	33,8	21,1	30,4	7,8	4,8	0,3
1985	2,8	18,2	23,6	47,5	34,1	23,8	36,9	10,3	2,5	0,2

Fonte: Censos Agropecuários – SC, 1970, 1975, 1980, 1985.

Até o ano de 1980 estratos de 5 a 20 ha tiveram a área ampliada apesar da redução do número de estabelecimentos. Isto evidencia uma desconcentração de

terra nas grandes áreas, a qual foi incorporada pelos estratos com áreas menores, ou seja, até 5 ha.

O quadro 17, nos mostra dados mais recentes sobre a distribuição das propriedades no município.

Quadro 17. Estabelecimentos Agrícolas no Município de Jacinto Machado, 95–96

Dimensão	Estabelecimentos		Área	
	Número	(%)	Há	(%)
Menos de 10 ha	565	40,1	2.539	9,5
Entre 10 e 100 ha	831	58,9	21.955	81,8
Entre 100 e 1000 há	14	1,0	2.338	8,7
Mais de 1000 ha	0	0	0	0

Fonte: Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável -- Prefeitura Municipal de Jacinto Machad

Observamos que o processo de desconcentração da terra foi acentuando-se com o passar dos anos. Atualmente, o número de estabelecimentos concentra-se na faixa entre 10 e 100 ha. Segundo dados do IBGE, a grande maioria dos estabelecimentos no município estão concentrados em áreas na faixa entre 10 a 50 há, confirmando, mais uma vez, o fato de que o município se caracteriza por apresentar pequenas propriedades.

O quadro 18, mostra que no período de 1970 a 1985, no município de Jacinto Machado, predomina a condição de produtor proprietário, tanto no que diz respeito ao número de estabelecimentos, quanto a área ocupada.

Quadro 18. Condições do Produtor Segundo a Propriedade da Terra (%) – Jacinto Machado, 1970 –1985

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área
1970	63,07	79,11	14,84	8,41	17,45	9,53	4,63	2,95
1975	58,45	84,65	1,24	0,38	34,68	13,29	5,63	1,68
1980	58,17	82,07	1,91	1,13	31,69	14,27	8,23	2,53
1985	60,07	80,51	3,18	1,59	30,89	15,35	5,87	2,56

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários – SC, 1970, 1975, 1980, 1985.

Em 1970, 8,4% da área de Jacinto Machado estava com 14,8% dos estabelecimentos e sendo ocupada por arrendatários, e em 1975, apenas 0,38 da área, com 1,24% de estabelecimentos.

Quanto à condição de parceiro, em 1970, esses produtores possuíam 9,5% da área, com 17,4% do total de estabelecimentos. Esta porcentagem em 1985 é de 15,3% da área agrícola do município.

A condição de produtor ocupante, no período em análise, praticamente não sofreu alteração.

O quadro 19 nos mostra dados mais recentes em relação à condição do produtor, atualmente no município.

Quadro 19. Condições do Produtor no Município de Jacinto Machado, 1995 – 96

Condição	Estabelecimentos		Área	
	Número	(%)	Há	(%)
Proprietário	1.001	71,0	22.007	82,0
Arrendatário	159	11,3	2.211	8,2
Parceiro	84	6,0	1.120	4,2
Ocupante	166	11,7	1.494	5,6
Total	1.410	-	26.832	-

Fonte: Censo Agropecuário – 1995 /1996 – Santa Catarina.

5.4.3. Setor Agropecuário

A economia do município é concentrada na agricultura, destacando-se o cultivo da banana e do arroz como principais produtos. A produção de fumo, milho e maracujá também são importantes no município, com destaque ao cultivo de maracujá que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos.

A pecuária é igualmente importante na economia do município, merecendo destaque a criação de suínos e bovinos e a produção de leite, bem como, em menor escala, a criação de aves.

O quadro 20, mostra a importância do setor agropecuário na economia do município.

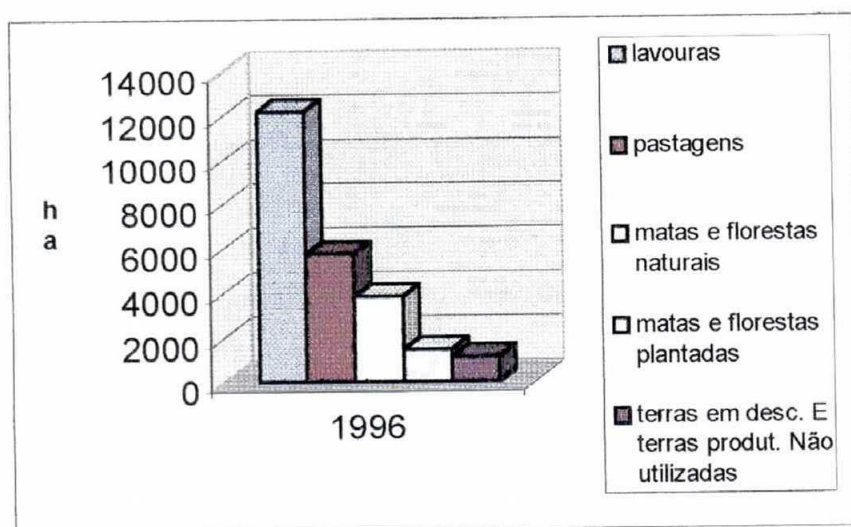
Quadro 20. Valor Bruto da Produção

ORIGEM	VALOR	
	(R\$ 1.000,00)	(%)
Animal	3.445	20
Vegetal	13.777	80
Total	17.222	100

Fonte: Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável / Prefeitura Municipal de Jacinto Machado / SC.

A agricultura tem destaque especial no município, correspondendo a mais de 80% da economia do setor.

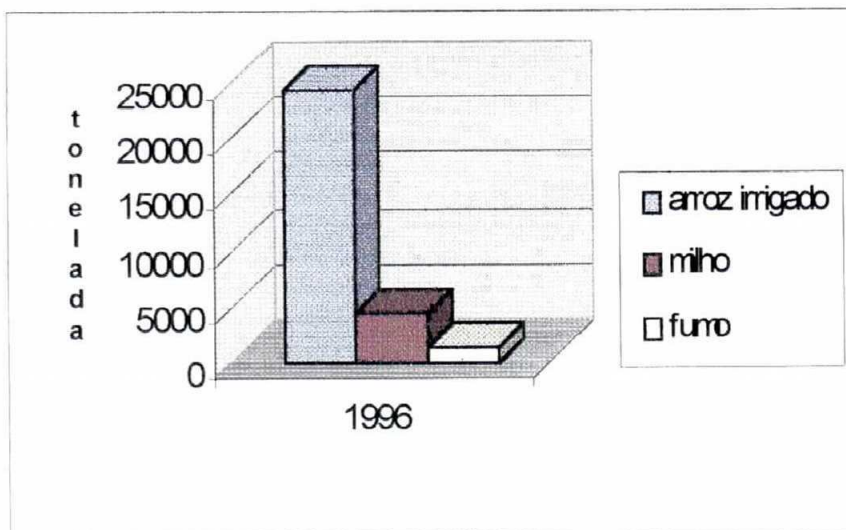
O gráfico 09 nos dá uma visão quanto ao uso da terra no município de Jacinto Machado.

Gráfico 09. Utilização da Terra em Jacinto Machado – 1996

Fonte: Censo Agropecuário 1995 – 1996 – Santa Catarina.

Observamos que as lavouras se sobressaem, tanto as temporárias como as permanentes. Entre as culturas temporárias destacam-se o cultivo de arroz irrigado, milho e fumo. Em 1996, foram produzidas 24,2 mil toneladas de arroz irrigado; 4,3 mil toneladas de milho e 1,2 mil toneladas de fumo, conforme mostra o gráfico 10.

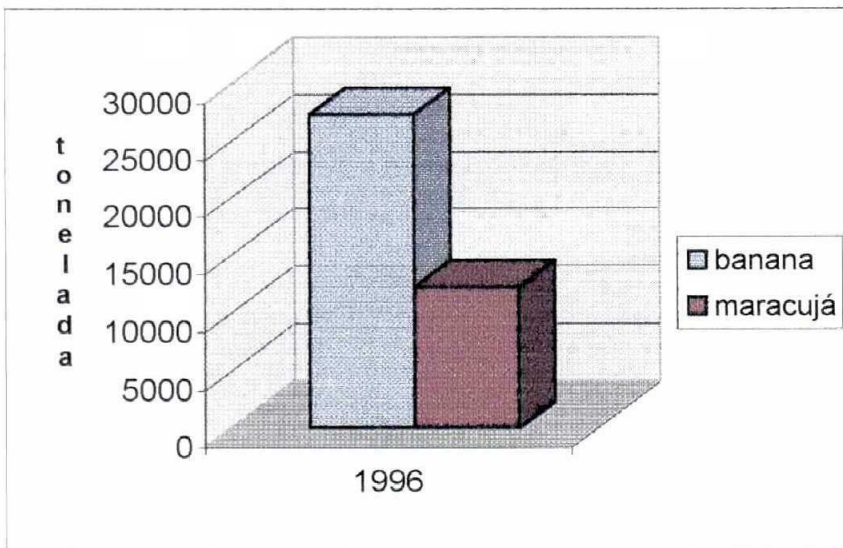
Gráfico 10. Produção Agrícola Por Tonelada dos Principais Produtos Agrícolas – Cultura Temporária - de Jacinto Machado - 1996



Fonte: IBGE 95/96 – Estudo Básico do Sul Catarinense / EPAGRI / EEUR, 1999.

As lavouras permanentes também se destacam no município, principalmente o cultivo de banana e, mais recentemente, o cultivo de maracujá. Em 1996 foram produzidas 27,3 mil toneladas de banana. O município possui atualmente (1999), 607 ha de área plantada de maracujá, cuja produção média é de 20 toneladas por ha, totalizando uma média de 12,1 mil toneladas de maracujá, conforme podemos observar no gráfico 11.

Gráfico 11. Produção Agrícola Por Tonelada dos Principais Produtos Agrícolas – Cultura Permanente - de Jacinto Machado – 1996

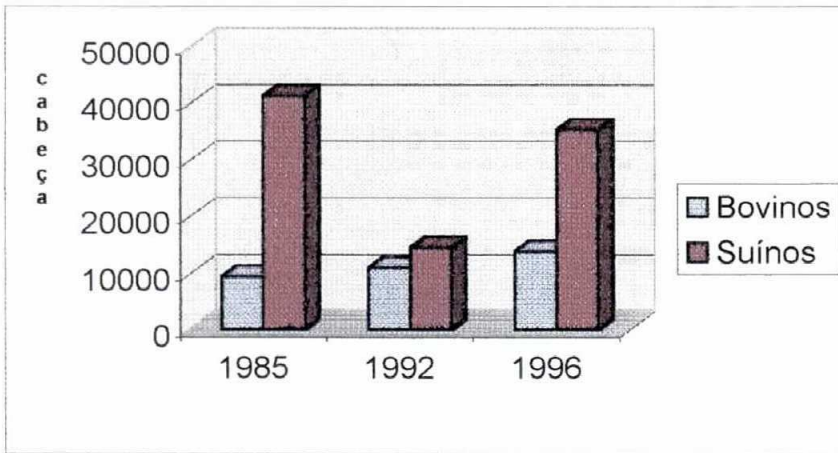


Fonte: IBGE 95/96 – Estudo Básico do Sul Catarinense / EPAGRI / EEUR, 1999.

A área de pastagens no município é relativamente grande, em se tratando de um município onde predomina a pequena propriedade. No ano de 1970, estava em torno de 5 mil ha; na década de 80, a área elevou-se e ultrapassou os 6 mil há. Segundo os dados do último Censo Agropecuário de 95 e 96, a área total de pastagens no município é de 5.756 ha.

Ainda em relação à utilização das terras, verificamos que, pelo aumento das áreas de lavouras e de pastagens, há uma diminuição na área de terras em descanso e terras produtivas e não utilizadas; bem como, uma diminuição acentuada na área de matas e florestas naturais do município. As matas naturais que cobrem a Serra Geral também foram afetadas localmente pelos deslizamentos provocados por uma forte enxurrada em dezembro de 1995.

Na pecuária, destacam-se a bovinocultura e a suinocultura. Observando o gráfico 12, constata-se que no período de 70 a 85 a produção de gado bovino era de 11.150 cabeças e já em 1985, este número baixou para 9.365 cabeças. Segundo relatório da AMESC, esta tendência deve agravar com o MERCOSUL, pela forte concorrência com os produtores argentinos e uruguaios. Deverão permanecer na atividade apenas aqueles produtores que conseguirem maior produtividade.

Gráfico 12. Principais Animais Criados em Jacinto Machado 1985 - 1996

Fonte: Censos Agropecuários – SC, 1985, 1992.
Estimativa da Secretaria Municipal de Agricultura - 1996

Já a suinocultura, em Jacinto Machado, vem se desenvolvendo muito mais que a bovinocultura. O município é o segundo maior produtor de suínos da região da AMESC, 17% do total da produção regional. A produção de suínos tem aumentado de forma crescente. Em 1985 foram criados 41.305 cabeças de suínos a mais que 1980. Proporcionalmente, ocorreu uma explosão na produção de suínos.

Em 1996 o município contava com 30 granjas de suínos, possuindo aproximadamente 1.600 matrizes. Estas granjas produzem em média, 45 m³ de dejetos líquidos por dia.

O aumento da criação de suínos é decorrente do incentivo que as agroindústrias passaram a oferecer aos pequenos agricultores para diversificar a agricultura.

É importante registrar que, além da criação de bovinos e suínos que são destaque no município, a criação de aves, eqüinos, ovinos e caprinos também ocorrem, sendo que a criação de aves vem se destacando entre as demais.

A agricultura no município de Jacinto Machado vem se inserindo na modernização tecnológica da agricultura nacional, conforme podemos constatar no quadro 21.

Quadro 21. Máquinas e Instrumentos Agrícolas

Município mecânica	Máquinas				Arados			
	Para plantio		Para colheita		De tração animal		De tração	
	Infor - Mantes	Número	Infor - mantes	Número	Informantes	Número	Informantes	
J. Machado	61	67	63	67	655	725	255	350

Fonte: Censo Agropecuário 1995 – 1996 – Santa Catarina.

O número de tratores em Jacinto Machado, bem como, o de máquinas de plantio e colheita, vem crescendo muito desde a década de 70, segundo dados do IBGE. A mecanização é fundamental na produção do arroz irrigado, o qual atualmente se sobressai como uma das culturas economicamente mais rentáveis.

É importante destacar que o número de tratores é um dos indicadores da mecanização da agricultura. Sua utilização implica no emprego de outros insumos que caracterizam a agricultura moderna.

O setor agrícola no município é coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura em conjunto com a EPAGRI e com a participação efetiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural que é composto por agricultores de diversas comunidades do município. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem por objetivo fiscalizar, propor ações e elaborar projetos em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e com a EPAGRI.

5.4.4. Distribuição da Renda

Segundo DRUMMOND apud SCHMIDT e MARTINS (1998), em 1960, no Brasil, a renda apropriada pelos 10% mais ricos era 34 vezes superior à renda apropriada pelos 10% mais pobres. Em 1990 esta proporção se eleva para 78 vezes; com isso, o grau de indigência se eleva.

Os dados seguintes revelam que Jacinto Machado tem uma renda média de pouco mais de 2 salários mínimos, entretanto 65% da população tem renda de até 2 salários, gerando a formação de bolsões de pobreza. Outro aspecto relevante é o

número de aposentadorias no campo, que no mês de junho de 1998 contava com 1413 aposentados, respondendo por 80,11% do total de aposentados do município, já que as aposentadorias urbanas somam apenas 351, o que corresponde a 20,89%. Entretanto, mesmo contando com esse tipo de benefício, o trabalhador rural permanece produzindo e comercializando seus produtos.

Quadro 22. Domicílios e Pessoas Moradoras por Classe de Rendimento Mensal do Chefe do Domicílio – 1991

MUNICÍPIO	População	Até 1 SM		Mais de 1 a 2		Mais de 2 a 3	
		Domic.	Pessoas	Domic.	Pessoas	Domic.	Pessoas
Jacinto Machado	11.515	863	3.726	886	3.812	461	1.988

Fonte: Censo Demográfico ,1991 - IBGE apud SCHMIDT e MARTINS, 1998.

Quadro 23. Domicílios e Pessoas Moradoras por Classe de Rendimento Mensal do Chefe do Domicílio – 1991

MUNICÍPIO	População	Mais de 3 a 5 SM		Mais de 5 a 10		De 10 a 15	
		Domic.	Pessoas	Domic.	Pessoas	Domic.	Pessoas
Jacinto Machado	11.515	230	962	222	951	38	169

Fonte: Censo Demográfico ,1991 - IBGE apud SCHMIDT e MARTINS, 1998.

Quadro 24. Domicílios e Pessoas Moradoras por Classe de Rendimento Mensal do Chefe do Domicílio – 1991

MUNICÍPIO	População	De 15 a 20		Acima de 20	
		Domic.	Pessoas	Domic.	Pessoas
Jacinto Machado	11.515	8	41	32	148

Fonte: Censo Demográfico ,1991 - IBGE apud SCHMIDT e MARTINS, 1998.

O município de Jacinto Machado em relação à distribuição de renda está em penúltimo lugar, comparando com os demais municípios da AMESC. O município melhor classificado é Meleiro, porque tem ao mesmo tempo, a maior renda média e a menor proporção de chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos.

O quadro 25 a seguir, nos mostra a grave crise social do município e o grande desafio do poder público: amenizar as diferenças na distribuição de renda,

diminuindo o número de pessoas que vivem em condições de miséria. Evidentemente, que isso só se faz, com a qualidade nos serviços públicos prestados à população de baixa renda e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidade de emprego e renda.

Quadro 25. Estimativa das Famílias Indigentes – 1990

MUNICÍPIO	Nº de famílias indigentes	Relativa (%)	Nº de pessoas indigentes
Jacinto Machado	817	29,20	3.268

Fonte: IPEA, 1990 apud SCHMIDT e MARTINS, 1998.

Indigentes: aqueles cuja renda não permite atender nem mesmo às necessidades básicas elementares. Segundo o IPEA, para 1990 Jacinto Machado possuía 817 famílias que viviam em condições de indigência, o que lhe confere o último lugar, na proporção de indigentes, em relação aos demais municípios da AMESC.

5.3. Aspectos Físicos

Para um maior conhecimento do ambiente que nos rodeia, suas características, potencialidades e limitações, é imprescindível que tenhamos noções básicas dos aspectos físicos desse ambiente. Com esse intuito, abordaremos alguns aspectos que julgamos importantes, quais sejam: a geomorfologia, a geologia, o clima e a hidrografia do município de Jacinto Machado.

É importante esclarecer que, segundo o Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina, realizado pela EPAGRI (1998), o Município de Jacinto Machado apresenta quatro Zonas Agroecológicas distintas:

- 2B – Carbonífera, Extremo Sul e Colonial Serrana
- 3A – Vale do Rio do Peixe e Planalto Central
- 4A – Campos de Lages
- 5 – Planalto Serrano de São Joaquim

As Zonas Agroecológicas 3A, 4A e 5, representam uma pequena parte do município e estão localizadas na porção oeste, em áreas de grandes altitudes e da Serra Geral.

Os aspectos físicos descritos a seguir, referem-se a Zona Agroecológica 2B – Carbonífera, Extremo Sul e Colonial Serrana; que representa a maioria absoluta da área do município de Jacinto Machado.

5.5.1. Geologia

A região Sul Catarinense acha-se confinada entre as escarpas da Serra Geral e o litoral Atlântico.

No município existe uma variação nos tipos de rochas, nas áreas mais planas, sedimentos provenientes da deposição do material vindo da encosta, na meia encosta arenito botucatú, e nas áreas mais altas (Serra Geral) basalto. Conforme SCHEIBE apud PERTILE (1998), a geologia do município de Jacinto Machado pertence ao Escudo Catarinense:

De leste para oeste, afloram hoje no território Catarinense os sedimentos recentes do litoral, uma faixa de rochas magmáticas e metamórficas mais antigas, a sucessão sucessão de rochas sedimentares gondwânicas e os derrames de lavas básicas, intermediárias e ácidas da Serra Geral. Essa conformação geológica resulta da superposição de inúmeros eventos geotectônicos, dos quais os mais antigos remontam ao arqueano e estão documentados na porção leste do estado, pelas rochas denominadas de “Escudo Catarinense”.

O solo de uma região está diretamente relacionado com o clima, relevo, características físicas e químicas da região.

Segundo Atlas de Santa Catarina (1986), o município de Jacinto Machado apresenta quatro tipos de solo:

- Terra Roxa Estruturada Distrófica – Terra Roxa Estruturada Distrófica e álica, textura do horizonte mederado e textura muito argilosa + Podzólico Vermelho-Amarelo álico, argila de atividade baixa e moderada. Textura média e argilosa; relevo ondulado e fortemente ondulado + Solos Litólicos eutróficos, com textura

do horizonte moderado e textura média, argilosa, cascalhenta e basalto com relevo fortemente ondulado. Esse tipo de solo é predominante no município.

- Cambissolo Distrófico – Cambissolo Distrófico e Eutrófico, com argila de atividade baixa e alta, textura do horizonte moderado e textura média e argilosa com relevo suave e ondulado + Glei Pouco Húmico distrófico e eutrófico, com argila de atividade baixa e alta; textura do horizonte moderada, textura argilosa e plana + Podzólico Vermelho-Amarelo álico, com argila de atividade baixa e textura do horizonte moderada, textura média e argilosa, com relevo suave e ondulado. Esse tipo de solo, ocupa o segundo lugar em termos de representação no município.
- Solos Litólicos Eutróficos – Solos Litólicos eutróficos e distróficos, textura do horizonte chernozêmico, moderado e textura média-cascalhento e textura média basalto + cambissolo eutrófico e distrófico com argila de atividade baixa e textura do horizonte moderado e chernozêmico, com textura argilosa; ambos fase pedregosa e relevo montanhoso e escarpado + afloramentos rochosos. Esse tipo de solo ocupa o terceiro lugar em termos de representação no município e localizam-se nas encostas da Serra Geral.
- Cambissolo Bruno Húmico Álico – Cambissolo Bruno Húmico álico com argila de atividade baixa, com textura argilosa e muito argilosa + Cambissolo Bruno álico com argila de atividade baixa, textura do horizonte proeminente e textura argilosa e muito argilosa + Cambissolo Bruno álico com argila de atividade baixa, textura do horizonte turfoso e textura argilosa. Todos em fase rochosa e não rochosa, com relevo ondulado + Associação Complexa de Solos Litólicos Húmicos Álicos, textura média riodacito com Solos Litólicos álicos e textura do horizonte turfoso, textura média, riodacito + Afloramentos rochosos, com relevo ondulado e fortemente ondulado. Esse tipo de solo ocupa o quarto lugar em termos de representação no município e localiza-se na Serra Geral.

5.5.2. Relevo

Segundo Levantamento de Recursos Naturais - IBGE (1986), a Unidade Geomorfológica Patamares da Serra Geral, na área da bacia de drenagem do rio Araranguá, apresenta-se como prolongamento do escarpamento da Serra Geral em formas alongadas, digitadas e irregulares, que avançam sobre as Regiões Geomorfológicas Planícies Costeiras Interna e Externa como verdadeiros esporões interfluviais. Alguns deles apresentam-se isolados, sendo freqüentes a ocorrência de morros residuais contíguos, tais como: Redondo, Chato, da Lontra, Comprido e do Albino. Os dois últimos apresentam os topos em cristas simétricas. Posicionados em meio às áreas planas e baixas das regiões geomorfológicas referidas, e à frente dos Aparados da Serra, no trecho de maior recuo da linha de escarpa, traduzem-se como testemunhos desse evento.

PELLERIN et al apud PERTILE (1998), identifica três grandes unidades geológicas e geomorfológicas no município de Jacinto Machado:

- Serra Geral – áreas situadas entre 1200 – 500 metros de altitude; que se caracterizam pela ocorrência de rochas efusivas básicas, intermediárias e ácidas da Formação Serra Geral. A declividade é bastante acentuada, formando em alguns locais "Canyons".
- Relevos Rebaixados – situam-se nas alturas entre 500 – 200 metros, com relevos rebaixados e formas colinosas. Estão localizados sobre rochas sedimentares (compostas por arenito, silte e argila), tais como o Arenito Botucatu.
- Planície – altitude menor que 200 metros formada pela sucessão de depósitos de leques aluviais. O solo é constituído na sua maior parte por seixos intemperizados / alterados.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (1998), o município de Jacinto Machado apresenta uma altitude média de 50 metros.

5.5.3. Clima

Segundo Atlas de Santa Catarina (1986), entende-se por clima a sucessão habitual de tipos de tempos. Tempo é o estado da atmosfera de um lugar num dado momento.

Serão descritos a seguir, dados sintéticos de alguns elementos climáticos do município de Jacinto Machado, segundo o Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina (1998).

- Temperatura – a temperatura média anual varia de 17,0 a 19,3 °C. A temperatura média das máximas varia de 23,4 a 25,9 °C, e das mínimas de 12,0 a 15,1 °C.
- Tipo Climático – segundo Köppen, o clima da região é classificado como Cfa, ou seja, clima subtropical constantemente úmido, sem estação seca, com verão quente. Segundo Braga (no prelo), o clima é mesotérmico brando.
- Umidade Relativa do Ar – a região onde se insere o município de Jacinto Machado apresenta uma umidade relativa do ar que pode variar de 81,4 a 82,2%.
- Precipitação – a precipitação pluviométrica total anual da região pode variar de 1.220 a 1.660 mm, com o total anual de dias de chuva entre 102 e 150 dias.

5.5.4. Hidrografia

Segundo PRATES apud CARDOSO (1998), podemos dividir a hidrografia de Santa Catarina em dois sistemas: sistema da vertente do litoral e sistema da vertente do interior. A vertente do litoral é formada por bacias que se orientam para o mar e a do interior é constituída pelas bacias dos rios Uruguai, Iguaçu e seus afluentes.

A Região Hidrográfica do Extremo Sul abrange as bacias dos rios Araranguá, Urussanga e Mampituba, esta última, servindo como divisa com o estado do Rio Grande do Sul.

O município de Jacinto Machado é banhado pelas bacias dos rios Araranguá e Mampituba.

A bacia hidrográfica do rio Araranguá possui uma área de 3.020 km² e o comprimento dos cursos d'água é de 5.916 Km, drenando os territórios de onze municípios da região.

Segundo Levantamento de Recursos Naturais - IBGE (1986):

A área de influência da bacia de drenagem do rio Araranguá, ... corresponde ao trecho de maior recuo da escarpa. Esta apresenta prolongamentos em posições topográficas mais rebaixadas, em formas digitadas que avançam sobre as formas planas e baixas da Unidade Geomorfológica Planície Alúvio-Coluvionar. (...) A rede de drenagem do rio Araranguá apresenta-se bastante ramificada, configurando-se em amplo leque, e foi responsável pelo maior recuo da escarpa e sua feição em semicírculo, neste setor. Os afluentes de maior porte estão na margem esquerda, representados pelos rios Mãe Luzia, do Ouro, Morto, Amola-Faca, da Rocinha, Serra Velha da Figueira e Pinheirinho. Entre as bacias de drenagem dos rios Araranguá e Mampituba ocorre um prolongamento do escarpamento, uma preminência de grande extensão, cujo limite máximo encontra-se na borda oeste do lago do Sombrio. Esse prolongamento funciona como divisor de água entre as duas bacias referidas.

Como as demais bacias da vertente atlântica, a do Araranguá tem suas nascentes localizadas junto à Serra Geral, tendo como formadores os rios Itoupava e Mãe Luzia. Cerca de 15 cursos d'água compõem o sistema hídrico da bacia, dos quais se destacam os rios Mãe Luzia, Amola Faca, dos Porcos, Jundiá, Turvo e São Bento.

Diversos rios, riachos e córregos da bacia do rio Araranguá banham o território de Jacinto Machado. Os rios mais importantes, em termos de vazão e volume de água na irrigação são:

- rio da Pedra
- ribeirão das Águas
- rio Pinheirinho
- rio Engenho Velho
- rio Honório
- rio de Dentro

A bacia Hidrográfica do Rio Mampituba possui uma área de 1.224 Km² e o comprimento dos cursos d'água é de 1.864 Km. Apenas uma pequena porção dessa bacia localiza-se no município de Jacinto Machado.

Dois rios importantes banham o município:

- rio Leão
- rio Bonito

5.5.4.1. Qualidade da Água

Os estudos na bacia do Rio Araranguá para determinar a qualidade da água foram, na sua maioria, realizados na década de 80, apresentando, portanto, uma defasagem superior a dez anos. Em geral, porém, acredita-se que os resultados obtidos ainda são válidos, já que a tendência foi de agravamento daquela situação.

Cumprir destacar que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a participação da Universidade do Extremo Sul – UNESC e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI está desenvolvendo um trabalho aprofundado sobre a bacia do Araranguá, onde, entre outros, o aspecto qualidade da água está sendo detidamente estudado.

Segundo Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral (1997), os rios localizados em Jacinto Machado, estão classificados como pouco poluídos (na região mais próxima ao litoral), e rios sem poluição aparente (na região das encostas da Serra Geral).

Esta situação, no entanto, pode ter sofrido alterações devido ao crescimento do cultivo do arroz irrigado e, principalmente da criação de suínos no município.

As fontes poluidoras mais comuns e os tipos de poluição na Região Hidrográfica do Extremo Sul Catarinense, segundo Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral (1997), estão especificados no quadro 26.

Quadro 26. Fontes Poluidoras Mais Comuns e Tipos de Poluição Por Região Hidrográfica

Região Hidrográfica	Fontes Poluidoras	Tipo de Poluição
Extremo Sul Catarinense	<ul style="list-style-type: none"> - Mineração - Atividades de Lavoura - Urbano-industrial - Engenhos de Mandioca 	<ul style="list-style-type: none"> - Resíduos de ext. de carvão - Agrotóxicos e Assor. de rios - Efluentes orgânicos e tóx. - Efluentes tóxicos

Fonte: Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral, 1997.

Segundo Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral (1997), a principal atividade poluidora de água do município de Jacinto e Machado e de outros municípios da região é o cultivo intenso do arroz irrigado. Durante as chuvas ocorre o escoamento superficial da água, provocando a contaminação dos córregos e rios mais próximos.

O cultivo de banana, muito comum no município, nas regiões dos morros, favorece o escoamento da água das chuvas para os rios. Devido a utilização de agrotóxicos, as águas dos rios ficam impróprias para o consumo humano, além de comprometer a vida aquática.

Outro grande problema que contribui muito para a poluição da água no município é a criação de suínos. A produção de dejetos tem sido cada vez mais elevada em consequência do crescimento dessa atividade no município, que é o segundo maior produtor da região. Segundo pesquisa realizada no ano de 96, as granjas produzem em média 45 m³ de dejetos líquidos por dia. Em poucas propriedades existe o tratamento adequado desses dejetos, que em muitas granjas, ficam acumulados em esterqueiras à céu aberto, permitindo a saída de água que vai para alguns canais e acabam chegando aos rios.

A falta de uma infra-estrutura adequada, como rede de esgoto sanitário e tratamento adequado do lixo em muitos locais, agravam ainda mais esse quadro, pois também acabam contribuindo para a poluição das águas dos rios.

5.6. Aspectos Biológicos

A flora e a fauna do município de Jacinto Machado serão descritas com maior detalhamento, devido a importância desse aspecto para a presente dissertação.

5.6.1. Flora

A cobertura vegetal nativa da região é representada pela Floresta Ombrófila Densa.

Segundo Levantamento de Recursos Naturais - IBGE (1986), a região da Floresta Ombrófila Densa estende-se ao longo da costa atlântica, dentro do espaço subtropical, por 10.062 km², ocupando as planícies cenozóicas e as áreas de relevo bem dissecado das encostas e escarpas da Serra do Leste Catarinense e da Serra Geral, constituídas respectivamente, por rochas cristalinas do Pré-Cambriano e pelas rochas sedimentares e basálticas da seqüência da Bacia do Paraná (Permiano e Juracretáceo).

O estudo climático dessa região resultou na identificação de curvas ombrotérmicas positivas, na relação $P \leq 3T$, que indicam a ocorrência de um clima de caráter ombrófilo, propício ao desenvolvimento de floresta ombrófila, apesar de ocorrerem temperaturas médias compensadas levemente abaixo de 15°C em Orleans (SC) nos meses de junho, julho e agosto, discordantes do resto das áreas. Face à ocorrência de temperaturas mais baixas nestas áreas, houve uma sensível diminuição do número de espécies adaptadas a esta condição climática, em relação às áreas situadas mais ao norte (Levantamento de Recursos Naturais – IBGE, 1986).

Fitofisionomicamente esta região é constituída por fanerófitas, geralmente com os brotos foliares sem proteção contra a seca.

Segundo VELOSO & KLEIN (1968), esta região apresenta floresta bem desenvolvida, formada por vigorosas árvores, providas de largas e densas copas, constituindo densa e fechada cobertura arbórea, originando desta forma um microclima do interior bastante uniforme.

A topografia e as condições edáficas e climáticas associadas à boa drenagem da área muito contribuíram para que a maior parte desta região fosse completamente modificada pela intervenção humana.

Remanescentes florestais naturais, pouco alterados, ainda são encontrados nas áreas mais íngremes, de difícil acesso à mecanização.

Foram observadas nesta região três formações distintas e compatíveis com o nível do mapeamento realizado: floresta ombrófila densa de terras baixas, submontana e montana.

a) Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas

Esta formação encontra-se revestindo sedimentos de origem fluvial, marinha e lacustre do Quaternário, numa faixa que vai de 5 a 30 m acima do nível do mar, bem como ocupando os baixos vales dos rios Mampituba, Três Forquilhas e Maquiné, periodicamente inundados face às condições de relevo plano de difícil drenagem. Nesta formação os solos são preponderantemente formados sobre acumulações marinhas, fluviais ou lacustres, fato que se reflete nitidamente na composição, constituindo assim diversas associações de aspecto fisionômico e florístico muito peculiares (Levantamento de Recursos Naturais – IBGE, 1986).

Nesta comunidade vegetal é acentuado o predomínio de **Ficus organensis** (Miq.) Miq. (figueira-de-folha-miúda), que perfaz 60 a 90 % do estrato superior.

Segundo VELOSO & KLEIN (1963), nesta formação ocorrem basicamente três agrupamentos florestais situados em diferentes condições: floresta ao longo das lagoas, floresta de solos brejosos ou muito úmidos (predominante), floresta de solos drenados (menor parte).

Elementos colonizadores em busca de áreas propícias à implantação de lavouras desmataram intensamente esta floresta e atualmente apenas 45 km² de relictos desta vegetação ainda são encontrados em áreas de difícil acesso e de alto custo para a drenagem.

Atualmente, nas áreas mais planas, há intensa utilização da policultura de milho, mandioca, cana-de-açúcar, feijão e grandes plantios de fumo, juntamente com reduzidas áreas de pastagens naturalizadas para a pecuária.

As condições favoráveis da topografia permitem o uso intenso de mecanização nestas lavouras.

Em certas áreas, onde o relevo se apresenta dissecado, florestas foram substituídas por culturas e posteriormente abandonadas por serem de difícil manejo, contribuindo desta maneira pra a formação de Vegetação Secundária de origem antrópica.

b) Floresta Ombrófila Densa Submontana

Esta formação submontana encontra-se revestindo desde áreas planas do Quaternário (Grupo Patos) até áreas bem acidentadas do Pré-Cambriano e Permiano até o Jurássico (arenitos da Formação Botucatu), em altitudes que variam de 30 a 400 metros (Levantamento de Recursos Naturais – IBGE, 1986).

Ocorre em solos profundos e se caracteriza por apresentar agrupamentos vegetais bem desenvolvidos, formados por árvores com altura de 25 a 30 m, cujas largas e densas copas constituem cobertura arbóreas bastante fechada, dando à vegetação o aspecto de floresta climática ombrófila.

Uma particularidade desta floresta está no elevado epifitismo, principalmente de bromeliáceas dos gêneros **Vriesea** e **Tillandsia**, bem como as aráceas dos gêneros **Philodendron** e **Anthurium**.

VELOSO & KLEIN (1968), que estudaram a Floresta Submontana ao longo das encostas da Serra Geral de Santa Catarina, verificaram que existem diferentes mudanças edáficas e de vegetação ao longo das encostas.

Entre as espécies arbóreas latifoliadas ocorrentes nesta formação têm-se **Ocotea catharinensis** Mez (canela-preta), **Sloanea guianensis** (Aubl.) Benth. (laranjeira-do-mato), **Aspidosperma parvifolium** A. DC. (peroba-vermelha), **Talauma ovata** St. Hil. (baguaçu), **Schizolobium parahyba** (Vell.) Blake (guarapuvu) e **Didymopanax angustissimum** E. Marchal (pau-mandioca).

O estrato das arvoretas é bastante homogêneo e caracterizado pelas espécies : **Actinostemon concolor** (Spreng.) Muell. Arg. (laranjeira-do-mato), **Pera glabrata** (Schott.) Baill. (seca-ligeiro), **Sorocea bonplandii** (Bailon) Burger, Lanjouw & Boer (carapicica), **Esenbeckia grandiflora** Mart. (cutia) e de **Euterpe edulis** Mart. (palmiteiro), que muito contribuem para o aspecto fisionômico desta floresta.

Atualmente, apenas 493 km² desta formação Submontana encontram-se intactos, revestindo áreas de relevo bem dissecado ou de difícil acesso e não propício ao aproveitamento agrícola. Porém, deve-se ressaltar que algumas áreas foram degradadas a tal ponto que hoje se encontram em fase de savanização (Levantamento de Recursos Naturais – IBGE, 1986).

b) Floresta Ombrófila Densa Montana

Recobrando solos basálticos e areníticos das escarpas da Serra Geral, em altitudes superiores a 400 m, tem-se a ocorrência da Floresta Ombrófila Densa Montana (Levantamento de Recursos Naturais – IBGE, 1986).

Cerca de 927 km² de agrupamentos naturais remanescentes são encontrados em áreas bastante dissecadas, onde o difícil acesso impossibilitou o desmatamento como ocorreu nas áreas aplainadas.

A composição florestal desta formação Montana é bastante diversificada, destacando-se as espécies: **Ocotea catharinensis** Mez (canela-preta), **Alchornea sidifolia** Muell. Arg. (tanheiro), **Copaifera trapezifolia** Hayne (pau-óleo), **Coccoloba warmingii** Meissn. (racha-ligeiro), **Ocotea odorifera** (Vell.) Rohwer (canela-sassafrás) e um grande número de mirtáceas dos gêneros: **Eugenia**, **Myrceugenia** e **Calyptranthes**, que caracterizam principalmente o estrato médio da floresta.

Nesta formação nota-se uma gradativa diminuição de **Euterpe edulis** Mart. (palmiteiro), bem como de epífitas e lianas.

Ao longo da crista da Serra Geral ocorre um filete de vegetação Alto Montana não mapeável devido à escala, que Rambo (1949b) cognominou "Matinha Nebular", uma vez que durante grande parte do ano se encontra entre densa neblina.

Esta vegetação ocorrente nas encostas abruptas, bem como no alto da Serra Geral em altitudes superiores a 1.000 m é formada por um pequeno número de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, dentre as quais sobressaem de maneira relevante as espécies **Weinmannia humilis** Engler (gramimunha), **Drimys brasiliensis** Miers (casca-d'anta), **Siphoneugena reitzii** Legr. (cambuí), **Myrceugenia euosma** (Berg) Legr. (guaramirim), **Chusquea mimosa** McClure &

Smith (cará-mimoso), **Dicksonia sellowiana** (Presl.) Hook. (xaxim-bugio) e **Gunnera manicata** (urtigão).

Em certos locais os afloramentos rochosos reduzem, consideravelmente, a ocorrência da vida vegetal.

Segundo Levantamento de Recursos Naturais - IBGE (1986), no ano de 1951 houve uma intensa modificação da paisagem nesta formação, devido à ocorrência de um grande incêndio, o qual teve início nos campos, alastrando-se até os Aparados da Serra. Após esta ocorrência houve uma forte regeneração de algumas espécies, como **Mimosa scabrella** Benth. (bracatinga), **Chusquea mimosa** (cará-mimoso) e **Gunnera manicata** (urtigão).

Em dezembro de 1985, houve uma catástrofe natural no município de Jacinto Machado. Uma grande enxurrada deslizou das encostas da Serra Geral, causando além dos prejuízos de ordem social e econômica, a destruição de comunidades vegetais importantes.

Nas áreas da Floresta Ombrófila Densa Montana, a inexpressiva ação antrópica é representada por áreas com Vegetação Secundária em diversos estágios de desenvolvimento, como capoeirinha, capoeira e capoeirão, e de uma reduzida agricultura cíclica em rotação com a pecuária ocorrente nas áreas mais planas.

VELOSO & KLEIN (1968), realizaram na região de Jacinto Machado, levantamento florístico e fitossociológico da Floresta Ombrófila Densa; os autores dividiram a área estudada na localidade de morro da gávea, em 3 zonações que denominaram de A, B e C, cuja descrição apresenta-se a seguir.

Área do morro da gávea, município de Jacinto Machado

O morro da Gávea está situado à cerca de 3 km ao sul da cidade de Jacinto Machado, ao lado direito da estrada que vai desta cidade para a cidade de Praia Grande.

Os levantamentos da área do Morro da Gávea foram realizados ao longo da encosta sul do supracitado morro, que apresenta declive irregular e bastante acentuado e que na época dos levantamentos fitossociológicos (junho de 1951),

ainda estava coberta por densa vegetação florestal, bastante desenvolvida, na maior parte da encosta.

O solo das Zonações "A" e "B" é em grande parte proveniente da desagregação e conseqüente decomposição das rochas areníticas, triássicas que compõem a base da maior parte das elevações da região. Esta rocha sedimentar apresenta consideráveis diferenças em dureza, formando assim superfície de erosão variáveis, onde não raro, há afloramento da rocha viva com bruscas inclinações, após as quais o declive do terreno continua mais suave.

A encosta escolhida para os levantamentos no Morro da Gávea apresenta as seguintes zonações: Zonação "A", com declive bastante suave, seguida por um afloramento de arenito vivo para continuar depois, novamente em ascensão suave na Zonação "B". Sucede novo afloramento de arenito ao qual se superpõe a rocha basáltica, que constitui a base do solo da Zonação "C", de topografia também suave em grande parte e parcialmente pouco mais irregular, onde se pode observar muitos blocos de basalto espalhados pelo solo. Este parece reter bastante bem as águas pluviais, uma vez que apresenta menor porosidade dos que os solos das zonações inferiores.

Agrupamento da zonação "A"

No início da encosta sul, cujo declive é bastante suave, foi demarcado um quadrado de 1 600 m², no qual verificamos a existência de um denso estrato médio, ao passo que, o estrato superior era além de irregular, não muito denso, de forma a não constituir cobertura arbórea fechada.

Embora se tratasse de vegetação primária, apresentava esta floresta, sinais evidentes de intervenção humana pela retirada de madeiras de lei e de qualidade, possível responsável pela pouca densidade da cobertura superior deste agrupamento.

O estrato superior é caracterizado principalmente pela abundância e porte das seguintes árvores, de acordo com nossos levantamentos: **Aspidosperma parvifolium** A. DC. (Peroba vermelha), **Cabralea canjerana** (Vell.) Mart.

(Canjerana), **Alchornea triplinervia** (Spreng.) Müll. Arg. (Tanheiro), **Ocotea catharinensis** Mez (Canela preta) e **Talauma ovata** St. Hil. (Baguaçu).

Como espécies importantes do estrato arbóreo temos ainda as seguintes: **Guapira opposita** (Vell.) Reitz (Maria mole), **Marlierea silvatica** (Gardn.) Kiaersk. (Guaramirim chorão), **Trichilia** sp. (Guacá maciel) e **Ocotea urbaniana** Mez (Canela burra).

Segundo os dados dos levantamentos, todas as espécies supra-mencionadas, com exceção de **Alchornea triplinervia** (Spreng.) Müll. Arg., parecem encontrar-se em fase de ótima vitalidade.

Além das espécies anteriormente citadas, há um pequeno número de espécies arbóreas, quase só observadas em fase jovem, motivo pelo qual, supomos tratar-se de elementos em vias de instalação. Estão nessas condições : **Inga semialata** (Vell.) Mart. (Ingá feijão), **Buchenavia kleinii** Exell (Garajuva), **Hirtella hebeclada** Moric. ex A. DC. (Cinzeiro), **Viola bicuhyba** (Schott.) Warb. (Bicuíba) e **Myrcia richardiana** Berg (Guaramirim araçá).

No estrato médio encontramos 5 espécies de mesofanerófitas com valores sociológicos muito elevados, desempenhando funções bastante similares. Em ordem decrescente de abundância, são as seguintes : **Myrceugenia myrcioides** (Camb.) Berg (Guamirim de folha miúda) , sem dúvida a espécie mais expressiva nesta zonação; **Esenbeckia grandiflora** Mart. (Pau cutia), **Sorocea bonplandii** (Baillon) Burger, Lanjouw & Boer (Carapicica), **Calyptanthus eugeniopsoides** Legr. Et Kaus. (Guamirim branco) e **Actinostemon concolor** (Spreng.) Müll. Arg. (Laranjeira do mato), perfazendo mais de 3/4 da abundância do estrato dos mesofanerófitos.

As espécies de **Garcinia gardneriana** (Pl. & Tr.) Zappi (Bacopari), **Allophylus edulis** (St. Hil.) Radlk. (Baga de morcego), **Pera glabrata** (Schott.) Baill. (Seca ligeiro) e **Guarea macrophylla** Vahl (Catiguá morcego), parecem encontrar-se em vias de instalação, possuindo um grande número de exemplares jovens e ainda poucos adultos.

O estrato arbustivo é caracterizado por um reduzido número de espécies, dentre as quais se destacam : **Mollinedia schottiana** (Spreng.) Perk. (Pimenteira), **Rudgea jasminoides** Müll. Arg. (Pimenteira de folhas largas), **Psychotria suterella**

Müll. Arg. com **Psychotria leiocarpa** Cham. & Schlecht. (Grandiúva d'anta) e de 4/5 em abundância das nanofanerófitas.

As demais espécies do estrato são pouco expressivas e portanto destituídas de valor sociológico para o agrupamento.

Nesta zonação da mata há um regular número de Bromeliáceas, afixadas tanto em baixa como em altura mais elevada das árvores. No solo e em baixa altura encontramos : **Nidularium innocentii** Lem. var. **paxianum** (Mez) L.B. Smith, e **N. procerum** Lindm., **Vriesea carinata** Wawra, **Vriesea incurvata** Gaud. Nos galhos e no alto destacam-se : **Canistrum lindenii** (Reg.) Mez, **Wittrockia superba** Lindem., **Vriesea philippocoburgii** Wawra e **Vriesea vagans** (L. B. Smith) L. B. Smith.

Agrupamento da zonação "B"

O levantamento à meia altura da encosta foi demarcado num declive suave, em cuja base havia um afloramento de arenito, após o qual, a encosta do morro continua de maneira suave e bastante uniforme.

Segundo VELOSO & KLEIN (1968), a vegetação contrasta vivamente com a Zonação "A" e a subsequente (Zonação "C"), sendo formada por árvores menos desenvolvidas o que parece indicar solo pouco profundo, com menor fertilidade e de grande porosidade, dando rápido escoamento às águas pluviais, motivo pelo qual, predominam nesta zonação, as espécies xerófitas e indiferentes.

A altura média das árvores macrofanerófitas, encontra-se entre 15-20 metros acima do solo, formando cobertura não muito densa, podendo chegar as árvores mais altas até 25 metros.

O estrato médio é visivelmente caracterizado, tanto por espécies xerófitas, dentre as quais se destacam : **Hirtella hebeclada** Moric. e **Protium kleinii** Cuatr. (Almécega), por: **Guapira opposita** (Veil.) Reitz (Maria mole) e **Talauma ovata** St. Hil.

Possivelmente o grande número de indivíduos das espécies xerófitas, deve-se ao fato de o solo ser bastante poroso e de rápida drenagem.

O estrato das mesofanerófitas, constituído por exemplares pouco desenvolvidos, porém muito numerosos, é caracterizado por 6 espécies. Como

arvoreta mais abundante temos a **Calyptanthus eugeniopsoides** Legr. & Kaus. (Guamirim branco), que possui 25 indivíduos por 100 m², porém, se apresentam bastante raquíticos. Segue em abundância a **Sorocea bonplandii** (Baill.) Burger., Lanjouw e Boer, com 14 indivíduos por unidade de área. As 4 espécies seguintes, possuem valores sociológicos semelhantes: **Esenbeckia grandiflora** Mart., **Myrceugenia myrcioides** (Camb.) Berg, **Garcinia gardneriana** (Pl. & Tr.) Zappi e **Actinostemon concolor** (Spreng.) Müll. Arg.

O que mais chama a atenção neste estrato é precisamente o pequeno desenvolvimento apresentado por quase todas as espécies mesofanerófitas.

O estrato arbustivo não apresenta diferenças apreciáveis em relação ao estrato correspondente da Zonação "A".

Não há grande número de bromeliáceas nesta zonação, quando presentes, em geral, estão somente as árvores maiores, destacando-se: **Vriesea philippocoburgii** Wawra, **Vriesea incurvata** Gaud., **Vriesea carinata** Wawra. Nos galhos superiores das altas árvores há grandes agrupamentos de **Vriesea vagans** (L. B. Smith) L. B. Smith.

Agrupamento da zonação "C"

No alto da encosta, em terreno de aclive não muito acentuado, foi demarcado o último quadrado desta encosta.

O solo é oriundo da desagregação das rochas basálticas, havendo em certas áreas, abundantes blocos espalhados pela mata, sobretudo na parte superior da encosta. A superfície do solo apresenta-se bastante úmida, uma vez que há maior retenção das águas pluviais. Segundo novas observações, o solo é pouco profundo, daí, o motivo para o desenvolvimento de pequeno número de espécies seletivas e características destas situações topográficas.

A vegetação é bastante desenvolvida, formada por árvores altas de até 30 metros, originando uma cobertura superior bastante densa. A mata apresenta grandes semelhanças com a floresta da Serra Geral no Estado do Rio Grande do Sul.

As espécies mais importantes do estrato superior são: **Talauma ovata** St. Hil., **Guapira opposita** (Vell.) Reitz, **Virola bicuhyba** (Schott.) Warb., **Protium kleinii** Cuatr. e **Marlierea silvatica** (Gardn.) Kiaersk. (Guamirim chorão), sem que, no entanto, se possa falar em dominância, uma vez que, todas têm densidades análogas.

Convém lembrar, que **Protium kleinii** Cuatr., em toda esta encosta apresenta valores médios em abundância e freqüência, bem superiores ao que foi observado nas demais associações das encostas estudadas. De outro lado, os valores sociológicos de **Ocotea catharinensis** Mez, deveriam originalmente ter sido bem mais expressivos, uma vez, que foi alvo de intensa exploração em toda a região.

As espécies características deste agrupamento são, sem dúvida, **Eugenia rostrifolia** Legr. (Batinga) e a **Pachystroma longifolium** (Nees) I. M. Johns. (Mata olho), espécies exclusivas de solos pedregosos e situados no alto das encostas.

O estrato médio da mata, é visivelmente caracterizado por duas arvoretas: **Sorocea bonplandii** (Baill.) Burger, Lanjouw & Boer (Carapicica) e **Actinostemon concolor** (Spreng.) Müll. Arg. (Laranjeira-do-mato), que apresentam altos valores em abundância e freqüência, perfazendo cerca de 50% de todos os indivíduos componentes da classe das mesofanerófitas. Segundo observações feitas ao longo das encostas da Serra Geral no Estado do Rio Grande do Sul, as mesofanerófitas supramencionadas constituem a parte essencial do estrato médio em toda esta vasta região. Igualmente nas florestas subtropicais do oeste catarinense a caracterização do estrato médio é palpante, dando aspecto de grande homogeneidade a este estrato através de vastas áreas.

Além das espécies características do estrato médio temos: **Ocotea laxa** (Nees.) Mez (Canela pimenta), **Myrceugenia myrcioides** (Camb.) Berg e **Calyptranthes eugeniopsoides** Legr. e Kaus., que muito contribuem para caracterizar o estrato médio, em virtude de seus altos valores em abundância e freqüência.

No estrato arbustivo, as espécies de **Mollinedia floribunda** Tul., **Mollinedia schottiana** (Spreng.) Perk., **Rudgea jasminoides** (Cham.) Müll. Arg. e **Psychotria leiocarpa** Cham. & Schlecht., imprimem fácies próprio e bastante homogêneo, já que as demais espécies componentes deste estrato, são todas, pouco expressivas.

No alto da encosta há poucas bromeliáceas, encontrando-se a maioria afixadas nas grandes árvores. As espécies mais importantes nesta zonação são as seguintes: **Canistrum lindenii** (Reg.) Mez e **Vriesea philippocoburgii** Wawra, enquanto no alto das copas há agrupamentos maiores de **Vriesea vagans** (L. B. Smith) L. B. Smith.

Nos quadros 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 são citados os agrupamentos vegetais encontrados nas três zonações pesquisadas no Morro da Gávea em Jacinto Machado, por VELOSO & KLEIN (1968).

Quadro 27. Lista das Espécies Macrofanerófitas, Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos / 100 m²; F* = Frequência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
Guapira opposita (Vell.) Reitz e Pisonia ambigua Heim.	22,12	V	10,17	V	8,61	V	100,00
Talauma ovata St.- Hil.	0,50	III	1,44	IV	1,55	IV	100,00
Myrcia dichrophylla Legr. e Calyptanthus lucida Mart. Ex DC.	0,12	I	0,19	I	0,06	I	100,00
Gomidesia tijucensis (Kiaersk.) Legr. e Eugenia beaurepaireana (Kiaersk.) Legr.	1,80	IV	1,06	IV	0,80	III	100,00
Matayba guianensis Aubl.	0,37	II	0,74	IV	0,37	II	100,00
Hirtella hebeclada Moric. ex A. DC.	1,00	IV	11,56	V	2,68	V	100,00
Inga striata Benth.	3,93	V	2,24	V	2,75	V	100,00
Cabralea canjerana (Vell.) Mart.	1,43	IV	3,55	V	0,31	II	100,00
Myrsine umbellata (Mart. ex A. DC.) Mez	1,55	V	1,12	IV	0,62	III	100,00
Marlierea parviflora Berg	0,75	II	0,12	I	0,69	II	100,00
Nectandra oppositifolia Nees	0,12	I	0,19	I	0,12	I	100,00
Inga semialata (Vell.) Mart.	1,36	V	2,11	IV	4,75	V	100,00
Cedrela fissilis Vell.	0,19	I	0,06	I	0,12	I	100,00
Casearia sylvestris Swartz	0,75	III	0,62	II	0,19	I	100,00
Endlicheria paniculata (Spreng.) Macbr.	1,99	V	3,12	V	1,44	IV	100,00

<i>Virola bicuhyba</i> (Schott.) Warb.	1,25	IV	2,18	V	2,05	IV	87,50
<i>Marlierea silvatica</i> (Gardn.) Kiaersk.	1,55	V	0,12	I	0,79	III	87,50
<i>Buchenavia kleinii</i> Exell	1,93	IV	0,81	III	0,86	III	87,50
<i>Trichilia</i> sp. (Guacá maciel)	0,81	III	0,75	IV	0,99	IV	87,50
<i>Ocotea puberula</i> Nees	0,12	I	1,18	III	0,80	III	87,50
<i>Eugenia</i> sp.	0,06	I	0,25	II	-	-	87,50
<i>Hieronyma alchorneoides</i> Fr. Allem.	0,31	II	0,56	II	-	-	87,50
<i>Persea venosa</i> Nees et Mart.	0,12	I	0,62	III	0,50	II	87,50
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll. Arg.	0,50	III	1,44	IV	1,55	IV	75,00
<i>Cesearia decandra</i> Jac. e <i>Casearia inaequilatera</i> Camb.	0,80	III	1,06	III	-	-	75,00
<i>Myrcia multiflora</i> (Lam. DC. Var. <i>glaucescens</i> (Berg) Legr.	0,87	II	-	-	0,06	I	75,00
<i>Myrcia glabra</i> (Berg) Legr.	0,44	II	-	-	-	-	75,00
<i>Dalbergia brasiliensis</i> Vog.	0,06	I	-	-	-	-	75,00
<i>Chrysophyllum viride</i> Mart. & Eickl. Ex Miq.	0,12	I	0,19	I	0,31	II	75,00
<i>Cinnamomum glaziovii</i> (Mez) Vatt.	0,25	I	0,37	II	0,06	I	75,00
<i>Eugenia convexinervia</i> Legr. e <i>Eugenia multicostata</i> Legr.	0,56	II	0,44	II	0,06	I	75,00
<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A. Robyns	0,50	II	0,56	III	-	-	75,00
<i>Mouriri chamissoana</i> Cogn.	0,12	I	0,19	I	-	-	75,00
<i>Chionanthus filiformis</i> (Vell.) Green	0,06	I	0,12	I	0,12	I	75,00
<i>Heisteria silvianii</i> Schwacke	0,06	I	0,50	II	0,25	I	75,00
<i>Ocotea kuhlmannii</i> de Vittimo	0,86	III	3,12	V	0,25	I	62,50
<i>Ocotea catharinensis</i> Mez	0,82	III	0,88	III	0,74	II	62,50
<i>Ilex theezans</i> Mart. e <i>Ilex</i> <i>pseudobuxus</i> Reiss.	0,81	III	0,67	III	0,19	I	62,50
<i>Pachystroma longifolium</i> (Nees) I.M. Johns.	0,37	II	0,12	I	0,86	III	62,50
<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	0,06	I	0,31	II	-	-	62,50
<i>Duguetia lanceolata</i> St. – Hil.	0,62	II	0,44	II	0,25	I	62,50
<i>Roupala cataractarum</i> Sleumer	0,25	I	0,19	I	0,19	I	62,50
<i>Alchornea triplinervia</i> (C. & S.) M. Arg. var. <i>janeirensis</i> (Casar	0,19	I	0,06	I	-	-	62,50
<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC.	2,30	V	0,25	I	0,25	II	50,00
<i>Xylopia brasiliensis</i> Spreng.	0,62	III	1,43	IV	-	-	50,00
<i>Jacaranda micrantha</i> Cham.	0,06	I	0,19	I	-	-	50,00
<i>Nectandra lanceolata</i> Nees e <i>Nectandra pichurim</i> Meez	-	-	-	-	0,50	II	50,00
<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Mag., Steyerl. & Frod.	-	-	0,06	I	-	-	50,00
<i>Protium kleinii</i> Cuatr.	0,56	II	9,75	V	3,43	V	37,50

Brosimopsis lactescens S. Moore e Hennecartia omphalandra Poiss.							
Byrsonima ligustrifolia Juss.	0,44	II	0,06	I	-	-	37,50
Cariniana estrellensis (Raddi) O. Ktze.	0,06	I	0,19	I	0,12	I	37,50
Cupania vernalis Camb.	-	-	0,06	II	-	-	37,50
Pityrocarpa gonoacantha (Mart.) Brenan	-	-	0,06	I	0,06	I	37,50
Eugenia rostrifolia Legr.	-	-	-	-	0,43	II	25,00
Vitex megapotamica (Spreng.) Mold.	0,31	I	-	-	0,19	I	25,00
Annona cacans Warm. Var. glabriuscula R. E. Fries	0,19	I	-	-	-	-	25,00
Calycorectes australis Legr.	0,12	I	-	-	0,12	I	25,00
Fagara rhoifolia (Lam.) Engler	0,06	I	0,06	I	-	-	25,00
Weinmannia paulliniaefolia Pohl	-	-	0,31	I	0,06	I	25,00
Ocotea sp.	-	-	0,06	I	0,06	I	25,00
Amaioua guianensis Aubl.	-	-	0,06	I	-	-	25,00
Cryptocarya aschersoniana Mez	-	-	0,19	I	-	-	12,50
Ouratea sp.	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Myrciaria trunciflora Berg	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Sapium glandulatum (Vell.) Pax	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Campomanesia reitziana Legr.	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Cinnamomum sp. (Garuvão)	-	-	-	-	0,12	I	12,50
Phytolacca dioica L.	-	-	-	-	0,25	I	12,50
Lamanonia ternata (Camb.) L. B. Smith	-	-	-	-	0,06	I	12,50

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 28. Lista das Espécies Mesofanerófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos / 100 m²; F* = Frequência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
Sorocea bonplandii (Baillon) Burger, Lanjouw & Boer	8,24	V	13,75	V	25,01	V	100,00
Actinostemon concolor (Spreng.) Muell. Arg.	7,43	V	6,94	V	10,19	V	100,00
Garcinia gardneriana (Pl. & Tr.) Zappi	5,63	V	8,06	V	3,23	V	100,00

Myrceugenia myrcioides (Camb.) Berg e Myrciaria plinioides Legr.	14,61	V	8,99	V	6,42	V	100,00
Guarea macrophylla Vahl	3,50	V	3,24	V	0,99	IV	100,00
Calyptranthes eugeniopsoides Legr. Et Kaus.	8,12	V	25,37	V	6,37	V	100,00
Posoqueria latifolia (Rudge) R. & S.	0,44	II	0,75	III	0,31	I	100,00
Meliosma sellowii Urb.	0,99	III	0,37	II	2,49	V	100,00
Ocotea laxa (Neess.)	4,63	IV	6,05	V	10,06	V	100,00
Allophylus edulis (St. Hil.) Radlk.	1,00	IV	0,56	II	0,94	III	100,00
Gomidesia spectabilis (DC.) Berg	3,12	V	3,56	V	0,99	III	87,50
Guatteria parviflora R.E. Fries	0,92	IV	1,05	IV	0,50	II	87,50
Esenbeckia grandiflora Mart.	10,93	V	10,50	IV	1,68	III	75,00
Pera glabrata (Schott.) Baill.	1,68	IV	1,61	IV	0,25	II	75,00
Sebastiania argutidens Pax & Hoffm.	2,18	III	0,06	I	0,06	I	75,00
Bathysa australis (St. Hil.) Hook f.	1,30	IV	0,25	II	0,06	I	62,50
Aegiphila sellowiana Cham.	0,80	II	0,12	I	-	-	62,50
Brunfelsia pauciflora (C. & S.) Benth.	0,12	I	0,25	I	0,06	I	62,50
Cecropia catharinensis Cuatr.	-	-	0,31	I	0,06	I	62,50
Coccoloba warmingii Meissn.	0,12	I	0,81	II	0,06	I	50,00
Solanum inaequale Vell.	0,75	II	-	-	0,25	I	37,50
Fagara hyemale (St. Hil.) Engler	0,06	I	0,25	I	0,12	I	37,50
Pithecellobium langsdorffii Benth.	0,06	I	0,06	I	-	-	25,00
Zollernia ilicifolia Vog.	-	-	0,06	I	-	-	25,00
Trema micrantha (L.) Blume	-	-	-	-	0,12	I	25,00
Clethra scabra Pers.	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Aparisthium cordatum (Juss.) Baill.	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Myrsine coriacea	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Fagara naranjillo (Griseb.) Engler	-	-	0,06	I	-	-	12,50
Peschiera catharinensis (DC.) Miers	-	-	-	-	0,06	I	12,50

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 29. Lista das Espécies Nanofanerófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m²; F* = Freqüência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
<i>Mollinedia floribunda</i> Tul e <i>Mollinedia schottiana</i> (Spreng.) Perk.	16,87	V	15,68	V	9,06	V	100,00
<i>Rudgea jasminoides</i> Muell. Arg.	9,37	V	6,86	V	4,44	V	100,00
<i>Fareamea marginata</i> Cham.	4,30	IV	5,19	V	0,87	III	100,00
<i>Psychotria suterella</i> Muell. Arg. e <i>Psychotria kleinii</i> Smith & Downs	7,99	V	10,69	V	0,74	III	100,00
<i>Psychotria leiocarpa</i> Cham. & Schlecht.	3,43	V	2,99	V	0,37	II	100,00
<i>Ouratea parviflora</i> (DC.) Baill.	8,81	V	13,56	V	1,81	IV	100,00
<i>Piper</i> spp.	0,56	III	2,18	IV	1,19	IV	100,00
<i>Ardisia guianensis</i> (Aubl.) Mez	1,24	III	-	-	1,18	IV	87,50
<i>Leandra</i> spp.	0,99	III	3,05	V	0,75	III	75,00
<i>Psychotria brachyceras</i> Muell. Arg.	0,50	I	1,00	III	0,25	I	62,50
<i>Miconia rigidiuscula</i> Cogn.	0,50	II	2,19	III	-	-	62,50
<i>Miconia cubatanensis</i> Hoehne	0,06	I	3,37	IV	-	-	25,00
<i>Miconia</i> sp.	0,81	II	-	-	-	-	25,00
<i>Triumfetta abutiloides</i> St. Hil.	-	-	0,25	-	-	-	12,50
<i>Piper superbum</i> Miq.	0,37	II	-	-	-	-	12,50
<i>Miconia brasiliensis</i> (Spreng.) Triana	-	-	0,69	I	-	-	12,50
<i>Clidemia hirta</i> (L.) D. Don	-	-	0,69	I	-	-	12,50
<i>Leandra australis</i> (Cham.) Cogn.	-	-	0,12	I	-	-	12,50

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 30. Lista das Palmeiras Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos / 100 m²; F* = Frequência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	7,81	V	3,17	V	4,68	V	100,00
<i>Geonoma gamiova</i> Barb. Rodr.	2,12	IV	1,62	V	1,12	IV	87,50
<i>Bactris lindmaniana</i> Drude ex Lihd. M	0,12	I	-	-	-	-	50,00
<i>Geonoma schottiana</i> Mart.	-	-	0,12	I	-	-	25,00

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 31. Lista das Espécies Constrictoras Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (nº de indivíduos / 100 m²; F* = Frequência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
<i>Spirotheca passifloroides</i> Cuatr.	0,06	I	0,19	I	0,06	I	37,50
<i>Ficus organensis</i> (Miq.) Miq.	-	-	0,06	I	-	-	25,00

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 32. Lista das Samambaias Arborescentes Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m²; F* = Freqüência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
<i>Alsophyla corcovadensis</i> Fée	-	-	1,44	IV	0,25	I	25,00
<i>Nephelea setosa</i> (Kaulf.) Tryon.	0,06	I	0,06	I	-	-	37,50
<i>Trichipteris phalerata</i> (Mart.) Barr.	0,19	I	-	-	-	-	12,50

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 33. Lista das Geófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), no Morro da Gávea, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m²; F* = Freqüência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO						
	Morro da Gávea						
	Zonação " A "		Zonação " B "		Zonação " C "		Presença (%)
	D *	F *	D	F	D	F	
<i>Calathea zebrina</i> (Sims) Lindl.	20,00	V	0,87	II	0,37	II	100,00
<i>Heliconia</i> sp.	9,75	V	-	-	-	-	50,00

Fonte: VELOSO & KLEIN (1968)

São descritos a seguir, trabalhos de pesquisa sobre as comunidades e associações vegetais da mata pluvial do sul do Brasil realizados por VELOSO & KLEIN (1963), na localidade de Dois Irmãos, município de Jacinto Machado.

Dois Irmãos, município de Jacinto Machado

Entre a localidade de Dois Irmãos e o Morro da Gávea, situado ao lado de um dos formadores do rio Araranguá, foi feito o levantamento cujos dados serão apresentados no quadro a seguir.

A vegetação se apresenta a largos traços aos agrupamentos anteriormente estudados, contudo, segundo tudo indica é de supor-se que a mata tenha sofrido alguma intervenção humana.

O estrato arbóreo é esparso e pouco desenvolvido, caracterizado principalmente por **Matayba guianensis** Aubl., **Arecastrum romanzoffianum** (Cham.) Becc. e **Eugenia convexinervia** Legr. (Goiabeira-do-mato), esta última só expressiva neste agrupamento.

O estrato médio é bastante denso, possuindo as espécies características altos valores em densidade e freqüência. Assim, **Actinostemon concolor** (Spreng.) Muell. Arg., **Mitranthes cordifolia** Legr., **Sebastiania argutidens** Pax & Hoffm. e **Calytrantes eugeniopsoides** Legr. et Kaus. possuem densidades de 35, 30, 28 e 24 indivíduos respectivamente por 100 m², o que faz com este estrato seja o mais denso dos agrupamentos estudados ao longo dos rios.

O estrato arbustivo, embora bastante semelhante aos anteriormente descritos, apresenta como particularidade a dominância da **Rudgea jasminoides** Muell. Arg., que nos demais agrupamentos possui valores sociológicos bem menores.

Comparando as amostras levantadas na comunidade, situada ao longo dos rios, podemos ver que a sua composição é muito semelhante. As dominantes são quase sempre as mesmas, embora os valores numéricos possam variar sensivelmente de acordo com as diferentes condições edáficas de cada área amostrada. É surpreendente a constância das espécies companheiras. Fisionomicamente, pouco se diferenciam dos demais agrupamentos da região. Um dos poucos pontos que se distinguem é pelo aparecimento com maior freqüência de **Ficus organensis** (Miq.) Miq., ao passo que nas demais situações, com exceção das margens das lagoas, ela ocorre com menor freqüência e, também, menos desenvolvida. Observa-se, também, que **Euterpe edulis** Mart. e **Matayba guianensis** Aubl. sem expressão sociológica nos solos muito úmidos, estão nas várzeas, de modo geral, com vitalidade ótima. Concluindo, pode-se dizer que as árvores são mais altas e proporcionam uma cobertura bastante densa, sob a qual um pequeno número de espécies meso e nanofanerófitas tem grandes valores sociológicos.

Nos quadros 34, 35, 36, 37 e 38 são citados os agrupamentos vegetais encontrados na Comunidade de Dois Irmãos, município de Jacinto Machado, por VELOSO & KLEIN (1963).

Quadro 34. Lista das espécies Macrofanerófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico realizado por VELOSO & KLEIN (1963) na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m²; F* = Freqüência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO DOIS IRMÃOS		
	D *	F *	PRESENÇA (%)
	<i>Tabebuia umbellata</i> (Sond.) Sandw.	0,62	III
<i>Calyptanthus lucida</i> Mart. ex DC.	0,19	I	100,00
<i>Matayba guianensis</i> Aubl.	2,37	IV	100,00
<i>Myrcia citrifolia</i> (Aubl.) Legr.	2,30	IV	100,00
<i>Inga striata</i> Benth.	0,81	III	100,00
<i>Talauma ovata</i> St. Hil.	0,06	IV	100,00
<i>Endlicheria paniculata</i> (Spreng.) Macbr.	3,69	V	100,00
<i>Marlierea parviflora</i> Berg	0,63	III	91,50
<i>Buchenavia kleinii</i> Exell	0,49	II	91,50
<i>Alchornea triplinervia</i> (C. & S.) M. Arg. var. <i>janeirensis</i> (Casar.) M. Arg.	0,37	II	83,50
<i>Myrsine umbellata</i> (Mart.) Mez	0,61	III	91,50
<i>Eugenia convexinervia</i> Legr. E <i>E. multicostata</i> Legr.	0,99	IV	83,50
<i>Ilex theezans</i> Mart. e <i>I. pseudobuxus</i> Reiss.	0,49	II	83,50
<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees	0,44	II	75,00
<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	1,37	IV	75,00
<i>Chionanthus filiformis</i> (Vell.) Green	0,12	I	75,00
<i>Myrcia pubipetala</i> (Berg) Kiaersk.	0,56	II	65,00
<i>Inga semialata</i> (Vell.) Mart.	5,38	V	65,00
<i>Cedrela fissillis</i> Vell.	0,19	I	58,50
<i>Heisteria silvianii</i> Schwacke	0,06	I	50,00
<i>Casearia decandra</i> Jacq. E <i>C. inaequilatera</i> Camb.	0,87	III	50,00
<i>Byrsonima ligustrifolia</i> Juss.	0,06	I	41,50
<i>Sapium glandulatum</i> (Vell.) Pax.	0,06	I	41,50
<i>Vitex megapotamica</i> (Spreng.) Mold.	0,06	I	41,50
<i>Hennecartia omphalandra</i> Poiss.	0,06	I	33,50
<i>Lonchocarpus guilleminianus</i> (Tul.) Malme	0,56	III	33,50
<i>Roupala cataractarum</i> Sleumer	0,12	I	33,50
<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez	0,06	I	25,00
<i>Ocotea urbaniana</i> Mez	0,06	I	25,00
<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC.	0,06	I	25,00
<i>Xylopia brasiliensis</i> Spr.	0,06	I	16,50
<i>Sloanea lasiocoma</i> K. Schum.	0,06	I	16,50
<i>Protium kleinii</i> Cuatr.	0,12	I	16,50
<i>Croton celtidifolius</i> Baill.	0,06	I	16,50
<i>Schefflera morototonii</i> (Aubl.) Mag., Steyer. & Frod.	0,06	I	16,50

<i>Hirtella hebeclada</i> Moric.	0,06	I	16,50
<i>Capsicodendron dinisii</i> (Schwacke) Occhioni	0,06	I	8,50
<i>Cassia multijuga</i> Rich. (Araribá)	0,12	I	8,50
<i>Inga sellowiana</i> Benth.	0,06	I	8,50
<i>Platymiscium floribundum</i> Vog.	0,06	I	8,50
<i>Fagara rhoifolia</i> (Lam.) Engler	0,06	I	8,50

Fonte : VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 35. Lista das Espécies Mesofanerófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico realizado por VELOSO & KLEIN (1963) na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m²; F* = Frequência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO		
	DOIS IRMÃOS		
	D *	F *	PRESENÇA (%)
<i>Mitranthes cordifolia</i> Legr. e <i>Myrciaria plinioides</i> Legr.	29,80	V	100,00
<i>Calyptanthus eugeniopsoides</i> Legr. et Kaus.	23,99	V	100,00
<i>Guarea macrophylla</i> Vahl	5,93	V	100,00
<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) R. & S.	0,25	II	100,00
<i>Gomidesia spectabilis</i> (DC.) Berg	6,99	V	91,80
<i>Daphnopsis racemosa</i> Griseb.	0,12	I	83,50
<i>Sorocea bomplandii</i>	8,48	V	75,00
<i>Actinostemon concolor</i>	35,49	V	75,00
<i>Ocotea laxa</i> (Nees.)	5,43	V	65,00
<i>Garcinia gardneriana</i> (Pl. & Tr.) Zappi	0,50	II	58,50
<i>Allophylus edulis</i> (St. Hil.) Radlk.	0,19	I	58,50
<i>Esenbeckia grandiflora</i> Mart.	16,93	V	50,00
<i>Guatteria parviflora</i> R. E. Fries	0,12	I	50,00
<i>Sebastiania argutidens</i> Pax & Hoffm.	28,00	V	41,50
<i>Myrcia rostrata</i> DC.	0,19	I	25,00
<i>Brunfelsia pauciflora</i> (C. & S.) Benth.	0,06	I	16,50

Fonte : VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 36. Lista das Palmeiras Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m² ; F* = Freqüência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO		
	DOIS IRMÃOS		
	D *	F *	PRESENÇA (%)
<i>Arecastrum romanzoffianum</i> (Cham.) Becc.	1,00	III	91,50
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	6,74	V	100,00
<i>Geonoma schottiana</i> Mart.	0,94	II	100,00
<i>Bactris lindmaniana</i> Dr.	4,56	V	91,50
<i>Geonoma gamiova</i> Barb. Rodr.	1,18	IV	8,50

Fonte : VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 37. Lista das Espécies Nanofanerófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m² ; F* = Freqüência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO		
	DOIS IRMÃOS		
	D *	F *	PRESENÇA (%)
<i>Faramea marginata</i> Cham.	10,61	V	100,00
<i>Psychotria kelinii</i> Smith & Downs e <i>Ps. Suterella</i> Muell. Arg.	14,56	V	100,00
<i>Mollinedia schottiana</i> (Spr.) Perk. e <i>M. floribunda</i> Tul.	16,06	V	100,00
<i>Ouratea parviflora</i> (DC.) Baill.	9,74	V	83,50
<i>Rudgea jasminoides</i> Muell. Arg.	16,31	V	75,00
<i>Psychotria leiocarpa</i> Cham. & Schlecht.	0,37	I	75,00
<i>Leandra</i> spp.	1,24	III	65,00
<i>Psychotria brachyceras</i> Muell. Arg.	0,06	I	58,50
<i>Miconia cubatanensis</i> Hoehne	0,25	I	41,50
<i>Miconia rigidiuscula</i> Cogn.	0,06	I	33,50
<i>Piper</i> spp.	0,12	I	33,50
<i>Psychotria tenerior</i> (Cham.) Muell. Arg.	0,06	I	33,50
<i>Triumfetta abutiloides</i> St. Hil. <i>Erythroxylon cuspidifolium</i> Mart.	0,25	I	8,50

Fonte : VELOSO & KLEIN (1968)

Quadro 38. Lista das Geófitas Encontradas no Levantamento Fitossociológico Realizado por VELOSO & KLEIN (1968), na Localidade de Dois Irmãos, Município de Jacinto Machado, SC, onde D* = Densidade (n° de indivíduos / 100 m² ; F* = Frequência (I = 0 a 20 %; II = 21 a 40 %; III = 41 a 60 %; IV = 61 a 80 % e V = 81 a 100 %).

ESPÉCIES	JACINTO MACHADO		
	DOIS IRMÃOS		
	D *	F *	PRESENÇA (%)
<i>Calathea zebrina</i> (Sims) Lindl.	26,68	V	41,50

Fonte : VELOSO & KLEIN (1968)

5.6.2. Fauna

As referências bibliográficas sobre a fauna de Santa Catarina são bastante escassas, com exceção dos grupos faunísticos das aves e dos mamíferos, cujos trabalhos de pesquisa foram publicados recentemente por ROSÁRIO (1996) e CIMARDI (1996).

Segundo JOSÉ OLIMPO apud CIMARDI (1996), a grande quantidade de estudos realizados com a flora catarinense é uma realidade, que infelizmente, não encontra paralelo em relação à fauna.

Em virtude da escassez de bibliografia sobre os grupos faunísticos de Santa Catarina e, mais especificamente da região em estudo serão abordados nesse trabalho apenas os grupos faunísticos que compõem a avifauna e a mastofauna da região onde está inserido o município de Jacinto Machado.

5.6.2.1. Avifauna

As informações sobre a Avifauna apresentadas neste trabalho, foram retiradas da obra de ROSÁRIO (1996).

Muitas aves são importantes indicadoras da qualidade ambiental. A ameaça de extinção ou a raridade de muitas espécies estão diretamente relacionadas à destruição dos ecossistemas, principalmente as florestas.

Segundo SILVA apud ROSÁRIO (1996):

*Um mundo com poucas aves é o mais claro sinal de que a natureza está em desequilíbrio. Quando encontramos várias espécies delas vivendo num mesmo lugar, sabemos que ali existem condições de vida harmoniosa para muitos outros seres vivos – incluindo o homem. Assim, além das funções vitais que desempenham na natureza, polinizando flores, dispersando sementes e controlando pragas, as aves também são excelentes indicadores da qualidade do meio ambiente. Da sua saúde biológica. ...No livro *As Aves em Santa Catarina*, descobrimos, por exemplo, que é registrado para o Estado 596 espécies de aves. Uma rica diversidade, ameaçada por fontes poluidoras como detritos urbanos, que diminuem a quantidade de oxigênio dissolvido na água e alteram a quantidade de alimento. Ou por coquetéis de substâncias químicas industriais, metais pesados, petróleo derramado, agrotóxicos. Ou, ainda, pela presença barulhenta de turistas nos locais de criação dos filhotes, por aterros indiscriminados de mangues e baías, pela ocupação desordenada do solo como projetos imobiliários.*

Segundo ROSÁRIO (1996), em seu trabalho, das 556 espécies que foram registradas em campo, 337 ocorrem ao longo da encosta atlântica, habitando desde as formações de florestas densas aos capoeirões e capoeiras. Nota-se a importância da conservação deste ecossistema para a preservação da biodiversidade. A Floresta pluvial da encosta atlântica é um ecossistema ameaçado, devido principalmente a concentração de atividades antropogênicas na área do seu domínio. Para a avifauna de hábito florestal, a eliminação progressiva das florestas primárias na vertente atlântica tem contribuído sensivelmente para o declínio de suas populações.

Algumas espécies (**Tinamus solitarius**, **Crypturellus noctivagus**, **Pipile jacutinga**, **Tricharia malachitacea**, **Ramphodon naevius**, **Malacoptila striata**, **Baillonius balloni**, **Myrmotherula gularis**, **Myrmotherula unicolor**, **Lepidocolaptes fuscus**, **Poospiza thoracica**) que são dependentes dos diversos ambientes formados em uma mata densa, foram poucas vezes registradas durante os últimos 18 anos de pesquisa. Outras, figuram na relação das aves para Santa Catarina através dos registros feitos no século passado e início deste, constantes em bibliografias e nos museus.

É expressivo também a presença de beija-flores nesta formação florestal. As encostas das serras contêm alta densidade de epífitas, principalmente bromeliáceas, as quais os beija-flores estão fortemente associados. Das 26 espécies relacionadas para Santa Catarina, 21 espécies foram registradas na Floresta pluvial da encosta atlântica.

O quadro 39 apresenta a relação dos pássaros existentes na região do extremo sul catarinense, onde se insere o município de Jacinto Machado.

Quadro 39. Relação das Espécies da Avifauna Encontradas no Extremo Sul Catarinense*

FAMILIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
Tinamidae	<i>Crypturellus noctivagus</i>	Jaó-do-litoral
	<i>Rynchotus rufescens</i>	Perdiz, perdugão
	<i>Nothura maculosa</i>	Codorna
Rheidae	<i>Rhea americana</i>	Ema
Podicipedidae	<i>Rollandia rolland</i>	Mergulhão-de-cara-branca
	<i>Podiceps major</i>	Mergulhão grande
Diomedidae	<i>Diomedea melanophris</i>	Albatroz-de-sobrancelha
Procellariidae	<i>Fulmarus glacialis</i>	Pardelão-prateado
	<i>Procellaria aequinoctialis</i>	Pardela-preta
Acrocoraciidae	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	Biguá
Ardeidae	<i>Ardea cocoi</i>	Socó-grande
	<i>Casmerodius albus</i>	Garça-branca-grande
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena
	<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-vaqueira
	<i>Butorides striatus</i>	Socozinho
	<i>Syrigma sibilatrix</i>	Maria-faceira
Threskiornithidae	<i>Theristicus caudatus</i>	Curicaca
	<i>Plegadis chihi</i>	Maçarico-preto
Ciconiidae	<i>Ciconia maguari</i>	Cegonha
Cathartidae	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-comum
	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha
	<i>Dendrocygna viduata</i>	Irerê
	<i>Cygnus melancoryphus</i>	Cisne-de-pescoço-preto
	<i>Anas flavirostris</i>	Marreca-pardinha
	<i>Anas bahamensis</i>	Marreca-toicinho
	<i>Anas georgica</i>	Marreca-parda
	<i>Anas versicolor</i>	Marreca-cricrí
	<i>Netta peposaca</i>	Marrecão
Anhimidae	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Marreca-de-pé-vermelho
	<i>Chauna torquata</i>	Tachã
Accipitridae	<i>Elanoides forficatus</i>	Gavião-tesoura
	<i>Rostrhamus sociabilis</i>	Gavião-caramujeiro
	<i>Buteo albicaudatus</i>	Gavião-de-rabo-branco
	<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó
	<i>Buteogallus meridionalis</i>	Gavião-caboclo
	<i>Buteogallus urubitinga</i>	Gavião-preto
	<i>Circus buffoni</i>	Gavião-do-mangue
Falconidae	<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro
	<i>Milvago chimango</i>	Chimango
	<i>Polyborus plancus</i>	Caracará
	<i>Falco sparverius</i>	Quiriquiri
Cracidae	<i>Ortalis squamata</i>	Araquã
	<i>Penelope obscura</i>	Jacu-açú
Aramidae	<i>Aramus guarauna</i>	Carão
Rallidae	<i>Aramides saracura</i>	Saracura-do-mato
	<i>Porzana albicollis</i>	Sanã-carijó
	<i>Laterallus melanophaius</i>	Pinro-d'água-comum

Rallidae	<i>Laterallus leucopyrrhus</i>	Pinto-d'água-avermelhado
	<i>Porphyriops melanops</i>	Frango-d'água-carijó
	<i>Gallinula chloropus</i>	Frango-d'água
	<i>Porphyryla martinica</i>	Frango-d'água-azul
	<i>Fulica armillata</i>	Carqueja-de-liga-vermelha
	<i>Fulica rufifrons</i>	Carqueja-de-escudo-roxo
Jacanidae	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã
Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero
	<i>Pluvialis dominica</i>	Batuiruçú
	<i>Charadrius collaris</i>	Batuia-de-coleira
Scolopacidae	<i>Calidris fuscicollis</i>	Maçarico-de-sobre-branco
	<i>Gallinago gallinago</i>	Narceja
	<i>Gallinago undulata</i>	Narcejão
Recurvirostridae	<i>Himantopus himantopus</i>	Pernilongo
Laridae	<i>Larus cirrocephalus</i>	Gaivota-de-cabeça-cinza
Columbidae	<i>Columba picazuro</i>	Asa branca
	<i>Columba cayennensis</i>	Pomba-galega
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa
	<i>Columbina picui</i>	Picuí
	<i>Leptolia rufaxilla</i>	Jururti-gemedira
Psittacidae	<i>Pyrrhura frontalis</i>	Tinba
	<i>Pionus maximiliani</i>	Maitaca
Cuculidae	<i>Piaya cayana</i>	Alma-de-agto
	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco
	<i>Tapera naevia</i>	Saci
Tytonidae	<i>Otus choliba</i>	Corujinha-do-mato
Caprimulgidae	<i>Speotyto cunicularia</i>	Coruja-campo
Caprimulgidae	<i>Hydropsalis brasiliana</i>	Bacurau-tesoura
Apodidae	<i>Streptoprocne zonaris</i>	Andorinhão-coleira
Trochilidae	<i>Ramphodon naevius</i>	Beija-flor-grande-da-mata
	<i>Leucochloris albicollis</i>	Beija-for-de-papo-grande
Alcedinidae	<i>Ceryle torquata</i>	Martim-pescador-grande
	<i>Chloroceryle americana</i>	Martim-pescador-pequeno
Ramphastidae	<i>Ramphastos dicolorus</i>	Tucano-de-bico-verde
Picidae	<i>Picumnus cirratus</i>	Pica-pau-anão-de-coleira
	<i>Colaptes campestris</i>	Pica-pau-do-campo
	<i>Colaptes melanochloros</i>	Pica-pau-verde-barrado
	<i>Celeus flavescens</i>	João-velho
	<i>Veniliornis spilogaster</i>	Picapauzinho-verde-carijó
Rhinocryptidae	<i>Psilorhamphus guttatus</i>	Tapaculo-pintado
	<i>Scytalopus speluncae</i>	Tapaculo-preto
	<i>Scytalopus indigoticus</i>	Macuquinho
Formicariidae	<i>Hypoedaleus guttatus</i>	Chocão-carijó
	<i>Batara cinerea</i>	Matracão
	<i>Mackenziaena leachii</i>	Brujarara –assobiador
	<i>Biatas nigropectus</i>	Peito-negro
	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	Choca-da-mata
	<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	Choca-boné-vermelho
	<i>Pyriglena leucoptera</i>	Papa-taoca
	<i>Myrmeciza loricata</i>	Papa-formiga-de-gruta
	<i>Chamaeza ruficauda</i>	Tocava-rabo-vermelho
	<i>Formicarius colma</i>	Galinha-do-mato
	<i>Hylopezus ochroleucus</i>	Pinto-do-mato

Furnariidae	<i>Furnarius rufus</i>	João-de-barro
	<i>Phleocryptes melanops</i>	Bate-bico
	<i>Synallaxis spixi</i>	João-teneném
	<i>Synallaxis ruficapilla</i>	Pichororé
	<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	Curutié
	<i>Anumbius annumbi</i>	Cochicho
	<i>Syndactyla rufosuperciliata</i>	Trepador-quiete
	<i>Automolus leucopthalmus</i>	Barraqueiro-olho-branco
	<i>Lochmias nematura</i>	João-porca
Dendrocolaptidae	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	Arapaçu-verde
	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	Arapaçu-grande-garganta-branca
Tyrannidae	<i>Camptostoma obsoletum</i>	Risadinha
	<i>Elaenia flavogaster</i>	Guaracava-de-barriga-amarela
	<i>Elaenia mesoleuca</i>	Tuque
	<i>Serpophaga nigricans</i>	João-pobre
	<i>Serpophaga subcristata</i>	Alegrinho
	<i>Tachuris rubigaster</i>	Papa-piri
	<i>Pseudocolaptes sclateri</i>	Tricolino
	<i>Phylloscartes ventralis</i>	Borboletinha-do-mato
	<i>Myiornis auricularis</i>	Miudinho
	<i>Todirostrum poliocephalum</i>	Spit-spit
	<i>Todirostrum plumbeiceps</i>	Tororó
	<i>Platyrinchus mystaceus</i>	Patinho
	<i>Myiophobus fasciatus</i>	Filipe
	<i>Xolmis cinerea</i>	Primavera
	<i>Xolmis irupero</i>	Noivinha
	<i>Heteroxolmis Dominicana</i>	Noivinha-de-rabo-preto
	<i>Knipolegus lophotes</i>	Maria-preta-de-penacho
	<i>Arundinicola leucocephala</i>	Freirinha
	<i>Satrapa icterophrys</i>	Suiriri-pequeno
	<i>Machetornis rixosus</i>	Suiriri-cavaleiro
	<i>Attila rufus</i>	Capitão-de-saira
	<i>Attila phoenicurus</i>	Capitão-castanha
	<i>Myiarchus swainsoni</i>	Irrê
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi
	<i>Myiodynastes maculatus</i>	Bem-te-vi-rajado
	<i>Tyrannus savana</i>	Tesourinha
<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri	
Pipridae	<i>Chiroxiphia caudata</i>	Tangará, dançador
	<i>Manacus manacus</i>	Rendeira
	<i>Schiffornis virescens</i>	Flautim
Cotingidae	<i>Carpornis cucullatus</i>	Corocochó
Hirundinidae	<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-rio
Hirundinidae	<i>Tachycineta leucorhoa</i>	Andorinha-de-testa-branca
	<i>Phaeoprogne tapera</i>	Andorinha-do-campo
	<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-doméstica-grande
	<i>Nitiochelidon cyanoleuca</i>	Andorinha-pequena-de-casa
	<i>Alopochelidon fucata</i>	Andorinha-morena
	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha-serradora
	<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-do-barranco
	<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-de-bando
<i>Hirundo pyrrhonota</i>	Andorinha-de-sobre-acanelado	
Corvidae	<i>Cyanocorax caeruleus</i>	Gralha-azul
Troglodytidae	<i>Troglodytes aedon</i>	Corruíra

Muscicapidae	<i>Platycichla flavipes</i>	Sabiá-una
	<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-laranjeira
	<i>Turdus amaurochalinus</i>	Sabiá-poca
	<i>Turdus albicollis</i>	Sabiá-coleira
Mimidae	<i>Mimus saturninus</i>	Sabiá-do-campo
Motacillidae	<i>Anthus lutescens</i>	Caminheiro-zumbidor
Vireonidae	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Gente-de-fora-vern
	<i>Vireo chivi</i>	Juruviara
	<i>Hylophilus poicilotis</i>	Verdinho-coroado
Emberizidae	<i>Parula pitiayumi</i>	Mariquita
	<i>Geothlypis aequinocyalis</i>	Pia-cobra
	<i>Basileuterus culicivorus</i>	Pula-pula
	<i>Basileuterus leucoblepharus</i>	Pula-pula-assobiador
	<i>Coereba flaveola</i>	Cambacica
	<i>Tachyphonus coronatus</i>	Tié-preto
	<i>Trichothraupis melanops</i>	Tié-de-espelho
	<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaçu-cinzeno
	<i>Thraupis cyanoptera</i>	Sanhaçu-encontro-azul
	<i>Popraeidea melanonota</i>	Saíra-viúva
	<i>Euphonia violacea</i>	Gaturamo-verdadeiro
	<i>Euphonia musica</i>	Gaturamo-rei
	<i>Euphonia pectoralis</i>	Gaturamo-serrador, ferro-velho
	<i>Chlorophonia cyanea</i>	Bandeirinha, bonito-do-campo
	<i>Tangara seledon</i>	Saíra-de-sete-cores
	<i>Tangara cyanocephala</i>	Saíra-militar
	<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico-tico
	<i>Ammodramus humeralis</i>	Tico-tico-do-campo
	<i>Donacospiza albifrons</i>	Tico-tico-do-banhado
	<i>Poospiza lateralis</i>	Quete
	<i>Sicalis flaveola</i>	Canário-da-terra-verdadeiro
	<i>Sicalis luteola</i>	Tipiu
	<i>Emberizoides herbicola</i>	Canário-do-campo
	<i>Embernagra platensis</i>	Sabiá-do-banhado
	<i>Volatinia jacarina</i>	Tisiu
	<i>Sporophila collaris</i>	Coleira-do-brejo
	<i>Sporophila caerulescens</i>	Coleirinho
	<i>Saltator similis</i>	Trinca-ferro-verdadeiro
	<i>Agelaius thilius</i>	Sargento
	<i>Agelaius ruficapillus</i>	Garibaldi
	<i>Sturnella superciliaris</i>	Polícia-inglesa
	<i>Pseudoleistes virescens</i>	Dragão
	Emberizidae	<i>Amblyramphus holosericeus</i>
<i>Gnorimopsar chopi</i>		Chopim
<i>Molothrus badius</i>		Asa-de-telha
<i>Molothrus bonariensis</i>		Vira-bosta
Fringillidae	<i>Carduelis magellanica</i>	Pintassilgo
	<i>Passer domesticus</i>	Pardal

Fonte: ROSÁRIO, 1996.

* As espécies de habitat exclusivamente marinho não foram relacionadas, uma vez que o município de Jacinto Machado não possui praia.

5.6.2.2 – Mastofauna

As informações relativas à mastofauna da região do extremo sul catarinense foram retiradas do trabalho de CIMARDI,(1996).

Os mamíferos, para o estado de Santa Catarina, somam um total de 169 espécies e 91 subespécies. Estas estão contidas em 10 Ordens, 12 Subordens, 11 Superfamílias, 39 Famílias, 16 Subfamílias e 3 Tribus.

À exemplo do que já foi escrito anteriormente sobre a avifauna, a falta de bibliografia com relação à mastofauna de Santa Catarina também é uma realidade. Talvez, por isso, as gerações atuais, principalmente da área urbana, desconheçam nossos animais.

Segundo CIMARDI, (1996):

“ a escassez de estudo sequer quanto á composição e distribuição desta fauna no estado. de Santa Catarina é enorme, existindo apenas alguns trabalhos isolados de levantamentos localizados ou baseados apenas em dados bibliográficos e de museus. ...Os conhecimentos sobre a biologia das espécies animais existentes na terra são poucos e, bem menos, sobre a rica fauna brasileira. A maioria das informações que são transmitidas, referem-se à fauna exótica “ .

Alguns mamíferos também são excelentes indicadores ambientais, como: tamanduás, tatus, macacos, cahorros-do-mato, ariranha, gatos-do-mato, puma, onça-pintada, anta, veados, roedores, baleias e golfinhos. A presença destes animais nos ecossistemas, geralmente indica sua boa qualidade.

Os mamíferos apresentam habitat bastante variado e muitos deles têm hábitos noturnos, o que dificulta a sua observação direta.

Sua visualização direta é difícil. A presença destes animais, muitas vezes é revelada através de vestígios, como: pegadas, fezes, sementes roídas, trilhas e seus abrigos. A compreensão destes sinais pode mostrar aspectos de seus hábitos, como: preferência alimentar, ritmos das atividades, domínio vital e até mesmo indicar predação em áreas de plantio (BECKER e DALPONTE apud CIMARDI, 1996).

No quadro 40, serão relacionadas algumas espécies de mamíferos comumente encontradas na região do extremo sul catarinense, onde está inserido o município de Jacinto Machado.

Quadro 40. Relação das Principais Espécies da Mastofauna Encontradas na Região do Extremo Sul Catarinense *

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
Didelphidae	Metachirus nudicaudatus E. Geoffroy	Cuíca-verdadeira
	Didelphis albiventris Lund	Gambá
Phillostomidae	Artibeus lituratus Olfers	Morcego-fruteiro-grande
Molossidae	Tadarida brasiliensis	Morceguinho-das-casas
Myrmecophagidae	Tamandua tetradactyla Linné	Tamanduá-mirim, tamanduá-pequeno
Canidae	Cerdocyon thous Linné	Cachorro-do-mato
Procyonidae	Procyon cancrivorus Cuvier	Guaxinim, mão-pelada
Mustelidae	Galictis vittata Schreber	Furão
	Lutra longicaudis Olfers	Lontra
Cervidae	Blastocerus dichotomus Lliger	Cervo, veado-galheiro
Leporidae	Sylvilagus brasiliensis Linné	Lebre
Caviidae	Cavia aperea Erxleben	Preá
Dasyproctidae	Dasyprocta azarae Lichtenstein	Cutia
Agoutidae	Agouti paca Linné	Paca
Erethizontidae	Coendou insidiosus	Ouriço-cacheiro

Fonte: CIMARDI, 1996.

* Não foram registradas as espécies exclusivamente marinhas, uma vez que o município de Jacinto Machado, não possui praia.

5.7. O Turismo Rural em Jacinto Machado

As informações descritas a seguir, foram baseadas no "Projeto Integrado de Implantação de Turismo Rural na Escola Agrotécnica Federal de Sombrio", LIMA (1997).

O município de Jacinto Machado, à exemplo dos demais municípios da região, caracteriza-se por pequenas propriedades que variam em média de 10 a 50 ha, cujos proprietários tentam auto sustentar-se com a produção basicamente das culturas de arroz pré germinado, banana, maracujá, fumo, milho, feijão e mandioca; além da pecuária onde há destaque para as criações de suínos, bovinos e aves.

A falta de incentivo e a ausência de políticas agrícolas definidas, fazem com que os micro produtores enfrentem sérias dificuldades de se manter em suas propriedades, aumentando o êxodo rural na busca de novas alternativas de sobrevivência.

É oportuno ressaltar ainda, que a região, bem como o estado via BR 101, tornou-se o eixo rodoviário do MERCOSUL. A duplicação dessa rodovia, já aprovada pelo Governo Federal, tende a agravar ainda mais os problemas dos micros empresários e produtores rurais da região, cuja produção é praticamente artesanal, com tecnologias precárias e, portanto, sem condições de enfrentar o mercado competitivo.

Se por um lado o eixo rodoviário do MERCOSUL e a sua duplicação representa um fator agravante às condições dos micros empresários e produtores rurais da região, por outro lado, pode ser vista como uma oportunidade em relação ao Turismo, uma vez que o fluxo de turistas tende a ser mais intenso.

O município de Jacinto Machado faz parte do "Projeto Integrado para Implementação do Turismo Rural", que é coordenado pela Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, localizada no município vizinho de Santa Rosa do Sul. O projeto teve início em agosto de 1997 e tem como objetivo geral "Implantar um Complexo Turístico voltado essencialmente para o Agroturismo e o Ecoturismo, a fim de oportunizar ao visitante uma fonte de lazer, aprendizado e de integração com o meio rural e com os ecossistemas".

A escola como uma autarquia federal, além da sua função primordial pedagógica de formação profissional, elaborou o referido projeto, visando desempenhar a função social de transformar o contexto em que está inserida, impulsionando o desenvolvimento econômico e social, com novas alternativas de renda para a população rural.

A escola que possui setores de atividades produtivas nas áreas de agroindústria, agricultura e zootecnia, funciona como uma escola-fazenda, que coordena o projeto e ao mesmo tempo, oferece aos turistas a oportunidade de visita às unidades produtivas, como opção de lazer e aprendizado, acompanhados por alunos e profissionais qualificados.

Em função do projeto, a escola fez a adaptação de um espaço existente, onde atualmente funciona o restaurante rural, com capacidade para 50 pessoas; bem como, montou um centro de vendas com produtos alimentícios e artesanais que são fornecidos pelos produtores rurais da região.

O projeto tornou-se ainda mais significativo para a escola, em virtude da criação do Curso Pós Médio em Turismo Rural, que foi implantado durante esse ano; funcionando como laboratório para alunos e professores.

Além de Jacinto Machado, integram o projeto o município sede da escola e o município vizinho de Praia Grande.

A idéia central do projeto consiste na realização de um trabalho planejado, de parceria, integrando a escola, prefeituras municipais e os proprietários rurais para a elaboração de roteiros turísticos, abrindo as propriedades rurais para a visita; oportunizando ao turista o contato direto com a cultura local, com as atividades produtivas das propriedades, com a gastronomia da região, além de desfrutar das belezas naturais que inclui desde matas nativas e rios, até cascatas, cavernas e canyons.

O projeto apresenta três fases previstas para a sua implementação:

- fase de sensibilização e levantamento de dados;
- fase de elaboração;
- fase de execução.

A fase de sensibilização e levantamento de dados, foi iniciada no segundo semestre de 1997, onde ocorreram as seguintes atividades:

- palestras junto a Prefeitura Municipal, EPAGRI, SEBRAE, CDL e demais órgãos e entidades interessadas;
- palestras para alunos, professores e comunidade em geral;
- visitas a proprietários rurais para divulgação do projeto e preenchimento de formulários, para diagnosticar as propriedade e suas potencialidades, para posterior elaboração dos passeios e roteiros.

É importante observar que essa fase do projeto é permanente, ou seja, a sensibilização e o trabalho de conscientização dos proprietários rurais e da comunidade são contínuos. Neste sentido, a escola vem mantendo contatos

sistemáticos com autoridades do poder público municipal e órgãos representativos; bem como, palestras e cursos abertos à comunidade local.

Concluído o levantamento de dados, iniciou-se em 1998 a elaboração dos passeios nas propriedades rurais. Essa fase do projeto é mais trabalhosa pois requer um planejamento cuidadoso de toda a propriedade rural.

A comunidade de Engenho Velho vem se destacando nesse sentido e já possui seis propriedades rurais que estão abertas à visitação desde o segundo semestre de 1998.

É importante frisar que as propriedades rurais que já estão recebendo turistas, por enquanto, não possuem alojamentos adaptados ou especiais para hospedar os mesmos. Os turistas fazem as refeições nas casas dos proprietários, e ao final do dia, vão embora.

Pelas características e peculiaridades da região, o município de Jacinto Machado, está desenvolvendo o Turismo Rural nas modalidades de Ecoturismo e Agroturismo.

A idéia inicial do projeto pretendia dar maior ênfase ao Agroturismo, que seria então complementado pelo Ecoturismo. Porém, o que se observa atualmente é exatamente o inverso da situação prevista, ou seja, os turistas que visitam o município, são atraídos primeiramente pelas belezas naturais. Neste contexto, o Agroturismo acaba se inserindo como uma atividade complementar, pois o turista acaba aproveitando o tempo de permanência na propriedade para a realização de atividades, tais como: visita a pomares, hortas, criações de animais, alimentação nas propriedades rurais, etc.

Sobre a proximidade dessas duas modalidades de turismo rural, SILVA et al, apud ALMEIDA et al (1998), escreve:

Não se deve esquecer também de que pode existir uma estreita relação entre o agroturismo e o ecoturismo, sendo que o crescimento de um pode beneficiar o do outro desde que haja uma política de estímulo a essa integração. É comum, por exemplo, que empresas de turismo, no intuito de diversificar as opções que oferecem, incluam visitas a fazendas em seus roteiros de ecoturismo, ou mesmo contratem no local alojamentos, restaurantes e guias para monitorar suas atividades. Não há, entretanto, uma política deliberada para isso no caso brasileiro, como acontece a nível internacional.

Segundo TULIK apud RODRIGUES (1997), neologismos são criados para designar formas criativas de turismo, como é o caso de Agroecoturismo, resultante da mescla de Agroturismo (para alguns a maior expressão do Turismo Rural) com Ecoturismo (a mais significativa das formas alternativas de turismo).

Identificadas as modalidades de Turismo Rural desenvolvidas no município, é conveniente conhecer um pouco melhor sobre elas.

5.7.1. Ecoturismo

Segundo o documento oficial do MICT-EMBRATUR, para fins de implementação de uma política nacional, conceitua-se o ecoturismo como “um segmento da atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (RODRIGUES apud ALMEIDA et al, 1998).

A leitura deste conceito revela que os princípios enunciados são básicos para qualquer modalidade de turismo, mesmo que convencional (RODRIGUES apud ALMEIDA et al, 1998).

De acordo com WESTERN in FIGUEIREDO apud RODRIGUES (1997), o ecoturismo não deve ser visto meramente como “uma pequena elite de amantes da natureza”, mas encarado como uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local. Ainda segundo esse autor o Ecoturismo é:

provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando a conservação e o desenvolvimento, é evitar o impacto negativo à ecologia, à cultura e à estética.

Observamos que essa definição também apresenta o mesmo perfil da anterior, sendo válida, na realidade, para qualquer tipo de atividade turística.

Segundo BUGLASS in RODRIGUES pud ALMEIDA et al (1998), o ecoturismo pressupõe pelo menos quatro características fundamentais, as quais seriam compatíveis com a tão propalada sustentabilidade, ou seja:

- ✓ princípios de ética e equidade;
- ✓ geração de oportunidades econômicas para assegurar o bem estar das populações locais;
- ✓ princípios de preservação mínima (minimização de impactos negativos);
- ✓ a conservação como base do desenvolvimento.

Considerando estas premissas, cabe mais um questionamento que se apoia na exclusão. Que modalidade de turismo não contempla a conservação ambiental? É evidente, no estágio atual de conhecimento, que nenhuma proposta fuja desse pressuposto (RODRIGUES apud ALMEIDA et al, 1998).

Observa-se com frequência, uma confusão em relação aos termos ecoturismo e turismo rural. Muitos autores utilizam os dois termos como sinônimos.

Sobre esse assunto, RODRIGUES apud ALMEIDA et al (1998), acrescenta:

... há ainda muita confusão quanto aos conceitos de turismo rural e ecoturismo. No Brasil de importamos conceitos e políticas não adequados à nossa realidade há que ter-se cuidados redobrados.

A política de turismo rural no País é bastante inconsistente, uma vez que aqui também podem-se facilmente sobrepor-se as modalidades de ecoturismo e de turismo rural, não havendo clareza na sua definição.

Segundo RODRIGUES apud ALMEIDA et al (1998), tal confusão justifica-se pela falta de clareza na definição de áreas urbanas e rurais no Brasil.

Na intenção de colocar pontos para reflexão, as observações de DEWAILLY in RODRIGUES apud ALMEIDA et al (1998), são bastante interessantes, uma vez que o autor não reconhece as distinções entre ecoturismo e turismo rural, usando como critério as relações espaço-tempo de deslocamento e as áreas, objeto da prática do que chama de lazer de natureza, que se superpõe em razão de circunstâncias locais, reconhecendo:

- ✓ a natureza de ruptura longe do domicílio de origem, correspondendo a lugares preservados e razoavelmente exóticos;
- ✓ a natureza de proximidade, cujos deslocamentos se dão durante fins de semana ou de excursões de um dia, de qualidade banal;

- ✓ a natureza de vizinhança, ainda mais próxima do domicílio, no meio imediato do cotidiano banal, fazendo parte do quadro de vida habitual, como em jardins públicos, espaços verdes urbanos – como determinados parques de práticas diárias de caminhadas.

Esta tipologia é muito interessante na medida que não está preocupada na distinção clássica entre rural, natural e urbano, cujas características se mesclam facilmente em certos espaços, principalmente peri-urbanos (RODRIGUES apud ALMEIDA et al, 1998).

O turismo ecológico, ou ecoturismo é definido pela *Ecotourism Society* por LINDBERG e HAWKINS apud RUSCHMANN (1997), como:

uma forma responsável de viajar em áreas naturais, que conserva o meio ambiente e proporciona bem-estar aos moradores das destinações.

De certa forma, a tendência atual é usar o conceito de ecoturismo para designar qualquer grupo remotamente ligado a viagem natural ou cultural. Por mais que desejemos uma definição restrita de ecoturismo, na realidade, os princípios adotados por um turismo de massa podem trazer mais benefícios para a conservação – e reduzir danos – do que um pequeno mercado elitista (LINDBERG e HAWKINS, 1995).

ROJAS apud RODRIGUES (1997), entende o ecoturismo como:

una actividad recreativa de observación natural a ecosistemas tanto terrestres como marinos.

LEONY apud RODRIGUES (1997), considera o ecoturismo como sendo:

o turismo voltado para a contemplação e preservação da natureza.

Diante da ausência de definições oficiais, cada região acaba concebendo a sua própria definição, de acordo com a sua experiência e o seu contexto.

O que se considera ecoturismo no contexto de Jacinto Machado, aproxima-se das duas últimas definições citadas, ou seja, constitui-se uma modalidade pertencente ao turismo rural, onde o turista busca o contato direto com as belezas naturais no seu estado mais autêntico, no sentido de apreciar e desfrutar dessas belezas de forma contemplativa. No caso de Jacinto Machado, constitui-se principalmente, na realização de caminhadas e trilhas pela mata atlântica, pelo leito dos rios, por montanhas e canyons.

5.7.2. Agroturismo

Em virtude da dificuldade nas definições já abordada anteriormente, o termo agroturismo é utilizado por alguns autores como sinônimo de turismo rural. No presente trabalho, porém, o termo agroturismo está sendo empregado como uma das modalidades do turismo rural, que apresenta características diferenciadas das demais.

Praticado no espaço rural, embora aproveite elementos da natureza, o Agroturismo surgiu na Itália, na década de 60, espalhando-se pelo mundo inteiro. É talvez, a modalidade mais difundida de Turismo Rural.

Conforme TRONCOSO in TULIK apud RODRIGUES (1997), no Turismo Rural ocorre um conjunto de relações humanas decorrentes da presença do turista pelo seu aproveitamento e desfrute do ambiente, seus valores naturais, culturais e socioprodutivos. Entre as características básicas assinaladas para essa modalidade aparecem:

- alojamento em propriedade rural integrado à moradia do proprietário, ou em apartamentos individuais remodelados ou cosntruídos para este fim;
- alimentação baseada na cozinha tradicional do lugar e elaborada com produtos locais;
- eventual oferecimento de atividades alternativas de lazer e recreação no entorno da propriedade;

- participação do turista das atividades rotineiras (cultivo e colheita, cuidados com o gado, preparação de alimentos tradicionais) ou, pelo menos, possibilidade de observação;
- caracterizado como um modelo difuso, em pequena escala, não congestionado, com aproveitamento máximo dos recursos existentes.

No município de Jacinto Machado, o Agroturismo se realiza principalmente através de atividades, tais como: visitas a hortas, plantações de maracujá e de banana, pomares, criação de bovinos, suínos e aves, além da gastronomia oferecida com pratos típicos da região. Os turistas também adquirem alimentos e produtos *in natura*, que são produzidos e comercializados pelos próprios proprietários.

6. REFERENCIAL METODOLÓGICO

6.1. Introdução

Para que um determinado conhecimento seja considerado científico é necessário explicitar o método que possibilitou a obtenção desse conhecimento. Segundo GIL apud SOLDATELI (1999), em última análise o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

6.2. Definição da Metodologia Científica Adotada

A metodologia científica adotada neste trabalho, terá seu referencial baseado e adaptado de GIL apud SOLDATELI (1999), explicitada a seguir.

6.2.1. Nível de Pesquisa

A pesquisa exploratória constitui-se o método de pesquisa adotado para a elaboração desse trabalho por ser considerado o mais adequado.

De acordo com GIL pud SOLDATELI (1999), este tipo de pesquisa tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, bem como, o aprimoramento de idéias ou a descoberta de Intuições.

A utilização da pesquisa exploratória justifica-se pela carência de informações e estudos em relação aos impactos gerados pelo turismo, especificamente no meio biológico.

Este tipo de pesquisa apresenta limitações à medida que se destaca pelo seu caráter mais conceitual. Todavia, torna-se fundamental para o planejamento da atividade turística que carece de fundamentação teórica que lhe dê suporte.

6.2.2. Delineamento da Pesquisa

Para GIL apud SOLDATELI (1999), apesar da flexibilidade da pesquisa exploratória, esta assume, na maioria das vezes, forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. O presente trabalho confirma esta tese pois apresenta as duas modalidades citadas.

A pesquisa bibliográfica, se caracteriza como trabalho essencialmente teórico, desenvolvido a partir de fontes bibliográficas, sendo fundamental e indispensável à fase inicial de toda a pesquisa científica.

A principal vantagem da pesquisa exploratória, segundo GIL apud SOLDATELI (1999), é o fato da mesma permitir ao pesquisador uma cobertura de inúmeros fenômenos muito mais ampla do que aquela que ele poderia pesquisar diretamente.

O estudo de caso, de acordo com GIL apud SOLDATELI (1999), é o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de forma que possibilite amplo e detalhado conhecimento do mesmo.

O estudo de caso permite uma maior compreensão dos fenômenos e das relações sociais, pois possibilita uma análise integrada no contexto em que elas ocorrem. Esta vivência da realidade a partir da delimitação de um objeto de estudo, faz do estudo de caso um poderoso instrumento nas pesquisas exploratórias, permitindo a elaboração de hipóteses e auxiliando na definição dos problemas de pesquisa a serem estudados.

A utilização do estudo de caso também justifica-se pelo fato de que o fenômeno estudado a priori pode ser generalizado para outros municípios de Santa Catarina e até mesmo do Brasil, cujas condições sociais, econômicas, ecológicas e cujo estágio de desenvolvimento do turismo sejam análogas a de Jacinto Machado.

6.2.3. Tipo de Amostragem

O tipo de amostragem utilizada será o de amostragem por acessibilidade que segundo SOLDATELI (1999), permite ao pesquisador a seleção dos elementos da pesquisa aos quais tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo do fenômeno estudado.

As limitações principalmente temporal e de acesso físico aos segmentos sociais pesquisados, bem como, às fontes bibliográficas para caracterização da área de estudo justificam a utilização deste tipo de amostragem.

6.2.4. Técnicas de Coleta de Dados

Três técnicas foram utilizadas para a coleta de dados: a observação simples, a entrevista estruturada e a entrevista semi-estruturada.

A observação simples é uma técnica espontânea que permite ao pesquisador observar o fenômeno em estudo e registrar dados para posterior análise e interpretação dos mesmos. Esta técnica é considerada adequada aos estudos de caráter exploratório.

A entrevista estruturada, também chamada de formulário, apresenta uma relação fixa de perguntas que permanecem invariáveis para todos os entrevistados. O fato das respostas serem padronizadas permite o tratamento estatístico dos dados, facilitando o trabalho de análise e interpretação dos mesmos.

A entrevista semi-estruturada segundo TRIVIÑOS apud SOLDATELI (1999), parte de questionamentos básicos apoiados na teoria da pesquisa (além de toda a informação já recolhida sobre o fenômeno estudado), oferecendo amplo campo de interrogativas à medida que se recebem as respostas do informante. Assim, dentro do foco principal colocado pelo investigador, o informante tem a liberdade necessária para fornecer as respostas e participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

6.3. Coleta de Dados

6.3.1. Elaboração dos Formulários e Pautas para Pesquisa Estruturada e Semi-estruturada

A elaboração dos formulários e pautas para pesquisa estruturada e semi-estruturada, foi baseada nos modelos adotados por SOLDATELI (1999), em seu trabalho de pesquisa, com as devidas adaptações.

O formulário (para pesquisa estruturada) foi aplicado aos seguintes segmentos sociais: empresários, comerciantes, proprietários rurais e sítiantes, com algumas alterações necessárias para cada segmento. As questões apresentadas, objetivaram obter destes segmentos o seu perfil sócio-econômico, além de informações sobre a percepção dos impactos e as expectativas em relação ao turismo no município.

A pauta de pesquisa semi-estruturada foi aplicado aos demais segmentos sociais pesquisados: poder público municipal, órgãos públicos e organizações não-governamentais, com algumas adaptações necessárias a cada segmento. As questões apresentadas objetivaram obter destes segmentos informações sobre o panorama atual, os impactos e as expectativas em relação ao turismo no município.

6.3.2. Realização das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas em sete segmentos sociais do município, quais sejam: poder público municipal, órgãos públicos, organizações não-governamentais, empresários, comerciantes, proprietários rurais e sítiantes; por entender que os mesmos são significativos na dinâmica do fenômeno em estudo e representativos no conjunto da sociedade.

Foram realizadas um total de 50 entrevistas, sendo que o número de entrevistas realizadas em cada segmento foi o seguinte:

- Poder Público Municipal – 06
- Órgãos Públicos – 03
- Organizações Não-governamentais – 03
- Empresários – 05
- Comerciantes – 10
- Proprietários Rurais – 20
- Sítiantes – 03

As informações necessárias que possibilitaram a elaboração da listagem de cada segmento social foram obtidas de diversas fontes, com destaque para as informações obtidas junto à Prefeitura municipal.

Em relação ao segmentos do poder público municipal, órgãos públicos e organizações não-governamentais, entrevistou-se as secretarias, setores, órgãos e organizações que apresentavam relação direta com o fenômeno em estudo. Em relação ao segmento dos empresários e comerciantes, entrevistou-se grandes, médios e pequenos, localizados principalmente na sede do município, num universo de 22 empresas e 91 comércios existentes (IBGE, 1991). Em relação ao segmento dos proprietários rurais que segundo Censo Agropecuário de Santa Catarina (1995), somavam um total de 1001 no município, procurou-se compor uma listagem que contemplasse as diversas comunidades, garantindo maior representatividade à amostra. A escassez de informações dificultou o trabalho realizado no segmento dos sítiantes, sendo que as entrevistas foram agendadas por telefone e realizadas no local de trabalho e nas residências dos mesmos. Em relação ao universo de sítiantes existente no município, não foram encontrados dados ou registros oficiais. A Prefeitura Municipal estima um número aproximado de 10 sítiantes.

As entrevistas foram realizadas no período de 20/10 à 15/12/99, através de visitas à Prefeitura Municipal, órgãos públicos, organizações, empresas, comércios e residências. O registro das entrevistas ocorreu de duas formas distintas: por escrito, no caso das entrevistas estruturadas e por gravação em fita k7 no caso das entrevistas semi-estruturadas.

6.3.3. Análise Estatística dos Dados

Os dados obtidos foram inseridos e organizados no *Microsoft Excel*, para facilitar a interpretação e análise dos resultados, através do somatório das questões respondidas, bem como da distribuição de frequência e porcentagem.

Os dados referentes aos segmentos: poder público municipal, órgãos públicos e organizações não governamentais serão apresentados separadamente pela independência que caracteriza cada segmento. Já, os dados referentes aos segmentos dos empresários e comerciantes serão agrupados, bem como, dos

proprietários rurais e sitiantes, haja vista as características semelhantes apresentadas pelos segmentos que compõem cada grupo.

Os dados serão apresentados na forma de citações e tabelas.

7. RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para facilitar a interpretação dos dados obtidos, a apresentação deste trabalho foi dividida por segmento social pesquisado. Na seqüência, temos os dados referentes ao poder público municipal, órgãos públicos, organizações não governamentais, empresariado e comerciantes, sitiantes e proprietários rurais, respectivamente, sendo que estes quatro últimos segmentos serão apresentados em dois grupos: empresariado e comerciantes e proprietários rurais e sitiantes, pelo fato de apresentarem características bastante semelhantes.

7.1. Poder Público Municipal

Esse segmento social assume uma dimensão relevante, num município como Jacinto Machado e acredita-se, na maioria dos municípios de pequeno porte no Brasil, onde o poder público municipal se faz presente em todos os setores sendo o principal agente promotor do desenvolvimento social e econômico.

Na área do turismo, o poder público municipal assume importância estratégica, uma vez que está à frente desse processo. Os caminhos que a atividade turística irá trilhar no futuro, em Jacinto Machado depende, em grande parte, das ações e da visão das pessoas que ocupam os mais diferentes cargos no executivo, bem como, no legislativo municipal.

Os setores pesquisados neste segmento foram:

- Prefeitura Municipal de Jacinto Machado – Prefeito Municipal (1);
- Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esportes e Promoção Social – Secretária Municipal (2);
- Secretaria Municipal da Agricultura, Irrigação e Drenagem e EPAGRI – Secretário Municipal (3);
- Conselho Municipal de Turismo – Membro do Conselho (4);
- Setor de Turismo – Monitor de Turismo (5);
- Câmara Municipal de Vereadores – Presidente (6).

Na seqüência serão descritas a percepção, as expectativas e as iniciativas do Poder Público Municipal em relação ao turismo rural no município, utilizando-se alguns trechos das entrevistas, analisando os seguintes aspectos:

- panorama atual e as expectativas para o futuro do turismo rural no município;
- Os impactos negativos e positivos do turismo rural a nível de município, comunidades rurais e proprietários rurais;
- A conscientização e o preparo das comunidades e dos proprietários rurais para o turismo rural;
- Os impactos negativos e positivos que o turismo rural pode trazer à fauna e à flora do município e as ações para evitar ou minimizar os impactos negativos;
- Como o poder público municipal está se preparando para promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município;
- A execução das propostas pelo poder público municipal em relação ao turismo rural;
- Considerações finais.

a) O Panorama Atual e as Expectativas Para o Futuro do Turismo Rural no Município

Observa-se a partir dos relatos que a atividade turística no município, é algo novo, que está em fase inicial.

"O turismo em Jacinto Machado, pode se dizer que está engatinhando né? Começando a dar os primeiros passos." (2)

"[...] nós começamos há dois anos atrás a trabalhar com os agricultores para, através de um projeto elaborado em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, desenvolver o turismo rural nas comunidades rurais." (3)

"Bom. Com relação as questões voltadas para o turismo rural e do ecoturismo no nosso município, elas começaram há um ano e meio. Em 97 nós começamos a nos preocupar em preparar a nossa população prá receber os turistas [...] então, eu diria assim que as ações são iniciais né?" (4)

“Como há pouco tempo a gente deu início a esse projeto de turismo aqui no nosso município, pode-se considerar que esse panorama está bem avançado, bem trabalhado.” (5)

“O panorama atual do turismo rural em Jacinto Machado, seria o início. Estamos no início, estamos engatinhando.” (6)

Embora em fase inicial, percebe-se a existência de um trabalho conjunto que é desenvolvido por diferentes setores e órgãos sob a coordenação do poder público municipal.

“A prefeitura de Jacinto, o prefeito e os funcionários tão todos empenhados prá que o turismo cresça em Jacinto Machado.” (1)

“Nosso panorama atual hoje, nós temos um monitor de turismo no município, o Conselho tá um tanto quanto parado porque nós fizemos apenas duas reuniões, nós não temos um presidente ainda definido e também não possuímos ainda um plano de desenvolvimento do turismo no município de Jacinto Machado. Trabalhamos apenas então, Juntamente com essa parceria com a Escola Agrotécnica em cima do Plano de Desenvolvimento do Turismo para a região aqui. E nós temos já, vários agricultores que estão preparando as propriedades para receber esses turistas e a Prefeitura também está dentro dessa parceria, está colocando máquinas, enfim, toda a estrutura dela prá deixar as vias de acesso em condições para que cheguem os turistas. Nós da EPAGRI e Secretaria da Agricultura aqui, estamos incentivado bastante a profissionalização dos agricultores, principalmente a questão daqueles agricultores que irão trabalhar com alimentação e com produtos industrializados né?” (3)

“Juntamos inclusive as associações existentes, fizemos reuniões nas comunidades, principalmente onde os roteiros já foram mais desenvolvidos, à exemplo da Comunidade de Engenho Velho que foi o primeiro roteiro desenvolvido. Essa comunidade já está bem mais preparada porque há um ano e meio ela já vem sendo trabalhada, também com ações da Escola Agrotécnica né?” (4)

“Hoje temos apoio de vários segmentos: comércio, pessoas ligadas aos setores da agricultura.” (5)

“o município vem desenvolvendo e treinando pessoal para isto e também mobilizando as comunidades, sobremaneira a comunidade de Engenho Velho. [...] tanto a administração pública quanto as comunidades, estão engajadas neste projeto.” (6)

Observa-se ainda, que as expectativas em relação ao futuro são de otimismo. De maneira geral, os entrevistados apostam no potencial turístico do município e se orgulham de suas beleza naturais.

“Nós temos bastante pontos de turismo no município e mais tarde, a gente espera que bastante gente visite o município prá olhar os pontos bonitos que nós temos de turismo.” (1)

“Então, eu acredito que Jacinto Machado irá se desenvolver mesmo. Porque nós temos [...] muitas coisas belas né? Muitos lugares lindos, que se pode desenvolver alguma coisa dentro do turismo.” (2)

“A nossa expectativa assim, em relação ao turismo no futuro, é que nós estamos trabalhando em cima do trinômio: preservação da natureza, preservação natural do nosso meio ambiente, também a economia né? Modificar um pouco a nossa economia, principalmente na área rural e fazer com que esse turismo, essa empresa que pode ser chamada o turismo né? Gere então, um maior número de emprego e também renda aos nossos agricultores. Nós somos aqui um município, uma região de difícil manuseio dos nossos solos, porque as nossas áreas são muito íngrimes e temos problemas de cheias e problemas climáticos, culturas não adaptadas. Isso está afastando o nossos agricultor do meio e está empurrando prá cidade. Então, uma das opções e alternativas que nós encontramos é o turismo, o turismo rural para melhorar um pouco a renda então e a economia desse nosso agricultor.” (3)

“Nós começamos com o básico, conversando com a população, fazendo as pessoas acreditarem que aquela trilha de 1728, que está lá intacta, original, que aquele Canyon Fortaleza, são atrativos capazes de atrair os turistas ao nosso município.” (4)

“Então, o panorama no futuro a gente já vê que tem um futuro bastante promissor nessa área, em busca de um objetivo.” (5)

“Realmente a beleza natural de Engenho Velho é ímpar, tem condições realmente de atrair o turista e o turismo, continuando com a vontade do pessoal, não só a administração pública tem, mas também o pessoal das localidades tem de desenvolver prá eles uma forma de renda a mais e prá gente divulgar o município também. Então, acho que as perspectivas são muito boas. [...]” (6)

b) Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo Rural à Nível de Município, Comunidades Rurais e Proprietários Rurais

Observa-se através dos relatos que a maioria dos entrevistados consegue perceber os principais impactos negativos associados à atividade turística. Geralmente os impactos positivos são tão ressaltados que acabam diminuindo a importância dos impactos negativos, ou até mesmo, negando a sua existência; é o que parece ter acontecido com alguns dos entrevistados. Esse fato é relevante, uma vez que é o poder público municipal que coordena as atividades turísticas no município, inclusive os trabalhos educativos e de conscientização das comunidades e dos proprietários rurais.

“O que nós enxergamos é que vai só trazer lucro pro município.” (1)

“E eu acho que negativo que pode acontecer é se o pessoal não tem consciência né? De preservação. A consciência de cuidar, fazer assim, talvez, um desenvolvimento sustentável né? Se não olhar esse lado, pode ocorrer muito fator negativo dentro da nossa própria natureza, do nosso próprio... meios naturais né? Então tem que cuidar muito dessa parte, prá que não ocorra assim, não venha o turismo trazer essa parte de destruição da própria natureza né?” (2)

“Porém, também como impacto negativo, pode ocorrer a descaracterização da propriedade se ele não estiver consciente do que está fazendo.” (2)

“Olha! Quanto aos aspectos negativos que a gente observou nesse primeiro momento, é que nós não estamos estruturados para receber o turista né? Nesse momento.” (3)

“Com relação ao impacto negativo que a gente observa na comunidade é que sempre existem pessoas que... eles, eles acham que não vai dar certo o turismo rural e se tornam um empecílio para que se desenvolva. Um aspecto negativo que a gente também observa é que poderá haver nessa comunidade rural um fluxo acentuado de turismo e isso pode afetar a tranquilidade dos moradores em termos de poluição sonora, poluição ambiental pelos carros, o próprio lixo que o turista vai trazer, vai consumir né? Seria um impacto negativo e também algum turista que não é consciente ele pode vir a destruir também alguma coisa da nossa biodiversidade, enfim, o nosso ecossistema, poluir águas e arrancar plantas do mato né? E nas trilhas, pode destruir. Então, isso aí poderia ser um aspecto negativo né?” (3)

“Um aspecto negativo ainda, com relação a essa pergunta, é que ele irá transformar a propriedade dele e gerenciar novamente de uma outra forma a propriedade dele, daquela que ele vem administrando né? E se transformar a propriedade dele, se preparando para receber o turismo rural ou o turista rural e ele não gerenciar ou não administrar de maneira coerente a propriedade dele, ele pode estar transformando numa propriedade inviável.” (3)

“Quanto aos impactos, a gente vê mais impactos positivos do que negativos.” (4)

“Quanto aos impactos negativos, pode ser que até hajam alguns que não estejam previstos, mas a gente pensa que o mais possa atrapalhar, se não houver um trabalho de conscientização junto com a população e também junto ao turista que chega, é a questão da depredação ambiental, da falta de cuidados, tendo uma visão mais ecológica de preservar esses atrativos que nós temos.” (4)

“E quanto aos aspectos negativos, é a falta, se nós não nos prepararmos, se nós não acompanharmos esse movimento, é a falta de conscientização do próprio proprietário, com relação às questões de preservação, de bom atendimento esse turista, de se preocupar também em educá-lo na questão dessa preservação, desse pontos atrativos que nós temos.” (4)

“Pode ser considerado como um impacto negativo, a questão de ... à medida que o município venha recebendo o turista, nós vamos ter que estar preparados para receber eles. Se o nosso povo não estiver bem preparado, bastante educado, com certeza, esse turista ele não vem mais à nossa cidade; ele vai levar uma questão negativa do nosso município e a gente prevê que isso não vai acontecer.” (5)

"A grande preocupação que pode trazer como impacto negativo na nossa comunidade, seria de repente, a mudança de hábito que pode ocorrer, a troca da atividade." (5)

"A gente está trabalhando com os produtores individuais. A gente vai na propriedade deles e conversa para que impactos negativos não venham a acontecer. A gente não pode dizer que está descartado esses impactos negativos." (5)

"Não vejo, a princípio, impactos negativos. Poderia surgir uma poluição ambiental, coisa assim, mas eu entendo que a população hoje, já está muito instruída e educada para tanto. Então a poluição não seria um problema e nem a agressão ao meio ambiente, as matas e coisas similares porque o turista, via de regra, preserva." (6)

Uma observação importante, é a de que todos os entrevistados destacaram o aspecto econômico como sendo um importante impacto positivo gerado pela atividade turística. É importante que o poder público municipal tenha consciência do potencial econômico da atividade turística, pois esse aspecto, quando devidamente fundamentado, converte-se num importante argumento no sentido de convencer as pessoas e os proprietários rurais a aderirem ao projeto.

"Turismo funcionando, vai receber bastante gente, vão gastar no município e quem vai levar vantagem é o pessoal do município e o município todo." (1)

"Acho que benefício, talvez é uma alternativa na área econômica para o pessoas de Jacinto Machado né?" (2)

"Os impactos positivos que pode trazer à propriedade, uma nova fonte de renda para esses proprietários." (2)

"Positivos percebidos pela Prefeitura, é que ao mesmo tempo essas pessoas que já chegaram em Jacinto Machado, eles já, eles já movimentaram bastante o nosso comércio local, os agricultores perceberam que é uma forma de elevar sua renda [...]" (3)

"Com relação aos positivos né? É aquilo que é o objetivo geral da implantação do turismo, que é a questão de que qualquer turista que sai de viagem, sai distribuindo renda. Então, no nosso município, é uma necessidade emergente isso, até em função porquê nós somos um município que entrou no mapa da fome, nós estamos no programa Comunidade Solidária, então quanto mais renda entrar no município melhor, esse é o nosso esforço, esse é o esforço também do Conselho Municipal de Turismo." (4)

"[...] nem é isso o objetivo da implantação do turismo, mas é funcionar como mais uma alternativa de renda, mais uma fonte de renda que venha complementar a renda familiar do agricultor." (4)

"E positivo, haverá um melhor desenvolvimento né? Da renda do município, arrecadação de renda. [...]" (5)

"[...] que o turismo venha a ser suplemento de renda na propriedade." (5)

"[...] em termos de economia municipal, isso tende a gerar rendas não só o município, mas também com os munícipes que vierem explorar essa atividade. Ao meu ver, bem explorada, traz lucro ao turista e lucro àquele que vier explorar o turismo." (6)

Além do aspecto econômico, outros impactos positivos importantes foram relatados por alguns entrevistados, que merecem destaque.

"[...] até gerar emprego na propriedade é uma forma de transformar a sua propriedade para receber o turista, é um ponto positivo né? Outro ponto positivo que a gente observa é a consciência né? Do nosso povo também tá mudando né? Bastante, com relação ao turismo porque sabe que vai haver um no hall né? De cultura, de informações né?" (3)

"[...] outros pontos positivos que nós observamos... e com relação também ao município também, o município começa a ficar um pouco mais belo [...] Então nós já vimos, assim em termos de ruas o município já começou a ter uma nova cara, jardins na frente de casas e isso tudo, esse embelezamento também traz né? Um estado de vida e de espírito muito melhor prá gente né? E as comunidades rurais né? Também se preparam para essa transformação, que trará também esses benefícios né? Estado de espírito, enfim, uma vida mais tranqüila, uma vida não regada ao stress né? E sim mais tranqüilidade né?" (3)

"Outra coisa, a divulgação né? Da tradição da comunidade, dos encantos naturais que a própria comunidade tem. Pode haver também a permanência, a permanência desse agricultor naquela comunidade, dos jovens né? Evitando assim o êxodo rural e também novos moradores, novos investimentos naquela comunidade. Pessoas que... de outras comunidades que podem se interessar por uma área de terra prá desenvolver uma atividade que venha explorar o turismo." (3)

"Com relação aos aspectos positivos, eu vejo aí que o ganho é bem maior, porque a partir do momento que ele está saindo da propriedade dele ele tá buscando uma informação nova ou ele tá se profissionalizando, ele tá ganhando conhecimentos e eu acho que é o maior ganho que nós temos daqui prá frente né? No futuro é, realmente é conhecimento né? Maiores poderes que nós vamos ter em mãos, seria o conhecimento. E esse conhecimento não só prá família dele, mas, pro filho dele vai ser importantíssimo pro futuro porque é o que vai manter ele vivo nessa atual economia que nós vivemos né?" (3)

"Tem a questão da integração entre os moradores porque eles se reúnem, eles se juntam, eles realizam eventos juntos, isso revive a comunidade nos aspectos da cultura, da integração, da socialização, isso é um aspecto muito positivo, porque a partir do momento que eles se reúnem em grupos prá receber esses turistas, há muito mais sociabilidade, mais encontros, mais integração entre eles." (4)

"[...] com isso, o município pode aplicar na área de infra estrutura e acessos às propriedades, gerar mais emprego e facilitar a vida de todos nós aqui do município." (5)

“ele vai se valorizar muito mais o seu produto; ele pode industrializar, se organizar com outros produtores, montar seu próprio negócio com os produtos né?” (5)

“ele vai se sentir mais valorizado no seu trabalho, mais motivado, porque ele vai estar, ao mesmo tempo, divulgando o trabalho dele e estar gerando uma fonte de renda extra, que pode ser considerado o turismo.” (5)

“Os impactos, que eu apontaria, os impactos positivos que seria uma maior socialização do nosso pessoal do campo com o pessoal da cidade e isso traz, a meu ver, uma maior integração e com isso traz... aumenta as culturas, tanto do homem do campo, quanto da cidade. [...]” (6)

Outro aspecto importante observado nos relatos, é que a maioria dos entrevistados entende que o turismo rural não pode ser encarado como a salvação dos proprietários rurais, como algo que veio resolver os problemas financeiros dos pequenos agricultores. Em muitos relatos, observa-se a consciência de que a atividade turística deve ser encarada como complemento às demais atividades produtivas da propriedade. Parece que esse cuidado, de certa forma, está presente no trabalho educativo que está sendo realizado junto às comunidades e aos proprietários rurais.

“Em relação ao atendimento, o proprietário tem que viver a vida dele lá dentro né? Ele não pode oferecer a quem vai lá, coisas diferentes que não é do dia a dia deles né? Então ele tem que ter consciência que quem vai lá na propriedade deles, eles tem que ter o mesmo atendimento. Não pode ter mudança né?” (2)

“Outros pontos positivos também que eu vejo, é que ele vai aproveitar de uma maneira ou outra a propriedade dele... ele está diversificando aquela propriedade dele, não só trazendo culturas ou explorando o extrativismo na propriedade, mas sim, também explorando o turismo né?” (3)

“Os impactos para os proprietários rurais, os positivos é claro que será, mais uma alternativa, mais uma fonte de renda que tem. Não vai salvar a vida de nenhum agricultor.” (4)

“A intenção é que o produtor não saia do seu trabalho do dia a dia e sim que auxilie ele... que o turismo venha a ser suplemento de renda na propriedade. Ele não pode abandonar o seu trabalho.” (5)

“Para que isso não aconteça (impactos negativos), a gente tem que consolidar as duas atividades, não abandonando uma. Atividade que... cair em cima só do turismo, isso só vem a prejudicar ele mesmo.” (5)

“[...] os impactos podem ser vistos de vários ângulos: um ângulo da própria natureza né? Outro, do ângulo de mudança de exploração da cultura da terra para uma exploração do turismo, que é um ramo bem diferente. Então, eu acho que se eles

passar, se o agricultor passar drasticamente da exploração do campo que ele fazia antes da agricultura e explorar só o turismo, dificilmente ele vai vencer a empreitada. Agora, se ele fazer da sua propriedade uma empresa da qual ele explore não só o solo, não só a pecuária, o plantio, mas também fora isso aí, explorando o turismo ele tem tudo prá se dar bem, e ter sucesso. Do contrário, é até preocupante porque o reflexo pode ser... de tentar sair de uma atividade prá outra que parece muito lucrativa, que promete mundos e fundos e dar com os burros n' água.” (6)

c) A Conscientização e o Preparo das Comunidades e dos Proprietários Rurais Para o Turismo Rural

Observa-se pelos relatos dos entrevistados que existe um trabalho de conscientização e de preparo das comunidades e dos proprietários rurais que estão, de certa forma, envolvidos no projeto. Este trabalho vem ocorrendo ao longo da implementação do projeto, através de cursos de formação, viagens de estudo, palestras e formação individual através de visitas. A maioria dos entrevistados considera esse trabalho de fundamental importância para o sucesso da atividade turística no município, achando inclusive, que o mesmo deve ser intensificado.

“O nosso pessoal aqui do município tão fazendo reunião em diversos pontos do município.” (1)

“[...] desde 97, já está se realizando cursos né? Encontros, prá que realmente, cada um que queira abraçar isso aí tenha bastante consciência, o que que é realmente o turismo, o que é que se pode fazer né?” (2)

“Então a gente está preparando através do centro de treinamento de Araranguá para que eles se auto profissionalizem né?” (3)

“nós estamos fazendo constantemente reuniões e cursos de conscientização e de preparo para o turismo rural” (3)

“A consciência a gente vai trabalhando, ou coletivamente ou individual. Nós viemos fazendo um trabalho de seleção né? De propriedade que tem condições de desenvolver alguma atividade com relação ao turismo rural né? A propriedade ou atividade que esse produtor esteja desenvolvendo, se está alguém com aquilo que a gente deseja né? Dentro desse plano então de desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado. A princípio, com relação a consciência, seria isso né? Cursos profissionalizantes também estão sendo feitos né?” (3)

“Vários cursos foram dados na área da gastronomia, na área da gestão, gestão do turismo, mais um curso de guia este ano. Juntamos inclusive as associações existentes, fizemos reuniões nas comunidades, principalmente onde os roteiros já foram mais desenvolvidos.” (4)

“Então esses moradores, esses proprietários... a nossa preocupação tem sido em trazê-los, tentar discutir com eles a viabilidade, a possibilidade de eles receberem esses turistas nas suas propriedades, deles darem um bom atendimento né?” (4)

“Mas a gente acredita que ainda tem muita coisa que tem que ser trabalhada. A gente tem que investir mais na qualificação, em cursos. Essas pessoas têm que vir mais, tem que se reunir mais.” (4)

“Se o nosso povo não estiver bem preparado, bastante educado, com certeza esse turista, ele não vem mais à nossa cidade” (5)

“Então, estamos trabalhando para que eles tenham consciência, para que isso não venha trazer prejuízos mais tarde.” (5)

“Tudo vai depender de eles assimilarem todos esses conhecimentos que estão sendo passados a eles e também levarem adiante a empreitada.” (6)

“Tudo vai depender do preparo, da preocupação das autoridades públicas locais no incentivo e no tratamento do proprietário para receber o turista e também para preparar a propriedade, a natureza para entregar ao turista.” (6)

Embora o trabalho de conscientização e de preparo das comunidades e dos proprietários rurais venha acontecendo desde o início da implementação do projeto, todos os entrevistados entendem, no entanto, que os mesmos ainda não estão preparados para a atividade turística como podemos perceber através dos relatos.

“todos eles estão se preparando para que enfrentem a construir ou botar hotel, ou pousada prá que recebam o turista no município.” (1)

“Não. A preocupação... eu acho que ninguém ainda está preparado para isso né?” (2)

“Os proprietários rurais ainda não estão devidamente preparados para o turismo.” (2)

“porque às vezes, no dizer ele pode estar preparado mas, depois ele pode, ele pode na verdade não estar preparado para isso né?” (3)

“Também quanto ainda, a comunidade estar preparada ou não, estar consciente né? Para este fato de que podem haver pontos negativos e positivos, eu acho que a gente vem tentando conversar com eles através desse trabalho que a gente tem feito né?” (4)

“No momento a nossa comunidade, num todo, está sendo preparada para que isso não venha acontecer. Para que mais tarde não venha acontecer uma frustração grande.” (5)

“E com relação se as comunidades estariam ou não preparadas para tanto, de maneira geral, eu quero crer que estão sendo preparadas, não estão totalmente preparadas, mas estão sendo preparadas para isso.” (6)

“É um tanto difícil dizer se eles estão ou não preparados para esse fato porque, como eu disse, são pessoas da área rural e, via de regra, não tem muito estudo. Então, como tratar um turista, como tratar da natureza, da mãe natureza, como cuidar, como portar-se frente a um turista que venha agredir a natureza da qual ele está explorando, o proprietário está explorando, mas de maneira racional. Tudo isso aí, à princípio, não posso dizer se estão preparados ou não.” (6)

d) Os Impactos Negativos e Positivos que o Turismo Rural Pode Trazer a Fauna e a Flora do Município e as Ações Para Evitar ou Minimizar os Impactos Negativos

Observa-se através dos relatos que apenas alguns entrevistados conseguem perceber os impactos positivos que a atividade turística pode trazer, ou de alguma forma, já está trazendo à fauna e à flora do município.

“[...] muita gente vai chegar aqui que não conhece a nossa biodiversidade e a nossa flora, a nossa fauna, as variedades enfim, espécies né? Muita gente não conhece e terá o conhecimento nessas visitas e sairá daqui com uma consciência mais voltada à preservação realmente [...]” (3)

“Por exemplo, nós estamos pensando nessas margens de rios que estão desmatadas hoje; existem gramados em volta dessas margens, voltar a ter aí, mata ciliar. Então, isso a comunidade vai ajudar a fazer. Até o próprio turista, que vai tá ali, aquele turista que vem prá ficar uma semana ou duas, nós vamos lá convidá-lo a plantar um pé de árvore na mata ciliar. Deixar lá a planta com o nome dele gravado. Nós vamos fazer esse tipo de ações, mobilizar as escolas para a preservação.” (3)

“É importante ainda registrar que muitos proprietários, com algumas exceções, estão muito conscientes, estão preservando as suas propriedades. Nessas encostas de serras eles têm colocado prá correr os caçadores. Isso prá nós é um ponto positivo. Eles não têm deixado eles penetrarem na propriedade, tem chamado a polícia, e isso parece que está funcionando, essa coisa, essa conscientização, mais a nível geral, a nível nacional, mundial, também tá pegando. Então, essas mudanças de respeito, novas posturas, de respeito à ecologia, está sendo assimilada também pelos proprietários né?” (4)

“Então, se o pessoal souber, o turista souber apreciar aquele passarinho, assim como também as árvores, ter o conhecimento de quando tempo leva uma árvore para se formar adulta, como que ela solta suas sementes, como que ela se reproduz e tudo mais e assim também, tanto a flora quanto a fauna. Ele não só vai preservar, mas também vai buscar incentivar a que outros venham a tratar melhor a natureza.” (6)

Em relação aos impactos negativos que a atividade turística pode trazer à fauna e flora do município, observa-se pelos relatos, que a maioria dos entrevistados

faz algumas referências importantes, demonstrando maior clareza sobre esse aspecto.

“O turista tem que respeitar tudo aquilo que tem lá. Só ver com os olhos, ou trazer via fotografia né? Então, tem que deixar tudo lá né? Isso aí eu acho que... porque nós temos o hábito, se eu vou num lugar, eu vejo uma coisa bonitinha tiro, não é isso? A gente tem essa... esse trabalho né? Nós não temos consciência que a casa deles é lá, tem que respeitar né?” (2)

“[...] nós queremos deixar o nosso meio rural autêntico, não transformando e não construindo nenhuma babilônia de concreto [...]” (3)

“Eu acho que nós temos muito a ganhar, porque nós não estamos pensando em transformar o nosso meio, abrir estradas, enfim, transformar cachoeiras, furnas.” (3)

“Pode haver muito desrespeito com a nossa natureza, a nossa exuberância, com esse presente que Deus nos deu, todos esses atrativos naturais belíssimos; pode haver a falta de respeito por falta dos turistas porque é fácil às vezes, um turista tá fazendo lanche e jogar a garrafa de coca-cola prá fora, a casca da laranja, porque os nossos atrativos são pontos onde a nossa flora e a nossa fauna são lugares assim, intactos, quase não se passa ali.” (4)

“Impactos negativos, em relação a fauna e à flora, pode ser considerado, por exemplo: se existe um equipamento turístico que a capacidade dele seja prá quinze pessoas, e no momento que tiver vinte, vinte e cinco acima da possibilidade, da capacidade dele, com certeza está ... terão impactos negativos tanto na flora quanto na fauna.” (5)

“Então, nesta ótica eu entendo que, impactos negativos poderiam advir com o proprietário da área rural querendo modificar determinadas florestas, ou seja, desbastando-as para atender ao turista, seja mudando o curso de quedas d’água para também atração ao turismo.” (6)

Em relação ao que poderia ser feito para evitar ou minimizar os impactos negativos que a atividade turística pode trazer à fauna e flora do município, observa-se que a maioria dos entrevistados cita o trabalho educativo, de conscientização junto aos proprietários rurais e turistas, como sendo o mais importante. De forma geral e menos enfática, alguns entrevistados, citam também o planejamento e a orientação técnica juntos aos proprietários rurais como fatores importantes neste processo.

“A prefeitura já tem um funcionário que pode ser um guia e esse guia vai orientar os proprietários prá que o turista não desmate, não derrube árvores e nem dê prejuízo pro município e nem pro agricultor que vai organizar o turismo.” (1)

“O que eu vejo é de certa forma é que nós estamos desenvolvendo o turismo rural em Jacinto Machado de uma forma bem diversificada [...] fazendo trilhas ecológicas, bem planejadas, bem monitoradas né? Dentro de um programa de preservação. Acho que os impactos ambientais negativos seriam muito poucos.” (3)

“Eu acho que nós também conhecendo aquele meio natural aí, tão pouco conhecido né? Como as nossas florestas... acho que no momento em que você entra dentro de uma floresta você se sente mais próximo a Deus e você não vai querer mexer no que realmente ele deixou ali intacto.” (3)

“Todos os acessos a serem feitos, além daquilo que já está pronto, será através de trilhas muito bem monitoradas, muito bem planejadas e também vai haver muitas placas indicativas e placas que vão motivacionar esse pessoal né? Através da preservação né?” (3)

“O nosso desenvolvimento turístico é baseado nisso né? Preservação do meio ambiente né? Nós vamos bater muito bem nessa tecla né? De que nós não queremos turistas aqui que traga lixo e nem turista que venha depredar o nosso meio ambiente, e sim turistas que venham nos ajudar até a nos dizer o que fazer realmente prá preservar mais aquilo que já tá [...]” (3)

“Então, é necessário haver respeito por parte do turista e é muito comum as pessoas não respeitarem. Então, precisa haver muito esforço assim, por parte dos proprietários e dos condutores né? Pelo menos, é a filosofia né? Que os guias aqui do município está tendo né? De voltar-se para um processo educativo não só do proprietário né? Mas, também, do turista que chega e, é claro, ações com o proprietário prá ele nos ajudar também nesse processo de conscientização e de respeito aquilo que é nosso né?” (4)

“Prá que isso não venha a acontecer, o proprietário desse equipamento turístico tem que ter muita consciência no que ele venha... que o turista em excesso né? De grande capacidade venha trazer no seu equipamento. Com certeza que se um equipamento não for bem cuidado, bem tratado, ele vai se desgastar com o tempo e não vai ter tanta procura, porque geralmente o turista quer é beleza e bem cuidado. Então, o proprietário tem que ter bastante consciência nisso.” (5)

“Mas, pelo que eu tenho visto, o pessoal de Jacinto Machado, eles querem dentro do possível, fazer as adaptações colocando seja, colocando um maior volume de peixes dentro dos riachos, seja colocando moendas d’água, rodas d’água que é uma coisa bonita, é uma coisa que é do município, ou seja, os engenhos né? Os famosos engenhos tocados à água. [...] No entanto, pelo que eu tenho visto do pessoal, eles não estão imbuídos do espírito de destruir e sim, adaptar e se adaptarem a mesma. E assim sendo, a flora e a fauna, a princípio não vai ser atingida, não vai sofrer danos.” (6)

e) Como o Poder Público Municipal Está se Preparando Para Promover e Incentivar o Desenvolvimento do Turismo Rural no Município

Observa-se pelo relato dos entrevistados que existem dificuldades no sentido de projetar e planejar ações que visem promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município. A maioria dos projetos citados, na realidade, já estão sendo executados e se referem principalmente a cursos de formação. Outro aspecto importante observado é que nenhum deles se refere especificamente aos projetos sobre turismo contidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal coordenado pelo SEBRAE, que foi elaborado recentemente com a participação de diversos setores do poder público e da comunidade local. Observa-se a existência de projetos importantes, porém fragmentados e independentes, com destaque para a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Drenagem, EPAGRI e SEBRAE com os cursos de formação profissional.

“Em primeiro lugar nós já temos um conselho formado pro turismo e esse conselho já tá buscando assim, informação onde pode cavar recursos prá manter o turismo em Jacinto. E nós botar uma grande placa na entrada de Jacinto informando onde é que é os pontos de turismo, prá que o povo possa ir lá ajudar também a melhorar o município. Também o melhoramento das estradas. A prefeitura se prepara e garante que vai dar as estradas nos pontos onde o pessoas pode ir com o carro pequeno e chegar lá nos pontos principais.” (1)

“A secretaria tem um projeto, Conhecendo meu Município”, onde as crianças visitam todo o município. [...] Então, de fato o nosso interesse, o nosso objetivo com esse projeto “Conhecendo o meu Município”, prá criança conhecer bem o seu município, começar a amar, começar a valorizar e com isso eles também começam a atingir os pais né? Prá que realmente eles abracem essa causa do turismo rural prá que possa crescer realmente com bastante paciência né?” (2)

“Nós estamos tentando estruturar a Secretaria da seguinte forma: um monitor de turismo que é o Everaldo Ronconi e um engenheiro agrônomo para ficar responsável para desenvolver alguns trechos de rios né? Que será desenvolvido, que tem uma cachoeira, enfim, que tem algum atrativo ao longo do trecho dentro daquele rio, mata ciliar e também, nas comunidades, trabalhar com os produtores rurais a questão do embelezamento das propriedades, igrejas, tem os salões, os restaurantes que tiver né?” (3)

“A Secretaria de agricultura e a CIDASC tão se preparando prá, no município, profissionalizar o produtor que queira explorar alguma atividade com relação a alimentação e venda dos produtos industrializados no município para os turistas. A CIDASC será a fiscalizadora né? com relação a higiene né? A Secretaria da saúde, também através da vigilância sanitária está se preparando prá fazer essas visitas né?”

Prá dar o alvará sanitário e nós, mais do que nunca, também seremos fiscais porque nós queremos que todos os produtos industrializados no município, eles tenham apenas uma marca para não haver competição.” (3)

[...] a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de obras, ela está dando apoio né? Indiretamente né? Com a Secretaria da Agricultura prá desenvolver então os acessos até essas comunidades.” (3)

“A Prefeitura... nós estamos montando, juntamente aí com o SEBRAE, alguns catálogos para divulgar à nível regional e nacional o nosso turismo e estamos preparando também prá servir a maior diversidade possível de produtos né? Além do queijo e salame que eu já falei né? Um bom café colonial, uma alimentação, um almoço ou janta típica né? Da região, cachaça industrializada, frutas, verduras né? Verduras produzidas sem agrotóxicos, frutas também né? Pro turista né? Então, vários atrativos.” (3)

“Existe a proposta de desenvolver vários roteiros.” (4)

“Prá gente criar um pólo turístico precisa haver alguns centros, alguns atrativos para as pessoas visitá-los, então se pretende, ainda pro futuro, organizar, apoiar a associação dos produtores de arroz que envolve os proprietários da barragem de irrigação, prá que eles se organizem de tal modo né? A colocar também essas duas barragens à serviço do turismo, como o turismo esportivo, aquático, náutico que pode ser estimulado lá.” (4)

“[...] nós temos também mais um roteiro a desenvolver que é no Tigre Preto, na Comunidade do Tigre Preto com o Canyon Fortaleza, na Comunidade de Costão da Pedra, com a trilha da pedra e também o Canyon do Macuco. Então essas comunidades agora estão começando a ser preparadas.” (4)

“[...] nós estamos formando agora, dia nove, a Associação das Artesãs do Município de Jacinto Machado, isso também é importante porque o turista que vem sempre quer levar uma lembrancinha, quer levar alguma coisa que tem haver com a terra. Não só uma camiseta estampada, mas algo que tenha haver coma nossa terra e o artesanato é todo dirigido em função da cultura local.” (4)

“[...] mas já estão pensando esses guias em formar a sua associação prá poder receber melhor o nosso turista, se organizar de modo que o atendimento seja de excelência.” (4)

“O projeto que mais a gente está trabalhando em cima para o turismo rural, é a construção do pórtico de entrada no município e na comunidade do Engenho Velho. A gente está trabalhando prá que futuramente também saia na comunidade de Engenho Velho uma associação de produtores, onde será criado um produto com selo, embalagem tudo com o nome da mesma comunidade e lançar no mercado.” (5)

“Também está sendo trabalhado a questão de hotelaria e pousada prá que no futuro também venha a acontecer que o turista venha e pernoite no nosso município.” (5)

“Jardinamento também na beira das estradas, é uma meta nossa, uma proposta que a gente já tá buscando junto às comunidades, às propriedades rurais aqui do centro e motivando eles para que, quando chegar esse momento, nós estarmos bem preparados prá executar esse nosso plano.” (5)

É importante observar que o poder legislativo não se considera responsável pela promoção de ações que venham incentivar e promover o turismo rural no município, sentindo-se inclusive, um pouco à margem desse processo.

“Com relação a essa questão, eu primeiro teria que frisar que, no nosso entendimento, para divulgar, para orientar, promover e incentivar o turismo, não é atribuição, à princípio, da câmara de vereadores. No entanto... e sim, essa atribuição seria do poder executivo, através principalmente da secretaria de agricultura, secretaria também da educação.” (6)

“No entanto, poderia, deveria, acho eu, haver uma no mínimo, uma pequena aproximação entre o poder executivo e o poder legislativo para também que nós vereadores pudéssemos acompanhar o desenvolvimento dessas atividades que está sendo implantada e também buscarmos mais reforços no traçado de planos de governo, ou seja, também maiores reforços, seja em verbas fora do município com outras autoridades constituídas que se pudesse afinal engajar-se de uma maneira total junto a tal empreendimento com o executivo através de suas secretarias.” (6)

f) A Execução das Propostas Pelo Poder Público Municipal, em Relação ao Turismo Rural

Observa-se pelo relato dos entrevistados que a maioria das ações realizadas pelo poder público municipal se referem a cursos de formação e trabalhos de conscientização com os proprietários rurais e com a comunidade local.

“Nós já temos tomando as providências. Nós temos a Escola Agrotécnica da Santa Rosa que tá dando informação pro nosso funcionário que é guia de turismo em Jacinto e ele está se preparando, falando com os agricultores, nos pontos certos, prá que organize certo o turismo.” (1)

“Nós temos esse projeto que eu já falei (conhecendo meu município) que funciona em todas as séries.” (2)

“Existe um projeto de artesanato que também está em funcionamento [...] Esse projeto ajuda a resgatar a cultura local e também, ao mesmo tempo, uma fonte de renda para as pessoas envolvidas né?” (2)

“[...] nós estamos fazendo um plano junto com a Escola Agrotécnica, então prá restaurar, restaurar então, o atrativo dele, por exemplo, uma tafona, uma tafona que está abandonada há vários anos. A nossa proposta agora é de restaurar aquela tafona prá se transformar num atrativo, como um museu. Restaurar uma serraria inutilizada né? Prá se transformar em atrativo.” (3)

"Propostas já executadas, uma delas foi o mapeamento e condições de acesso até essa comunidade, foi uma ajuda lá prá um agricultor a um fácil acesso prá chegar até a cachoeira. Enfim, cursos profissionalizantes né? Propostas já executadas né?" (3)

"[...] o que está sendo feito a partir desse ano, a gente tentou direcionar cursos na área da gastronomia, comida italiana, comida típica italiana e café colonial, que são extremamente importantes. Todo o turista se não for bem atendido, se não tiver uma comida legal, com certeza ele não volta e a maioria da nossa gente, da nossa cultura é de imigração italiana, então a gente está estimulando uma comida bem gostosa." (4)

"Também o artesanato, esse ano a Prefeitura fez um curso de artesanato reforçando aquilo que é mais cultural nosso que é a palha de milho e a folha de bananeira, então nós temos artesãs que fazem coisas magníficas, que transformam aquilo que é da natureza, inclusive a Prefeitura tem uma funcionária só prá passar em todas as comunidades que existe clubes de mães prá passar essas técnicas de artes manuais, isso faz com que a gente tenha um município de mulheres muito talentosas." (4)

"Foram feitos também esse ano, cursos de gestão em turismo, cursos de guias de turismo." (4)

"Foram feitos também na área da educação cursos na área de preservação do meio ambiente, começando lá pelos pequenos na escola envolvendo, é claro, professores." (4)

"Estão sendo preparados em torno de dez a quinze guias com cursos, palestras. A gente faz reuniões prá eles, traça alguns caminhos prá descobrir novos locais com belezas naturais, pesquisas junto ao comércio, se acreditam ou não no turismo, o que eles entendem por turismo rural, será que é uma boa saída para nosso município." (5)

"Está sendo feito também o levantamento das propriedades rurais nas comunidades, para que a gente tenha bastante informações sobre a cultura que a gente tá trabalhando, nas plantações, o que ele tem a oferecer para o turista." (5)

g) Considerações Finais

Algumas considerações finais foram feitas pelos entrevistados, principalmente reforçando a importância da atividade turística em implementação no município e apostando no seu sucesso.

"Tem uma coisa que eu sempre coloco, principalmente nas reuniões com os professores né? Que o turismo rural em Jacinto Machado é uma saída, é uma alternativa, porque a situação econômica nos últimos anos aqui, baixaram bastante." (2)

"Então, uma das saídas pro pessoal de Jacinto Machado é o turismo rural né? [...] Então, as pessoas aqui de Jacinto Machado, do município, que tem que abraçar essa causa e fazer alguma coisa prá atrair turistas prá Jacinto Machado né? Então, é uma saída, é uma alternativa, acredito nisso aí." (2)

"Um turismo de qualidade só vai acontecer no município de Jacinto Machado, se a comunidade quiser. Não adianta o Prefeito querer, os técnicos estarem envolvidos, se a comunidade não se preparar prá receber esse visitante, porque corre o risco dele vir uma vez e não voltar mais. Então, esse processo de implantação, é um processo que tem que nascer com a participação de todos." (4)

"[...] o importante é que a comunidade caminhe junto e acredite né? Que as coisas aqui prá Jacinto Machado são viáveis né? Que nós temos uma beleza natural exuberante, que nós temos um povo fantástico, que é o melhor povo do mundo, que é um povo alegre, um povo acolhedor, um povo que canta, um povo que sorri, um povo que pratica esportes né? Um povo criativo que recepciona bem, um povo alegre e é isso que as pessoas que vem de fora querem né?" (4)

"Um grande ponto positivo do trabalho que foi realizado até hoje é a divulgação do turismo aqui no nosso município e isso despertou um grande interesse no nosso pessoal do comércio, de outras comunidades, em conhecer nossas potencialidades no município. A cada final de semana que passa vêm grupos de outras comunidades querendo conhecer os nossos pontos turísticos." (5)

7.2. Órgãos Públicos

Dentre os diversos órgãos públicos, sediados ou não no município, foram pesquisados aqueles que tem importância estratégica para o desenvolvimento do turismo rural.

O SEBRAE é um órgão com sede no município, que tem papel relevante no incentivo e apoio às micro e pequenas empresas locais, através de cursos de formação profissional. A FATMA – Fundação do Meio Ambiente com sede na cidade de Criciúma, é o órgão ambiental responsável por todo o extremo sul catarinense e a EAFS - Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, é o órgão que coordena o projeto de turismo rural nos municípios de Santa Rosa do Sul, Praia Grande e Jacinto Machado.

Os caminhos a serem trilhados pelo turismo rural em Jacinto Machado, irão depender muito da visão dos órgãos pesquisados, com destaque para a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, que é responsável pela coordenação de todas as

ações referentes ao projeto, bem como, pela formação técnico-científica e profissional dos recursos humanos envolvidos.

Conforme já relacionados, os órgãos públicos pesquisadas foram:

- SEBRAE – Agente (1);
- FATMA: Fundação do Meio Ambiente – Técnico em Controle Ambiental (2);
- EAFS: Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – Coordenadora do Projeto (3).

Na seqüência serão descritas a percepção, as expectativas e as iniciativas dos órgãos públicos em relação ao turismo rural no município, utilizando-se alguns trechos das entrevistas, analisando os seguintes aspectos:

- Panorama atual e as expectativas para o futuro do turismo rural no município;
- Os impactos negativos e positivos do turismo rural à nível de município, comunidades rurais e proprietários rurais;
- A conscientização e o preparo das comunidades e dos proprietários rurais para o turismo rural;
- Os impactos negativos e positivos que o turismo rural pode trazer à fauna e à flora do município e as ações para evitar ou minimizar os impactos negativos;
- Como os órgãos públicos estão se preparando para promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município;
- A execução das propostas pelos órgãos públicos em relação ao turismo rural;
- Considerações finais.

É importante salientar que, como a FATMA possui sua sede distante do município, a mesma não está envolvida no projeto e portanto, não lhe caberia fazer a maioria das questões que foram feitas aos demais órgãos públicos.

a) O Panorama Atual e as Expectativas Para o Futuro do Turismo Rural no Município

Observa-se pelo relato dos entrevistados que, mesmo estando em fase inicial, já existe o conhecimento e o envolvimento da população no projeto de turismo rural. Segundo a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, face a essa conscientização, o município já começa a desenvolver ações de forma independente.

“Eu penso que essa fase inicial é uma fase de conscientização tá? É uma fase onde a gente tá trabalhando muito a cabeça das pessoas [...]” (1)

“[...] hoje não, hoje a coisa já está... tá tomando já uma direção né? Com relação ao turismo, uma consciência maior [...]” (1)

“[...] Jacinto Machado é onde a população mais se conscientizou, entende?” (3)

“Hoje, Jacinto Machado, a partir do trabalho feito pela escola, iniciado pelo projeto liderado pela escola, hoje, Jacinto Machado pode-se dizer que já tem uma certa independência, já tá levando adiante ações independentes, já não fica mais na dependência da escola entende? Prá desenvolver ações.”(3)

“E eles, pode-se dizer que, realmente, Jacinto Machado integrou essa idéia e também, perceberam que é uma saída pro agricultor, é uma saída prá pequena propriedade [...]”(3)

Segundo relato da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, o projeto de turismo rural foi bem aceito pelas autoridades públicas do município, que tem contribuído desde o início para o sucesso de sua implantação, realizando algumas ações importantes em parceria com os diversos setores envolvidos no projeto.

“Então, a própria prefeitura de Jacinto Machado né? O prefeito, as forças públicas de Jacinto Machado se integraram realmente, nunca criaram nenhum obstáculo, uma das coisas assim que... o projeto foi muito bem recebido e hoje eles abriram realmente o município né?” (3)

“A partir do projeto eles começaram a se organizar e entenderam que é uma grande saída pro município, tanto economicamente como na parte social né?” (3)

“hoje eles abriram realmente o município né? Prá receber turistas, já tem vários roteiros, os turistas já fazem visitaçao ao município. Eles já tão desenvolvendo, já começaram a desenvolver a parte de hospedagem, a parte de alimentação, a parte de propaganda, a parte de marketing já, eles já criaram independência nessa parte né?” (3)

Com relação as expectativas para o futuro do turismo rural no município, observa-se pelos relatos, que o SEBRAE aposta no potencial natural do município e defende uma maior integração com municípios vizinhos que também integram o projeto; enquanto a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio está mais preocupada com a profissionalização da atividade e o desenvolvimento do turismo rural em todos os seus aspectos no município.

b) Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo Rural à Nível de Município, Comunidades Rurais e Proprietários Rurais

Em relação aos impactos negativos que a atividade turística pode causar no município, observa-se a partir do relato dos entrevistados, preocupações importantes, porém distintas. O Turismo rural, se for conduzido de forma consciente, não traz impactos negativos significativos na visão do SEBRAE, que mostra maior preocupação com a questão da preservação ambiental. Já a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio se refere à questão da ameaça que pode representar a cultura urbana e a sua interferência na cultura local.

“Mas eu entendo que se o trabalho for feito de maneira bem consciente, bem profissional, essas seqüelas não representarão alguma coisa significativa, acho que seria uma coisa... na minha maneira realmente de ver, acho que não traria grandes prejuízos. Acho que seria mais... até porque o turismo não tem como trazer tantas conseqüências como indústria né? Poluição e outras né?” (1)

“Eu acho que nós precisamos realmente é tomar consciência da necessidade de preservar, preservar aquilo que está aí. O que foi se houver possibilidade de se recuperar interessante, agora, é interessante que daqui prá frente haja uma conscientização, uma conscientização das pessoas da necessidade de preservar essas belezas naturais.” (1)

“Com relação aos impactos negativos, então, o principal cuidado que se tem né? Que se procura conscientizar a população do município, é que mantenha a autenticidade e a identidade própria né? Que é a característica principal do turismo rural.” (3)

“Não deixar, então, que até por força da grande demanda de turistas, venha a mudar as características do município ao que se refere a comportamento, arquitetura, música, costumes, até modas, modismos, etc né? Da cidade grande que venha, por exemplo, como vícios que descaracterize né? E acabe com autenticidade local.” (3)

“Também, uma das grandes preocupações que existe, tanto nossa né? Dos coordenadores do projeto e da população rural né? Com quem se desenvolve esse trabalho no município de Jacinto Machado, é a questão do comportamento no que se refere à questão de drogas da cidade grande prá dentro do município. A questão de qualquer tipo de vício, de comportamentos que não sejam adequados né? Sejam comportamento típicos de habitantes da cidade grande.” (3)

O SEBRAE faz referência indireta aos impactos positivos do turismo rural no município como uma oportunidade de desenvolvimento para a região; enquanto a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio enfatiza o fator econômico como sendo o mais importante.

“Eu penso que o turismo é uma alternativa para os municípios que apresentam potencial nessa área e como qualquer atividade venha a desenvolver uma região, ela deixa algumas seqüelas certo?” (1)

“[...] eu acredito que o principal impacto positivo que o turismo rural pode trazer para dentro do município seja o desenvolvimento econômico.” (3)

“Que esse dinheiro do turismo se volte pro próprio crescimento do município em todos os setores da economia do município, vai ser ótimo.” (3)

Com relação aos impactos negativos que o turismo rural pode trazer às comunidades, observa-se pelo relato dos entrevistados, visões distintas. O SEBRAE entende que o turismo rural não trará impactos negativos ao meio ambiente, pelo contrário, trará impactos positivos. Já, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, faz referência a vários impactos negativos que podem ocorrer no meio ambiente em consequência da atividade turística.

“[...] mas com relação ao meio ambiente eu acho que não traria prejuízo nenhum, pelo contrário tá? Poderia até ajudar e muito.” (1)

“É, nós acreditamos que o principal impacto negativo, com relação às comunidades né? [...] é a questão da ação antrópica dentro das propriedades né?” (3)

“Se tem uma mata nativa que eles façam uma trilha, elaborem chamem né? Os guias prá elaborarem né? Prá realizarem uma trilha que não cause impactos, que não derrubem árvores, que não cortem aleatoriamente o mato né?” (3)

“Então, que façam uma trilha mantendo a autenticidade, mantendo a vegetação, por exemplo, nas cascatas que eles não abram e não ponham uma máquina prá destruir entende? Tentando construir piscinas nas cascatas. Deixem o mais natural possível [...] que eles não causem esses impactos aí.” (3)

A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio cita alguns impactos negativos que podem ocorrer para os proprietários rurais em consequência da atividade turística. Faz referência, novamente, ao risco da perda da autenticidade pelo contato com uma cultura diferente e enfatiza a necessidade de orientação técnica aos proprietários rurais.

Com relação aos impactos positivos que o turismo rural pode trazer aos proprietários rurais, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio cita o impacto econômico, como sendo o mais importante e também faz referência aos benefícios que pode trazer ao meio ambiente.

"[...] o principal impacto positivo é o econômico né? Ele realmente, quando ele entende o que é realmente projeto, ele sabe que ele vai ter um retorno econômico, imediatamente, ele já começa a aceitar entende? O projeto, porque é uma outra forma de renda, é uma outra alternativa de renda que ele tem né? Dentro da propriedade além daquela comum né? Que seja a produção de agricultura, pecuária né?" (3)

"Então eu acredito que o principal impacto seja o econômico e acredito assim que atrás disso aí, aliado a isso aí, vem a questão social, o desenvolvimento social da própria família, a família vai ter mais oportunidade, oportunidade por exemplo, em todos os sentidos, a sua vida no sentido geral vai melhorar." (3)

"E ainda como impacto positivo eu acredito que, em função disso, ele queira melhorar a produtividade dele, melhorar a produção, melhorar a apresentação da propriedade, usar menos agrotóxicos porque ele sabe que o turista não vai, o turista não quer saber de agrotóxicos de qualquer tipo de agressão à natureza. Então, isso aí é um impacto positivo porque ele vai tratar a natureza de uma forma diferente, então isso aí é bom." (3)

c) A Conscientização e o Preparo das Comunidades e dos Proprietários Rurais Para o Turismo Rural

Observa-se pelo relato dos entrevistados que nem as comunidades, nem os proprietários rurais são considerados conscientes e preparados para a atividade turística no município, apesar do trabalho educativo realizado até o momento. O SEBRAE se mostra preocupado com a qualidade das informações fornecidas aos proprietários rurais e a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio cita a visão individualista dos proprietários rurais como um dos desafios a ser enfrentado.

É importante ressaltar a disposição dos proprietários rurais na busca de orientações junto aos órgãos competentes diante das necessidades que vão surgindo ao longo da implantação do projeto.

“Todo o proprietário que tem vontade de abrir a sua propriedade, de abrir pro turismo, desenvolver ou restaurante ou pousadas, ou abrir prá visitação, eles vêm em busca de orienta o entende? Eles entram em contato com a gente, entram em contato com o monitor do município, que   o Everaldo, pr  ver como fazer isso.” (3)

d) Os Impactos Negativos e Positivos que o Turismo Rural Pode Trazer a Fauna e a Flora do Município e as A oes Para Evitar ou Minimizar os Impactos Negativos

Em rela o aos impactos negativos e positivos que o turismo rural pode trazer   fauna e   flora do município, o SEBRAE não faz referência direta ao tema. No entanto, cita alguns problemas ambientais enfrentados pelo município e sugere a oes para minimizá-los.

“Eu penso que talvez um programa de incentivo até pelo poder público municipal, com rela o a ao desenvolvimento de árvores nativas e até distribuir gratuitamente essas árvores para que realmente fossem repostas , principalmente as matas ciliares, que hoje se encontram realmente num comprometimento muito grande.” (1)

“Haja visto, o nosso rio serra da pedra que hoje o que estão fazendo   um absurdo! O pessoal s  não planta dentro do rio porque não   possível, mas não respeitam as leis ambientais n ? Que diz que tem que deixar um certo espaço para cada largura do rio n ?” (1)

Em rela o aos impactos positivos que o turismo rural pode trazer   fauna e   flora do município, a FATMA considera o contato do turista com a natureza uma forma de conscientizar para a preserva o; enquanto que a Escola Agrotécnica cita a conscientiza o do proprietário rural quanto ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

“[...] somente o conhecimento da fauna, da flora e dos recursos naturais existentes no município que levará esse pessoal que participa dessas atividades de trilha ou de conhecimento dos recursos locais a um maior respeito e prote o a esses mesmos recursos.” (2)

“Então, a orientação que se dá, é que se use o mínimo possível ou não se use agrotóxicos na alimentação, naquilo que será a alimentação do turista e dos próprios agricultores e até para a preservação do solo né? Em relação a continuidade né? Prá ter uma agricultura durável né?” (3)

Em relação aos impactos negativos que o turismo rural pode trazer a fauna e a flora do município, observa-se pelo relato dos entrevistados, que tanto a FATMA como a Escola Agrotécnica mostraram preocupação quanto aos impactos associados à questão das construções e instalações turísticas e as trilhas ecológicas.

“Quanto às pousadas, o risco é de serem estabelecidas as pousadas, ou até com restaurantes em áreas de preservação ambiental como reservas ecológicas. As reservas ecológicas estabelecidas às margens dos rios, que são previstas pelas leis ambientais federais: faixas ao longo dos rios, ao redor de nascentes, áreas de topos de morros, muitas vezes não são respeitadas e para essa implantação de pousadas, muitas vezes, são destruídas a flora existente no local, o desmatamento para implantação dessas coisas e muitas vezes o tratamento do esgoto, tanto o esgoto cloacal como o esgoto das cozinhas e mesmo os restos de alimentos, que muitas vezes, são jogados nos próprios ralos que então isso irá... forma uma grande carga orgânica que são lançados nos cursos d'água e isso contribui para a poluição da água, principalmente a poluição orgânica, que diminui o nível de oxigênio das águas.” (2)

“com relação à questão das instalações rurais, por exemplo, que não sejam construídos chiqueiros de porcos perto de nascentes, ou perto de córregos de rios ou qualquer tipo de fossa prá evitar a poluição das águas, a poluição dos mananciais da região, não só da propriedade mas da comunidade inteira.” (3)

“Quanto às trilhas, elas podem ter um impacto maior ou menor, depende do esclarecimento e do conhecimento de quem vai participar dessas trilhas e quem conduz. Porque se o pessoal que vai participar de uma trilha começar a fazer coleta de orquídeas, de bromélias, pode por em risco a população dessa vegetação, diminuindo o índice de ocorrência dessa vegetação.” (2)

“[...] o pessoal que freqüenta (trilhas) acaba deixando nesses locais que não devem ser usados como depósitos de lixo.” (2)

“E com relação aos impactos relacionados à fauna, é que o turista seja acompanhado, sempre que for fazer uma trilha, for entrar na mata nativa, que seja acompanhado por guias especificamente preparados para isso. Prá que ele possa observar então né? A natureza, os animais, os pássaros, os animais silvestres, tenha um comportamento adequado que ele seja orientado, que o turista seja orientado prá ter um comportamento adequado, prá que ele possa contemplar o que realmente existe naquela trilha, o que existe naquela paisagem e cause o menor impacto possível, prá não afugentar esses animais, etc.” (3)

A FATMA também mostrou preocupação com os pesque-pagues, em relação a possibilidade de ocorrer invasão de espécies de peixes exóticas, nos recursos hídricos da região, causando desequilíbrios ecológicos.

"[...] podemos citar quanto aos pesque-pagues, são os riscos ou até mesmo em termos de alguns... fuga de algumas espécies de peixes para os nossos recursos hídricos, indo esses peixes, concorrer com as espécies da nossa fauna, como no caso de carpa ou outros peixes africanos que podem ser introduzidos inadvertidamente por falta de cuidados nas nossas lagoas, ou em nossos recursos hídricos de baixa velocidade, como são sangas e lagoas e açudes." (2)

"Essas carpas e outras espécies de peixes irão concorrer com as nossas espécies como o jundiá, cará, lambarí, concorrer em alimento e muitas vezes até, predando alguns desses nossos animais, vindo a por em risco as populações, baixando a quantidade desses peixes nativos ou até, pondo em risco, a sobrevivência deles em alguns ambientes." (2)

Em relação ao que poderia ser feito para evitar ou minimizar os impactos negativos, a FATMA e a Escola Agrotécnica enfatizam a importância da participação dos órgãos públicos competentes. Enquanto a FATMA sugere um maior acompanhamento e o consentimento dos órgãos públicos e ambientais, a Escola Agrotécnica considera a sua participação fundamental nesse processo.

"Essas atividades, tanto os pesque-pagues como pousadas e mesmo as trilhas deveriam ser do conhecimento do poder público municipal, estadual e algumas vezes, até federal, principalmente quando as trilhas envolverem regiões que estiverem próximas a parques, parques estaduais e federais." (2)

"Essas trilhas tem que ser do conhecimento do IBAMA, que é o órgão que cuida dos parques, órgão responsável pelos parques, pela administração de parques e que é o único órgão que pode autorizar esse tipo de atividade em área dentro ou limítrofe aos parques." (2)

"Os pesque-pagues e pousadas tem que ser do conhecimento do poder público municipal e do poder público estadual para que não sejam implantados em áreas onde não são compatíveis com os recursos naturais e que quando implantados, mesmo em locais compatíveis, que sejam implantados com sistemas de prevenção e minimização dos impactos negativos como: esgotos, lixos [...]" (2)

"No caso de algumas pousadas e pesque-pagues de maior porte devam consultar um órgão ambiental estadual sobre a necessidade de licenciamento ambiental." (2)

"[...] que os alunos do curso de turismo rural desenvolvam um projeto dentro da propriedade com relação, por exemplo, de adequação ou construção de pousadas de restaurantes ou de roteiros dentro da propriedade ou dentro da própria comunidade

que eles desenvolvam esse projeto, façam o acompanhamento, que eles deem toda a orientação pro proprietário para evitar os impactos ou minimizar né?” (3)

A Escola considera ainda o trabalho dos guias, como sendo importante nesse aspecto.

“[...] E o que que poderia ser feito para evitar ou minimizar esses impactos negativos, é que todos os turistas ou né? Pelo menos a maioria né? Dos proprietários, não deixe que os turistas entrem nas suas propriedades sem o acompanhamento de guias.”(3)

O trabalho educativo junto aos turistas é recomendado pela FATMA como importante aliado nesse processo.

“[...] nos casos das trilhas, uma forte educação ambiental e de preferência que o município regulamente a implantação dessas atividades e, especificamente quanto ao tipo de orientação e de educação ambiental que deve ser dado nessas atividades para os turistas.”

e) Como os Órgãos Públicos Estão se Preparando Para Promover e Incentivar o Desenvolvimento do Turismo Rural no Município

O SEBRAE cita dois projetos para promover e incentivar o desenvolvimento do Turismo Rural no município: a criação de uma associação para a venda de produtos coloniais, na comunidade de Engenho Velho, e a criação de um pólo turístico na barragem, localizada na comunidade de Tenente.

“Então, nós começamos através do Engenho Velho, tivemos ali algumas palestras e pensou-se até... pensou-se não! Nós temos, inclusive, um projeto prá comunidade de Engenho Velho, que seria na área de se criar uma associação, uma associação de produtos de Engenho Velho. Até um nome específico assim prá, mais ou menos, identificar com produtos de Engenho Velho. Então, seria ali na área de cachaça, rapadura, mel e outros derivados assim né?” (1)

“E uma outra comunidade também que nós estamos trabalhando, que é projeto nosso, é a comunidade de Tenente, criar naquela barragem ali, um pólo turístico, certo? Então, a gente pretenderia ali, sei lá! Uma pousada, um hotel e que pudesse através desse pólo direcionar, prá outras comunidades, os turistas que ali fossem recebidos.” (1)

“Eu penso que seria, talvez aí, uma das grandes alternativas para o desenvolvimento do turismo em Jacinto Machado. Ali tem um potencial muito grande, ali a barragem

tem potencial muito grande. Poderia se explorar aquilo ali com cabana, com jet ski, com uma série de atividades né?” (1)

A Escola Agrotécnica entende que poderá contribuir muito para promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município e na região. Porém, é necessário, que a mesma se conscientize da importância do seu papel e se organize para tanto.

“No momento não existe um setor ou departamento específico né? Que se volte especificamente para a questão do turismo rural né? Acho que prá Escola continuar sendo um pólo motivador do turismo rural, ela que vai ter que pensar nisso né? Colocar como prioridade, como prioridade da escola e estruturar não só a questão da organização, por exemplo, de um departamento, de um setor mas, principalmente, preparar o pessoal prá que isso possa acontecer e continue né? Fazendo esse papel né? De organização, de acompanhamento, de orientação.” (3)

“Então, na verdade, eu acho que a Escola deveria criar uma espécie de consultoria né? Uma equipe técnica de orientação, não só na questão do desenvolvimento do turismo rural, mas o suporte do turismo rural que seria assim, por exemplo, como organizar... um agricultor quer abrir uma pequena agroindústria de turismo rural, então o professor de agroindústria poderia dar essa orientação, a escola promover curso para os agricultores né? Então isso aí seria o ideal né? A escola deveria fazer prá que a coisa tivesse continuidade.” (3)

“E com relação a incrementar o curso né? Incrementar o curso de turismo rural, fazer um curso muito mais prático do que teórico né? Fazendo com que esses alunos realmente tenham aulas práticas dentro dessas comunidades, que eles visitem com frequência essas comunidades, desenvolvam projetos até trabalhos práticos de aula dentro das comunidades né?” (3)

“Enfim, acho que se a Escola criasse um departamento, um setor voltado prá isso aí, estruturado, se organize né? E faça um trabalho integrado dentro da própria escola, porque todos os setores da escola entende? Eles vão ser voltados prá isso, todos os setores: parte de agricultura, parte de agroindústria, a parte de construções rurais né? Eu acho que todos os cursos da escola podem dar um suporte para o município né?” (3)

f) A Execução das Propostas Pelos Órgãos Públicos, em Relação ao Turismo Rural

Essa questão foi feita somente para o SEBRAE que enfatizou a realização de algumas viagens de estudo pelos proprietários rurais para algumas cidades, onde o turismo rural já está em fase mais avançada.

“E nós desencadeamos dentro do PRESTO (Programa Regional Serviço Turístico Organizado) algumas ações né? Interessantes inclusive, o pessoal participou de missões empresárias. Tiveram na cidade de Joinville visitando algumas propriedades né? E voltaram até, bastante impressionados com o que viram lá e até acharam a nossa região com um potencial muito maior que o deles! Então, isso também eu acho que é uma forma de oferecer a essas pessoas a visualizarem o que podem fazer né?” (1)

g) Considerações Finais

Nas considerações finais feitas pelos entrevistados, observa-se a crença de que o turismo rural no município está fadado ao sucesso. O SEBRAE enfatiza a importância do trabalho realizado pela Escola Agrotécnica para o sucesso do projeto e a Escola Agrotécnica, por sua vez, entende que o processo é irreversível e crescerá independente da vontade da própria escola.

“Eu gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade e também parabenizar o trabalho que vocês estão fazendo. Eu acho que isso aí é mais uma contribuição né? Para que o turismo venha a ser uma realidade no futuro. Eu penso que o que vocês estão fazendo realmente, se pudessem continuar eu elogio o trabalho de vocês e esperamos que num futuro bem próximo, Jacinto Machado possa tirar proveito dessas belezas exuberantes que nós temos em nosso município.” (1)

“Eu acho que, mesmo que a Escola decida parar com o turismo rural, o projeto vai ter continuidade. É uma semente que foi plantada e que já está germinando, não tem como voltar atrás. O processo é como uma bola de neve, a tendência é crescer cada vez mais.” (3)

7.3. Organizações Não-Governamentais

Dentre as organizações não governamentais no município destacamos as cooperativas. O município tem tradição no cooperativismo e possui duas cooperativas de grande expressão na região. Talvez, esse fato justifique a fama que o município tem de ser organizado e ter agricultura forte.

A COOPERJA – Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado e a COOPERJAMA – Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado, atendem 100% dos proprietários rurais e moradores do município com seus produtos e serviços. Esse fato confere a ambas, importância fundamental no desenvolvimento

econômico e social do município, não podendo portanto, ser ignoradas ou subestimar sua importância como parceiras no processo de implementação da atividade turística no município.

A CDL de Jacinto Machado, apesar do município possuir um comércio pequeno, é bastante ativa e trabalha sistematicamente na formação dos comerciantes do município. A CDL, tem igualmente, importância estratégica para o desenvolvimento da atividade turística em implementação no município, uma vez que os comerciantes são peças fundamentais a serem trabalhadas nesse processo.

Conforme já relacionadas, as organizações não governamentais pesquisadas foram:

- COOPERJA: Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado - Presidente (1);
- COOPERJAMA: Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado - Presidente (2);
- CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas de Jacinto Machado – Presidente (3)

Na seqüência serão descritas a percepção, as expectativas e as iniciativas das organizações não governamentais, em relação ao turismo rural no município, utilizando-se alguns trechos das entrevistas, analisando os seguintes aspectos:

- panorama atual e as expectativas para o futuro do turismo rural no município;
- Os impactos negativos e positivos do turismo rural à nível de município, comunidades rurais e proprietários rurais;
- A conscientização e o preparo das comunidades e dos proprietários rurais para o turismo rural;
- Os impactos negativos e positivos que o turismo rural pode trazer à fauna e à flora do município e as ações para evitar ou minimizar os impactos negativos;
- Como as organizações não governamentais estão se preparando para promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município;
- Execução das propostas, pelas organizações não governamentais, em relação ao turismo rural;
- Considerações finais.

a) O Panorama Atual e as Expectativas Para o Futuro do Turismo Rural no Município

Observa-se pelo relato dos entrevistados grande otimismo em relação ao futuro do turismo no município e grande confiança em relação as potencialidades turísticas que o mesmo apresenta.

“Eu acho que Jacinto tem um bom futuro, tem um bom trabalho a fazer e uma boa perspectiva de dar certo; prá cidade se desenvolver um pouco mais é com o turismo rural.” (1)

“Nós temo um potencial muito grande aqui. É que nós temos belezas naturais que pro turismo aqui seria, pro futuro aqui nós teria, sei lá assim, um potencial muito grande.” (2)

“[...] inclusive o nosso calendário esse ano é uma paisagem de uma encosta de serra que nós temos aí. Lugares lindos mesmo! Falta é ser trabalhado, ser explorado.” (2)

“Bom, veja bem, a gente também tem colocado isso nas reuniões da CDL e outras reuniões que foi também promovido aí pelo SEBRAE. A gente nota que a nossa comunidade, o nosso município tem ... é um grande potencial né?” (3)

Observando o relato dos entrevistados, percebe-se que os mesmos atribuem ao poder público municipal maior responsabilidade pelas ações relacionadas ao desenvolvimento do turismo no município, revelando insatisfação e reclamando maior empenho nas ações por parte do mesmo.

“Acho que o nosso panorama aqui de Jacinto, o futuro do turismo rural é muito interessante, faltando alguém se mexer na área de mostrar isso a público, mostrar isso a Santa Catarina e ao Brasil para que venha o turista né? Só fazer propaganda aqui dentro de Jacinto, não adianta. Eu vejo que, prá andar tem que fazer propaganda fora.” (1)

“Se a prefeitura desse assistência, desse estradas acesso bom prá chegar até... [...]” (2)

“Já temos gente se especializando já começando assim já fornecer um café colonial já tão havendo trilhas prá subir a serra, então nós tendo o apoio da Prefeitura aí nós podemos chegar a desenvolver muito bem o nosso turismo aqui.” (2)

“Eu acho que se a administração fizesse mais alguma coisa, porque no momento tá muito parado né? Eu acho que precisaria ter mais interesse dos órgãos públicos, da administração municipal, estadual que viesse investir né? Que eu acho que tem campo prá isso, eu acho até que a gente tá perdendo muito tempo.” (3)

b) Os Impactos Negativos e Positivos do Turismo Rural à Nível de Município, Comunidades Rurais e Proprietários Rurais

Observa-se a partir dos relatos que os entrevistados não consideram a possibilidade de ocorrer impactos negativos em consequência da atividade turística à nível de município, comunidade, ou propriedade rural, destacando somente a ocorrência de impactos positivos. Observa-se exceção apenas num dos relatos do presidente da COOPERJA, que se refere a impactos negativos e, mesmo assim, como uma possibilidade vaga de acontecer.

"Impactos negativos eu não vejo nenhum desde que as pessoas que venham também sejam educadas, tenham educação de não estar destruindo a natureza." (1)

"Impactos positivos é que seria o mais importante para o município [...]" (1)

"Não vejo impactos negativos para o produtor rural, uma vez que o turista não vai vir aqui para degradar nada, somente ajudar, deixar divisas." (1)

"Olha eu não vejo pontos negativo pro turismo aqui em Jacinto Machado, eu só vejo pontos positivo aqui. Tudo que faz eu acho que é em benefício pro município." (2)

"[...] eu acho que só traz vantagem pro município né? Só pode trazer desenvolvimento ao município, o turismo prá nós."

"Olha, pode trazer só benefício prá comunidade né?" (2)

"Eu acho que pro agricultor nada vai impedir, eu acho que prá eles é só benefício." (2)

"Lógico que o turismo pode, lógico trazer benefício [...]" (3)

Observa-se pelo relato dos entrevistados, que todos fazem referência ao aspecto econômico da geração de renda, indicando ser esse, o impacto positivo mais importante na opinião dos mesmos.

"[...] traria fonte de renda [...] Então hoje, turismo rural é sinônimo de geração de riquezas para o município, eu vejo dessa maneira." (1)

"[...] eu acho que só vai trazer lucro prá eles também. Tudo que eles vão colher é mais fácil prá eles vender também né? Acho que tudo seria lucro pro agricultor." (2)

"Então seria muito importante é lógico, eu acho que hoje o turismo é muito lucrativo né?" (3)

Com relação aos demais impactos positivos que o desenvolvimento do turismo rural pode trazer ao município, comunidades ou proprietários rurais, o presidente da COOPERJA foi o único a citar outros aspectos como, a geração de empregos e a questão do êxodo rural.

"[...] emprego... porque a agroindústria hoje tá tentando evitar mais emprego, todas as agroindústrias tão evitando criação de novos empregos. Estão partindo prá máquina, tecnologia e coisa parecida." (1)

"[...] os filhos dos agricultores têm muito interesse que esse turismo rural dê certo e a gente também tem interesse para que eles permaneçam lá na agricultura e não tenham que sair de lá para conhecer coisas novas ou algumas coisas nesse sentido." (1)

É importante destacar ainda a preocupação relatada pelo presidente da CDL em relação a possibilidade do agricultor abandonar a sua atividade produtiva para se dedicar exclusivamente à atividade turística.

"De repente, deixar de fazer uma outra atividade pensando só no turismo e não tá preparado né? De repente não ter noção realmente do que é o turismo." (3)

"Bom, veja bem, eu acredito que os nossos agricultores, eles devem dar continuidade né? No trabalho deles, que é a agricultura que é a base sustentável do nosso município hoje é a agricultura. Lógico que o turismo pode, lógico trazer benefício, mas eles não podem esquecer que o básico hoje, que a realidade deles, é a agricultura e tem que pensar mais na agricultura né?" (3)

c) A Conscientização e o Preparo das Comunidades e dos Proprietários Rurais Para o Turismo Rural

Observa-se pelo relato dos entrevistados grande preocupação em relação à conscientização e o preparo das comunidades e dos proprietários rurais para o turismo. Todos consideram que as comunidades e os proprietários rurais ainda não estão preparados e carecem de maior formação.

"O que eu sei da comunidade é que houve algumas reuniões, houve já.. prá treinamento para alguns moradores daquela comunidade [...] Eu vejo ainda com um pouco de medo, vamos dizer assim, que a comunidade não esteja totalmente preparada para receber gente de fora, gente com culturas diferentes, com maneiras, com modos, tudo diferente da nossa aqui do interior né? Mas, não tem outra maneira

de informar a não ser treinamento dessa comunidade, desse pessoal, desses agricultores que vão receber os turistas que vem prá Jacinto Machado.” (1)

“Eu acredito que a preparação vem ao longo do tempo. Até que a teoria eles devem ter recebido alguma coisa, só que todos sabemos que teoria e prática são bem diferentes. Mas não vejo muitos problemas em treinar os agricultores porque os filhos dos agricultores tem muito interesse que esse turismo rural dê certo [...]”(1)

“Só acho assim um pouco... a comunidade ainda não tá bem preparada prá isso aí. Precisava fazer curso nas comunidade prá conscientizar o povo do que pode acontecer e quantas vantagens trizeria prá essas comunidades em termos de turismo.” (2)

“Eu acho que tão um pouco despreparados eles, não tão por dentro ainda do que pode acontecer [...]” (2)

“[...] eu acho que as comunidades estão querendo investir nesse ramo, elas devem buscar, buscar essa informação, buscar fazer cursos e conhecimento prá que não sejam pegos de surpresa, fazer uma imaginação de uma coisa que, de repente, não é aquilo que eles esperam né? [...] De repente não ter noção realmente do que é o turismo. Acho que eles tem que buscar informação o mais depressa possível, prá que estejam aptos para receber os nossos turistas.” (3)

d) Os Impactos Negativos e Positivos que o Turismo Rural Pode Trazer à Fauna e à Flora do Município e as Ações Para Evitar ou Minimizar os Impactos Negativos

Observa-se certa dificuldade na percepção dos impactos negativos e positivos gerados pela atividade turística. Não houve referência a impactos positivos e em relação aos impactos negativos que foram citados; somente um entrevistado se refere ao assunto de forma específica.

“Hoje eu vejo alguma coisa negativa, se as pessoas que vierem prá cá não sejam educadas, fiquem jogando latas, fiquem jogando papel ou plástico, alguma coisa no meio... Porque o que eles vão ver aqui? É cachoeira, é floresta, é pedra, é montanha, então se começarem a jogar plástico, ferro, lixo lá nas encostas, porque o que eles vão ver é nas encostas dos rios! Isso vai acabar vindo prá baixo, vai acabar prejudicando.” (1)

“Bom, veja bem, eu acho que o turismo no nosso município é voltado principalmente prá natureza né? Que são as encostas, as cachoeiras. Eu Acho que desde o momento que vai se fazer um investimento como pousadas, como alguns hotéis, tem que ser bem planejado né? Pró que não venha trazer prejuízo prá natureza, prá poluir os rios, num contexto geral né?” (3)

Em relação ao que poderia ser feito para evitar ou minimizar os impactos negativos, todos os entrevistados citaram o trabalho de orientação e conscientização aos proprietários rurais e turistas, como sendo o mais indicado, além de um entrevistado que sugeriu ações específicas.

“Tirando isso, uma maneira de se tentar evitar isso, seria a colocação de algumas lixeiras perante o caminho e a trilha que eles vão seguir, essas pessoas né? Porque eles vão tomar água, vão tomar refrigerante, vão fazer pique-nique e tal. Acho que a colocação de lixeiras, uma conscientização no início da caminhada também acho que vale a pena fazer, para que essas pessoas não joguem isso fora né?” (1)

“Precisaria de uma fiscalização um pouco meia severa porquê o povo ele não tem muita consciência daquilo que tão fazendo. Então, eu acharia que teria que ter uma fiscalização e conscientizar os turistas também o que pode acontecer, o que pode causar no futuro prá comunidade né?” (2)

“Eu acho que qualquer um que esteja voltado a fazer um investimento desse porte, deve sim, buscar informações antes de fazer qualquer investimento prá que não venha trazer prejuízo prá natureza né? Acho que seria mais ou menos isso.” (3)

e) Como as Organizações Não Governamentais Estão se Preparando Para Promover e Incentivar o Desenvolvimento do Turismo Rural no Município

Existe interesse e boa vontade por parte das organizações não governamentais, no sentido de promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município. Alguns projetos e até mesmo idéias importantes e criativas foram relatadas.

“Hoje eu vejo... a cooperativa poderá vir a ajudar muito se necessitada. Nós vamos fazer aqui uma indústria de polpa de maracujá no município, acho que poderia ser visitada por essa turma.” (1)

“Nós vamos construir aqui também temos, já em projeto, um supermercado em Jacinto, um mercado amplo melhor prá atender esse pessoal que vem prá cá e poderá surgir mais alguma coisa porque se a gente vai fazer essa despolpadeira de congelamento de polpa de fruta, vai surgir não só o maracujá, mas vamos despolpar uva, vamos despolpar outras frutas que a região possa vir a produzir.” (1)

“Nós nesse sentido, nós temo até preparado já porque tudo que depender de eletrificação nós não medimos esforços, nós fizemos tudo que há necessidade.” (2)

“Onde se instalar qualquer um ponto de turismo nós temo lá com energia imediatamente. O que depender de nós nada impede que se solicitar energia, dentro de três ou quatro dias já tá com a iluminação pronta.” (2)

“Bom, nós na reunião passada, a gente até teve uma idéia que até... só uma idéia né? A princípio. Que de repente formasse tipo uma cooperativa, um grupo de pessoas, de repente um clube, uma associação que fizesse um investimento né? De repente não a curto prazo, mas que a longo prazo desenvolvesse alguma coisa como hotel fazenda, como se diz pesque-pague, como esses tobogã puxando água natural dos riachos que tem. Teriam vários lugares prá fazer esse tipo de investimento né? Mas isso ainda é só uma idéia que tá nascendo né? De repente, no futuro a gente possa botar isso em prática, fazer um projeto bem elaborado né? Prá que isso possa se tornar realidade.” (3)

f) A Execução das Propostas Pelas Organizações Não Governamentais, em Relação ao Turismo Rural

Algumas ações básicas foram desenvolvidas, contribuindo direta ou indiretamente para o desenvolvimento do turismo no município. Percebe-se, no entanto, que essas ações são modestas e estão muito aquém da capacidade dessas organizações.

“O que a gente fez até agora de ajuda a esse pessoal da Escola Técnica que tá batalhando em cima disso foi... patrocinamos uma parte dos folders que foram feitos aí, a divulgação dos locais de Jacinto e Praia Grande, eu acho que tem alguma coisa. Então, por enquanto, a cooperativa somente fez isso né? Acho que não fizemos mais nada aí.” (1)

“Nós temos, como já foi falado anteriormente aí, nós estamos sempre tentando melhorar a qualidade de energia prá dar uma energia boa pro nosso consumidor aqui. Energia boa nós temos que ter transformador aqui com mais potência, redes de mais qualidade, posteamento de concreto e uma assistência permanente 24 horas por dia.” (2)

“Bem, foi promovido a um ano atrás mais ou menos, até vai ter agora a inauguração do REPRODER, quando foi feito cursos né?” (3)

“Hoje ainda existem várias pessoas trabalhando, estudando nessa área, buscando informações, buscando conhecimentos, até fazendo mais cursos de turismo, que há dias atrás ainda teve aqui na nossa cidade; prá que possa né? Com o tempo, botar isso em prática na nossa cidade.” (3)

g) Considerações Finais

Nas considerações finais, os entrevistados demonstram estar dispostos em se empenhar pelo sucesso da atividade turística no município, citando novamente a necessidade de maior formação e empenho por parte do poder público.

“Eu, sinceramente ainda me acho bastante frio, bastante por fora dos assuntos de turismo rural e não acredito que seja o único. Até gostaria que todos os comerciantes locais aqui da cidade passasse por um treinamento de como receber turistas e como tratá-los prá fazer eles voltarem de novo; não adianta nós tratarmos eles com pedra porque eles não vão voltar mais.” (1)

“Então a cooperativa... não é só os agricultores que precisam ser treinados. Nós precisamos é trabalhar em cima de fazer ele voltar a segunda a terceira vez né? Então desde uma farmácia, um armazém, desde um bar, desde uma loja de roupa, uma loja de eletrodomésticos, supermercado, loja agropecuária. Todos esse pessoal, esses comerciantes devem ser trabalhados, devem ser induzidos a aprender como atender clientes, clientes turistas de fora que não tem a mesma cultura que a gente, tem cultura diferente.” (1)

“Eu quero deixar bem claro que eu sou muito fã do turismo e faria assim, até um esforço grande de nossa parte. O que depender de nós... tamo aí a disposição de qualquer entidade que venha se estabelecer aqui no nosso município.” (2)

“Acho que cada um tem que ir em busca disso, acho que todos nós né? Temos um compromisso hoje com nossa cidade de fazer melhorar o dia de amanhã. Mas, que a administração né? Acho que sem a administração também se empenhar municipal, estadual... Acho que se eles se empenhassem mesmo, com vontade, a gente podia chegar mais rápido nesses objetivos.” (3)

7.4. Empresários e Comerciantes

Conforme já exposto anteriormente, para os segmentos dos Empresários e Comerciantes, Proprietários Rurais e Sítiantes, utilizou-se a pesquisa estruturada, cujos resultados serão apresentados em forma de tabelas, para facilitar a visualização e a interpretação dos dados.

A grande maioria dos pesquisados têm seus estabelecimentos localizados na sede do município, seguido de um estabelecimento localizado na comunidade de Dois Irmãos e um na comunidade de Figueira.

Tabela 01. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o local da pesquisa.

Local da Pesquisa	Freqüência	%
Sede do município	13	86,6
Dois Irmãos	1	6,7
Figueira	1	6,7
Total	15	100,0

Em relação à cidade de residência permanente, a grande maioria dos pesquisados reside em Jacinto Machado, havendo no entanto, empresários das cidades vizinhas de Araranguá e Arroio do Silva. Este resultado expressa, ainda que de forma discreta, o interesse de empresários de fora no potencial seja ele humano, natural ou turístico do município de Jacinto Machado.

Tabela 02. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a cidade de residência permanente.

Cidade	Freqüência	%
Jacinto Machado	13	86,7
Araranguá	1	6,7
Arroio do Silva	1	6,7
Total	15	100,0

Quanto ao grau de escolaridade, a maioria dos pesquisados apresentou 3º grau completo, seguidos dos que apresentaram 1º grau incompleto, 2º grau incompleto e 2º grau completo, refletindo um grau de escolaridade de médio a alto entre os empresários locais.

Tabela 03. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o grau de escolaridade.

Grau de Escolaridade	Frequência	%
Analfabeto	---	---
1º grau incompleto	3	20,0
1º grau completo	1	6,7
2º grau incompleto	3	20,0
2º grau completo	3	20,0
3º grau incompleto	---	---
3º grau completo	5	33,3
Pós-graduado	---	---
Supletivo	---	---
Total	15	100,0

A grande maioria dos pesquisados pertence ao sexo masculino, o que é compreensível neste ramo de atividade, num município de pequeno porte. Porém há alguns empreendimentos no município que são conduzidos por mulheres.

Tabela 04. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o sexo.

Sexo	Frequência	%
Masculino	12	80,0
Feminino	3	20,0
Total	15	100,0

Em relação à idade, a maioria dos pesquisados encontra-se na faixa dos 31 a 40 anos, seguidos dos que encontram-se nas faixas dos 21 a 30 anos e dos 41 a 50 anos, refletindo a predominância de empresários e comerciantes jovens no município.

Tabela 05. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo a idade.

Idade (anos)	Frequência	%
Até 20	---	---
De 21 a 30	4	26,7
De 31 a 40	5	33,3
De 41 a 50	4	26,7
Mais de 50	2	13,3
Total	15	100,0

Houve destaque para o comércio em geral (supermercados, padarias, lojas de confecções, lojas de materiais de construção, etc.), seguidas pelas indústrias, principalmente de alimentos, confirmando a importância do setor agropecuário no município, principalmente as produções de arroz e banana.

Tabela 06. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o tipo de atividade.

Tipo de Atividade	Frequência	%
Comércio	7	46,6
Serviços de alimentação	1	6,7
Serviços para automotores	1	6,7
Serviços de Alojamento	1	6,7
Indústrias	5	33,3
Total	15	100,0

Quanto à percepção da relação da empresa com o turismo, a maioria dos pesquisados demonstrou não perceber esta relação, ou seja, que os turistas constituem parte de sua clientela.

Tabela 07. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a percepção da relação da empresa e do comércio com o turismo.

Respostas	Frequência	%
Sim	5	33,3
Não	10	66,7
Total	15	100,0

A maior parte dos pesquisados declarou que o turismo é representativo, principalmente porque irá trazer pessoas de fora que irão movimentar o comércio e os serviços locais, divulgar o nome da empresa e também, porque o turista trará renda para o município, melhorando a qualidade de vida de todos.

“Porque traz gente de fora prá comprar aqui”.

“Nós dependemos também dos turistas, é uma fonte de renda que não dá para dispensar”.

“Vai vender mais com o pessoal vindo prá cá, é mais gente na cidade”.

“O dinheiro dos turistas fica aqui no município”.

“É uma forma do turista conhecer e divulgar a empresa “.

“Vai haver mais consumo e divulgação do produto e da empresa “.

“ Vai trazer retorno para o município como um todo e para o comércio também”.

Tabela 08. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a representatividade do turismo para a empresa e o comércio.

Respostas	Frequência	%
Sim	13	86,7
Não	2	13,3
Total	15	100,0

Em relação ao tempo de existência da empresa ou comércio, observa-se destaque para a faixa de 6 a 10 anos, seguidas pelas faixas de 3 a 5 anos e mais de 20 anos que obtiveram as mesmas frequências. Apesar do registro de algumas empresas e comércios com mais de 20 anos de existência podemos concluir que a atividade empresarial e comercial no município está em fase de consolidação e é relativamente jovem.

Tabela 09. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o tempo de existência da empresa e do comércio.

Tempo (anos)	Frequência	%
1	---	---
2	2	13,3
De 3 a 5	3	20,0
De 6 a 10	5	33,4
De 11 a 20	2	13,3
Mais de 20	3	20,0
Total	15	100,0

Quanto ao principal motivo do estabelecimento da empresa ou do comércio no município, a maioria dos pesquisados citou o fato de já residirem no município como o motivo mais importante, seguido pelos que declararam ter criado a empresa ou o comércio devido a oportunidade de mercado (nicho de mercado). Conforme suas falas:

“Por residir aqui no município e para crescer financeiramente”.

“Por residir aqui e pra achar uma solução para o aproveitamento da matéria-prima.”

“A minha família reside aqui no município”.

“Pela oportunidade de mercado”.

“Um dos sócios reside no município”.

“Era um sonho de família e uma necessidade do município que não possuía nenhum hotel”.

“Oportunidade de negócio, de mercado”.

Tabela 10. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o principal motivo do estabelecimento da empresa e do comércio no município.

Motivo	Frequência	%
Residência no município e alternativa de renda	1	6,7
Residência no município e aproveitamento da matéria-prima	1	6,7
Residência no município e aproveitamento da matéria-prima	6	39,9
Objetivo de vida	1	6,7
Oportunidade de mercado	1	6,7
Objetivo de vida e oportunidade de mercado	4	26,6
Oportunidade de mercado	1	6,7
Total	15	100,0

A grande maioria dos pesquisados declarou possuir uma empresa do tipo familiar, ou seja, cuja posse e condução dos negócios é realizado pela família, mas na maioria dos casos, com auxílio de funcionários. Essa pergunta não foi dirigida aos comerciantes, somente aos proprietários de empresas (indústrias).

Tabela 11. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a empresa ser ou não familiar.

Respostas	Frequência	%
Sim	4	80,0
Não	1	20,0
Total	5	100,0

Em relação aos funcionários, a grande maioria dos pesquisados declarou possuir funcionários permanentes, seguida por alguns que declararam possuir funcionários permanentes e temporários.

Estas duas últimas tabelas revelam que, mesmo a grande maioria das empresas sendo do tipo familiar, existem ainda, opções de emprego no município por conta dessas empresas, que acabam contratando funcionários de forma permanente para auxiliar na condução dos negócios.

Tabela 12. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo possuírem funcionários permanentes e/ou temporários.

Funcionários	Frequência	%
Permanentes	12	80,0
Permanentes e temporários	3	20,0
Total	15	100,0

Todos os pesquisados declararam que seus funcionários são moradores locais, revelando um aspecto altamente positivo, uma vez que, toda a mão-de-obra gerada por essas empresas e pelo comércio acaba sendo ocupada por moradores do próprio município, o que confirma as oportunidades de emprego, já abordado na questão anterior.

Tabela 13. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo os funcionários serem ou não moradores locais.

Respostas	Frequência	%
Sim	15	100,0
Não	---	---
Total	15	100,0

Quanto à forma de funcionamento da empresa ou comércio, todos os pesquisados declararam que a mesma funciona de forma permanente.

Já em relação à época de maior movimento, houve destaque para a alternativa o ano todo, ao mesmo tempo que, observa-se ligeiro destaque nas estações mais quentes do ano. Tais fatos podem ser atribuídos à estabilidade do mercado consumidor e à coincidência das estações mais quentes com as colheitas

mais importantes, havendo como conseqüência uma maior circulação de dinheiro no município.

Tabela 14. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o funcionamento da empresa e do comércio ser de forma permanente ou temporário.

Funcionamento	Frequência	%
Permanente	15	100,0
Temporário	---	---
Total	15	100,0

Tabela 15. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a época de maior movimento da empresa e do comércio.

Maior Movimento	Frequência	%
Primavera e verão	2	13,3
Primavera, verão e outono	2	13,3
Primavera, outono e inverno	1	6,7
Verão	2	13,3
Outono	1	6,7
Inverno	2	13,3
O ano todo	5	33,4
Total	15	100,0

A grande maioria dos entrevistados declarou que tinha conhecimento da implementação da atividade turística no município, demonstrando que o projeto está sendo bem divulgado, constituindo um aspecto altamente positivo e importante para o seu sucesso.

Tabela 16. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o conhecimento ou não da implementação da atividade turística no município.

Respostas	Frequência	%
Sim	14	93,3
Não	1	6,7
Total	15	100,0

Apesar da diversidade nas respostas, quanto à expectativa dos empresários e comerciantes pela implementação da atividade turística no município, observou-se um clima de otimismo, no sentido de que o turismo irá trazer muitas coisas positivas

para o município como: crescimento e desenvolvimento, divulgar a região, aumentar o consumo no comércio, gerar divisas para o município, aproveitar as belezas naturais que possui, etc. Um depoimento que fugiu um pouco dessa linha chamou a atenção, pois considera a conscientização dos agricultores um trabalho difícil. Conforme as falas:

“É uma forma de entrosar mais a comunidade, conscientizar mais sobre as belezas da região e divulgar a região”.

“Espero que traga mais pessoas para o município e traga também mais divisas com as pessoas comprando no comércio”.

“Espero que seja uma coisa muito boa, tem muita coisa prá explorar aqui. O município tem belezas naturais que não se encontra em qualquer lugar”.

“Um maior movimento de turistas e movimento no comércio”.

“Eu espero uma movimentação maior de vendas, quem vem aqui vai divulgar para outras pessoas”.

“Espero que desenvolva bem, que dê certo [...]”.

“Espero melhora. O ecoturismo só traz lucro e desenvolvimento sendo bem feito”.

“É difícil porque está nas mãos dos agricultores e eles têm medo de investir. Tem que haver uma conscientização dos agricultores”.

Tabela 17. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a expectativa do turismo para o município.

Expectativa	Frequência	%
Acreditam que será muito bom para o município	13	86,6
Acreditam que será difícil	1	6,7
Não respondeu	1	6,7
Total	15	100,0

A grande maioria dos pesquisados respondeu que a atividade turística trará benefícios à fauna e à flora do município, porém, a maioria deles faz ressalvas, citando a necessidade de conscientização e planejamento da atividade para que não ocorram prejuízos. Outro aspecto que chama atenção é a imagem que alguns pesquisados revelam de que o turista é alguém que tem consciência de preservação e virá para ajudar nessa tarefa. Conforme as falas:

“Acho que vai trazer benefício porque vai ficar melhor protegida pelos turistas e órgãos que cuidam disso. O proprietário rural não valoriza muito”.

“Desde que seja bem conscientizado. Os turistas são mais conscientes da necessidade de preservar do que nós, acredito que eles irão colaborar com isso”.

“Pode trazer as duas coisas depende da conscientização”.

“Porque é uma atividade rural. Acho que o turismo não vai afetar a fauna e aflora, pode ajudar a preservar”.

“Fazendo um trabalho bem feito de conscientização não tem como prejudicar, pode trazer benefício se houver uma boa educação”.

“Os turistas não vão mexer no que é nosso”.

“Sendo bem planejada não ocorrerão prejuízos”.

É importante ainda analisar as respostas dos pesquisados que afirmaram que a atividade de turismo rural pode trazer prejuízos e ainda a resposta de um pesquisado que optou pela alternativa ambos, ou seja, afirmando que a atividade de turismo rural pode trazer tanto benefícios como prejuízos à fauna e à flora do município.

Quanto aos prejuízos, um dos entrevistados se refere à coleta de plantas nativas e o outro, à questão do lixo; já o entrevistado que citou a possibilidade de ocorrer tanto benefícios quanto prejuízos, limitou-se apenas a afirmar que depende do trabalho de conscientização sem especificar a questão. Conforme as falas:

“Porque se trouxer mais pessoas pode trazer problemas como arrancar plantas nativas”.

“Pode trazer prejuízos, mas depende de quem está administrando. Tem que ter lixeiras e locais adequados para o pessoal fazer a higiene”.

“Pode trazer as duas coisas, depende da conscientização”.

Tabela 18. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo as conseqüências da atividade turística para a fauna e a flora do município.

Conseqüências da Ativid. Turística à Fauna e à Flora	Frequência	%
Benefícios	12	80,0
Prejuízos	2	13,3
Ambos	1	6,7
Total	15	100,0

Em relação à disposição em participar de alguma iniciativa para o planejamento e o incentivo ao desenvolvimento do turismo rural no município, a grande maioria dos pesquisados respondeu de forma positiva à questão.

Tabela 19. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a disposição em participar no desenvolvimento do turismo no município.

Respostas	Frequência	%
Sim	13	86,6
Não	2	13,4
Depende	---	---
Total	15	100,0

Quanto à forma de participar no planejamento e incentivo ao desenvolvimento do turismo rural no município, as respostas foram bastante variadas, desde a colaboração no que for necessário até a participação em reuniões e discussões para sugestões, divulgação, informações aos turistas e inclusão da empresa no roteiro de visita dos turistas e ainda, aqueles que declararam já estar participando do projeto. Conforme as falas:

“Através da colaboração quando for solicitado pelo poder público”.

“ Conversar com as pessoas do projeto para saber como eu poderia participar”.

“Participando de reuniões, venda ou cortesia de produtos para os turistas e a divulgação da empresa e permitindo a inclusão da mesma no roteiro para visita”.

“Divulgando o turismo junto à amigos, associações, etc”.

“Com idéias, sugestões, etc”.

“Dando sugestões de locais para ponto turístico, através da participação em reuniões”.

“Divulgação dos pontos turísticos, referências e material de divulgação”.

“Prestando informações e recebendo adequadamente os turistas. Acho que essa é a nossa função”.

“Já participo e faço parte de uma comissão para o desenvolvimento do turismo em nosso município”.

Tabela 20. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos empresários e comerciantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a forma de participar no desenvolvimento do turismo no município.

Forma de Participação	Frequência	%
No que for necessário	2	15,4
Nas reuniões (sugestões)	4	30,7
Com a divulgação	2	15,4
Prestando informações	2	15,4
Já participa do projeto	2	15,4
Abrindo a empresa à visitação de turistas	1	7,7
Total	13	100,0

7.5. Proprietários Rurais e Sitiantes

Sendo o Turismo Rural uma modalidade de turismo que se desenvolve no interior das propriedades rurais, esse segmento da pesquisa adquire importância estratégica nesse trabalho. O futuro do turismo rural no município, com certeza, dependerá sobremaneira da visão dos proprietários rurais envolvidos diretamente no projeto, ou seja, cujas propriedades integrarão os roteiros de visitas dos turistas, ou mesmo aqueles que participarão de forma indireta, através da venda de produtos.

Foram pesquisados um total de 20 proprietários rurais de diferentes localidades do município, sendo que, optou-se por entrevistar proprietários que já integravam o projeto e outros que não integravam o mesmo, com o objetivo de se obter uma visão mais abrangente do segmento.

Os sitiantes também constituem um elo importante nesse processo e, por esse motivo, foi realizada a pesquisa com 03 sitiantes do município. Inicialmente pretendia-se pesquisar um número maior, porém, observou-se que o município

possui um número reduzido deles e que as dificuldades em encontrá-los seria bastante grande.

A análise dos resultados da pesquisa realizada com os sítiantes mostra a distribuição destes por diferentes comunidades do município.

Tabela 21. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a localidade da 2ª residência.

Localidade	Frequência	%
Rio de Dentro	1	33,3
Serra Da Pedra	1	33,3
Morro Fundo	1	33,4
Total	3	100,0

Em relação à cidade de residência permanente, observou-se resultados diferentes para os pesquisados.

Tabela 22. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a cidade de residência permanente.

Cidade	Frequência	%
Içara	1	33,3
Florianópolis	1	33,3
Araranguá	1	33,4
Total	3	100,0

A grande maioria dos proprietários rurais e sítiantes apresentou 1º grau incompleto, seguidos dos que apresentaram 2º grau completo, demonstrando o baixo nível de escolaridade entre os mesmos, resultado que, de certa forma, já era esperado pois retrata a realidade brasileira no campo.

Tabela 23. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o grau de escolaridade.

Grau de Escolaridade	Frequência	%
Analfabeto	--	---
1º grau incompleto	16	69,6
1º grau completo	---	---
2º grau incompleto	1	4,3
2º grau completo	5	21,8
3º grau incompleto	---	---
3º grau completo	1	4,3
Pós-graduado	---	---
Supletivo	---	---
Total	23	100,0

A maior parte dos sítiantes declarou freqüentar o município só, seguido pelo que freqüenta o município com a família.

Tabela 24. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a situação em que costumam freqüentar o município.

Situação	Frequência	%
Só	2	66,6
Família	1	33,4
Total	3	100,0

Todos os pesquisados são do sexo masculino. Este resultado expressa a cultura estabelecida no campo em que o homem é o “chefe de família” e geralmente as propriedades e o bens estão em seu nome. Assim sendo, é sempre o homem quem responde pelos “seus bens” e pela “sua propriedade” em nome de toda a família.

Tabela 25. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o sexo.

Sexo	Frequência	%
Masculino	23	100
Feminino	---	---
Total	23	100,0

Quanto à idade dos pesquisados, houve predominância na faixa entre 31 a 40 anos, seguidos por freqüências iguais observadas nas faixas 41 a 50 e 51 a 60 anos, o que revela que, a maioria dos proprietários rurais e sítiantes do município são de jovens até meia idade.

Tabela 26. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a idade.

Idade (anos)	Freqüência	%
Até 20	---	---
De 21 a 30	1	4,3
De 31 a 40	8	34,8
De 41 a 50	6	26,1
De 51 a 60	6	26,1
Mais de 60	2	8,7
Total	23	100,0

A maioria dos proprietários rurais possui propriedades de até 30 ha, conforme observado nos resultados da pesquisa, onde houve maior freqüência na faixa de 11 a 20 ha, seguidos por freqüências iguais observadas nas faixas até 10 e 21 a 30 ha. Esse resultado confirma a realidade dos municípios de pequeno porte do estado de Santa Catarina, onde predominam as pequenas propriedades, com área inferior a 50 ha.

Tabela 27. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a área da propriedade.

Área da Propriedade (hectare)	Freqüência	%
Até 10	4	20,0
De 11 a 20	6	30,0
De 21 a 30	4	20,0
De 31 a 40	3	15,0
De 41 a 50	2	10,0
Mais de 50	1	5,0
Total	20	100,0

A maioria dos proprietários rurais declarou não possuir funcionários em suas propriedades (tabela 28), pois geralmente a mão-de-obra familiar é utilizada (tabela 29) não havendo a necessidade da contratação dos mesmos.

Tabela 28. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo possuírem ou não funcionários em sua propriedade.

Respostas	Frequência	%
Sim	6	30,0
Não	14	70,0
Total	20	100,0

Tabela 29. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo serem ou não auxiliados pela família.

Auxílio da Família	Frequência	%
Sim	18	90,0
Não	2	10,0
Total	20	100,0

Entre os sítiantes a situação é diferente, 100% deles declararam possuir funcionários permanentes em suas propriedades, geralmente famílias que lá residem para administrar os negócios.

Tabela 30. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo possuírem funcionários permanentes e/ou temporários.

Funcionários	Frequência	%
Permanentes	3	100
Temporários	---	---
Total	3	100,0

Em relação à frequência de visitas dos sítiantes ao município (tabela 31), as respostas foram diferenciadas.

Quanto ao tempo de permanência no município (tabela 32), igualmente houve respostas diferentes, porém os dois e três dias citados correspondem ao final de semana, no qual os mesmos dispõem de um tempo maior para o deslocamento até o município e a permanência no sítio.

Tabela 31. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sitiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a frequência de visitas ao município.

Frequência de Visitas	Frequência	%
Semanal	1	33,3
Quinzenal	1	33,3
Mensal	---	---
Semestral	1	33,4
Anual	---	---
Apenas nas Festas	---	---
Outra	---	---
Total	3	100,0

Tabela 32. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sitiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o tempo de permanência no município.

Tempo de Permanência (dias)	Frequência	%
Menos de 1	1	33,3
1	---	---
2	1	33,3
3	1	33,4
Mais de 3	---	---
Total	3	100,0

Na agricultura (tabela 33), o cultivo de milho aparece em primeiro lugar, seguido pelo cultivo de banana, arroz e maracujá. Na pecuária (tabela 34), a criação de bovinos se destacou, seguida pela criação de aves, suínos e peixes (piscicultura). Estes resultados confirmam a realidade do setor agropecuário no município já apresentada neste trabalho.

Tabela 33. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sitiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade.

Atividades Agrícolas	Frequência	%
Arroz	10	16,4
Milho	16	26,2
Banana	12	19,7
Fumo	3	4,9
Feijão	6	9,8
Maracujá	9	14,8
Hortaliças	3	4,9
Reflorestamento	2	3,3
Total	61	100,0

Tabela 34. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo as atividades pecuárias desenvolvidas na propriedade.

Atividades Pecuárias	Frequência	%
Bovinos	19	28,8
Suínos	13	19,7
Aves	17	25,8
Caprinos	3	4,5
Piscicultura	11	16,7
Outras	3	4,5
Total	66	100,0

Em relação ao principal motivo que levou o pesquisado a ser sítiante em Jacinto Machado, as respostas foram diversas, como a criação de bovinos, abelhas, preço acessível da terra e por motivo de herança recebida. Conforme as falas:

“Eu lidava com abelhas e foi pela facilidade de conseguir novos enxames e também, pelo preço da terra que é bem mais barato”.

“Eu sou natural de Jacinto Machado e recebi como herança algumas terras, por isso, resolvi comprar mais um pouco de terra e fazer esse sítio”.

“Na época me ofereceram um terreno e eu gosto muito de gado, então resolvi comprá-lo”.

Tabela 35. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o principal motivo que o levou a ser sítiante no município.

Motivo	Frequência	%
Criação de abelhas e terreno barato	1	33,3
Herança	1	33,3
Criação de gado	1	33,4
Total	3	100,0

Todos os sítiantes responderam que permanecem o tempo inteiro no sítio, na maioria das vezes trabalhando, com exceção de um deles que declarou ir à cidade de vez em quando para fazer compras. Conforme as falas:

“Fico o tempo todo trabalhando no sítio”.

"Fico o tempo inteiro no sítio descansando, só saio para comprar alguma coisa quando necessário".

"Quando vou ao sítio verifico se tudo está bem e determino algumas coisas para o pessoal no sentido de corrigir alguma coisa que estiver errada".

Tabela 36. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa "Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural", segundo o aproveitamento do tempo no município.

Respostas	Freqüência	%
Trabalhando	2	66,6
Descansando	1	33,4
Total	3	100,0

A maioria dos proprietários rurais declarou que a sua propriedade não participa do projeto de turismo rural que está sendo implementado no município (tabela 37), visto que, nem todas as propriedades apresentam potencial turístico.

Entre os proprietários rurais que declararam participar do projeto, as formas de participação (tabela 38) citadas foram diversas, com destaque para o recebimento de turistas na propriedade, seguidas pela participação em reuniões e cursos até a venda de produtos. Conforme as falas:

"Já participei de várias reuniões e o meu filho faz curso de guia turístico. Também já recebi muitas visitas em minha propriedade".

"Participando de reuniões, viagens de estudo como a realizada em São Martinho e recebendo turistas na propriedade".

"Recebendo os turistas na minha propriedade".

"Abrindo a propriedade para os turistas e participando de cursos".

"Eu vendo alguns produtos coloniais fabricados aqui na minha propriedade para o posto de vendas do turismo rural na escola".

Tabela 37. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a participação ou não de sua propriedade no projeto de turismo do município .

Respostas	Frequência	%
Sim	7	35,0
Não	13	65,0
Total	20	100,0

Tabela 38. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a forma de participação no projeto de turismo.

Participação	Frequência	%
Reuniões, curso de guia e recebendo turistas	1	14,3
Reuniões, viagens de estudo e recebendo turistas	1	14,3
Recebendo turistas	3	42,8
Cursos e recebendo turistas	1	14,3
Venda de produtos	1	14,3
Total	7	100,0

A grande maioria dos pesquisados declarou ter conhecimento da implementação da atividade turística no município, confirmando novamente, o bom trabalho de divulgação realizado pelos órgãos públicos, o que facilitará sobremaneira a participação e a integração de todos ao projeto.

Tabela 39. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo o conhecimento ou não da implementação do projeto de turismo no município.

Respostas	Frequência	%
Sim	19	82,6
Não	4	17,4
Total	23	100,0

Quanto às expectativas em relação ao turismo rural em implementação no município, as declarações foram diversas e, às vezes, contraditórias. Porém, percebe-se que a maioria dos pesquisados acredita no potencial turístico do município e considera algo positivo, uma vez que trará lucro e desenvolvimento ao mesmo.

A necessidade de maior empenho do poder público e especialmente da prefeitura municipal, foi citado por vários entrevistados que consideram o trabalho realizado insuficiente, no entanto, outros se mostram satisfeitos quanto a esta questão. Alguns entrevistados consideram a organização e a coragem por parte dos proprietários rurais como pré requisitos importantes para o êxito do projeto. Conforme as falas:

“Eu acho que é uma coisa boa, vai trazer dinheiro para o nosso município”.

“Se for trabalhar com isso tem que ser bem estruturado e a prefeitura tem que incentivar e ajudar”.

“Potencial tem bastante né? Principalmente a nossa região aqui no Engenho Velho. Precisa de um grande apoio do poder público. Acho que tem um grande futuro”.

“Eu acho que vai ficar bom. Eu tenho esperança que dê certo”.

“Eu espero que o povo devagarinho vá se organizando, estamos só no começo”.

“O que eu espero é o seguinte: pode ser uma coisa boa para o município e importante, mas eu tenho medo que atraia pessoas ruins e não sei como isso poderia ser evitado”.

“Eu acho que é só nós se organizar aqui e investir em tudo o que é preciso. Vai ser muito bom prá nós”.

“Eu tô esperando um caminho que tá chegando. Está bem encaminhado pela prefeitura e pelo SEBRAE”.

“Pelo movimento, eu acho que temos grandes belezas, deve ter muita coisa bonita que nem mesmo eu conheço. É uma coisa muito importante e o pessoal da prefeitura está trabalhando”.

“Eu espero que seja uma coisa boa. Acho que as pessoas tem que ter mais coragem de investir”.

“Eu acho que para Jacinto Machado vai ser muito bom para o futuro. Acho que tem possibilidade de desenvolver, o município é muito rico”.

“O município tem um ótimo potencial para desenvolver, acho que falta maior empenho e compromisso do poder público com a questão do turismo e especialmente, com o melhoramento das estradas”.

“Eu acho que nós temos paisagens belíssimas, principalmente nas regiões do pé da serra e com o tempo o turismo vai se desenvolver, porém, é preciso um investimento maior nos acessos e estradas”.

Tabela 40. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo as expectativas em relação a implementação do projeto de turismo no município.

Expectativas	Frequência	%
Acreditam que é positivo para o município	12	52,2
Acreditam que é positivo para o município e apresentam sugestões	9	39,2
Acreditam que tanto pode ser positivo como negativo	1	4,3
Não respondeu	1	4,3
Total	23	100,0

Em relação à possibilidade da atividade turística trazer benefício, prejuízo ou ambos, à fauna e à flora do município, a grande maioria dos pesquisados respondeu que trará benefícios, pois consideram que com o turismo, as pessoas se preocuparão em cuidar mais das matas, dos animais, enfim, do meio ambiente.

Alguns pesquisados consideram que trará benefícios, porque o turismo é uma atividade que não traz prejuízos ao meio ambiente, ao contrário, poderá contribuir, embora não especifiquem de que forma. Outros, confiam na responsabilidade de quem está conduzindo o projeto e outros ainda, declararam que a conscientização é um fator importante, sendo que muitos já têm essa consciência que precisa ser melhor trabalhada. Conforme a falas:

“Eu acho que só vai haver benefício porque no turismo não é desmatado”.

“Acho que pode até melhorar, o pessoal aqui já está cuidando mais. Se fica abandonado o pessoal gosta muito de caçar”.

“Prejuízo não traz. A natureza tem que ser preservada e nós temos muitas belezas naturais. Daqui a 40 ou 50 anos tem que estar da forma como é hoje prá melhor. Vamos cultivar somente a terra necessária para sobreviver”.

“Se trazer vai ser benefício, os caçadores irão caçar menos, vai ajudar a cuidar”.

“[...] O turista vem para se divertir, ele não vem para destruir a natureza. Pode até incentivar para que o povo se aproxime mais da natureza”.

“Prejudicar é difícil, é mais fácil trazer benefícios porque o proprietário vai se interessar em cuidar daquilo que tem”.

“Acho que vai beneficiar porque a turma não vai caçar, vão preservar bem mais do que tá. Não vai ter tanta destruição”.

"Eu acho que até poderia ajudar, o que tem de bonito a gente vai tentar cuidar mais".

"Isso não vai prejudicar nada porque o pessoal que está cuidando disso aí, é bem responsável. Hoje a FATMA e o IBAMA acompanham isso aí".

"Acho que pode ajudar. Hoje em dia o pessoal já tem aquela conscientização que é preciso cuidar".

"Porque o próprio pessoal daqui que caçava, já não caça mais. Inclusive eu gostava de caçar, hoje não caço mais. Hoje eu vejo os "macucos" chegarem no pátio da minha casa e eu deixo os bichinhos ali".

"Acho que ajudaria a preservar. Acho que turismo rural significa preservar o meio ambiente, turismo não pode destruir e nem matar animais".

"Da maneira como os técnicos estão trabalhando, só pode ajudar a conservar ainda mais".

"Acho que o turismo pode ajudar, até as matas nativas são mais conservadas. Onde existe o turismo tudo é mais cuidado".

"Acho que ajuda a conservar. As pessoas que participam desse tipo de atividade, já tem mais consciência para a preservação".

É importante destacar a resposta de um pesquisado que declarou que a atividade de turismo rural poderá trazer prejuízos à fauna e à flora do município. Este justificou a sua resposta, declarando que o turismo poderá atrair para a cidade pessoas de má conduta que vêm para destruir.

Já em relação a resposta de um pesquisado que declarou que o turismo rural poderá trazer benefícios e prejuízos à fauna e à flora do município, o mesmo alerta que tal situação poderá ocorrer se não houver organização correta, estrutura e conscientização. Conforme as falas:

"Pode trazer prejuízo porque traz gente boa, mas também gente ruim que estraga as coisas".

"Depende da maneira como ele está sendo organizado, tem que ter estrutura e uma conscientização não só para o turista, mas também para o pessoal da comunidade".

Tabela 41. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo as conseqüências da atividade turística na fauna e na flora do município.

Respostas	Freqüência	%
Benefícios	21	91,4
Prejuízos	1	4,3
Ambos	1	4,3
Total	23	100,0

A grande maioria respondeu de forma positiva quanto à participação em alguma iniciativa para o planejamento e o incentivo ao desenvolvimento do turismo rural no município.

Tabela 42. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a disposição em participar no desenvolvimento do turismo no município.

Respostas	Freqüência	%
Sim	16	69,6
Não	6	26,1
Depende	1	4,3
Total	23	100,0

Quanto à forma de participação no planejamento e incentivo ao desenvolvimento do turismo rural no município manifestada pelos pesquisados (tabela), a maioria declarou que já participa do projeto, seguidos pelos que declararam colaborar no que for necessário, e outros que dispuseram-se a participar de reuniões, entre outras manifestações isoladas. Conforme as falas:

“Teria que participar de uma reunião para ver no que eu poderia ajudar”.

“Dando idéias e sugestões”.

“Já participo do projeto”.

“Já integro esse projeto”.

“Já participei de reuniões e o meu filho faz curso de guia turístico”.

“Ajudar a incentivar a área de turismo no município”.

“Já participo deste projeto, fiz visitas de estudo e participei de várias reuniões”.

“Poderia participar de alguma palestra ou reunião”.

“Já participo do projeto e inclusive fiz um curso de guia”.

“Participando de reuniões e discutindo o que deve ser feito. Ajudaria no que fosse preciso”.

“Participando no que for necessário”.

“Não sei de que forma eu poderia participar, mas gostaria se fosse convidado”.

“Eu tenho interesse porque eu tenho uma propriedade muito bonita em termos de água, estou me aposentando no ano que vem e pretendo investir um pouco no município”.

Tabela 43. Distribuição dos entrevistados pela pesquisa “Perfil e percepção dos proprietários rurais e sítiantes de Jacinto Machado em relação ao Turismo Rural”, segundo a forma de participar no desenvolvimento do turismo no município.

Forma de Participação	Frequência	%
No que for necessário	4	25,0
Com sugestões e idéias	1	6,2
Já participa do projeto	7	43,8
Incentivando o turismo	1	6,2
Em palestras e reuniões	2	12,6
Investindo na propriedade	1	6,2
Total	16	100,0

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8.1. Percepção e Expectativas Para o Futuro

Será discutido na seqüência, algumas questões que foram didaticamente separadas para permitir ao leitor uma visão geral em relação à percepção e as expectativas da comunidade sobre a atividade turística no município.

8.1.1. O Panorama Atual e as Expectativas Para o Futuro

Jacinto Machado, este pequeno município localizado no extremo sul catarinense que estabelece divisas com a majestosa Serra Geral e o Parque Nacional dos Aparados da Serra é referência na região pela agricultura forte que possui, com destaque para as culturas de arroz, banana e mais recentemente, de maracujá.

A exemplo dos demais municípios de pequeno porte do estado e do Brasil, cuja economia é baseada principalmente na produção agrícola, Jacinto Machado tem sofrido, nos últimos anos, as conseqüências das intensas mudanças ocorridas na economia mundial, que avança rapidamente em direção a um mundo cada vez mais globalizado e, por conseguinte, competitivo.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o município tem superado obstáculos principalmente em razão de possuir uma agricultura desenvolvida (mecanizada), bem como, pela organização dos produtores rurais em sistemas de cooperativas muito bem organizadas que amenizam os efeitos nocivos da globalização e impulsionam o desenvolvimento.

Diante dos desafios que se apresentam, Jacinto Machado tem buscado alternativas de desenvolvimento, visando amenizar principalmente os problemas enfrentados pelos proprietários rurais que têm sofrido nos últimos anos com a falta ou a ineficácia das políticas agrícolas vigentes no país, que não garantem mercado e preço justo para os seus produtos.

O turismo rural no município de Jacinto Machado é uma atividade recente, iniciada no ano de 1997, por iniciativa da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio e hoje se constitui na mais importante alternativa de desenvolvimento para o município.

Mesmo estando em fase inicial percebe-se, no entanto, que avanços importantes ocorreram no decorrer deste tempo, principalmente no que tange à divulgação do projeto e à participação dos diferentes segmentos sociais do município. Os bons resultados obtidos devem-se principalmente à boa receptividade e ao comprometimento do poder público municipal, que desde então, vem buscando integrar secretarias, órgãos públicos, organizações não governamentais e os mais diferentes setores do município num trabalho conjunto para desenvolver o projeto, dentre os quais, destacam-se: Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, EPAGRI, Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esportes e Promoção Social, SEBRAE, Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, Conselho Municipal de Turismo, CDL, Empresários, Associações Comunitárias, Clubes de Serviço e o trabalho realizado pelo Monitor Municipal de Turismo.

O turismo rural no município é hoje uma realidade e já adquiriu relativa independência em relação à Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, que inicialmente, coordenou as ações para implementação do projeto como diagnóstico e mapeamento da região, montagem de roteiros, realização de reuniões, cursos e palestras com os mais diversos segmentos sociais.

O trabalho realizado até o momento foi importante, à medida que sensibilizou parcela significativa da população que passou a perceber as potencialidades turísticas do município. A imensa maioria vê com otimismo o futuro da atividade turística e fala com orgulho das belezas naturais do município.

Através da pesquisa realizada foi possível perceber alguns aspectos da realidade rural e urbana, que contribuem para o sucesso da atividade turística no município.

O comércio do município, apesar de modesto, é organizado e tem uma CDL atuante. Algumas empresas destacam-se no município, principalmente no setor de alimentos (arroz e banana), sendo positivo para o desenvolvimento do agroturismo. Empresários e comerciantes têm grau de escolaridade de médio a alto e são

relativamente jovens. Tais características são importantes, pois facilita à adesão dos mesmos a novos projetos, de forma mais consciente e participativa. Todos os funcionários do comércio e empresas pesquisadas são moradores locais, possibilitando a realização de um trabalho mais efetivo de treinamento, uma vez que os mesmos, vivendo a realidade local, terão maior interesse pelas questões do município.

A grande maioria dos empresários e comerciantes pesquisados tem conhecimento do projeto de turismo rural em implementação no município e consideram o turismo representativo para o seu negócio, apesar de não perceberem claramente as relações do seu comércio ou empresa com o turismo. Mesmo já tendo participado de alguns cursos realizados pela CDL, a imensa maioria, declarou estar disposto a participar de iniciativas que venham promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município, pois consideram que tal atividade será muito positiva, à medida que trará divisas para o município, impulsionando o seu desenvolvimento.

A maioria absoluta das propriedades rurais, tem área inferior a 50 ha, confirmando a realidade agrária do nosso estado, que se caracteriza por apresentar pequenas e médias propriedades. Esse fato, reforça a necessidade de um trabalho conjunto entre os proprietários rurais, cujas propriedades participarão de roteiros turísticos integrados, uma vez que uma única propriedade não poderá oferecer muitas opções ao turista. O baixo grau de escolaridade observado na área rural já era esperado, mas a idade relativamente jovem surpreendeu positivamente, uma vez que facilita à receptividade a novas idéias e projetos como no caso do turismo rural. A mão-de-obra familiar é utilizada pela maioria dos proprietários rurais. Este fato é positivo, pois facilita o bom atendimento ao turista, a autenticidade indispensável no turismo rural e a harmonia na condução dos negócios na propriedade.

O setor agropecuário é bem desenvolvido, sendo o grande responsável pelo desenvolvimento econômico do município. Na agricultura há destaque para a produção de milho, banana, arroz, maracujá e feijão, sendo que a cultura do maracujá cresce a cada ano e já se constitui uma das mais importantes culturas do município. Na pecuária, destacam-se a criação de bovinos, aves, suínos e peixes. Impressiona o número de propriedades que têm açudes e desenvolvem a

piscicultura. A realidade agropecuária do município é altamente favorável ao desenvolvimento do agroturismo.

Muitos proprietários rurais participam do projeto, integrando os roteiros turísticos, sendo que alguns já começaram a receber turistas em suas propriedades. Os que não participam diretamente do projeto, ou seja, cujas propriedades não integram os roteiros, demonstraram na sua grande maioria, ter conhecimento da atividade turística em implementação no município, bem como reafirmaram a disposição em participar de iniciativas que venham promover e incentivar o seu desenvolvimento, como: reuniões, palestras e atividades de interesse do poder público municipal, o que possibilita a realização de um trabalho mais amplo e participativo.

Sobre o trabalho realizado até o momento pelo poder público municipal, alguns proprietários rurais consideram positivo, porém, a maioria deles, considera que o mesmo é insuficiente, citando a má conservação das estradas como o problema mais sério.

A maioria absoluta dos proprietários rurais e sítiantes percebe a importância da atividade turística no município e considera que será positivo, principalmente porque trará lucro e desenvolvimento.

8.1.2. Os Impactos Negativos e Positivos a Nível de Município, Comunidades e Proprietários Rurais

Esta questão foi dirigida ao poder público municipal e a alguns órgãos públicos e organizações não governamentais que estão participando mais ativamente do projeto.

Nem todos os segmentos sociais pesquisados demonstraram perceber os impactos negativos que o turismo rural pode trazer ao município, às comunidades e aos proprietários rurais, chegando inclusive a afirmar que a atividade turística não causa este tipo de impacto, conforme citado pelas organizações não governamentais.

O poder público municipal demonstrou consciência em relação aos principais impactos positivos e negativos que poderão ocorrer, citando como impactos

positivos, a geração de renda e de novos empregos, aumento da consciência, embelezamento do município, melhor qualidade de vida, diminuição do êxodo rural, aperfeiçoamento e profissionalização dos proprietários rurais, integração entre a população, melhoramento na infra-estrutura do município, valorização do produtor rural e intercâmbio com outras culturas diferentes.

Já, em relação aos impactos negativos, o aspecto mais citado diz respeito à questão ambiental, tanto pelo poder público municipal como pelos demais órgãos públicos. Os impactos negativos e positivos ao meio ambiente serão abordados com maiores detalhes, oportunamente.

Os demais impactos negativos citados, foram: a descaracterização da propriedade, as mudanças de hábitos, a perda da tranquilidade, o gerenciamento inadequado da propriedade e a perda da autenticidade local.

É importante salientar que todos os segmentos citaram como principal impacto positivo a questão econômica, ou seja, a geração de uma nova fonte de renda para os produtores rurais.

8.1.3. A Conscientização e o Preparo das Comunidades e dos Proprietários Rurais

O trabalho educativo de conscientização e preparo das comunidades e dos proprietários rurais para o turismo rural, vem ocorrendo desde o início da implementação do projeto através de ações conjuntas desenvolvidas pelo poder público municipal, órgãos públicos, organizações não governamentais com destaque para a participação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, que esteve à frente dessas ações durante a fase inicial de implementação do projeto.

Entre as ações desenvolvidas podemos destacar as palestras realizadas nas comunidades diretamente envolvidas no projeto, bem como, os cursos nas áreas de gestão do turismo rural, gastronomia típica e curso para a formação de guias turísticos. Também cabe destacar a importância das viagens de estudo realizadas, nas quais os proprietários rurais do município envolvidos diretamente no projeto visitaram municípios onde a atividade turística encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento, como nos municípios de São Martinho e Joinville.

O trabalho individual de visitas aos proprietários rurais vem ocorrendo desde a realização do diagnóstico do município e montagem dos roteiros. Esse trabalho, realizado principalmente pelo monitor municipal de turismo e pela Escola Agrotécnica Federal de Sombrio é igualmente relevante nesse processo.

Cabe destacar, no entanto, que mesmo diante do trabalho realizado e reconhecido pelos segmentos sociais pesquisados, estes acreditam que as comunidades e os proprietários rurais ainda não estão preparados para a nova atividade, sugerindo a continuidade e a intensificação do mesmo.

É importante salientar ainda, a preocupação demonstrada pelo poder público municipal no sentido de que os produtores rurais não abandonem às suas atividades produtivas em função do turismo, sendo que o mesmo deve ser encarado como uma alternativa a mais, uma nova possibilidade de explorar a propriedade, diversificando as atividades e, nunca como algo que veio substituir as atividades desenvolvidas até então ou como a salvação do agricultor.

E finalmente, é importante frisar a atitude de grande parte dos proprietários rurais que têm buscado informações e orientação junto ao poder público municipal e demais órgãos públicos no sentido de organizar a propriedade, incluindo atividades como a montagem de passeios e trilhas.

8.1.4. A Preparação para a Promoção e o Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo Rural

Muitas ações já previstas, idéias e projetos apresentados, são extremamente interessantes no sentido de promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município com destaque para a continuidade dos cursos de formação profissional.

Os projetos citados pelos pesquisados foram:

- portal turístico na entrada do município;
- melhoramento das estradas;
- apoio técnico aos proprietários rurais pelo engenheiro agrônomo e o monitor municipal de turismo;

- criação de uma associação de produtores para a venda de produtos industrializados na comunidade de Engenho Velho;
- aperfeiçoar os serviços de alimentação ao turista, principalmente o café colonial;
- venda de produtos sem agrotóxicos;
- desenvolvimento de novos roteiros turísticos, incluindo os canyons Fortaleza e do Macuco;
- desenvolvimento de um roteiro turístico na comunidade de Tenente onde se localiza uma barragem que permite a realização de pesca esportiva e esportes aquáticos;
- criação da associação das artesãs e artesãos do município;
- criação da associação dos guias turísticos, cujo nome será "Tigre Preto", em homenagem ao nome de uma das comunidades do município;
- apoio à construção de pousadas;
- ajardinamento nas vias públicas principais e nas vias de acesso aos roteiros turísticos;
- investimento da COOPERJA em uma indústria para despolpar o maracujá e outras frutas;
- investimento da COOPERJA em um supermercado mais amplo;
- investimento da COOPERJAMA em melhoria nos serviços de energia elétrica e pronto atendimento para os empreendimentos turísticos que serão instalados;
- criar uma associação para investir em algum empreendimento turístico no município.

Alguns dos projetos descritos acima estão previstos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal para o setor de turismo, que foi elaborado de forma participativa, envolvendo diversos segmentos sociais do município. Percebe-se, no entanto, que grande parte desses projetos estão fragmentados, pois constituem iniciativas isoladas de diversos setores e segmentos sociais que precisam ser articulados num trabalho conjunto, visando a elaboração de um planejamento mais amplo para promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural no município.

Chama a atenção o fato do poder legislativo municipal não se considerar responsável pelas ações que venham promover e incentivar o desenvolvimento do

turismo rural no município. Fica evidente que o poder legislativo no município está à margem do processo, exigindo dessa forma, ações imediatas no sentido de corrigir este equívoco, de forma que o mesmo venha a se integrar ao projeto com ações que possam contribuir para o sucesso da atividade turística no município, principalmente no sentido de regulamentação da atividade.

Por fim, a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, que teve a iniciativa do projeto e que desempenhou papel decisivo na implementação do mesmo, coordenando as principais ações que garantiram o seu sucesso precisa repensar sua atuação e sua importância como promotora do desenvolvimento regional. Para que a escola continue à frente dos projetos de turismo rural em fase de implementação na região precisa com urgência se organizar, realizando um trabalho integrado com todos os setores da escola. A idéia de um departamento específico para coordenar o projeto é interessante, segundo a própria escola, através do qual ,seria criado um serviço de consultoria com o objetivo de prestar apoio técnico em todas as etapas do projeto.

O curso de pós médio em turismo, modalidade turismo rural, igualmente precisa ser melhor organizado pela escola, de forma que o mesmo funcione em sintonia com os projetos que estão sendo desenvolvidos nos municípios, proporcionando aos alunos a oportunidade de aprender através de projetos desenvolvidos nas propriedades rurais e, ao mesmo tempo, beneficiando os proprietários rurais na organização da sua propriedade.

8.1.5. As Propostas Executadas

Como o projeto ainda está em fase inicial, a maioria das ações executadas até o momento, seja pelos órgãos públicos ou organizações não governamentais, se referem a cursos de formação e capacitação profissional, bem como trabalho educativo e de conscientização com os diversos segmentos sociais do município através de cursos, reuniões, palestras, visitas individuais e viagens de estudo.

Os cursos de formação e capacitação profissional realizados foram importantes, à medida que preparou pessoas do próprio município nas diversas

áreas, incluindo gestão do turismo, gastronomia, artesanato, guias turísticos e outros.

É importante ressaltar ainda o diagnóstico realizado em diversas propriedades do município que apresentavam potencial turístico, bem como, a montagem de alguns roteiros turísticos. Estas ações correspondem à primeira etapa de implementação do projeto e foram as mais difíceis pelo tempo dispensado às visitas e pela paciência em vencer às resistências que são comuns a qualquer idéia nova.

Alguns materiais de divulgação como folders e cartão telefônico divulgando paisagens do município também foram elaborados com a participação da comunidade e patrocinadores externos.

8.2. Os Impactos Negativos e Positivos à Fauna e à Flora do Município

Este tema será tratado à parte pela sua importância neste trabalho. Primeiramente, será feita uma introdução sobre o assunto e, na seqüência, uma discussão geral sobre o tema em todos os segmentos pesquisados, seguida de uma discussão mais detalhada sobre os impactos negativos, positivos e as ações para minimizar os impactos negativos da atividade turística, em especial, do turismo rural.

8.2.1. Introdução

Os resultados, aqui apresentados, sobre os impactos da atividade turística no caso de Jacinto Machado, do turismo rural, são fruto de pesquisa realizada entre os diversos atores (segmentos sociais) envolvidos no projeto, bem como, de observações empíricas, informações de guias turísticos e, principalmente, de pesquisa bibliográfica.

É importante destacar a escassez de informações relativas ao tema, principalmente em relação aos impactos do turismo rural, que é uma modalidade relativamente recente e ainda pouco pesquisada, especialmente no Brasil. A maioria

das informações encontradas se referem ao turismo tradicional e precisaram ser selecionadas e adaptadas para o contexto do turismo rural.

A ausência quase total de dados impede uma avaliação mais precisa em relação as conseqüências da atividade turística sobre o meio ambiente, e em especial, sobre o meio biológico: a flora e a fauna dos núcleos receptores.

De acordo com RUSCHMANN (1997), os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras.

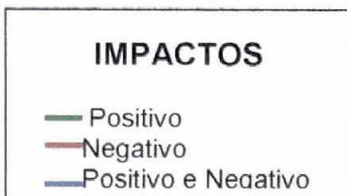
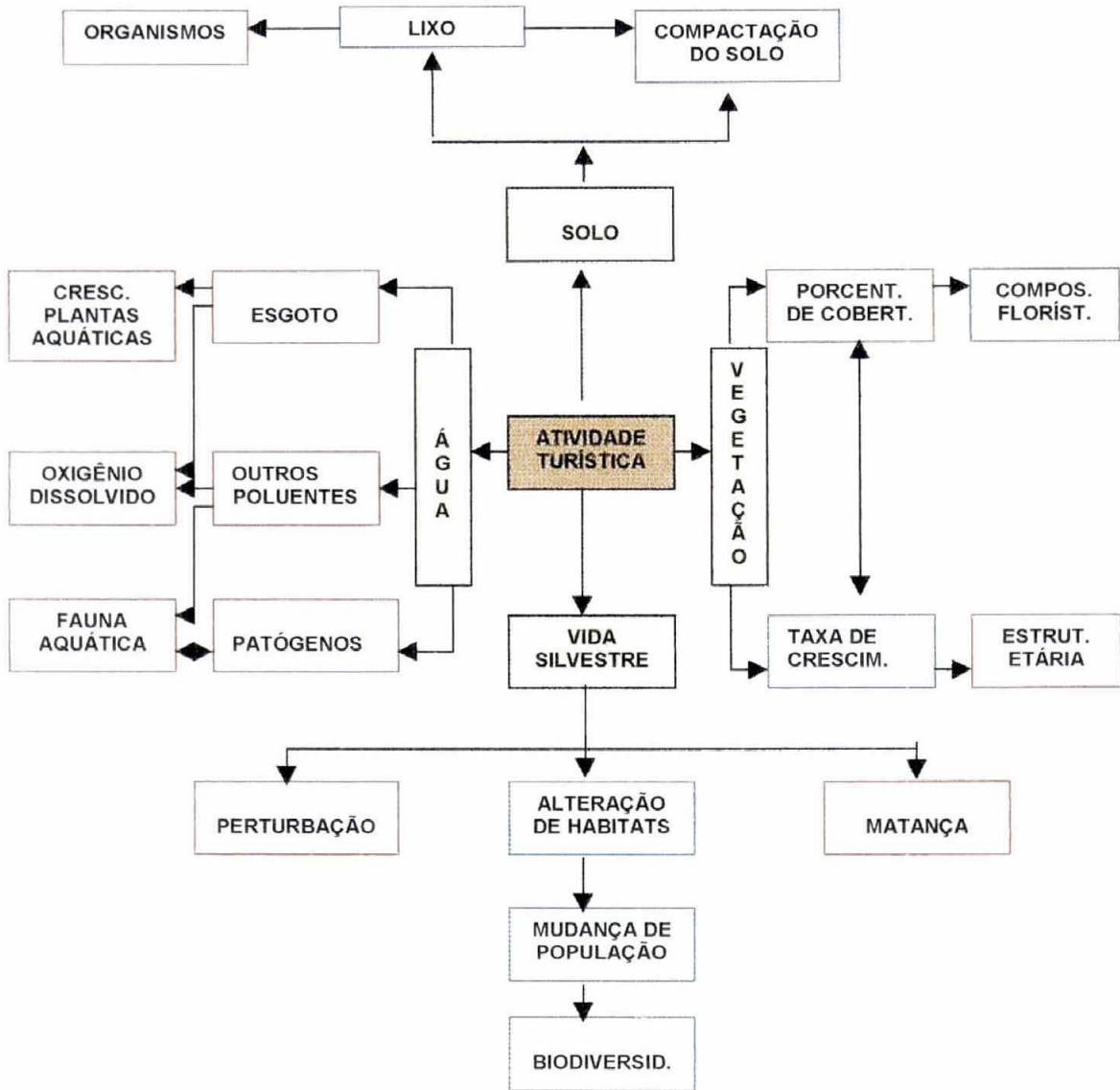
Segundo MATHIESON e WALL apud RUSCHMANN (1997), a avaliação dos impactos de toda ordem sobre o meio ambiente é extremamente difícil, por cinco razões:

- a) Primeiramente, o fato de o homem estar vivendo e modificando a Terra há milhares de anos torna difícil estabelecer uma base para medir as modificações;
- b) A Segunda razão reside na dificuldade de dissociar o papel do homem do da natureza;
- c) Em terceiro lugar, as complexas interações do fenômeno turístico fazem com que o impacto total da atividade seja quase impossível de medir;
- d) A Quarta razão reside na descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito;
- e) A Quinta razão metodológica situa-se na seleção dos indicadores, criando a questão sobre quais deles utilizar e o que significam.

Como na natureza os seres vivos formam uma verdadeira teia viva e são interdependentes, assim os impactos sobre o meio ambiente também se apresentam interrelacionados. Outro fator importante a ser considerado, é que alguns impactos podem ser negativos e positivos simultaneamente, como por exemplo: lixo orgânico, alteração na composição florística, alteração de habitats, mudança de população, etc.

A figura 07 apresenta alguns impactos ambientais interrelacionados em conseqüência da atividade turística:

Figura 06. Impactos Ambientais Interrelacionados



Fonte : Tradução e Adaptação MIDAGLIA, C.L. in LEMOS apud RODRIGUES, 1999.

Na França, realizam-se desde 1978, algumas análises que fundamentam os estudos dos impactos do turismo sobre o meio ambiente (WAKERMANN apud RUSCHMANN, 1997):

- Análise do estado inicial do local;
- Análise dos efeitos do projeto sobre o meio ambiente;
- Análise das diversas variantes que poderão ser propostas para obrigar os empreendedores a explicar as razões da sua escolha, bem como a importância atribuída aos parâmetros adotados;
- Explicação das medidas empreendidas, visando à supressão dos riscos ao meio ambiente.

De acordo com RUSCHMANN (1997), a vulnerabilidade de um atrativo ou local turístico depende da fragilidade dos ecossistemas que compõe o meio e, para preservar sua integridade é preciso delimitar a capacidade de carga que este pode suportar sem comprometer as características que originaram sua atratividade.

Baseando-se na fórmula desenvolvida por PIERRE FIORI, RUSCHMANN (1997), propõe a determinação dos impactos turísticos através da seguinte fórmula:

$$\text{Impacto turístico (do local)} = \frac{\text{Carga turística}}{\text{Capacidade de Carga}}$$

A carga turística apresenta aspectos quantitativos e qualitativos: os quantitativos relacionam-se com o volume total dos fluxos turísticos e os qualitativos, com os tipos de atividade desenvolvidos pelos integrantes desses fluxos (turistas) e os equipamentos instalados para atendê-los. Encontrar o equilíbrio entre a carga turística imposta a determinados meios e a sua capacidade de suportá-la tem se apresentado como um dos maiores desafios para os planejadores turísticos.

“O termo capacidade de carga no contexto recreacional é, segundo Reck (1992), a máxima quantidade de visitantes que uma área pode acomodar mantendo altos índices de satisfação para os visitantes e poucos impactos negativos para os recursos”. (MARIANI e GONÇALVES in LEMOS apud RODRIGUES, 1999).

Ainda segundo estes autores, a determinação da capacidade de carga turística é fator preponderante para se tomar decisões de manejo, visando controlar os impactos turísticos. Assim sendo, fica evidente a importância de se determinar quais são os limites suportáveis e adequados a cada espaço natural onde a atividade turística é desenvolvida.

De acordo com o manual Programa SEBRAE do Turismo (1997), para se calcular o número de turistas em determinada área, recomenda-se considerar as seguintes variáveis:

- duração da estada dos visitantes;
- dispersão ou distribuição dos turistas dentro da área;
- características do local visitado;
- características dos turistas;
- época do ano em que ocorre a visita.

8.2.2. A Percepção da Comunidade

Entre os segmentos sociais pesquisados, o poder público municipal e os órgãos públicos demonstraram ter maior conhecimento sobre os impactos negativos e positivos que a atividade turística pode trazer à fauna e à flora do município. Mesmo fazendo referência a alguns impactos negativos importantes, percebe-se a dificuldade das organizações não governamentais neste aspecto, uma vez que nenhum impacto positivo foi citado por este segmento.

Os segmentos dos empresários e comerciantes e dos proprietários rurais e sítiantes consideraram que o turismo rural não trará impactos negativos à fauna e à flora do município. É comum a idéia de que a atividade turística, especialmente no caso do turismo rural, onde os visitantes geralmente são pessoas que apreciam as belezas naturais não trará nenhum problema para o meio ambiente. Sobre este aspecto RUSCHMANN apud RODRIGUES (1997), alerta:

"[...] é preciso não subestimar o caráter potencialmente agressor de todos os tipos de turismo e compreender os que se apresentam como respeitadores do meio ambiente (turismo ecológico, de aventura, "brando"), também podem tornar-se danosos como os outros, quando não consideram os meios extremamente frágeis que visitam".

Ainda sobre este aspecto MENDONÇA in LEMOS apud RODRIGUES (1999), afirma:

"No que diz respeito ao turismo pode-se afirmar, mesmo generalizando, que onde há turismo há degradação ambiental".

Muitos entendem que a atividade turística não é impactante pois acreditam que os turistas são pessoas conscientes que virão para o município contribuir na tarefa de cuidar da fauna e da flora. Porém, segundo RUSCHMANN (1997), a falta de cultura turística dos visitantes faz com que eles se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e da originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural.

Em relação aos impactos positivos, empresários e comerciantes consideram que a atividade turística trará benefícios à fauna e à flora do município, porém, não especificaram que impactos seriam estes, alertando para a necessidade de um planejamento. Já, proprietários rurais e sítiantes fizeram referência a alguns impactos positivos importantes.

8.2.3. Os Impactos Negativos

Entre os impactos negativos citados pelo poder público municipal, pelos órgãos públicos e organizações não governamentais há destaque para a questão do lixo e da devastação das florestas, bem como, para a poluição dos rios e a alteração dos recursos hídricos.

Os impactos negativos citados à fauna e a flora do município, foram:

- coleta de plantas e/ou animais nos passeios e trilhas;
- construção de equipamentos e instalações turísticas inadequadas comprometendo a autenticidade e prejudicando à fauna e à flora local;
- abertura de estradas e transformação nos recursos naturais como furnas ou cachoeiras, comprometendo a autenticidade local;
- acúmulo de lixo nas trilhas e áreas de preservação permanente, deixado pelos turistas;
- suprimento da vegetação por extrapolar a capacidade de carga dos equipamentos turísticos;
- alteração nos cursos dos rios ou quedas d' água;
- construção de equipamentos e instalações turísticas em áreas de preservação permanente como, faixa ao longo dos rios e ao redor das nascentes, topos de morros e áreas de parques nacionais ou reservas ecológicas, causando o desmatamento da flora existente no local;
- poluição dos rios pela carga de esgotos cloacal ou de cozinhas e restos de alimentos que são lançados em suas águas, ou ainda, pela presença de pocilgas ou fossas próximos aos rios e nascentes, gerando um acúmulo de matéria orgânica que diminui o nível de oxigênio nas águas;
- coleta durante as trilhas de espécies da flora nativa, como orquídeas e bromélias, pondo em risco algumas dessas espécies ou diminuindo a sua incidência no local;
- prejudicar espécies da fauna e da flora local com comportamento inadequado nas trilhas e passeios, como por exemplo, fazendo excesso de barulho nos entretenimentos (palmas, tiros, assobios, música, apito, etc.), afugentando os animais de seus ninhos e refúgios;
- invasão de espécies exóticas de peixes introduzidas nos pesque-pagues para os recursos hídricos da região que irão concorrer com as espécies nativas por alimentos e, até mesmo predando estas espécies e contribuindo para a sua escassez ou diminuição;
- acúmulo de lixo nas matas, nas margens dos caminhos e das trilhas, nos rios e parques, poluindo o meio ambiente;
- poluição de rios na construção de hotéis e pousadas.

Os impactos negativos citados são bastante significativos, porém precisam ser trabalhados com os demais segmentos sociais que demonstraram dificuldade em percebê-los, principalmente os proprietários rurais que estão diretamente envolvidos no projeto e estarão iniciando em breve a construção de instalações e equipamentos turísticos em suas propriedades.

Na seqüência, serão citados outros impactos negativos que poderão ocorrer no meio biológico em conseqüência da atividade de turismo rural no município (RUSCHMANN, 1997; RUSCHMANN apud RODRIGUES, 1997; Manual de Municipalização do Turismo, e Programa SEBRAE de Turismo, 1997):

- comprometimento de ecossistemas sensíveis pelo desrespeito à capacidade de carga dos mesmos;
- deterioração da paisagem natural pelas edificações;
- processos erosivos (degradação do solo) pela construção de edificações, estradas, pontes, trilhas, etc;
- eliminação de florestas e aterro de banhados em conseqüência da especulação imobiliária pela valorização de novas áreas;
- afugentamento de espécies da fauna aquática pelo intenso barulho e movimento das águas em conseqüência do uso de embarcações movidas a combustível e dos banhistas;
- poluição dos recursos hídricos pelo vazamento de óleo e gasolina das embarcações e pelo uso de sabonetes e detergentes pelos turistas, comprometendo sua pureza e a vida da fauna e da flora aquática;
- suprimimento da vegetação pelo pisoteio excessivo e compactação do solo nas trilhas e locais de passeio;
- compactação do solo pelas trilhas, alterando sua capacidade de sustentar a vida vegetal e animal associada;
- erosão provocada pelo escoamento de água ao longo da superfície "lisa" das trilhas;
- interferência nas rotas de deslocamento dos animais e destruição de abrigos em conseqüência da multiplicação de trilhas;

- erosão e desabamento de terra provocados pelas águas correntes que descem das estradas e construções nas encostas das montanhas;
- modificação da paisagem pelo efeito visual da construção de estradas e edificações;
- desvio nos cursos d' água, provocando valas profundas na época das chuvas em consequência do desmatamento e da modificação da cobertura vegetal do solo;
- poluição do ar provocada pelos motores, pela produção e pelo consumo de energia;
- poluição sonora causada pelos motores de veículos, assustando os animais e provocando a sua fuga de ninhos e refúgios;
- ocorrência de vandalismo prejudicando a fauna e a flora;
- coleta de frutas, plantas e flores nas áreas de lazer;
- ocorrência de incêndios nas áreas mais secas, provocados por fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros, destruindo a fauna e a flora;
- alteração da temperatura e da luminosidade das cavernas e grutas e aparecimento de fungos nas rochas causados pelos sistemas de iluminação, prejudicando a fauna e a flora desses ambientes;
- alteração das condições naturais e poluição visual pela ocorrência de pinturas e rasuras nas rochas ao ar livre, dentro das cavernas e grutas, onde os turistas querem registrar sua passagem;
- erosão de encostas devido ao mau traçado e à falta de drenagem das trilhas;
- alimentação dos animais mais dóceis pelos turistas com produtos com conservantes que constituem uma dieta estranha à dieta silvestre habitual, causando mudança de comportamento, dependência, provocando doenças e até a morte;
- o lixo e o abandono de restos de alimentos ao ar livre atraem insetos, provocam mau cheiro e cultivam fungos e bactérias;
- caça e pesca ilegais, em locais e épocas proibidas gerando competição com predadores naturais, diminuindo a incidência de espécies da fauna, ou até mesmo, contribuindo para a sua extinção;
- problemas de saúde pelo acúmulo de lixo;
- irritabilidade dos moradores locais pelo fluxo de turistas;

- desmatamento pelo aumento da demanda de matéria prima, tanto para indústrias que usam a lenha como fonte de energia, como para aquelas que fabricam casas, móveis e produzem artigos de madeira em função do crescimento econômico do município;
- aumento no consumo de energia, podendo levar à instalação de novas usinas hidrelétricas, desmatamento nos casos em que a madeira é utilizada como combustível e poluição visual causada pelas redes elétricas
- alteração no ritmo circadiano dos animais causada pelo excesso de iluminação externa;
- vida selvagem a depender do lixo;
- poluição das águas pelos dejetos de animais, cujos currais localizam-se em áreas próximas aos rios;
- perturbação da fauna e flora aquáticas, no caso das trilhas realizadas total ou parcialmente no leito dos rios e até mesmo pela simples passagem em determinados pontos;

8.2.4. Os Impactos Positivos

Os impactos positivos citados, apesar de poucos, são significativos, demonstrando que existe percepção em relação a este aspecto, principalmente por parte do poder público municipal e dos órgãos públicos do município.

Os impactos positivos citados à fauna e à flora do município, foram:

- conhecimento a respeito da biodiversidade e maior conscientização para a sua conservação;
- campanhas de reflorestamento para a recomposição das matas ciliares dos rios;
- proibição da prática de caça;
- maior conhecimento sobre o ciclo de vida dos seres vivos e respeito aos mesmos;
- conhecimento da biodiversidade local e respeito à fauna e à flora da região;

- diminuição ou eliminação do uso de agrotóxicos nas propriedades envolvidas diretamente no projeto, visando a comercialização de produtos sem agrotóxicos, bem como, uma alimentação mais saudável para os turistas e para os proprietários rurais;
- responsabilidade dos proprietários rurais em cuidar mais das matas e dos animais;

Em relação a este último item citado é importante frisar que muitos proprietários rurais já admitiram ter mudado de comportamento, sendo que alguns deles que praticavam a caça, que é bastante comum na região, deixaram de caçar e também não permitem mais a presença de caçadores nas suas propriedades.

Na seqüência, serão citados outros impactos positivos que poderão ocorrer no meio biológico, em conseqüência da atividade de turismo rural no município (RUSCHMANN, 1997; RUSCHMANN apud RODRIGUES, 1997; Manual de Municipalização do Turismo, e Programa SEBRAE de Turismo, 1997):

- as comunidades receptoras passam a sentir orgulho da originalidade dos recursos naturais da sua localidade e de suas características culturais, engajando-se em campanhas preservacionistas e fiscalizando as ações destruidoras dos visitantes, atuando como guias dos passeios pelas matas;
- a criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos;
- os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais;
- promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas, a fim desenvolver atividades como o ecoturismo;
- a renda da atividade turística, tanto indireta como direta, proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos da chamada tecnologia limpa e outras medidas preservacionistas;
- ecologicamente percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza;

- a criação de áreas e entidades (governamentais e não-governamentais) de proteção da fauna e da flora;
- campanhas e programas de educação ambiental para crianças, adultos, turistas e moradores locais;
- a atuação de ambientalistas que se engajam nos programas de turismo rural, em especial de ecoturismo, trabalhando como guias e instrutores na orientação e educação ambiental das comunidades locais e dos turistas e, muitas vezes, tornam-se proprietários e administradores de seus próprios empreendimentos;
- coleta de lixo;
- construção de fossas sanitárias;
- melhoria na qualidade de vida das pessoas;

8.2.5. As Ações para Minimizar os Impactos Negativos

Quanto as ações que poderiam ser desenvolvidas para minimizar os impactos negativos à fauna e à flora do município, é importante frisar que esta questão foi apresentada somente ao poder público municipal, aos órgãos públicos do município e às organizações não governamentais que são os maiores responsáveis por esta questão.

Observa-se diferentes enfoques em relação as ações a serem desenvolvidas pelos três segmentos. O poder público municipal enfatiza as ações educativas, de conscientização, junto aos proprietários rurais e turistas. Já, os órgãos públicos enfatizam a necessidade de um acompanhamento por parte dos órgãos e instituições competentes. As organizações não governamentais citaram algumas ações específicas, bem como, a importância da orientação aos proprietários rurais.

As ações a serem desenvolvidas para minimizar os impactos negativos à fauna e à flora do município citadas foram:

- trabalhar a consciência dos proprietários rurais, através de visitas, palestras e cursos ;
- trabalho educativo junto aos turistas;

- informar o poder público municipal, estadual e federal sobre a existência de pesque-pagues, trilhas, etc, para que tais atividades ou equipamentos sejam implantados em locais adequados com sistemas de prevenção e minimização dos impactos negativos, como a questão dos esgotos, lixos, etc.
- ao realizar trilhas que envolvem regiões de parques, ou áreas limítrofes a parques, informar e pedir autorização ao IBAMA, que é o órgão responsável pela administração dessas áreas;
- consultar o órgão ambiental sobre a necessidade de licenciamento para a construção de pousadas ou pesque-pagues de maior porte;
- desenvolvimento de projetos dos alunos do curso de pós médio em turismo rural da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, nas propriedades, prestando orientação técnica aos proprietários rurais;
- não permitir que os turistas realizem atividades como passeios ou trilhas nas propriedades sem o acompanhamento de guias;
- trabalho de educação ambiental aos turistas antes de realizarem trilhas;
- regulamentação da atividade turística pelo poder público municipal;
- colocação de lixeiras em locais adequados;
- intensificar a fiscalização ambiental;
- orientar melhor os proprietários rurais.

As ações apresentadas são importantes e revelam que existe, de certa forma, a consciência de que elas podem e devem ser desenvolvidas para minimizar os impactos negativos à fauna e à flora do município. É importante lembrar que algumas destas ações já estão sendo desenvolvidas no município, principalmente as ações educativas, junto aos proprietários rurais que vêm ocorrendo desde o início da implementação do projeto.

Como aspecto negativo observa-se pouca ênfase ao planejamento da atividade turística e a orientação técnica aos proprietários rurais. Em contrapartida, uma sugestão bastante interessante entre outras que foram apresentadas, é sem dúvida, a regulamentação da atividade turística pelo poder público municipal.

Outras ações importantes que poderão ser desenvolvidas visando minimizar os impactos negativos da atividade de turismo rural sobre a fauna e a flora do

município, são as seguintes (RUSCHMANN, 1997; RUSCHMANN apud RODRIGUES, 1997; Manual de Municipalização do Turismo, e Programa SEBRAE de Turismo, 1997):

- conscientizar e sensibilizar a população;
- elaborar uma legislação específica para a proteção do meio ambiente e zelar pela sua aplicação;
- assegurar o tratamento das águas servidas, construindo estações de depuração e evitando o lançamento de esgotos nos rios, bem como, providenciando o tratamento adequado de resíduos sólidos com técnicas de compostagem, fossas sépticas ou tanques de biogás;
- limpar, proteger e conservar as áreas turísticas;
- desenvolver estudos do impacto do turismo na fauna e na flora e determinar sua capacidade de carga nos espaços naturais;
- evitar as grandes aglomerações de turistas e as concentrações de equipamentos;
- regulamentar a construção de equipamentos;
- incentivar o desenvolvimento de uma arquitetura adequada às tradições das localidades;
- estimular a prioridade do transporte público às destinações turísticas;
- criar zonas naturais protegidas de motorização;
- regulamentar o tráfego de veículos particulares nas localidades turísticas;
- limitar a navegação turística motorizada;
- o trajeto das estradas e trilhas deve atentar para o valor cênico, permitindo boa visibilidade da topografia, vegetação, rios etc, porém respeitando o meio ambiente e as suas peculiaridades, evitando cortes e aterros;
- desenvolver uma educação ambiental voltada ao turismo com os turistas e com as comunidades receptoras;
- intensificar a fiscalização dos empreendimentos e programas voltados ao turismo;
- capacitar recursos humanos;
- criação de trilhas interpretativas guiadas;

- determinar a capacidade de suporte ecológica das trilhas;
- identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções em novos projetos;
- cuidar dos impactos ambientais resultantes da arquitetura, construção e operação dos equipamentos turísticos;
- praticar a economia no consumo de energia;
- reduzir e reciclar o lixo;
- controlar o consumo de água fresca e o consumo das servidas;
- evitar o consumo excessivo de alimentos;
- elaborar um projeto global para o desenvolvimento do turismo com uma visão de longo prazo, envolvendo todos os atores locais;
- intensificar as ações do planejamento turístico, para que, com base nas ações propostas, implantem-se os equipamentos necessários e evitem-se as construções temporárias;
- concentrar o desenvolvimento turístico em centros gravitacionais, ambientalmente mais resistentes, em vez de dispersar a implantação de equipamentos e atividades por áreas muito extensas que agridem os ecossistemas mais frágeis;
- fixar a capacidade de carga das paisagens, determinando o limite de desenvolvimento ideal para a proteção da fauna e flora local na construção de instalações e equipamentos turísticos;
- avaliar sistematicamente os custos e benefícios ecológicos do desenvolvimento turístico, fornecendo projetos que atendam aos objetivos gerais propostos para a comunidade;
- preservar as florestas, considerando sua importância na configuração das paisagens, mantendo-as livres de construções e abertas à visita controlada do público;
- proteger as águas superficiais e subterrâneas de qualquer tipo de poluição, por meio de uma legislação rigorosa para sua captação e distribuição e para o tratamento de esgotos e outros afluentes;
- superar os entraves econômicos e burocráticos governamentais que dificultam a preservação de áreas particulares de alto valor paisagístico, de modo que

sejam desapropriadas ou compradas pelo poder público a preços reais, a fim de evitar sua utilização na especulação imobiliária ou sua destruição para a construção de equipamentos turísticos;

- incluir no valor dos pacotes turísticos, uma " taxa verde ", que vai contribuir como subsídio nos custos de ações que visem conservar o meio ambiente;
- incentivar a ocupação plena das unidades de hospedagens existentes, evitando a construção de novos equipamentos e a ocupação de novos espaços que poderiam permanecer livres e intactos;
- melhorar a arquitetura dos equipamentos turísticos, integrando-os às paisagens tanto no estilo como nos materiais e nas cores utilizadas;
- controlar e diminuir a emissão de gases e outros poluentes;
- utilização de papel reciclado nos folhetos e folders contribuem na conscientização ambiental dos turistas;
- criar zonas de descanso e de recreação protegidas da motorização;
- situar as construções de modo a evitar o corte de árvores importantes e a minimizar a descontinuidade visual;
- sempre que possível, utilizar árvores cuja queda foi natural;
- nas trilhas, deve-se respeitar os padrões de deslocamento, os habitats da vida selvagem, o controle da erosão, bem como reduzir os pontos de travessia de rios e riachos;
- as edificações devem respeitar as áreas de preservação permanente ao longo dos rios e no alto dos morros e devem ser espaçadas, a fim de permitir o deslocamento dos animais e o crescimento da floresta;
- providenciar material informativo no início das trilhas como folders ou painéis que estabeleçam claramente as regras de comportamento e orientem o visitante na apreciação da natureza;
- sempre que possível, substituir as trilhas por passarelas de tábuas que amenizam os impactos em ecossistemas mais frágeis;
- pastos , currais e cocheiras para cavalos e outros animais de pastejo devem estar localizados de modo a não poluir os mananciais e outros recursos hídricos;

- a iluminação do local deve ser limitada e controlada a fim de evitar interferências nos ritmos circadianos dos animais;
- sempre que possível, utilizar soluções de baixa tecnologia;
- elaborar um código de conduta para os visitantes, que instrua sobre as características gerais e o comportamento adequado em relação ao meio ambiente;
- o planejamento das instalações deve refletir preocupações ambientais no que se refere ao uso da madeira e de outros materiais de construção;
- as instalações devem ser projetadas de forma a permitir ventilação e iluminação naturais, evitando o consumo desnecessário de energia;
- providenciar nas cabeceiras das trilhas, sanitários e recipientes para coleta de lixo ambientalmente adequados;
- providenciar métodos para a remoção do lixo que não prejudiquem o meio ambiente;
- promover o consumo racional de água;
- sempre que possível, buscar fontes de energia alternativas (placas solares, energia eólica, etc.);
- optar por embalagens menos poluentes e evitar o seu excesso na comercialização de produtos aos turistas;
- providenciar um sistema organizado de prevenção de incêndios nas dependências e pousadas;
- organizar um sistema de produção vegetal para ajardinamento e/ou reflorestamento, cujas mudas poderão ser comercializadas;
- reaproveitar o lixo orgânico para a produção de húmus;
- utilizar produtos de limpeza menos poluentes;
- proibir a caça e a pesca ilegais;

O quadro a seguir, apresenta uma síntese dos principais fatores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística no município, seus respectivos impactos negativos no meio biológico e algumas ações que poderiam ser desenvolvidas para minimizar estes impactos.

Quadro 41. Impactos Negativos da Atividade Turística Sobre o Meio Biológico e Ações para Minimizar Estes Impactos.

Fator envolvido	Impacto negativo no meio biológico	Ações para minimizar os impactos negativos
Coleta de recordações	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Coleta de plantas, frutas, flores e animais nos passeios, trilhas e áreas de lazer <input type="checkbox"/> Coleta durante as trilhas de espécies da flora nativa, como orquídeas e bromélias, pondo em risco algumas dessas espécies ou diminuindo a sua incidência no local 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Não permitir a realização de trilhas ou passeios, sem o acompanhamento de guias <input type="checkbox"/> Educação ambiental aos turistas antes de realizarem as trilhas e passeios <input type="checkbox"/> Criação de trilhas interpretativas guiadas <input type="checkbox"/> Organizar viveiro de mudas para ajardinamento e reflorestamento
Construção de estradas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Transformação de recursos naturais e modificação da paisagem <input type="checkbox"/> Erosão e desabamento de terra provocados pelas águas correntes que descem das estradas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O trajeto das estradas deve atender para o valor cênico, porém respeitando o meio ambiente e suas peculiaridades, evitando cortes e aterros
Construção de instalações e equipamentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Transformação nos recursos naturais como furnas ou cachoeiras, prejudicando à fauna e a flora local <input type="checkbox"/> Alteração nos cursos dos rios ou quedas d' água <input type="checkbox"/> Construção em áreas de preservação permanente como, faixas ao longo dos rios, ao redor de nascentes, topos de morros e áreas de parques nacionais <input type="checkbox"/> Poluição de rios <input type="checkbox"/> Deterioração da paisagem natural e desmatamento <input type="checkbox"/> Processos erosivos <input type="checkbox"/> Desabamento de terra provocados pelas águas correntes que descem das construções nas encostas <input type="checkbox"/> Desvio nos cursos d'água provocando valas profundas na época das chuvas, em consequência do desmatamento <input type="checkbox"/> Alteração da temperatura e da luminosidade das cavernas e grutas e aparecimento de fungos nas rochas, causados pelo sistemas de iluminação <input type="checkbox"/> Alteração no ritmo circadiano dos animais causada pelo excesso de iluminação externa 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Consultar o órgão ambiental sobre a necessidade de licenciamento, em caso de construções de maior porte <input type="checkbox"/> Evitar as grandes aglomerações de turistas e as concentrações de equipamentos <input type="checkbox"/> Regular a construção de equipamentos <input type="checkbox"/> Incentivar o desenvolvimento de uma arquitetura adequada às tradições das localidades <input type="checkbox"/> Identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções em novos projetos <input type="checkbox"/> Cuidar dos impactos ambientais resultantes da arquitetura, construção e operação dos equipamentos turísticos <input type="checkbox"/> Realizar um planejamento turístico implementando equipamentos necessários e evitando construções temporárias <input type="checkbox"/> Concentrar o desenvolvimento turístico em áreas ambientalmente mais resistentes, evitando dispersar em áreas extensas, agredindo ecossistemas mais frágeis <input type="checkbox"/> Preservar as florestas, considerando sua importância

		<p>na configuração das paisagens, mantendo-as livres de construções</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Desapropriação ou compra pelo poder público, à preços reais de áreas particulares de alto valor paisagístico para evitar a especulação imobiliária e a construção de equipamentos turísticos <input type="checkbox"/> Estimular a ocupação plena das unidades de hospedagem existentes, evitando a construção de novos equipamentos <input type="checkbox"/> Melhorar a arquitetura dos equipamentos turísticos, integrando-os às paisagens, tanto no estilo como nos materiais e cores utilizadas <input type="checkbox"/> situar as construções de modo a evitar o corte de árvores importantes e a minimizar a descontinuidade visual <input type="checkbox"/> respeitar as áreas de preservação permanente ao longo dos rios e no alto dos morros e devem ser espaçadas a fim de permitir o deslocamento de animais e o crescimento da floresta <input type="checkbox"/> limitar e controlar a iluminação externa, a fim de evitar interferências nos ritmos circadianos dos animais <input type="checkbox"/> o planejamento da instalações deve refletir preocupações ambientais, no que se refere ao uso da madeira e de outros materiais de construção
Aumento no consumo de energia	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Instalação de novas usinas hidrelétricas causando transtorno em ecossistemas aquáticos <input type="checkbox"/> Desmatamento pelo aumento do consumo de madeira nos casos em que esta é utilizada como combustível <input type="checkbox"/> Poluição visual causada pelas redes elétricas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> sempre que possível, utilizar árvores cuja queda foi natural <input type="checkbox"/> sempre que possível, utilizar soluções de baixa tecnologia <input type="checkbox"/> as instalações devem ser projetadas de forma a permitir ventilação e iluminação naturais, evitando o consumo desnecessário de energia <input type="checkbox"/> sempre que possível, buscar fontes de energia alternativas (placas solares, energia eólica, etc.) <input type="checkbox"/> praticar economia no consumo de energia <input type="checkbox"/> promover o consumo racional de água
Lixo espalhado	<input type="checkbox"/> acúmulo de lixo nas matas, nas	<input type="checkbox"/> colocação de lixeiras em locais

	<p>margens dos caminhos, nos rios e parques, poluindo o meio ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> o lixo e o abandono de restos de alimentos ao ar livre atraem insetos, provocam mau cheiro e cultivam fungos e bactérias <input type="checkbox"/> problemas de saúde pelo acúmulo de lixo <input type="checkbox"/> vida selvagem a depender do lixo 	<p>adequados</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> limpar, proteger e conservar as áreas turísticas <input type="checkbox"/> reduzir e reciclar o lixo <input type="checkbox"/> evitar o consumo excessivo de alimentos <input type="checkbox"/> providenciar métodos para a remoção do lixo que não prejudiquem o meio ambiente <input type="checkbox"/> optar por embalagens menos poluentes e evitar o seu excesso na comercialização de produtos aos turistas <input type="checkbox"/> reaproveitar o lixo orgânico para a produção de húmus
Extrapolar à capacidade de carga	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> suprimento da vegetação <input type="checkbox"/> comprometimento de ecossistemas sensíveis <input type="checkbox"/> irritabilidade dos moradores locais pelo fluxo de turistas <input type="checkbox"/> agravamento dos problemas ambientais: aumento na produção de lixo e esgotos, aumento no consumo de energia, poluição sonora, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> desenvolver estudos do impacto do turismo na fauna e na flora e determinar sua capacidade de carga nos espaços naturais <input type="checkbox"/> fixar a capacidade de carga das paisagens, determinando o limite de desenvolvimento ideal para a proteção da fauna e flora local na construção de instalações e equipamentos turísticos
Ausência de tratamento de esgotos e dejetos	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> poluição dos rios pela carga de esgotos cloacal ou de cozinhas e restos de alimentos que são lançados em suas águas, ou ainda pela presença de pocilgas ou fossas próximas aos rios e nascentes, gerando um acúmulo de matéria orgânica que diminui o nível de oxigênio das águas <input type="checkbox"/> poluição das águas pelos dejetos de animais dos currais <input type="checkbox"/> poluição dos recursos hídricos pelo uso de sabonetes e detergentes prejudicando fauna e flora aquáticas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> assegurar o tratamento das águas servidas construindo estações de depuração e evitando o lançamento de esgotos nos rios, bem como, providenciando o tratamento adequado de resíduos com técnicas de compostagem, fossas sépticas ou tanques de biogás <input type="checkbox"/> pastos, currais e cocheiras para cavalos e outros animais de pastejo devem estar localizados de modo a não poluir os mananciais e outros recursos hídricos <input type="checkbox"/> utilizar produtos de limpeza menos poluentes <input type="checkbox"/> proteger as águas superficiais e subterrâneas de qualquer tipo de poluição, por meio de uma legislação rigorosa para sua captação e distribuição e para o tratamento de esgotos e outros afluentes
Ruído dos turistas em seus entretenimentos	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> afugentar os animais de seus ninhos e refúgios, prejudicando espécies da fauna e da flora local <input type="checkbox"/> afugentamento de espécies da fauna aquática pelo intenso barulho dos banhistas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> providenciar material informativo no início das trilhas que estabeleçam claramente as regras de comportamento e orientem o visitante na apreciação da natureza <input type="checkbox"/> elaborar um código de conduta

		para os visitantes, que instrua sobre as características gerais e o comportamento adequado em relação ao meio ambiente
Presença de veículos motorizados (aquáticos e terrestres)	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> afugentamento de espécies da fauna aquática pelo intenso barulho e movimento das águas <input type="checkbox"/> poluição dos recursos hídricos pelo vazamento de óleo e gasolina das embarcações, comprometendo a pureza das águas e a vida aquática <input type="checkbox"/> poluição do ar <input type="checkbox"/> poluição sonora assustando os animais e provocando a sua fuga de ninhos e refúgios 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> estimular a prioridade do transporte público <input type="checkbox"/> criar zonas naturais protegidas de motorização <input type="checkbox"/> regulamentar o tráfego de veículos particulares nas localidades turísticas <input type="checkbox"/> limitar a navegação turística motorizada
Pesque-pagues	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> invasão de espécies exóticas introduzidas nos pesque-pagues para os recursos hídricos da região competindo por alimento e predando as espécies nativas contribuindo para a sua escassez ou diminuição 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> informar o poder público municipal, estadual e federal sobre a existência de pesque-pagues, para que tais atividades ou equipamentos sejam implantados em locais adequados, com sistemas de prevenção e minimização dos impactos negativos, como a questão dos esgotos, lixos, etc
Especulação imobiliária	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> eliminação de florestas e aterro de banhados em consequência da especulação imobiliária pela valorização de novas áreas <input type="checkbox"/> construção em áreas de preservação permanente <input type="checkbox"/> desmatamento e deterioração da paisagem <input type="checkbox"/> desmatamento em função do aumento do consumo de matéria prima para as indústrias que utilizam a madeira na construção de casas e fabricação de móveis 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Incentivar o desenvolvimento de uma arquitetura adequada às tradições das localidades <input type="checkbox"/> Preservar as florestas, considerando sua importância na configuração das paisagens, mantendo-as livres de construções <input type="checkbox"/> Desapropriação ou compra pelo poder público, à preços reais de áreas particulares de alto valor paisagístico para evitar a especulação <input type="checkbox"/> situar as construções de modo a evitar o corte de árvores importantes e a minimizar a descontinuidade visual <input type="checkbox"/> as edificações devem respeitar as áreas de preservação permanente ao longo dos rios e no alto dos morros e devem ser espaçadas a fim de permitir o deslocamento de animais e o crescimento da floresta
Trilhas	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> acúmulo de lixo deixado pelos turistas <input type="checkbox"/> suprimento da vegetação pelo pisoteio excessivo e compactação do solo <input type="checkbox"/> compactação do solo alterando a sua capacidade de sustentar a vida vegetal e animal associada 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> informar o poder público municipal, estadual e federal sobre a existência de trilhas, para que esta seja implantada em locais adequados, com sistemas de prevenção e minimização dos impactos negativos

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> erosão provocada pelo escoamento de água ao longo da superfície lisa <input type="checkbox"/> interferência nas rotas de deslocamento dos animais e destruição de abrigos <input type="checkbox"/> erosão das encostas devido ao mau traçado e à falta de drenagem das trilhas <input type="checkbox"/> perturbação da fauna e flora aquáticas, no caso das trilhas realizadas total ou parcialmente no leito dos rios e até mesmo pela simples passagem em determinados pontos 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> ao realizar trilhas que envolvem regiões de parques, ou áreas limítrofes a parques, informar e pedir autorização ao IBAMA que é o órgão responsável pela administração dessas áreas <input type="checkbox"/> o trajeto das trilhas deve atentar para o valor cênico, permitindo boa visibilidade da topografia, vegetação, etc., porém, respeitando o meio ambiente e as suas peculiaridades, evitando cortes e aterros <input type="checkbox"/> determinar a capacidade de suporte ecológica das trilhas <input type="checkbox"/> nas trilhas deve-se respeitar os padrões de deslocamento, os habitats da vida selvagem, o controle da erosão, bem como, reduzir os pontos de travessia de rios e riachos <input type="checkbox"/> sempre que possível, substituir as trilhas por passarelas de tábuas que amenizam os impactos em ecossistemas mais frágeis <input type="checkbox"/> providenciar nas cabeceiras das trilhas, sanitários e recipientes para coleta de lixo ambientalmente adequados
Vandalismo	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> depredação da fauna e flora <input type="checkbox"/> alteração das condições naturais e poluição visual pela ocorrência de pinturas e rasuras nas rochas ao ar livre, dentro das cavernas e grutas, onde os turistas querem registrar sua passagem 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> elaborar um código de conduta para os visitantes, que instrua sobre as características gerais e o comportamento adequado em relação ao meio ambiente
Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> destruição da fauna e flora 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> providenciar um sistema de prevenção de incêndios nas dependências e pousadas <input type="checkbox"/> elaborar um código de conduta para os visitantes, que instrua sobre as características gerais e o comportamento adequado em relação ao meio ambiente
Alimentação de animais	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> os produtos com conservantes constituem uma dieta estranha à dieta silvestre habitual dos animais, causando mudança de comportamento, dependência, provocando doenças e até a morte 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> elaborar um código de conduta para os visitantes, que instrua sobre as características gerais e o comportamento adequado em relação ao meio ambiente
Caça e pesca ilegais	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> competição com predadores naturais diminuindo a incidência de espécies da fauna, ou até mesmo, contribuindo para a sua extinção 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> proibição da caça e pesca ilegais

As ações de caráter educativo junto à comunidade e aos turistas não foram relacionadas no quadro acima, pois entende-se que as mesmas, devem ocorrer sistematicamente ao longo de todo o processo e são absolutamente fundamentais na prevenção e minimização dos impactos negativos da atividade turística.

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Através do presente trabalho, que consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, pode-se constatar que a atividade de Turismo Rural no município de Jacinto Machado já é uma realidade.

O município que já viveu o seu apogeu econômico em décadas recentes, onde a qualidade de vida da população era bem superior a observada nos dias de hoje, parece ter se conscientizado da importância do Turismo Rural como alternativa de desenvolvimento e como uma possibilidade real de recuperação da melhoria da qualidade de vida de sua população.

A boa divulgação do projeto na comunidade e o otimismo demonstrado pelos diversos atores envolvidos, foram aspectos marcantes observados no decorrer da pesquisa.

O trabalho desenvolvido, até o presente momento, pelos diversos órgãos públicos e entidades, especialmente pela Prefeitura Municipal e pela Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, parece ter alcançado o resultado desejado, que em síntese, podemos afirmar, consistiu basicamente em conscientizar a comunidade da importância da atividade turística como fonte de renda e crescimento econômico, bem como, reconhecer as belezas naturais do município como um potencial riquíssimo a ser aproveitado na atividade de Turismo Rural.

A partir daí, o Turismo Rural passou a ser discutido com os diversos segmentos sociais do município, abordando-se em linhas gerais, aspectos como: definições, princípios, normas, procedimentos, bem como, o contato com outros municípios que já desenvolvem esta experiência a algum tempo.

Os frutos do trabalho realizado surgiram. Os proprietários rurais vêm recebendo, já faz algum tempo, turistas em suas propriedades atraídos principalmente pela exuberância das belezas naturais, reafirmando a vocação principal do município para a modalidade de ecoturismo que é complementada pelo agroturismo.

Conforme já foi discutido, as propriedades que desenvolvem o turismo rural não podem abandonar suas atividades produtivas. Em Jacinto Machado, esse

cuidado também deve ser tomado. É evidente que o município não pode e não deve abrir mão de suas atividades agropecuárias, que são a vocação primeira e a grande responsável por toda a sua riqueza. O Turismo Rural deve ser compreendido como complemento às demais atividades produtivas e como uma forma de diversificar a propriedade, onde o proprietário além de cultivar a terra, otimiza os seus recursos, utilizando também a paisagem.

Com relação aos impactos negativos que a atividade turística pode trazer à fauna e à flora do município, observou-se que, de certa forma, são percebidos especialmente pelo poder público municipal e pelos órgãos públicos que demonstraram maior clareza na identificação desses impactos, o que é compreensível, uma vez que o nível de formação desses profissionais, bem como as exigências inerentes às funções e cargos exercidos nestes segmentos, permitem maior informação e conseqüentemente, maior compreensão acerca do assunto. É necessário, no entanto, aprofundar a discussão, principalmente com os segmentos dos empresários, comerciantes e proprietários rurais que demonstraram dificuldades em perceber esta relação.

A visão apresentada por muitos entrevistados de que o turista é alguém bonzinho, que vai atuar como um anjo protetor da natureza, precisa ser desmistificada. O turista, geralmente faz uma avaliação puramente estética do ambiente e como qualquer leigo no assunto é incapaz de perceber as complexas interações e relações dos seres vivos com o mesmo, bem como, a fragilidade dos nossos ecossistemas. O turista, mesmo sendo amante das beleza naturais e das paisagens, traz consigo toda a cultura consumista do meio urbano e, muitas vezes, é incapaz de expressar toda esta sua admiração pela natureza em gestos concretos de respeito para com ela. Muitos acreditam ainda, que o fato de estarem pagando pelos serviços, lhes exime de quaisquer responsabilidades para com a qualidade do ambiente no qual se encontram.

O trabalho educativo de conscientização em relação à conservação do meio ambiente, que já vêm sendo realizado desde o início, precisa ser assumido com maior clareza e determinação, estendendo-o à comunidade e também aos turistas. Neste sentido, a educação ambiental formal e/ou informal e a inserção de programas

e temas no currículo escolar das escolas municipais voltados à questão do turismo e do meio ambiente têm importância estratégica.

Assumir a vocação turística já demonstrada pelo município exige, no entanto, repensar o seu modelo de desenvolvimento que é baseado principalmente no setor primário e este, talvez, seja o maior desafio a ser assumido pelo poder público municipal. O município terá que necessariamente se antecipar à discussão que, mais cedo ou mais tarde, todos terão que travar no sentido de construir uma agricultura sustentável que leve em consideração à conservação dos recursos naturais e à qualidade de vida desta e das futuras gerações.

A cultura do arroz irrigado que se destaca no município, sendo responsável em grande parte pelo seu crescimento econômico é também responsável pela poluição dos rios, comprometendo seriamente os recursos hídricos do município, a fauna e a flora desses ambientes e o abastecimento de água para a população num curto período de tempo. É preciso buscar alternativas sustentáveis para o cultivo do arroz, como por exemplo, a rizipiscicultura, bem como, para as demais culturas que são potencialmente mais impactantes para o meio ambiente. Caso contrário, corre-se o risco de se comprometer seriamente o futuro da atividade turística no município pela deterioração dos recursos naturais, que se constituem na matéria-prima primordial para a realização desta atividade.

Outro aspecto igualmente importante e ainda mais urgente a ser observado pelo poder público municipal é o investimento em obras de infra-estrutura e saneamento básico, como: melhoramento e conservação das estradas e vias de acesso às propriedades e pontos turísticos e a construção de redes para a captação dos esgotos e das águas pluviais. A questão do lixo precisa ser melhor equacionada, principalmente no que se refere ao seu destino e disposição e a coleta na área rural.

Para que a atividade de Turismo Rural assuma de fato o caráter profissional como é desejado, é fundamental que a orientação técnica seja prioridade. Neste sentido, o município conta com parceiros importantes, como: o SEBRAE, a CIDASC, a EPAGRI e a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, entre outros. O município precisa aproveitar o potencial que a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio dispõe e, para tanto, precisa aprofundar a relação de parceria existente, de forma que o

projeto de Turismo Rural no município funcione como uma espécie de laboratório para o curso de turismo rural em funcionamento na escola.

O Poder Público Municipal tem uma enorme responsabilidade para com o futuro da atividade turística no município. Cabe a ele conclamar todos os segmentos sociais, a assumirem de fato a sua vocação turística. É preciso ter clareza que o processo é irreversível e que, com ou sem planejamento, a atividade irá se desenvolver, mesmo que à revelia das ações governamentais, o que poderá levar a resultados indesejáveis.

Faz-se imperativo a realização de um trabalho conjunto, envolvendo todos os segmentos na realização de um planejamento turístico, onde todos sejam chamados a refletir sobre o futuro da atividade turística no município, levando toda a comunidade a se comprometer com a sua sustentabilidade, que implica necessariamente, em considerar todos os impactos que essa atividade poderá trazer ao meio ambiente, buscando alternativas no sentido de evitar ou minimizar os impactos negativos.

O planejamento da atividade turística no município é urgente, uma vez que, uma nova fase do projeto está prestes a ser iniciada: a construção de equipamentos turísticos. Assim sendo, o zoneamento, que nada mais é do que um planejamento territorial que tem por objetivo organizar o uso do espaço, é imprescindível no sentido de evitar os inúmeros impactos ambientais que estas edificações poderão causar.

BACAL e MIRANDA apud RODRIGUES (1997), apresentam algumas sugestões para um ordenamento jurídico dos municípios com vocação turística e no que tange à questão ambiental recomendam a inserção na Lei Orgânica do Município, dos seguintes aspectos:

- obrigatoriedade de um Plano Diretor de Turismo, observando-se um contexto regional;
- inserir artigos na Lei de Uso e Ocupação do Solo, estabelecendo proteção da comunidade contra a poluição sonora, visual e do meio ambiente;
- propor planos temáticos de conservação ambiental e de turismo;
- criar e desenvolver uma política ambiental;

O aprofundamento do assunto em questão seria extremamente importante através da pesquisa e do estudo de temas, que por uma questão óbvia de delimitação da proposta original e de tempo não puderam ser explorados neste trabalho. Na seqüência serão apresentadas sugestões de temas para a realização de futuros trabalhos que venham a contribuir para o desenvolvimento da atividade turística no município de Jacinto Machado:

- Estudo de capacidade de carga;
- Educação ambiental e turismo;
- Planejamento e marketing turístico;
- Projetos arquitetônicos e paisagísticos para o Turismo Rural;
- Impactos culturais do turismo;
- Impactos econômicos do turismo;
- Saneamento básico e turismo;
- Indicadores de sustentabilidade na atividade turística;
- Informatização do turismo;
- Rizipiscicultura e desenvolvimento sustentável.

Finalmente, entende-se que o município de Jacinto Machado possui as condições climáticas, geográficas, biológicas, paisagísticas, culturais e humanas extremamente favoráveis ao desenvolvimento do Turismo Rural, que poderá transformar-se num caminho promissor nestes tempos difíceis de globalização, capaz de contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes.

ANEXO 1

Formulários de Pesquisa e Pautas para Entrevistas Semi-estruturadas

**FORMULÁRIO DE PESQUISA
PERFIL E PERCEPÇÃO DO SITIANTE DE JACINTO MACHADO
EM RELAÇÃO AO TURISMO**

Entrevistador: _____ Data ____/____/____ Nº _____
Local da entrevista: _____
Localização do sítio: _____

1. Qual sua cidade de residência permanente?

Cidade: _____ UF: _____ País: _____

2. Qual o seu grau de escolaridade?

() analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto
() 3º grau completo () pós-graduado () supletivo

3. Qual a sua profissão?

() funcionário público () func. Em empresa particular () autônomo
() profissional liberal () trabalhador rural () aposentado
() estudante () outros: _____

4. Qual sua renda mensal? Individual R\$ _____ Familiar R\$ _____

5. Geralmente vem à Jacinto Machado :

() só () em família () em grupo
Qual o número de pessoas incluindo você? _____

6. Sexo: () M () F

Do grupo/família: nº de pessoas M _____ nº de pessoas F _____

7. Idade: _____

Do grupo/família: até 18 anos _____ 19 a 30 anos _____ 31 a 40 anos _____
41 a 50 anos _____ 51 a 60 anos _____ mais de 60 anos _____

8. Qual a sua freqüência de visitas a Jacinto Machado?

() semanal () quinzenal () mensal () semestral () anual () apenas nas festas () outra. Qual? _____

9. Qual o tempo médio de permanência em Jacinto Machado?

Horas: _____ Dias: _____

10. Possui funcionários no sítio? () permanentes _____ () temporários _____

São moradores locais? () sim () não

- promover na rede municipal de ensino programas de conscientização turístico-ambiental, visando a formação de agentes multiplicadores.

Outros aspectos de ordem fiscal podem ser incluídos, como por exemplo, a isenção de impostos e taxas para empreendimentos turísticos.

São poucos os municípios que dispõem de uma legislação específica para o turismo e, se tratando do Turismo Rural, a questão é ainda mais grave. O município de Lages, pioneiro na atividade de Turismo Rural no país, já dispõe de uma legislação específica que está em vias de ser aprovada. É preciso buscar soluções, alternativas e intercâmbios com municípios como o de Lages, cuja experiência permite contribuir com municípios como Jacinto Machado, onde a atividade turística encontra-se em fase inicial, e por isso, tem a oportunidade de realizar um planejamento turístico sustentável que esteja comprometido com a qualidade de vida dos seus moradores e a conservação dos recursos naturais.

É importante frisar que todas as ações sejam fiscalizadas pelo poder público e pelo conjunto da sociedade no sentido de garantir o cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas no planejamento, devendo ainda este ser constantemente avaliado e redirecionado pela comunidade, para que seja garantido a sua eficácia enquanto instrumento norteador do desenvolvimento da atividade turística no município.

É preciso acima de tudo, coragem e ousadia para construir o novo. É necessário buscar parcerias e reconhecer que as limitações e dificuldades serão mais facilmente superadas a partir do somatório de ações e atividades que brotam da organização e do coletivo. Neste sentido, deve-se pensar seriamente na realização de um planejamento turístico regional em parceria com outros municípios, que à exemplo de Jacinto Machado, apresentam potencial turístico. Isoladamente será muito difícil converter o município num pólo turístico capaz de atrair turistas dos grandes centros urbanos, que se constituem a principal clientela do turismo rural.

O presente trabalho, que se caracteriza por ser um estudo exploratório, apresenta limitações e não tem a pretensão de responder a todas as questões, bem como, solucionar todos os problemas que com certeza surgirão ao longo do processo.

Cabe destacar que, apesar do rigor utilizado na metodologia empregada para a realização do presente trabalho, o mesmo apresenta algumas limitações.

Na fundamentação teórica as principais limitações encontradas foram:

- Escassez de literatura sobre Turismo Rural;
- Dificuldades na definição e conceituação de Turismo Rural;
- Escassez de literatura sobre os impactos do Turismo Rural, especialmente sobre o meio biológico;
- Escassez de literatura sobre meio biótico e biodiversidade.

As limitações percebidas na realização do estudo de caso foram:

- Carência de dados sobre a área em estudo no município;
- Ausência de trabalhos científicos, como dissertações ou teses de mestrado e doutorado envolvendo a área em estudo e a região;
- Dificuldade na obtenção e sistematização das informações referentes à área de estudo, especialmente pela dispersão dos dados;
- Escassez de literatura sobre a fauna e a flora da área em estudo.

Na realização da pesquisa e na interpretação e discussão dos resultados, as limitações encontradas foram:

- Falta de objetividade na formulação das questões dos formulários de pesquisa;
- Excesso de dados dificultando a interpretação e discussão dos resultados;
- A extensão do município, tornando difícil o acesso, especialmente aos proprietários rurais, que algumas vezes não eram encontrados em suas residências;
- Ausência de dados no município sobre a presença de sítios, dificultando a sua localização.

11. Quais os principais motivos que o levaram a ser sitiante de Jacinto Machado?

12. Como aproveita seu tempo no município?

13. Você tem conhecimento da implementação da atividade turística no município de Jacinto Machado? () sim () não

14. O que você espera em relação à atividade de turismo rural em implementação no município de Jacinto Machado?

15. Caso a atividade de turismo rural venha a se desenvolver no município, você acha que tal atividade pode trazer algum benefício, prejuízo ou ambos para a fauna e a flora do município? () benefício () prejuízo () ambos

Porque: _____

16. Caso haja alguma iniciativa para o planejamento e incentivo ao desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado, como sitiante, estaria disposto a participar?

() sim () não

De que maneira? _____

**FORMULÁRIO DE PESQUISA
PERFIL E PERCEÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE JACINTO
MACHADO EM RELAÇÃO AO TURISMO**

Entrevistador: _____ Data ____/____/____ N° _____

Local da entrevista: _____

Localização da propriedade: _____

1. Qual o seu grau de escolaridade?

- () analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto
() 3º grau completo () pós-graduado () supletivo

2. Reside a quanto tempo nesta propriedade? _____ anos e _____ meses

3. Reside: () só () em família () outros
Qual o número de pessoas excluindo você? _____

4. Sexo: () M () F

Do grupo/família: n° de pessoas M _____ n° de pessoas F _____

5. Idade:

Da família: até 18 anos _____ 19 a 30 anos _____ 31 a 40 anos _____
41 a 50 anos _____ 51 a 60 anos _____ mais de 60 anos _____

6. Quantos ha tem a sua propriedade? _____ ha

7. Possui funcionários? () sim () não
() Permanentes () Temporários

8. É auxiliado pela família? () sim () não

9. Quais as principais atividades desenvolvidas na sua propriedade?

Agricultura: _____

Pecuária: _____

Outras: _____

10. Você tem conhecimento da implementação da atividade turística no município de Jacinto Machado? () sim () não

11. A sua propriedade participa de alguma forma do projeto de turismo rural que está sendo implementado no município? () sim () não

De que forma: _____

12. O que você espera em relação à atividade de turismo rural em implementação no município de Jacinto Machado?

R : _____

13. Caso a atividade de turismo rural venha a se desenvolver no município, você acha que tal atividade pode trazer algum benefício, prejuízo ou ambos para a fauna e a flora do município? () benefício () prejuízo () ambos

Porque : _____

14. Caso haja alguma iniciativa para o planejamento e incentivo ao desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado, como proprietário rural, estaria disposto a participar? () sim () não

De que maneira?

R : _____

**FORMULÁRIO DE PESQUISA
PERFIL E PERCEPÇÃO DOS COMERCIANTES DE JACINTO MACHADO
EM RELAÇÃO AO TURISMO**

Entrevistador: _____ Data ____ / ____ / ____ Nº _____

Local da entrevista: _____

Localização do comércio: _____

1. Qual sua cidade de residência permanente?

Cidade: _____ UF: _____ País: _____

2. Qual o seu grau de escolaridade?

() analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto
() 3º grau completo () pós-graduado () supletivo

3. Sexo: () M () F

4. Idade: _____

5. Qual o tipo de comércio que você possui?

6. Quais as mercadorias e/ou produtos vendidos no seu comércio?

7. O seu comércio tem alguma relação com o turismo? () sim () não

8. Como comerciante, a atividade turística no município é representativa para o seu negócio? () sim () não

Porque? _____

9. Há quanto tempo existe este comércio? _____

10. Qual o principal motivo que o levou a estabelecer o comércio neste município?

11. O seu comércio possui funcionários contratados? () sim () não

12. Qual o número de funcionários?

Permanentes: _____ Temporários: _____

13. Os funcionários são moradores locais? () sim () não

14. O comércio funciona de forma: permanente temporária

Se temporária, em que época do ano?

primavera verão outono inverno

15. Qual a época de maior incremento nas vendas?

primavera verão outono inverno o ano inteiro

16. Qual a renda mensal do comércio? R\$ _____

17. Você tem conhecimento da implementação da atividade turística no município de Jacinto Machado? sim não

18. O que você espera em relação à atividade de turismo rural em implementação no município de Jacinto Machado?

19. Caso a atividade de turismo rural venha a se desenvolver no município, você acha que tal atividade pode trazer algum benefício, prejuízo ou ambos para a fauna e a flora do município? benefício prejuízo ambos

Porque: _____

20. Caso haja alguma iniciativa para o planejamento e incentivo ao desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado, como comerciante, estaria disposto a participar? sim não

De que maneira? _____

**FORMULÁRIO DE PESQUISA
PERFIL E PERCEPÇÃO DO EMPRESARIADO DE JACINTO MACHADO EM
RELAÇÃO AO TURISMO**

Entrevistador: _____ Data ____/____/____ Nº _____
Local da entrevista: _____
Localização da empresa: _____

.....

1. Qual sua cidade de residência permanente?

Cidade: _____ UF: _____ País: _____

2. Qual o seu grau de escolaridade?

() analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto
() 3º grau completo () pós-graduado () supletivo

3. Sexo: () M () F

4. Idade: _____

5. Qual o tipo de atividade da empresa?

6. A empresa tem alguma relação com o turismo? () sim () não

7. Como empresário, a atividade turística no município é representativa para o seu negócio? () sim () não

Porque? _____

8. Há quanto tempo existe esta empresa? _____

9. Qual o principal motivo que o levou a estabelecer a empresa neste município?

10. É uma empresa familiar? () sim () não

11. Qual o número de funcionários?

Permanentes: _____ Temporários: _____

12. Os funcionários são moradores locais? () sim () não

13. A empresa funciona de forma: () permanente () temporária

Se temporária, em que época do ano?

() primavera () verão () outono () inverno

14. Qual a época de maior produção?

() primavera () verão () outono () inverno () o ano inteiro

15. Qual a renda mensal da empresa? R\$ _____

16. Você tem conhecimento da implementação da atividade turística no município de Jacinto Machado? () sim () não

17. O que você espera em relação à atividade de turismo rural em implementação no município de Jacinto Machado?

18. Caso a atividade de turismo rural venha a se desenvolver no município, você acha que tal atividade pode trazer algum benefício, prejuízo ou ambos para a fauna e a flora do município? () benefício () prejuízo () ambos

Porque: _____

19. Caso haja alguma iniciativa para o planejamento e incentivo ao desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado, como empresário, estaria disposto a participar? () sim () não

De que maneira? _____

**PAUTA PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ÓRGÃOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÕES NÃO-
GOVERNAMENTAIS DE JACINTO MACHADO**

Entrevistador: _____ Data ____ / ____ / ____ Nº _____

Local da entrevista: _____

Órgão público/Organização não-governamental: _____

-
1. Como (órgão público/organização não-governamental) descreveria o panorama atual do turismo rural em Jacinto Machado e, segundo este panorama, quais as expectativas em relação ao futuro?
 2. Quais os impactos negativos e positivos percebidos pelo(a) (órgão público/organização não-governamental), em relação ao desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado?
 3. Para o(a) (órgão público/organização não-governamental), quais os impactos negativos e positivos o desenvolvimento do turismo rural pode trazer à comunidade local? Será que a comunidade está consciente e preparada para esse fato?
 4. Para, o(a) (órgão público/organização não-governamental), quais os impactos negativos e positivos o desenvolvimento do turismo rural pode trazer aos proprietários rurais do município? Será que os mesmos estão conscientes e preparados para esse fato?
 5. Para o(a) (órgão público/organização não-governamental), quais os impactos negativos e positivos o desenvolvimento do turismo rural pode trazer a fauna e flora do município? Na sua opinião o que poderia ser feito para evitar ou minimizar os impactos negativos?
 6. Como o(a) (órgão público/organização não-governamental) está se preparando para promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural em Jacinto Machado?
 7. Como está a execução das propostas, em relação ao turismo rural, contidas no plano de governo do(a) (órgão público/organização não-governamental)?
 8. Acerca do assunto tratado, que outras considerações o(a) (órgão público/organização não-governamental) gostaria de fazer?

ANEXO 2

Fotos de Alguns Atrativos Turísticos de Jacinto Machado

Figura 07. Costão da Pedra – Canyon da Pedra

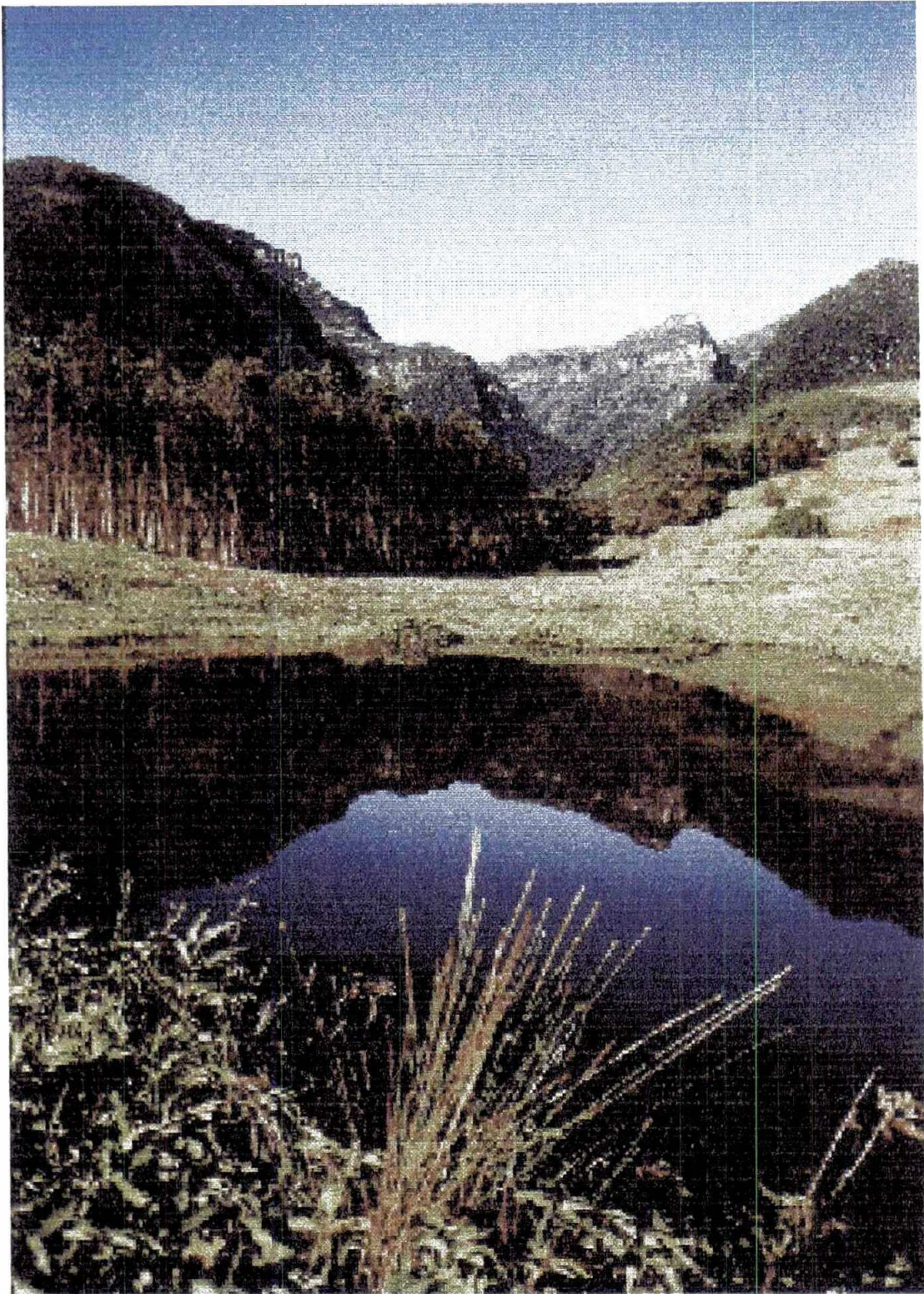


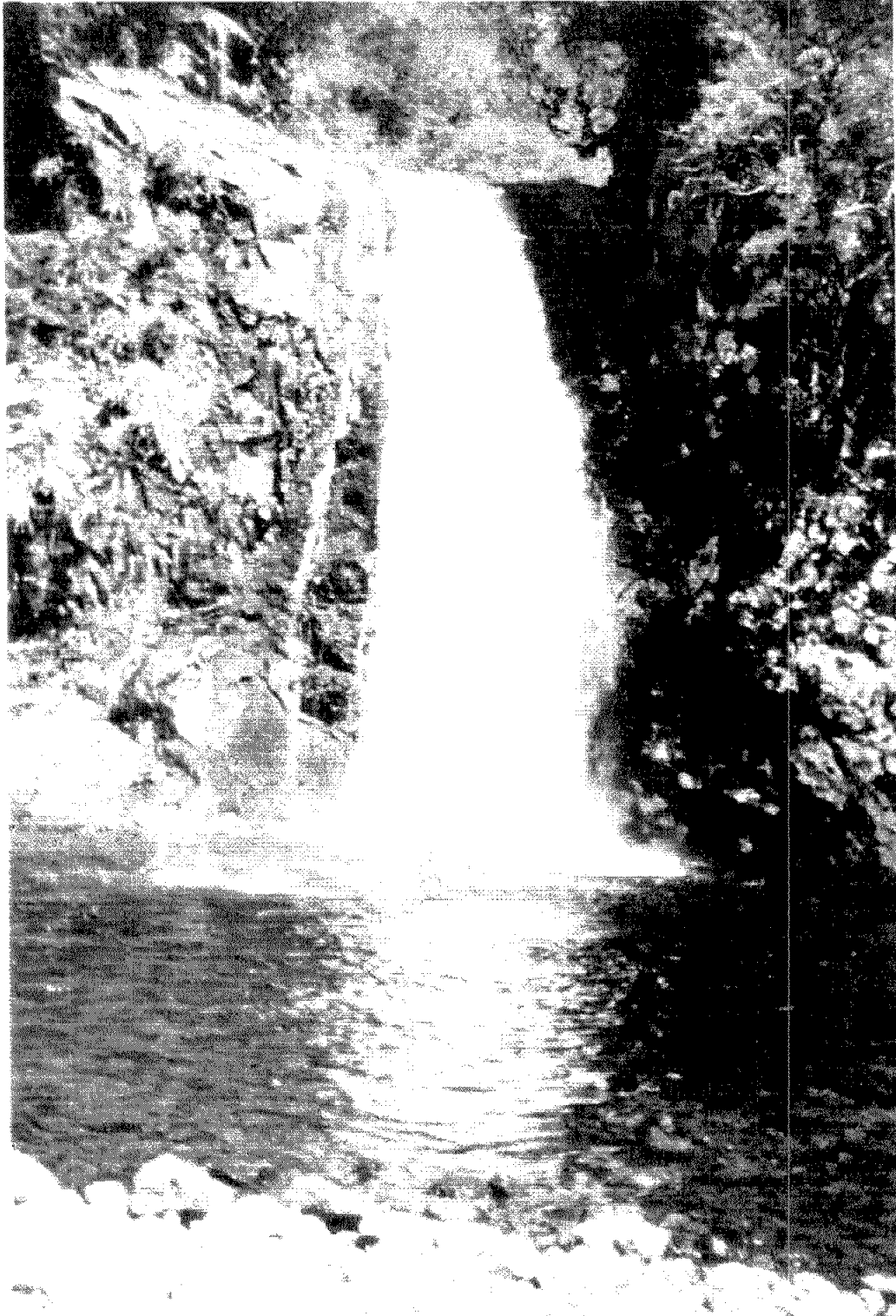
Figura 08. Pedra do Segredo – Canyon Fortaleza



Figura 09. Cachoeira do Burim - Engenho Velho



Figura 10. Cachoeira do Salto – Canyon Fortaleza



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRESI – **Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo**. H&D Eventos S/C Ltda, 1996.

ACERENZA, Miguel Angel. **Administración del turismo: planificación y dirección**. México, Trillas, 1985.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-econômico**. Endereço Eletrônico: <http://www.amesc.com.br>.

Atlas Escolar de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento – Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro. Aerofoto Cruzeiro, 1991.

Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro. Aerofoto Cruzeiro, 1986.

BAASCH, Sandra Sulamita Nahas. **Avaliação de Impactos Ambientais**, 1998.

Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral. Florianópolis, 1997.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1996.

BARROS, Patrícia de Matos. **Modelo de Planejamento Para a Implementação e Desenvolvimento do Ecoturismo: Diagnóstico Ecoturístico - Estudo de Caso.** Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. (Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção).

BENI, Mário Carlos. **Caracterização da natureza dos fluxos para a classificação da demanda do turismo.** Escola de Sociologia e Política. São Paulo, 1981. (Dissertação de Mestrado)

BOFF, Leonardo. **O Despertar da Águia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOULLÓN, Roberto C. **Las actividades turísticas y recreacionales: el hombre como protagonista.** 3ª ed. México: Trillas, 1990.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. **Extinção em massa ameaça a Terra.** O Globo, Rio de Janeiro, 11.05.92.

CARDOSO, Cristiane. **Qualidade Ambiental da Região Sul Catarinense – Fase 3: Aspectos da degradação do Meio Ambiente no município de Jacinto Machado/SC.** Florianópolis, 1998. Relatório Final da Bolsa de Iniciação Científica do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **O ecoturismo como um fenômeno mundial.** In: Lindberg, K. & FURLAN, S. A. Unidade de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental. In: LEMOS, A. I. G., org. Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.

Censo Agropecuário 1995–1996. Santa Catarina.

- CIMARDI, Ana Verônica. **Mamíferos de Santa Catarina**. Florianópolis: FATMA, 1996.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- DANTAS, Ana Lúcia de Farias Lucena. **Atividade Turística e os caminhos Sustentáveis: Um Estudo de Caso no Município de Rancho Queimado, SC**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. (Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção).
- FONTANELLA, Pe. Herval. **Jacinto Machado Capital da Banana**. 1988 GIL, A C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IAIA. **International Association For Impact Assessment**. v.1, n. 2. Primavera, 1996.
- IBAMA. **Conservação da Biodiversidade: fauna**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.ibama.gov.br/atuacao/conserbi/fauna/bio02.htm>.
- IBAMA. **Conservação da Biodiversidade: fauna silvestre**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.ibama.gov.br/atuacao/conserbi/fauna/fausilve.htm>.
- IBAMA. **Conservação da Biodiversidade: flora**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.ibama.gov.br/atuacao/conserbi/flora/bio03.htm>.
- IBGE. **Contagem da População**, 1996.
- IBGE 75, 85 e 95/96. **Projeto Estudo Básico do Sul Catarinense / EPAGRI / EEUR**, 1999.
- Jacinto Machado o Paraíso das Belezas Naturais**. Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, 1999.

- JUCHEM, Peno Ari (Coord.). **MAIA – Manual de Avaliação de Impactos Ambientais**. 2ª ed. Curitiba: IAP:GTZ, 1993.
- Levantamento de Recursos Naturais – Brasil, Sul**. SEPLAN / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, 1986.
- LIMA, Ana Lúcia Lopes de. **Turismo Rural Auto-sustentável**. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – SC, 1998.
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 1995.
- Manual del Empresario de Turismo Rural**. Ministerio de Comercio y Turismo, Secretaria General de Turismo: Turespaña, Dirección General de Política Turística, 1992.
- MARGULIS, Sérgio. Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro, IPEA: Brasília, IPEA/PNUD, 1990.
- MCLNTYRE, George. **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual Para Organizadores Locais**. Publicação de Turismo e Ambiente, OMT – Organização Mundial de Turismo, 1993.
- MOREIRA, I. V. D. & RHODE, G. M. 1992. Origens e experiências de avaliação de impactos ambientais em países selecionados in avaliação de impactos ambientais. 1ª edição, Paraná.
- NEPPEL, Evelise de Fátima. **Qualidade Ambiental da Região Sul Catarinense Fase 3 – Características Climáticas de Jacinto Machado – S/C**. Florianópolis, 1998. Relatório Final da Bolsa de Iniciação Científica do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Normas para Apresentação de Trabalhos**. Universidade Federal do Paraná. 6ª ed. Curitiba: UFRP, 1996.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo & Desenvolvimento – Planejamento e Organização**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

PERTILE, Noeli. **Qualidade Ambiental da Região Sul Catarinense Fase 3 – Aspectos Agrícolas**. Florianópolis, 1997/98. Relatório Final da Bolsa de Iniciação Científica do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

PETROCCHI, Mário. **Turismo Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura 1998.

PIRES, Thyrsa Schlichting de Lorenzi. **Educação Ambiental na Escola: Realidade, Entraves, Inovações e Mudanças**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1998. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Sanitária e Ambiental).

Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, 1998.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal de Jacinto Machado. SEBRAE e Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, 1999.

Plano de Gestão e Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá – Zoneamento da Disponibilidade e da Qualidade Hídrica. Florianópolis, 1997.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado. Endereço eletrônico:
<http://www.contacto.com.br/pmjm/historia.htm>, <file:///C:/jacinto/index.html>,
<file:///C:/jacinto/seceduc.htm>, <http://www.contacto.com.br/pmjm/turismo.htm>.

Programa SEBRAE de Turismo. Programa SEBRAE TURISMO com Qualidade para Micro e Pequenas Empresas, 1997.

- REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M; REIS, Ademir. **Projeto Madeira de Santa Catarina. SELLOWIA – Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”**. Itajaí - SC, 1978.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Ambiente Reflexões e Propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento Transdisciplinar**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ROSÁRIO, Lenir Alda do. **As Aves em Santa Catarina: distribuição geográfica e meio ambiente**. Florianópolis: FATMA, 1996.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.
- SARTOR, Lourdes Fellini. **Turismo Rural**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- SCHMIDT, Elisabet; MARTINS, Nazareno J. M. **Qualidade Ambiental da Região Sul Catarinense Fase 3 – Aspectos Sócioeconômicos do Município de Jacinto Machado**. Florianópolis, 1998. Relatório Final da Bolsa de Iniciação Científica do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SELLOWIA. **Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”**. Revista Sulbrasileira de Botânica. Itajaí - SC, 1963.

SELLOWIA. **Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”**. Revista Sulbrasileira de Botânica. Itajaí - SC, 1968.

SOLDATELI, Márcio. **Oportunidades e Riscos do Turismo em Rancho Queimado: Subsídios para o Turismo Sustentável – Um Estudo de Caso**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental).

Turismo no Meio Rural. Curso desenvolvido por Mazon Freitas Consultores / Pousada da Vinícola Mazon, 1997.

WWF. **Ecosistemas**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.wwf.org.br/wwfec01.htm>.

WWF. **Fauna e Flora Espécies em Perigo**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.wwf.org.br/wwfff01.htm>.

WWF. **Grandes Temas: biodiversidade**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.wwf.org.br/wwfqt05.htm>.

WWF. **Grandes Temas: desenvolvimento sustentável**. 2000. Endereço Eletrônico <http://www.wwf.org.br/wwfqt02.htm>.

Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina:

(Versão preliminar). Florianópolis: EPAGRI, 1998.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo Rural um modelo brasileiro**. Florianópolis: do Autor, 1996.